



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 075 SÁBADO, 23 DE MAIO DE 2015

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24</p> <p style="text-align: center;">Líder Humberto Costa - PT (22,28)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,37) Benedito de Lira (16,18,44) Walter Pinheiro (31,36,43) Telmário Mota (4,38,42) Regina Sousa (41)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 13 Humberto Costa (22,28)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,36,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,37)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,38,42)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 5 Benedito de Lira (16,18,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMDB - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder Alvaro Dias - PSDB (20)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Wilder Moraes (46) Antonio Anastasia (47)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 12 Cássio Cunha Lima (17)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Lídice da Mata - PSB (11,25)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes José Medeiros (15,19,29) Vanessa Grazziotin (21,26) Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,29)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)</p>	<p style="text-align: center;">Governo Líder Delcídio do Amaral - PT (48)</p>

EXPEDIENTE

<p>Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar</p>
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – PORTARIA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL	
Nº 15/2015.....	6
1.2 – ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL	
Nº 7/2015	6
2 – ATA DA 78ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 22 DE MAIO DE 2015.....	7
2.1 – ABERTURA.....	7
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação	
2.2.1.1 – Não utilização de numeração	
Não utilização do número de requerimento nº 538/2015 na presente sessão legislativa.....	7
2.2.1.2 – Ofício do Superior Tribunal de Justiça	
Nº S/61/2015 (nº 452/2015, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. SERGIO RICARDO DE SOUZA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público	7
2.2.1.3 – Ofício do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil	
Nº S/62/2015 (nº 59/2015, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal a recondução do Sr. WALTER DE AGRA JÚNIOR para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.....	8
2.2.1.4 – Parecer	
Nº 232/2015, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 199/2015-Complementar.....	119
2.2.1.5 – Abertura de prazos	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projetos de Lei do Senado nº 199/2015-Complementar.....	126
Abertura do prazo até o encerramento da discussão, no turno suplementar, para apresentação de emendas, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 288/2013 (Ofício nº 24/2015-CRE)	126
2.2.1.6 – Revogação	
Revogação da Medida Provisória nº 2.186-16 pela Lei nº 13.123/2015, ficando convalidados os atos praticados durante sua vigência	126
2.2.1.7 – Término de prazo	
Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 315/2013.....	126
2.2.1.8 – Requerimentos	
Nº 548/15, de iniciativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, solicitando a oitiva da referida Comissão sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 34/2015	127
Nº 549/2015, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Zacarias Assunção Ribeiro Araujo	130
2.2.1.9 – Comunicação	
Da Liderança do DEM na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 671/2015 (Ofício nº 205/2015). <i>Será feita a substituição solicitada</i>	130
2.2.2 – Oradores	
SENADOR LASIER MARTINS – Destaque à necessidade de rediscussão do pacto federativo ante o cenário de crise que atravessa o País; e outros assuntos.	130
SENADORA ANA AMÉLIA – Críticas à maneira como o Governo Federal tem enfrentado os atuais problemas econômicos do País.....	132

2.2.3 – Comunicação da Presidência

Adoção, pela Exm^a Sr^a Presidente da República, em 19 de maio de 2015, e publicação, no dia subsequente, da Medida Provisória nº 674/2015, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Defesa e da Integração Nacional, no valor de R\$ 904.756.882,00, para os fins que especifica*. Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 138

2.2.4 – Projeto de Lei de Conversão recebido da Câmara dos Deputados

Nº 6/2015 (proveniente da Medida Provisória nº 668/2015), que *altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para elevar alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação, da Cofins-Importação, e dá outras providências (Ofício nº 221/2015, do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados)*..... 139

2.2.5 – Comunicação da Presidência

Inclusão do Projeto de Lei de Conversão nº 6/2015 (proveniente da Medida Provisória nº 668/2015), na Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária 189

2.2.6 – Oradores (continuação)

SENADORA SANDRA BRAGA – Preocupação com a possibilidade de definição das alíquotas interestaduais dos bens de informática a 7% para a Zona Franca de Manaus, de acordo com discussões promovidas no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo 189

SENADOR JORGE VIANA – Destaque à importância da aprovação, pelo Senado, do projeto de lei que regula a migração no País; e outro assunto. 190

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Comentários sobre o desajuste das contas públicas ocorrido nos últimos anos 196

SENADOR ROMERO JUCÁ – Balanço das medidas tomadas pelo Congresso Nacional, pelo Senado e pelo Governo Federal, na última semana, relativas ao ajuste fiscal; e outros assuntos. 199

2.3 – ENCERRAMENTO..... 202

3 – ATA DA 79ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 22 DE MAIO DE 2015..... 203

3.1 – ABERTURA..... 203

3.2 – FINALIDADE DA SESSÃO 203

Destinada a Comemorar o Grito da Terra Brasil, nos termos do Requerimento nº 385 e 517/2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira e outros Senadores 203

3.2.1 – Fala da Presidência (Senador Donizeti Nogueira) 203

3.2.2 – Oradores

Sr. Amilton Perreira..... 205

Senador Hélio José..... 208

Deputado Zé Carlos 213

Sr. Alberto Ercílio Broch, Presidente da Contag 215

Sr. Rafael Oliveira, Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário 217

Sr^a Dorenice Flor da Cruz, Secretária-Geral da Contag 217

Sr. Anderson Amaro, Coordenador do Movimento de Pequenos Agricultores 218

Sr. William Clementino da Silva Matias, Vice-Presidente e Secretário de Relações Internacionais da Contag 220

3.2.3 – Fala da Presidência (Senador Donizeti Nogueira) 221

3.2.4 – Reprodução de vídeo institucional

3.3 – ENCERRAMENTO..... 222

4 – RETIFICAÇÃO

Ata da 59ª Sessão, Deliberativa Extraordinária, em 30 de abril de 2015, publicada no *Diário do Senado Federal* nº 60, do dia subsequente 222

5 – ATA

5.1 – CONSELHO DE SUPERVISÃO DA SECRETARIA INTEGRADA DE SAÚDE

Ata da 129ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de abril de 2015..... 223

6 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA 225

7 – ATOS ADMINISTRATIVOS

7.1 – ATOS DA COMISSÃO DIRETORA

Nº 4/2015, que *altera o Regulamento Administrativo, aprovado pela Resolução do Senado Federal nº 40, de 2014, para racionalizar a gestão de contratos de terceirização, tecnologia da informação, infraestrutura e comunicação, promover melhorias na estrutura administrativa e dar outras providências*..... 227

Nº 5/2015, que *revisa e altera os objetivos estratégicos do plano estratégico institucional e as diretrizes para a administração do Senado Federal estabelecidos, respectivamente, nos Atos da Comissão Diretora nº 9, de 2013 e nº 1, de 2014* 252

SENADO FEDERAL**8 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**

Por Unidade da Federação 255

Bancadas dos Partidos	256
Por ordem alfabética	257
9 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	258
10 – LIDERANÇAS	259
11 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	261
12 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	266
13 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	
CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	270
CAS – Comissão de Assuntos Sociais	273
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	275
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte	278
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	281
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	286
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	289
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura	291
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo	294
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	296
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	298
CSF – Comissão Senado do Futuro	299
14 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	
Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993)	300
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993)	301
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001)	302
Conselho de Estudos Políticos (Ato da Comissão Diretora nº 21/2006; e Portaria do Presidente nº 8/2015)	303
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009)	304
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010)	305
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012)	306
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013)	307
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013)	308
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995)	309
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013)	310
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005)	310
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010)	311
<u>CONGRESSO NACIONAL</u>	
15 – COMISSÕES MISTAS	
CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006)	312
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008)	314
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007)	316
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999)	317
CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014)	318
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014)	319
CMCFL – Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal (Ato Conjunto dos Presidentes do Senado e da Câmara nº 1/2015)	321
16 – CONSELHOS E ÓRGÃO	
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/2011-CN)	322
Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)	324
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	325

SENADO FEDERAL

PORTARIA DO PRESIDENTE Nº 15, de 2015

Altera a composição da Comissão instituída com o objetivo de adotar as providências administrativas estabelecidas pelo artigo 133 da Lei 8.112, de 1990, com a redação da Lei nº 9.527, de 1997.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE dispensar a servidora PRISCILLA SILVA DAMASCENO, matrícula nº 227915, da função de membro da Comissão Permanente de Verificação de Acumulação de Cargos Públicos do Senado Federal, instituída pelo Ato da Comissão Diretora nº 18, de 2006, e designar, em substituição, o servidor CARLOS EDUARDO LOPES NEVES, matrícula nº 50869.

Senado Federal, 8 de maio de 2015. Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE Nº 7, de 2015

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e com base no disposto no § 1º do art. 1º da Resolução nº 40, de 1995, RESOLVE:

Art. 1º Designar os Senadores EUNÍCIO OLIVEIRA, JORGE VIANA, ANTONIO ANASTASIA, OTTO ALENCAR e SIMONE TEBET para, sob a coordenação do primeiro, responder pela Procuradoria Parlamentar.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 6 de maio de 2015. Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Ata da 78ª Sessão, Não Deliberativa, em 22 de maio de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência do Sr. Romero Jucá, da Srª Ana Amélia e dos Srs. Lasier Martins e Cristovam Buarque.

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 19 minutos e encerra-se às 11 horas e 44 minutos.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com satisfação, convido o Senador Lasier Martins para fazer uso da palavra.

Senador, enquanto V. Exª se prepara para falar, a Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a Mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

NÃO UTILIZAÇÃO DE NUMERAÇÃO

A Presidência comunica ao Plenário que o número de requerimento nº 538, de 2015, não foi utilizado na presente sessão legislativa.

OFÍCIO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

– **Nº S/61, de 2015** (nº 452/2015, na origem), do Superior Tribunal de Justiça, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor SERGIO RICARDO DE SOUZA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

À CCJ.

É o seguinte o ofício:

OFÍCIO “S”
Nº 61, DE 2015
(nº 452/2015, na origem)

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF

Assunto: Lista CNJ e CNMP

Senhor Presidente,

Encaminho à elevada consideração de Vossa Excelência lista com os candidatos escolhidos pelo Plenário desta Corte na sessão desta data, para compor o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público (CF, arts. 103-B, incisos VI e VII, e 130-A, inciso IV), no biênio 2015-2017:

Informo, ainda, que a documentação de que trata a Resolução n. 7 de 2005 do Senado será remetida a essa Casa diretamente pelos indicados.

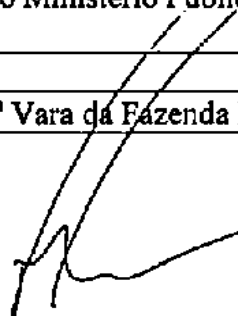
a) Conselho Nacional de Justiça:

1 - Juiz de Tribunal Regional Federal
• Juíza Daldice Maria Santana de Almeida (TRF da 3ª Região)
2 - Juiz Federal
• Juiz Federal Fernando Cesar Baptista de Mattos (Seção Judiciária/ES)

b) Conselho Nacional do Ministério Público:

Juiz estadual
• Juiz Sergio Ricardo de Souza (2ª Vara da Fazenda Pública – TJES)

Respeitosamente,


Ministro Francisco Falcão
Presidente

Nome	SERGIO RICARDO DE SOUZA
Tribunal de origem	TJES - Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo
Data de posse	30/12/1994
Vaga a que deseja concorrer	Membro do CNMP – Juiz (Art. 130-A, caput, IV, da CF)
CPF	779.251.907-44
Sexo	Masculino
Data de nascimento	26 de março de 1963
Nacionalidade	Brasileiro
Naturalidade	Espírito Santo
Filiação	Maria José Pereira de Souza Pedro Ribeiro de Souza
E-mail Institucional	sersouza@tjes.jus.br
Telefone institucional	27-31983095
Celular	27-999163637

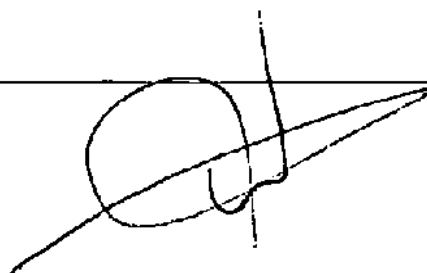
Atuação profissional presente:

- 1) Juiz Titular da 2ª Vara da Fazenda Pública Especializada em Execuções Fiscais Estaduais de Vitória-ES;
- 2) Diretor da Escola Superior da Magistratura do Estado do Espírito Santo-ESMAGES;
- 3) Vice-Presidente Executivo da Associação dos Magistrados do Estado do Espírito Santo-AMAGES.

Atuação profissional nos últimos 24 meses:

Desembargador Substituto (jan-2015); Presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Espírito Santo (out-2010 a set-2014); Diretor Vice-Presidente da Escola Nacional da Magistratura -ENM/AMB (2013).

Demais atuações profissionais:



1) Professor Efetivo do Departamento de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo;

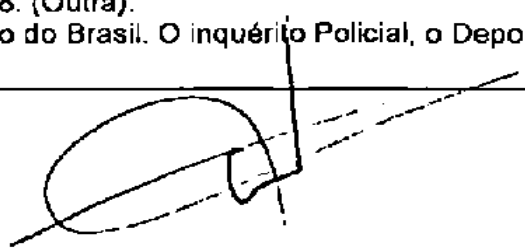
Formação acadêmica:

- 1) Pós-Doutor em Direitos Humanos (Universidade de Coimbra);
- 2) Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais (UMSA);
- 3) Mestre em Direito (FDV);
- 4) Especialista em Direito do Estado (UFG);
- 5) Especialista em Direito Civil e Processual Civil (UGF);
- 6) Bacharel em Direito (UFES).

Formação complementar:

Participação em eventos (PALESTRANTE):

- 1) Terceira Cúpula sobre o Judiciário e os Interesses Vitais da Nação Brasileira. Independência do Judiciário e Combate à Corrupção: Os riscos de ser pautado pela opinião pública. 2013. (Outra).
- 2) IV Semana Jurídica - Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim. 5 anos de vigência da Lei Maria da Penha: Aspectos Doutrinários e Jurisprudenciais. 2011.
- 3) I Seminário sobre a Lei Maria da Penha. Interpretação da Lei Maria da Penha pelos Tribunais Superiores.. 2011. (Seminário).
- 4) 1º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITOS DA MULHER - ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA. Raízes Históricas e Sociais da Violência contra Mulher. 2011. (Seminário).
- 5) Curso de Especialização "Lato Sensu" em Ciências Criminais 2010.1.
- 6) Lei Maria da Penha. Prisões e Medidas Cautelares. 2011. (Outra).
- 7) A LEI MARIA DA PENHA - organizado pelo Mestrado de Direito e Setor Extensão - Universidade FUMEC. "Interpretação da Lei Maria da Penha pelos Tribunais Superiores: aspectos polêmicos". 2011. (Outra).
- 8) CURSO DE APERFEIÇOAMENTO E ATUALIZAÇÃO DE MAGISTRADOS NUMA PERSPECTIVA TRANSDISCIPLINAR. LEI MARIA DA PENHA. 2009. (Outra).
- 9) Curso de Formação de Multiplicadores sobre Violência Doméstica e Lei Maria da Penha. Lei Maria da Penha (11.340/06). 2008. (Seminário).
- 10) Jubileu de Prata da Escola Superior da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba. Alterações Introduzidas pelas Leis 11.689/08, 11.690/08 e 11.719/08 no Processo Penal. 2008. (Seminário).
- 11) Programa de Capacitação em Poder Judiciário. 2008. (Seminário).
- 12) CURSO MULTIDISCIPLINAR SOBRE "VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A LEI MARIA DA PENHA". Situando a violência contra a mulher e a violência doméstica - aspectos conceituais e diagnóstico. 2008. (Seminário).
- 13) 18ª Edição da Campanha 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres. Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06). 2008. (Outra).
- 14) Ministrou Aula na TV Justiça - STF. Violência Doméstica e Domiciliar contra a Mulher (Lei 11.340/06). 2008. (Outra).
- 15) Ministrou Aula na TV Justiça - STF. Alterações no Processo Penal - Leis 11.789/08, 11.690/08 e 11.719/08.. 2008. (Outra).
- 16) 1º Fórum Médico Jurídico do Brasil. O Inquérito Policial, o Depoimento e os Meios de Prova. 2007. (Congresso).



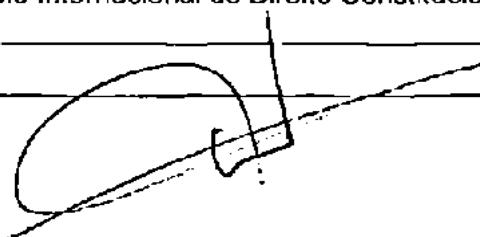
- 16) 2ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres. Lei 11.340/2006 - Lei Maria da Penha "Aplicação da Lei Maria da Penha no Espírito Santo". 2007. (Congresso).
- 17) I Fórum De Políticas Públicas Para Mulher. Lei Maria da Penha Lei nº 11.340/2006. 2007. (Seminário).
- 18) Palestra na Faculdade de Direito Presidente Castelo Branco. Aspectos controversos da Lei Maria da Penha. 2007. (Seminário).
- 19) Seminário de Direitos Humanos (ABDH) As Limitações Constitucionais da Mídia na Cobertura da Violência. 2007. (Seminário).
- 20) Iº Fórum Médico Jurídico do Brasil. O Inquérito Policial, o Depoimento e os Meios de Prova. 2007. (Seminário).
- 21) I Simpósio da Academia Brasileira de Direitos Humanos. Direitos Humanos e a Imagem do Investigado. 2006. (Simpósio).
- 22) A Nova Lei Antidrogas. A Nova Lei Antidrogas. 2006. (Outra).

PALESTRAS COMO OUVINTE

- 1) Simpósio Nacional Direitos Processual Penal. Controle da Constitucionalidade das Lei. 1999. (Simpósio).
- 2) Fomentando Direito. Seminário sobre Fomento Mercantil. 2005. (Seminário).
- Programa de Capacitação em Poder Judiciário - FGV/ENM. (2008). (Curso de Extensão)
- 3) Seminário Técnico - Jurídico sobre Seguros. EMES-FUNENSEG. 2008. (Seminário).
- 4) Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados em Direito do Consumidor. 2009. (Seminário).
- 5) Encontro de Coordenadores Pedagógicos das Escolas de Magistratura. 2009. (Encontro).
- 6) Humanismo em nove lições. EMES/ENM. 2009. (Outra).
- 7) Curso corporativo de Educação Continuada em Juros - Aspectos Econômicos e Jurídicos. 2009. (Outra).
- 8) Curso aperfeiçoamento para Magistrados - Questões polêmicas na moderna teoria do Delito. EMES. 2009. (Outra).
- 9) Curso de Atualização e Aperfeiçoamento para Magistrados - Língua Portuguesa e Técnica de Redação. EMES. 2009. (Outra).
- 10) Curso Básico de Gestão de Pessoas e de Processos. CNJ. 2010
- 11) Curso de Atualização e Aperfeiçoamento para Magistrados - Hermenêutica Jurídica e Prática Judicial. 2008. (Outra).
- 12) Seminário Ações para a Retomada do Desenvolvimento - Aspectos Jurídicos, Econômico-Financeiros e Ambientais. COPEDEM. 2014

Participação em Congressos, Seminários e Jornadas de Estudos Jurídicos no Exterior:

- Espanha: 1) 2006. Formación de Formadores y Equipos gestores de Escuelas Judiciales. Escola Judicial do Conselho Geral do Poder Judiciário da Espanha.
- 2) 2009. Aula IberoAmericana - El control de la Constitucionalidad de las leyes. Escola Judicial do Conselho Geral do Poder Judiciário da Espanha.
- Portugal: 3) 2006. Colóquio Internacional de Direito Constitucional. Universidade de Lisboa.



Flórida-EUA: 4) 2013. Judicial Swat. Departamento f Education for the State of Florida-ENM.

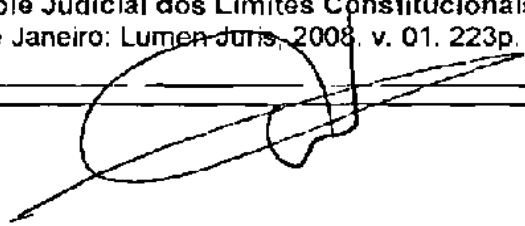
Publicações:

Artigos publicados:

- 1) SOUZA, S. R. . Mediação e conciliação: eficazes instrumentos de complementação ao sistema judicial clássico.. Revista Erga Omnes, v. 5, p. 13-17, 2009.
- 2) SOUZA, S. R. . O Interrogatório do Réu e o Alcance do Contraditório, Pós-advento da Lei 10.792/03. www.emes.org.br, 2005.
- 3) SOUZA, S. R. . As megaoperações da Polícia Federal, os direitos humanos do investigado e a Lei de Abuso de Autoridade. Jus Navigandi, v. 751, p. 1, 2005.
- 4) SOUZA, S. R. . O razoável prazo de duração da prisão cautelar e a jurisprudência dos 81 dias. Jus Navigandi, v. 759, p. 1, 2005.
- 5) SOUZA, S. R. . APLICABILIDADE DA LEI 9.714/98 ÀS HIPÓTESES DE CRIMES HEDIONDOS.. Revista da Ajuris, v. 74, p. 423-426, 1998.

Livros publicados:

- 1) SOUZA, S. R.; OLIVEIRA, G. S.; BRASIL JR, S. M.; SILVA, W. Audiência de Custódia: Dignidade Humana, Controle do Convencionalidade, Prisão Cautelar e outras alternativas (Lei 12.403/2011). 1ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.
- 2) SOUZA, S. R. . Lei Antidrogas Comentada: Aspectos Penais e Processuais. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. v. 1. 283p.
- 3) SOUZA, S. R. . Manual Da prova Penal Constitucional. 2. ed. Paraná: Juruá, 2014. v. 1. 316p.
- 4) SOUZA, S. R. . Comentários à Lei de Combate à Violência Contra a Mulher - Lei Maria da Penha 11.340/06 - Comentários Artigo por Artigo, Anotações, Jurisprudência e Tratados Internacionais. 4. ed. Curitiba: Juruá, 2013. v. 1. 288p.
- 5) SOUZA, S. R. . Abuso da Liberdade de Imprensa e Pseudocensura Judicial: no Sistema Luso-Brasileiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. v. 01. 250p.
- 6) SOUZA, S. R. ; SILVA, W. . Manual de Processo Penal Constitucional. 02. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. v. 01. 629p.
- 7) SOUZA, S. R. . Comentários à Lei Antidrogas (11.343/6) - Pós-Reforma do CPP - 2010. 359. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2009. v. 01. 359p.
- 8) SOUZA, S. R. . Controle Judicial dos Limites Constitucionais à Liberdade de Imprensa. 01. ed. Rio de Janeiro: Lumen-juris, 2008. v. 01. 223p.



9) SOUZA, S. R. . A Nova Lei Antidrogas Lei nº 11.343/2006. 2. ed. Niterói: Impetus, 2007. v. 1. 230p.

10) SOUZA, S. R. . Temas de Direito Processual Penal Constitucional Aplicado. Niterói: Impetus, 2006. v. 1. 208p.

Capítulos de livros publicados:

1) SOUZA, S. R. . Ação Civil Pública e legitimidade no Estatuto do Idoso. Direitos Metaindividuais. 1ed.São Paulo: LTR, 2005, v. 1, p. 193-205.

Textos em jornais de notícias/revistas:

1) SOUZA, S. R. . Reforma da Execução Penal. a gazeta, espírito santo, p. 3 - 3, 07 jan. 2006.

Responde a sindicância ou responde ou foi punido em processo administrativo disciplinar no âmbito do tribunal de origem, do CJF ou do CNJ?

NÃO

Responde ou foi condenado em ação penal?

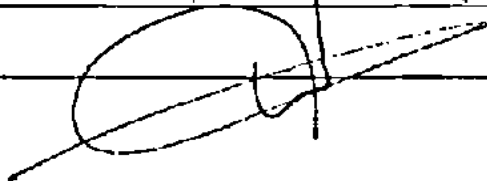
NÃO

Outras Informações:

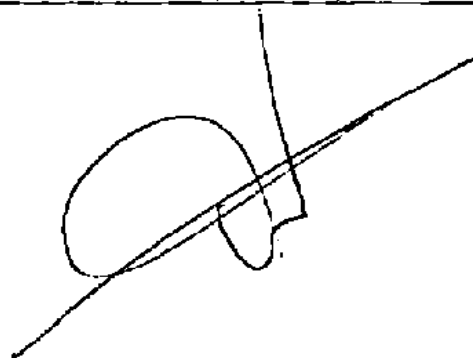
- 1) Coordenador das Varas de Violência Doméstica do TJES (2011);
- 2) Juiz de Direito Assessor Especial da Presidência do TJES (2010);
- 3) Membro do Conselho Superior da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados –ENFAM (2008-2010);
- 4) Coordenador da Justiça Estadual da Escola Nacional da Magistratura – ENM/AMB (2008-2010);
- 5) Diretor da Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo (2004-2009);
- 6) Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça (TJES - 2006-2007);
- 7) Promotor de Justiça do ES (1992-1994);
- 8) Advogado do Banco do Brasil (1990-1992);
- 9) Integrante da PC-ES (1987-1988);
- 10) Integrante da PMES (1983-1986).

PRÊMIOS E TÍTULOS:

- 1) Medalha do Mérito Acadêmico ESMAM, Escola Superior da Magistratura do Maranhão – ESMAM (2010);
- 2) Medalha de Mérito Acadêmico, Escola Paulista da Magistratura da Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – EPM (2009);
- 3) Honra ao Mérito, Polícia Militar do Espírito Santo – PMES (2009);



- 4) Reconhecimento de Mérito pelos relevantes serviços prestados na preparação e no aperfeiçoamento dos Magistrados, Escola Superior da Magistratura do Amazonas – FSMAM (2009);
- 5) Título de Cidadão Cariaciquense, Câmara Municipal de Cariacica-ES (2007);
- 6) Medalha Ministro Franciulli Netto, Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura – COPEDEM (2006);
- 7) Comenda Monsenhor Guilherme Schimitz, Município de Aracruz-ES (2005);
- 8) Título de Cidadão Vilavelhonense, Câmara Municipal de Vila-Velha-ES (2005)
- 9) Ordem do Mérito Domingos Martins, no grau de Comendador, Augusta Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo (2005);
- 10) Título de cidadão veneciano, Câmara Municipal de Nova Venécia (1998);
- 11) Título de amigo da PMES, Comando Geral daquela Corporação (1998).

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'S' or 'R' shape with a long horizontal stroke extending to the right.

DECLARAÇÃO

SÉRGIO RICARDO DE SOUZA, brasileiro, casado, Juiz de Direito vinculado ao Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, indicado para o cargo de **Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)**, declara, perante o Senado Federal, para fins determinados pelo Artigo 383, I, b, 1 do Regimento Interno do Senado Federal, alterado pela Resolução nº 41 de 2013, que:

- Não possui parentes consanguíneos ou afins, vinculados à estrutura do Poder Judiciário.

Brasília, 20 de maio de 2015.



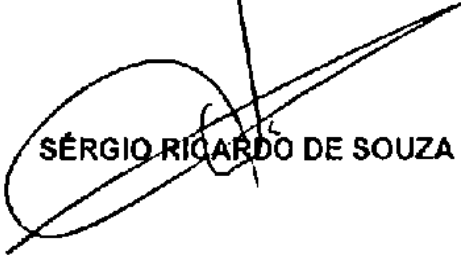
SÉRGIO RICARDO DE SOUZA
JUIZ DE DIREITO INDICADO PELO STJ PARA INTEGRAR O CNMP

DECLARAÇÃO

SÉRGIO RICARDO DE SOUZA, brasileiro, casado, Juiz de Direito vinculado ao Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, indicado para o cargo de **Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)**, declara, perante o Senado Federal, para fins determinados pelo Artigo 383, I, b, 4 do Regimento Interno do Senado Federal, alterado pela Resolução nº 41 de 2013, que:

- Não existem ações judiciais, seja como autor ou réu, em todo e qualquer grau de jurisdição, bem como procedimento administrativo-disciplinar.

Brasília, 20 de maio de 2015.



SÉRGIO RICARDO DE SOUZA

DECLARAÇÃO

SÉRGIO RICARDO DE SOUZA, brasileiro, casado, Juiz de Direito vinculado ao Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, indicado para o cargo de **Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)**, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo Art. 5º, IV, da RSF 7/05, que:

- Não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes;

Brasília, 21 de maio de 2015.



SÉRGIO RICARDO DE SOUZA

JUIZ DE DIREITO INDICADO PELO STJ PARA INTEGRAR O CNMP

DECLARAÇÃO

SÉRGIO RICARDO DE SOUZA, brasileiro, casado, Juiz de Direito vinculado ao Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, indicado para o cargo de **Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)**, declara, perante o Senado Federal, para fins determinados pelo Artigo 383, I, b, 3 do Regimento Interno do Senado Federal, alterado pela Resolução nº 41 de 2013, a regularidade fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal, conforme documentação anexa.

Brasília, 20 de maio de 2015.



SÉRGIO RICARDO DE SOUZA
JUIZ DE DIREITO INDICADO PELO STJ PARA INTEGRAR O CNMP

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS
TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: SERGIO RICARDO DE SOUZA
CPF: 779.251.907-44

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com a exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 11:42:07 do dia 18/05/2015 <hora e data de Brasília>.

Válida até 14/11/2015.

Código de controle da certidão: 8A22.B2D9.C9EB.594A

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Fazenda

Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual - MOD. 2

Certidão Nº 2015209518

Identificação do Requerente: CPF Nº 779.251.907-44

Certificamos que, até a presente data, não existe débito contra o portador do Cadastro de Pessoa Física acima especificado, ficando ressalvada à Fazenda Pública Estadual o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas.

Certidão emitida via Sistema Eletrônico de Processamento de Dados, nos termos do Regulamento do ICMS/ES, aprovado pelo Decreto nº 1.090-R, de 25 de outubro de 2002.

Certidão emitida em 18/05/2015, válida até 16/08/2015.

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada via internet por meio do endereço www.sefaz.es.gov.br ou em qualquer Agência da Receita Estadual.

Vitória, 18 de Maio de 2015.

Autenticação eletrônica: 070D2.4BF6.0A518

**Prefeitura Municipal de Vitória**

Secretaria de Fazenda

**Certidão Negativa de Débitos**

Emissão : 18/05/2015 - 11:50h

CPF.....: 77925190744

RAZÃO SOCIAL/NOME: SERGIO RICARDO DE SOUZA

ENDEREÇO: RUA DESEMBARGADOR HOMERO MAFRA, S/N - ENSEADA DO SUÁ Vitória - ES CEP: 29050906
=> CONTRIBUINTE NÃO POSSUI INSCRIÇÃO DE ISS NA PMV <=**OBSERVAÇÕES**

Documento válido até o dia 17/07/2015 e abrange apenas a pessoa física ou jurídica identificada. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar dívidas conhecidas e as apuradas após a emissão deste documento.

De acordo com a Portaria 19/2001 de 22/09/2001 da Secretaria de Fazenda de Vitória - ES, a emissão deste documento **NÃO PODERÁ SER COBRADA**.

Emitido em 18/05/2015 às 11:50 pelo AGENTE INTERNET

Para validar este documento, favor acessar o seguinte endereço:

<http://www.vitoria.es.gov.br>, "Serviços", opção "Autenticidade de documentos/ Certidão de Débitos".

Entre com a chave:

9f0cb877-6284-4ac2-b65b-b65dfc5b8491

Ou realize a busca pela Inscrição Fiscal, CNPJ ou CPF.

.....



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 R. Des. Homero Mafra, 60 Enseada do Suá, Vitória - ES | CEP: 29.050-275 | Tel: (27) 3334-2000.

CERTIDÃO NEGATIVA

NATUREZA DE EXECUÇÕES FISCAIS PARA TODAS COMARCAS

Dados da Certidão

Nome: SERGIO RICARDO DE SOUZA	
Data de Nascimento: 26/03/1963	CPF: 779.251.907-44
Nome do Pai: PEDRO RIBEIRO DE SOUZA	Nome da Mãe: MARIA JOSE PEREIRA DE SOUZA
Data de Expedição: 18/05/2015 12:07:44	Validade: 30 DIAS
Nº da Certidão: * 2014720767 *	Estado Civil: CASADO
Nacionalidade: BRASILEIRO	RG com órgão expedidor: 592144
Título de Eleitor: - NÃO INFORMADA -	Carteira Profissional: - NÃO INFORMADO -
Profissão: JUIZ DE DIREITO	
-- ENDEREÇO --	
Município: VITORIA	Bairro: PRAIA DO CANTO
Logradouro: RUA CONSTANTE SODRÉ	Número: 1101
Complemento: APTO 1602	CEP: 29.055-420
-- CONTATO --	
Email: - NÃO INFORMADO -	Telefone Fixo: NÃO INFORMADO -
	Telefone Celular: (27) 99916-3637

CERTIFICA que, consultando a base de dados do Sistema de Gerenciamento de Processos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (E-Jud, SIEP, PROJUDI e PJe) até a presente data e hora, **NADA CONSTA** contra o solicitante.

Observações

- Certidão expedida gratuitamente através da Internet;
- Os dados do(a) solicitante acima informados são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;
- O prazo de validade desta certidão é de 30 (trinta) dias, contados da data da expedição, conforme disposto no art. 352 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;
- A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo - www.tjes.jus.br -, utilizando o número da certidão acima identificado;
- A presente certidão abrange todos os processos dos julgados especiais cíveis, exceto os processos eletrônicos registrados no E-Process, em funcionamento nas comarcas de Vitória e Vila Velha;
- Em relação as comarcas da entrância especial (Vitória/Vila Velha/Cariacica/Serra/Viana), as ações de: execução fiscal estadual, falência e recuperação judicial, e auditoria militar, tramitam, apenas, no juízo de Vitória;
- As ações de natureza cível abrangem inclusive aquelas que tramitam nas varas de Órfãos e Sucessões (Tutela, Curatela, Interdição,...), Execução Fiscal e Execução Patrimonial (observado o item f);
- As ações de natureza criminal abrangem, dentre outras: as de execução penal e de auditoria militar e de julgados especiais criminais;

TRIBUTOS

EMISSÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA

- i. As matérias atinentes às varas de família e infância e juventude são objeto de certidão específica;
- j. A base de dados do sistema de gerenciamento processual (E-Jud, SIEP, PROJUDI e PJe) contém o registro de todos os processos distribuídos no Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

DECLARAÇÃO

SÉRGIO RICARDO DE SOUZA, brasileiro, casado, Juiz de Direito vinculado ao Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, indicado para o cargo de **Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)**, declara, perante o Senado Federal, para fins determinados pelo Artigo 383, I, b, 5 do Regimento Interno do Senado Federal, alterado pela Resolução nº 41 de 2013, que:

Atuou nos seguintes Juízos e Tribunais nos últimos cinco anos, contados de sua indicação:

- Juiz de Direito do Juizado Especial Cível do Juízo de Viana – Tribunal de Justiça do Espírito Santo.
- Juiz de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual, Privativa das Execuções Fiscais de Vitória-ES - Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

Brasília, 20 de maio de 2015.


SÉRGIO RICARDO DE SOUZA
JUIZ DE DIREITO INDICADO PELO STJ PARA INTEGRAR O CNMP

DECLARAÇÃO

SÉRGIO RICARDO DE SOUZA, brasileiro, casado, Juiz de Direito vinculado ao Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, indicado para o cargo de **Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)**, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo Art. 383, I, b, 5 do Regimento Interno do Senado Federal, alterado pela Resolução nº 41 de 2013, que:

- Não atuou, nos últimos cinco anos, contados de sua indicação, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras;

Brasília, 21 de maio de 2015.



SÉRGIO RICARDO DE SOUZA

JUIZ DE DIREITO INDICADO PELO STJ PARA INTEGRAR O CNMP

DECLARAÇÃO

SÉRGIO RICARDO DE SOUZA, brasileiro, casado, Juiz de Direito vinculado ao Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, indicado para o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), declara, perante o Senado Federal, para fins determinados pelo Artigo 383, I, b, 4 do Regimento Interno do Senado Federal, alterado pela Resolução nº 41 de 2013, que:

- Não exerce cargo ou atividade como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não-governamentais.

Brasília, 20 de maio de 2015.



SÉRGIO RICARDO DE SOUZA
JUIZ DE DIREITO INDICADO PELO STJ PARA INTEGRAR O CNMP

ARGUMENTAÇÃO ESCRITA

SÉRGIO RICARDO DE SOUZA, Juiz de Direito vinculado ao Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o número 779.251.907-44, residente e domiciliado à Rua Constante Sodré, nº 1.101, Apartamento 1602, Praia do Canto, Vitória-ES, indicado para integrar, como Conselheiro, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), pelo Superior Tribunal de Justiça (CRFB, art. 130-A, inciso IV), declara que iniciou a sua trajetória profissional em março de 1978 (prestes a completar 15 anos de idade), como operário em uma empresa do ramo de transporte coletivo, onde permaneceu até 1982, tendo se desligado para prestar o serviço militar obrigatório (1982-1983). Em março de 1983 ingressou (por concurso público) na Polícia Militar do Espírito Santo, onde atuou até março de 1987 como Sargento, tendo em seguida ingressado (por concurso público) no cargo de Escrivão da Polícia Civil do Espírito Santo, permanecendo até 1988, quando ingressou no Banco do Brasil (por concurso público) no cargo de Escriturário e depois na carreira de Advogado. Em março de 1992 ingressou (por concurso público), no cargo de Promotor do Justiça do Estado do Espírito Santo, permanecendo no cargo até 30 de dezembro de 1994, quando tomou posse (por concurso público) no cargo de Juiz Substituto, sendo promovido em abril de 1995 ao cargo de Juiz de Direito, que ocupa até a presente data, cumulando com o cargo de Professor Efetivo da Cadeira de Direito Penal e de Processo Penal na Universidade Federal do Espírito Santo (ingresso por concurso público).

No campo acadêmico; realizou todos os seus estudos em nível fundamental, médio e superior em Escolas Públicas e, em nível de pós-graduação (Especializações, Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado) em Instituições sediadas no Brasil e no Exterior.

Diante dessa trajetória, quase sempre vinculada ao sistema de justiça, adveio o desejo de ocupar o cargo de Conselheiro perante o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por entender ter preparo intelectual e prático para contribuir para o aperfeiçoamento do Ministério Público Brasileiro (MPU e MPE) em prol da excelência de sua atuação institucional.

Brasília, 20 de maio de 2015

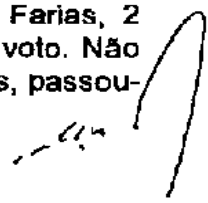

SÉRGIO RICARDO DE SOUZA
JUIZ DE DIREITO INDICADO PELO STJ PARA INTEGRAR O CNMP

**ATA DA SESSÃO PLENÁRIA
REALIZADA EM 6 DE MAIO DE 2015**

**ELEIÇÃO DE UM JUIZ FEDERAL E DE UM JUIZ DE TRIBUNAL REGIONAL
FEDERAL PARA AS VAGAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E
DE UM JUIZ PARA A VAGA DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO
PÚBLICO**

Às dezenove horas e dois minutos do dia seis de maio do ano de dois mil e quinze, na sala de sessões plenárias do Superior Tribunal de Justiça, reuniram-se os Ministros Francisco Falcão, Presidente, Felix Fischer, Nancy Andrighi, João Otávio de Noronha, Laurita Vaz, Humberto Martins, Maria Thereza de Assis Moura, Herman Benjamin, Napoleão Nunes Maia Filho, Jorge Mussi, Og Fernandes, Luis Felipe Salomão, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Villas Boas Cueva, Sebastião Reis Júnior, Marco Aurélio Buzzi, Marco Aurélio Bellizze, Assusete Magalhães, Sérgio Kukina, Moura Ribeiro, Regina Helena Costa, Rogerio Schietti, Nefi Cordeiro e Gurgel de Faria. Aberta a sessão, o Ministro Presidente, em cumprimento ao Regimento Interno (art. 27) e ao edital publicado no Diário da Justiça Eletrônico do dia 24 de abril deste ano, transformou a sessão em conselho. Retomados os trabalhos, foram designados como escrutinadores os Ministros Nancy Andrighi, João Otávio de Noronha e Maria Thereza de Assis Moura. Distribuídas as cédulas com os nomes dos candidatos à vaga de juiz de TRF no CNJ e recolhidas em urna própria, foram computados, em primeiro escrutínio, 2 votos nulos e 27 votos válidos, assim distribuídos: Daldice Maria Santana de Almeida, 20 votos e Marga Inge Barth Tessler, 7 votos. Tendo sido alcançada a maioria absoluta dos votos pela Dra. Daldice Maria Santana de Almeida, seu nome será indicado, por meio de ofício, ao Senado Federal e ao Conselho Nacional de Justiça. Em seguida, passou-se à eleição do candidato à vaga de juiz federal no CNJ. Distribuídas as cédulas e recolhidas em urna própria, foram contabilizados 29 votos válidos, distribuídos da seguinte forma: Fernando Cesar Baptista de Mattos, 16 votos, Adverci Rates Mendes de Abreu, 8 votos, Jairo Gilberto Schäfer, 4 votos, e Janyl de Jesus Silva, 1 voto. Não tendo sido alcançada a maioria absoluta de votos por nenhum dos candidatos em primeiro escrutínio, passou-se ao segundo escrutínio, concorrendo os dois mais votados conforme previsão regimental. Resultado do segundo escrutínio: 29 votos válidos assim distribuídos: Fernando Cesar Baptista de Mattos, 22 votos, e Adverci Rates Mendes de Abreu, 7 votos. Tendo o Dr. Fernando Cesar Baptista de Mattos alcançado a maioria de votos, seu nome também será indicado, por meio de ofício, ao Senado Federal e ao Conselho Nacional de Justiça. Logo após, procedeu-se à eleição de candidatos para a vaga de juiz do CNMP, que teve o seguinte resultado: 29 votos válidos distribuídos desta forma: Sérgio Ricardo de Souza, 10 votos, Mônica Ellas de Lucca, 7 votos, Henrique Lacerda Vasconcelos, 5 votos, Silvio César Arouck Gemaque, 3 votos, Paulo Marcos de Farias, 2 votos, Nicolau Lupianhes Neto, 1 voto, e Osvaldo Canela Junior, 1 voto. Não tendo sido alcançada a maioria absoluta por nenhum dos candidatos, passou-

**BOLETIM DE SERVIÇO
ELETRÔNICO
EM 12/5/2015**



ATA DA SESSÃO PLENÁRIA DE 4 DE MAIO DE 2015

Superior Tribunal de Justiça

se ao segundo escrutínio, quando foram contabilizados 29 votos válidos, distribuídos da seguinte maneira: Sérgio Ricardo de Souza, 15 votos, e Mônica Elias de Lucca, 14 votos. O primeiro nome foi incluído na lista por ter sido o mais votado, independentemente do número de votos, segundo preceitua o final do inciso VIII do parágrafo único do inciso XXXII do art. 21 do RISTJ. Os nomes dos candidatos para publicação no Diário da Justiça Eletrônico do STJ e indicação ao CNJ, CNMP e Senado Federal são: CNJ – Daldice Maria Santana de Almeida – 1º escrutínio –, 20 votos; CNJ – Fernando Cesar Baptista de Mattos – 2º escrutínio –, 22 votos; e CNMP – Sérgio Ricardo de Souza – 2º escrutínio –, 15 votos. Ao final, o Ministro Presidente comunicou aos seus pares que foi concluído o procedimento licitatório para contratação de dois *links* de comunicação de dados de acesso ao STJ via *Internet*. Atualmente existem dois *links* de 100 megabites, totalizando 200 Mbps. Com a nova contratação, a velocidade de acesso será quadruplicada para 800 Mbps, a serem implantados no prazo máximo de 45 dias. Encerrou-se a sessão às vinte horas.



Ministro Francisco Falcão
Presidente



Miguel Augusto Fonseca de Campos
Secretário da sessão

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

OFÍCIO DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

– **Nº S/62, de 2015** (nº 59/2015, na origem), submetendo à apreciação do Senado a recondução do Senhor **WALTER DE AGRA JÚNIOR** para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.
À CCJ.

É o seguinte o ofício:

**OFÍCIO “S”
Nº 62, DE 2015
(Nº 59/2015, NA ORIGEM)**

Brasília, 20 de maio de 2015.

Brasília, 20 de maio de 2015.

**Ao Exmo. Sr.
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF**

Assunto: Conselho Nacional do Ministério Público. OAB. Indicações.

Senhor Presidente.

Nos termos do art. 130-A, V, da Constituição da República, tenho a honra de levar ao conhecimento de V.Exa. as indicações do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público, quanto aos mandatos que terão início no ano em curso.

Após a adoção dos procedimentos previstos no Provimento n. 113, de 2006, desta Entidade, em sessão extraordinária realizada no dia 17 deste mês, o Conselho Pleno escolheu os nomes dos seguintes advogados, cujos documentos acompanham este expediente: **Edras Dantas de Souza**, inscrito na OAB/Distrito Federal sob o n. 3.535, e **Walter de Agra Júnior**, inscrito na OAB/Paraíba sob o n. 8.682.

Colho o ensejo para renovar a V.Exa. os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


Marcus Vinicius Furtado Coelho
Presidente Nacional da OAB



Walter de Agra Júnior

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/7784549515124206>
Última atualização do currículo em 05/11/2014

Possui graduação em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba (1994) e mestrado em Direito Processual pela Universidade Católica de Pernambuco (2007). Tendo sido Conselheiro Seccional na Paraíba eleito por três triênios (1997 - 2006) - Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PB), Conselheiro Federal da OAB (2010-2016), Professor Titular da Faculdades de Ensino Superior da Paraíba (FESP), Professor Assistente I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e advogado - Solon Belevides e Walter Agra Advogados Associados. Tem experiência na área do Direito, com ênfase em Direito Processual Civil, atuando principalmente nos seguintes temas: direito privado, direito eleitoral e direito administrativo. Tendo lecionado Direito Processual Civil no Centro Universitário João Pessoa (UNIPÊ) e na Faculdades de Ensino Superior da Paraíba (FESP), bem como Direito Administrativo na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) - Campus Guarabira .
(Texto informado pelo autor)

Identificação

Nome	Walter de Agra Júnior
Nome em citações bibliográficas	AGRA JÚNIOR, Walter de

Endereço

Endereço Profissional	Solon Belevides e Walter Agra Advogados Associados, Escritório de Advocacia. Praça da Independência, 16 salas 401-405 e 407 Centro 58013490 - João Pessoa, PB - Brasil Telefone: (83) 35334500 URL da Homepage: http://www.swadvogados.com.br
-----------------------	--

Formação acadêmica/titulação

2005 - 2007	Mestrado em Direito Processual, Universidade Católica de Pernambuco, UNICAP, Brasil. Título: Flexibilização da coisa julgada Inconstitucional, Ano de Obtenção: 2007. Orientador: Alexandre Pimentel.
1996 - 1997	Especialização em Especialização Em Direito Processual Civil, (Carga Horária: 435h). Institutos Paraibanos de Educacao, IPE, Brasil. Título: Características Peculiares na Fase Recursal. Orientador: Flamarion Tavares Leite.
1995 - 1995	Especialização em Curso Preparatório a Carreira da Magistratura. (Carga Horária: 720h). Escola Superior da Magistratura da Paraíba. Título: Tutela Antecipada em Ação Recisória. Orientador: Harrison Alexandre Targino.
1990 - 1994	Graduação em Graduação Em Direito.

Universidade Estadual da Paraíba, UEPB, Brasil.
Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Formação Complementar

1996 - 1997	Especialização Em Direito Processual Civil. (Carga horária: 720h). Institutos Paraibanos de Educação, IPE, Brasil.
1996 - 1996	Curso de Processo Eleitoral - Impugnações e Recurso. (Carga horária: 12h). Instituto de Estudos Jurídicos do Rio Grande do Norte.
1995 - 1995	Curso Preparatório a Carreira da Magistratura. (Carga horária: 720h). Escola Superior da Magistratura da Paraíba.
1994 - 1994	Como Gerenciar um Empreendimento. (Carga horária: 15h). Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de João Pessoa.

Atuação Profissional

Conselho Nacional do Ministério Público, CNMP, Brasil.

Vínculo Institucional

2013 - Atual Vínculo: Agente Político, Enquadramento Funcional: Conselheiro

Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil.

Vínculo Institucional

2008 - Atual Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Professor Assistente,
Carga horária: 40

Faculdade de Ensino Superior da Paraíba, FESP, Brasil.

Vínculo Institucional

2006 - Atual Vínculo: , Enquadramento Funcional: Professor Titular, Carga horária: 4

Atividades

8/2006 - Atual Ensino, Direito, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Direito Processual Civil II

Centro Universitário de João Pessoa, UNIPÊ, Brasil.

Vínculo Institucional

1996 - 2006 Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor assistente, Carga horária: 20

Atividades

2/1996 - 8/2006 Ensino, Direito, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Direito Processual Civil I

Instituto de Educação Superior da Paraíba, IESP, Brasil.

Vínculo Institucional

2003 - 2006 Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 20

Atividades

2/2003 - 8/2006 Ensino, Direito, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Direito Processual Civil I



Escola Superior do Ministério Público da Paraíba, ESMEP, Brasil.**Vínculo Institucional****1999 - 1999**

Vínculo: Professor contratado, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 20

Atividades**3/1999 - 12/1999**Ensino, Direito, Nível: Pós-Graduação
Disciplinas ministradas
Direito Processo Civil**Universidade Estadual da Paraíba, UEPB, Brasil.****Vínculo Institucional****1995 - 1995**

Vínculo: Professor Contratado, Enquadramento Funcional: Professor Assistente, Carga horária: 20

Atividades**3/1995 - 8/1995**Ensino, Graduação Em Direito, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Direito Administrativo**Ministério Público do Estado de Pernambuco, MPPE, Brasil.****Vínculo Institucional****1999 - 2000**

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Promotor de Justiça, Carga horária: 0

Atividades**12/1999 - 2/2000**Serviços técnicos especializados, Promotoria de Justiça, Comarca de Petrolina.
Serviço realizado
Oferecimento de ação civil pública, ações penais, participação em audiências civis e penais bem como desenvolvimento de atividade científica e social através das curadorias..**Prefeitura Municipal de João Pessoa, P/JDAO PESSOA, Brasil.****Vínculo Institucional****2002 - 2004**

Vínculo: Cargo em Comissão, Enquadramento Funcional: Procurador Geral do Município, Carga horária: 40

Atividades**4/2002 - 12/2004**Conselhos, Comissões e Consultoria, Procuradoria Geral do Município, Gabinete do Procurador Geral.
Cargo ou função
Procurador Geral do Município.**Salon Belevides e Walter Agra Advogados Associados, S&W ADVOGADOS, Brasil.****Vínculo Institucional****1995 - Atual**

Vínculo: Sócio, Enquadramento Funcional: Advogado, Carga horária: 0

Atividades**11/1995 - Atual**Direção e administração, Diretoria, Coordenação Técnica e Administrativa.
Cargo ou função
Coordenador técnico e científico.**Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, Brasil.****Vínculo Institucional****2010 - Atual**

Vínculo: Conselheiro, Enquadramento Funcional: Conselheiro Eleito

Atividades**02/2013 - Atual**Conselhos, Comissões e Consultoria, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, .
Cargo ou função
Membro da Comissão Especial de Transparência e Acesso à Informação.

02/2010 - 02/2012

Conselhos, Comissões e Consultoria, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, .

Cargo ou função

Presidente da Comissão Nacional do Exame da Ordem.

Ordem dos Advogados do Brasil Pb, OAB/PB, Brasil.

Vínculo institucional**1997 - 2006**

Vínculo: Conselheiro Seccional, Enquadramento Funcional: Conselheiro Eleito, Carga horária: 0

Atividades**1/1997 - 12/2006**

Conselhos, Comissões e Consultoria, Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional da Paraíba.

Cargo ou função

Conselheiro Eleito.

Senado Federal, SENADO, Brasil.

Vínculo institucional**2007 - 2012**

Vínculo: , Enquadramento Funcional: Assist. Parlamentar da Pres. do Senado Federal

Atividades**03/2007 - 05/2012**

Conselhos, Comissões e Consultoria, Presidência do Senado Federal, .

Cargo ou função

Assistente Parlamentar.

Áreas de atuação

1. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Privado/Especialidade: Direito Civil.
2. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Administrativo.
3. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Constitucional.
4. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Processual Civil.
5. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Eleitoral.

Idiomas**Inglês**

Compreende Bem, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.

Espanhol

Compreende Bem, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.

Italiano

Compreende Razoavelmente, Fala Razoavelmente, Lê Pouco, Escreve Pouco.

Prêmios e títulos

- 2013** Voto de Aplausos, Colégio de Procuradores de Justiça - MPPB.
- 2013** Votos de Aplausos e Congratulações, Câmara Municipal de João Pessoa.
- 2013** Votos de Aplausos, em razão da escolha para representar a OAB no Conselho Nacional do Ministério Público, Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional da Paraíba.
- 2013** Advogado escolhido pelo Conselho Federal da OAB no Conselho Nacional do Ministério Público, Conselho Federal da OAB.
- 2013** Votos de Aplausos, em razão da escolha para representar a OAB no Conselho Nacional do Ministério Público, Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.
- 2013** Votos de Congratulações, em razão da escolha para representar a OAB no



	Conselho Nacional do Ministério Público, Tribunal Regional federal da 5ª Região.
2013	Moção de Congratulações em razão da escolha para representar a OAB no Conselho Nacional do Ministério Público, Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.
2013	Voto de Aplauso, Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.
2013	Voto de Aplauso pela Posse no Conselho Federal da OAB, Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba.
2012	Comenda Professor Carlos Coelho, Diretório Acadêmico Tarcísio Burity - CCJ (UEPB).
2004	Título de Cidadão Pessoaense, Câmara Municipal de João Pessoa.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica

1. AGRA JÚNIOR, Walter de . Da Responsabilidade Civil do Advogado e a Perda de uma Chance: Possibilidades, Normas Aplicáveis e Consequências no Brasil e na Argentina. Revista da Fes. Periódico de Diálogos Científicos, v. 1, p. 1, 2014.
2. AGRA JÚNIOR, Walter de . Da Responsabilidade Civil do Advogado e a Perda de uma Chance: Possibilidades, Normas Aplicáveis e Consequências no Brasil e na Argentina. Revista da Fes. Periódico de Diálogos Científicos, v. 1, p. 29, 2011.

Livros publicados/organizados ou edições

1. PEDRA, A. S. ; TAVARES, A. R. ; Velloso, C. M. S ; Pinto, D ; DAMIA, F. L. B. ; SILVA, F. N. ; BERCOVICI, G ; Campos, H.S.O. ; MARTINS, I. G. S. ; ACCIOLY, J ; DELGADO, J. A. ; QUEIROZ, L. V. ; PINHEIRO, M. C. B. ; COELHO, M. V. F. ; REIS, P. M. ; LEWANDOWSKI, R. ; BELTRÃO, S. R. ; CERQUEIRA, T. T. P. ; AGRA, W. M. ; AGRA JÚNIOR, Walter de ; ARAUJO, L. A. D. ; PONTES, G. . Direito eleitoral e democracia: desafios e perspectivas. 1. ed. Brasília: OAB Conselho Federal, 2010. v. 1. 326p .

Textos em jornais de notícias/revistas

1. AGRA JÚNIOR, Walter de . Emenda Constitucional número 45 - Concurso Público. Jornal Correio da Paraíba, Coluna de Direito, 23 fev. 2005.

Outras produções bibliográficas

1. AGRA JÚNIOR, Walter de . 'PJ-e: Dificuldades, Avanços e Necessidade' 2014 (Artigo).
2. AGRA JÚNIOR, Walter de . Legislação Eleitoral e Partidária 2014 (Artigo).

Demais tipos de produção técnica

1. AGRA JÚNIOR, Walter de . Curso de Processo Civil voltado ao Processo Eleitoral. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

2. AGRA JÚNIOR, Walter de . Propaganda Política. 2008. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
3. AGRA JÚNIOR, Walter de . Direito Processual Civil. 2001. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. BORBA, Ricardo Benito Bezerra Borba; AGRA JÚNIOR, Walter de; ISIDRO, Tiago Felipe Azevedo. Participação em banca de José Arimatéia Rufino de Araújo.Efetividade do Modelo de Execução de Sentença: Análise da Fase de Cumprimento de Sentença Instituída pelo art. 475-J do Código de Processo Civil. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.
2. CAVALCANTI, Eduardo de Araújo; AGRA JÚNIOR, Walter de; VIEIRA, Juliana Porto. Participação em banca de Luiz Eduardo de Menezes Soares.O Direito de Punir e as Novas Medidas Cautelares no Processo Penal. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.
3. GONDIM, Ruth Pessoa; LEITE, Fiamarion Tavares; AGRA JÚNIOR, Walter de. Participação em banca de Sayonara Tamara Graça Ferreira.Direito à Saúde x Manipulação de Células-tronco para fins Terapêuticos à Luz da Lei de Biossegurança. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.
4. DUARTE, F. L.; Luciana Vilar de Assis; AGRA JÚNIOR, Walter de. Participação em banca de José Geraldo Medeiros Filho.Crimes contra a Ordem Tributária: O Bem Jurídico Atendido e o Combate à Sonegação Fiscal. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.
5. FONSECA, Ivo Sérgio Borges da; SILVA, F. R. C. G.; AGRA JÚNIOR, Walter de. Participação em banca de Maryanna Pereira da Silva.Direito à Greve/ Greve dos Militares. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.
6. MORAIS NETO, Amaldo Sobrinho de; TRAJANO, Leonardo José Videres; AGRA JÚNIOR, Walter de. Participação em banca de Suelen Gradana Stuart de Brito.Considerações e Desdobramentos Advindos com o Instituto da Nova Lei de Medidas Cautelares e Fiança - Lei n 12.402/11. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.
7. VITAL, Rafael Pontes; MAIA, Paulo Américo de Varconcelos; AGRA JÚNIOR, Walter de. Participação em banca de Dinart Patrick de Sousa Lima.Conflito Legal: Obrigatoriedade do Depósito Recursal ante a Concessão dos Benefícios da Justiça Gratuita no Processo do Trabalho. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.
8. BORGES, Francisca Luciana de Andrade; MAIA, Paulo Américo de Varconcelos; AGRA JÚNIOR, Walter de. Participação em banca de Fabio Costa dos Santos.Aspectos Gerais do Acordo Coletivo de Trabalho. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.
9. VITAL, Rafael Pontes; MAIA, Paulo Américo de Varconcelos; AGRA JÚNIOR, Walter de. Participação em banca de Gabriel Palva Cortez Costa.Competência Penal da Justiça do Trabalho: Estudo à Luz da Emenda Constitucional n 45/2004. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.
10. TRAJANO, Leonardo José Videres; MAIA, Paulo Américo de Varconcelos; AGRA JÚNIOR, Walter de. Participação em banca de Vitor de Albuquerque Gadelha.Honorários de Sucumbência na Justiça do Trabalho. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.
11. Luciana Vilar de Assis; Jossano Mandes de Amorim; AGRA JÚNIOR, Walter de. Participação em banca de



Alessandra Nóbrega Guimarães. Utições Públicas, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte: Estudo à Luz da Lei Complementar 123/2006. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.

12. Sandra Regina Pires; Luciana Albuquerque Cavalcanti Brito; AGRA JÚNIOR, Walter de. Participação em banca de José Francisco de Assis. Direito à Privacidade no Uso da Internet: Omissão da Legislação Vigente e Violação ao Princípio Fundamental da Privacidade. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.

13. ARAÚJO, Alexandre Cavalcanti Andrade de; AGRA JÚNIOR, Walter de; AMORIM, Jossano Mendes de. Participação em banca de Roberto Cesar Carvalho da Silva. Divergência sobre a Coisa Julgada Inconstitucional. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.

14. ALMEIDA, Roberto Moreira; SILVA, F. R. C. G.; AGRA JÚNIOR, Walter de. Participação em banca de Selmano Antonio Farias Leite Montenegro. Lei da Ficha Limpa: Da Irretroatividade da Lei Complementar n 135/2010. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.

15. NÓBREGA, Gabriella Henriques da; AGRA JÚNIOR, Walter de; SILVA, F. R. C. G.. Participação em banca de Marcelo Lopes Burity. Processo Judicial Eletrônico Aspectos Jurídicos dos Documentos Eletrônicos. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.

16. SILVA, F. R. C. G.; ISIDRO, Tiago Felipe Azevedo; AGRA JÚNIOR, Walter de. Participação em banca de Maria Auxiliadora Moreira Gabriel. Guarda Compartilhada: Modelo de Responsabilidade Parental. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.

17. Ludana Vilar de Assis; ISIDRO, Tiago Felipe Azevedo; AGRA JÚNIOR, Walter de. Participação em banca de Mariano Vito da Silva. A Morosidade da Justiça: Desafios ao Poder Judiciário Brasileiro. 2012.

18. ALMEIDA, Roberto Moreira; AGRA JÚNIOR, Walter de; MORAIS NETO, Arnaldo Sobrinho de. Participação em banca de Fábio Emilio Maranhão e Silva. A Importância da Infidelidade Partidária. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.

19. ALMEIDA, Roberto Moreira; MORAIS NETO, Arnaldo Sobrinho de; AGRA JÚNIOR, Walter de. Participação em banca de Monique Negreiros de Siqueira. Propaganda Partidária: Os Reflexos da Declaração de Inconstitucionalidade da Cláusula de Desempenho nas Inserções Estaduais. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.

20. MORAIS NETO, Arnaldo Sobrinho de; ALMEIDA, Roberto Moreira; AGRA JÚNIOR, Walter de. Participação em banca de Wilde de Oliveira Monteiro. Legalidade da Lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrência pelo Policial Militar. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.

21. ANDRADE, M. A.; CAVALCANTI, J. A. C.; AGRA JÚNIOR, Walter de. Participação em banca de Thiago Fernandes Gomes. Dos Alimentos: Solidariedade Recíproca entre Alimentados e Alimentandos. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.

22. DUARTE, F. L.; SILVA, F. R. C. G.; AGRA JÚNIOR, Walter de. Participação em banca de Cinthia Leite Medeiros de Carvalho. Incidência do ISS no Local da Prestação de Serviço. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.

23. DUARTE, F. L.; SILVA, F. R. C. G.; AGRA JÚNIOR, Walter de. Participação em banca de Lauterilo Teotônio Ferreira. Análise da Base de Cálculo da Fatura de Energia Elétrica Residencial da Paraíba. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.

24. DUARTE, F. L.; SILVA, F. R. C. G.; AGRA JÚNIOR, Walter de. Participação em banca de Manoel Roberto Valeriano Fernandes Junior. Antecedentes Históricos da Tributação no Brasil. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.

25. SILVA, F. R. C. G.; DUARTE, F. L.; AGRA JÚNIOR, Walter de. Participação em banca de Michelle de Lima Confessor. Mandado de Segurança e as Inovações Trazidas pelo Lei n 12.016/2009. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.



26. ALMEIDA, Roberto Moreira; CAVALCANTI SOBRINHO, O. B.; AGRA JÚNIOR, Walter de. Participação em banca de Roberta Lima Gomes de Oliveira. Relevância do Registro de Nascimento: Um Direito Fundamental para Formação do Cidadão. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.

27. ALMEIDA, Roberto Moreira; CAVALCANTI SOBRINHO, O. B.; AGRA JÚNIOR, Walter de. Participação em banca de Teofanes Coutinho Melo. Direitos Políticos : O Povo e a Democracia. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.

28. Queiroz; Brito; AGRA JÚNIOR, Walter de. Participação em banca de Angeline Beatriz Costa Valério. Violência Sexual com Meninos e Meninas: Estupro de Vulneráveis. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.

29. Queiroz; AGRA JÚNIOR, Walter de; Brito. Participação em banca de Maria Salomé Gomer Vilar. Previdência e Trabalhador Rural: O segurado Especial e Custeio. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.

30. ABRANTES, N. M. D. L.; AGRA JÚNIOR, Walter de; COSTA, A. P. C. A.. Participação em banca de Josinaldo Pontes de Lucena. Alienação Fiduciária em Garantia de Bem Imóvel: A Quem Favorece. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.

31. Queiroz; AGRA JÚNIOR, Walter de; Brito. Participação em banca de Danielle Roland de Souza Soares. A Legislação Brasileira do Empréstimo Consignado e os Aposentados e Pensionistas do INSS com Renda no Valor Mensal de Até Um Salário Mínimo. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.

32. AGRA JÚNIOR, Walter de; ABREU, Rogério Roberto Gonçalves de; LEITE, Claudedi Tavares. Participação em banca de Germana Pires de Sá Nóbrega. A Inconstitucionalidade do Prazo do Mandado de Segurança. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Institutos Paraibanos de Educação.

33. AGRA JÚNIOR, Walter de; LEITE, Claudedi Tavares; ABREU, Rogério Roberto Gonçalves de. Participação em banca de Carolina Queiroz d Nóbrega. A Eficácia do 41A das Decisões Judiciais. 2002.

Participação em bancas de comissões julgadoras

Concurso público

1. AGRA JÚNIOR, Walter de. XII Concurso Público para provimento de cargos de Juiz Federal Substituto da 5ª Região. 2012. Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

2. AGRA JÚNIOR, Walter de. 52º Concurso para Provimento de cargos de Juiz Substituto do Estado da Paraíba. 2010. Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

3. AGRA JÚNIOR, Walter de; GOUVEIA, Doriel Veloso; PAULO NETO, Carlos Romero Lauria; NÓBREGA, Alexandre Jorge Do Amaral; VASCONCELOS, Flávio Wanderley Cabral de. 12º Concurso público para ingresso na carreira de Promotor de Justiça do estado da Paraíba. 2005. Ministério Público da Paraíba.

4. AGRA JÚNIOR, Walter de; MENDONÇA, Delosmar Domingos de; MOREIRA, Helena Delgado Ramos Filho; BRITO, Vicente Vanderlei Nogueira de. 11º Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz do Trabalho Substituto do TRT da 13ª Região. 2005. Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região.

5. AGRA JÚNIOR, Walter de; GOUVEIA, Doriel Veloso; JANSEN, Alcides de Moura; ROSENO NETO, José; FIGUEIREDO NETO, Luís Nicomedici. 11º Concurso Público para ingresso na carreira do Ministério Público do estado da Paraíba. 2003. Ministério Público da Paraíba.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. XXI Conferência Nacional dos Advogados. CNJ e CNMP: Avaliação e Perspectiva - A participação dos Advogados nos Conselhos. 2014. (Congresso).
2. V Fórum Regional de educação Jurídica - Região Sul. Educação Jurídica e Exame de Ordem Visão Jurídica. 2012. (Outra).
3. XV Assembleia Geral Anual da BGI. 2012. (Outra).
4. XXI Conferência Nacional dos Advogados. Direito Social à Educação. 2011. (Outra).
5. Opening of the Legal Year - 46th Annual Programme. 2011. (Outra).
6. I Congresso Mineiro de Ensino Jurídico, Estágio e Exame de Ordem: A Formação do Profissional de Direito. O novo exame de ordem: desafios da unificação nacional do exame. 2010. (Congresso).
7. Seminário sobre o Controle Externo da Administração Estadual. 2003. (Seminário).
8. I Simpósio Regional de Direito Público e Privado. Direito Público e Privado. 2003. (Simpósio).
9. XVII Encontro do Fórum Nacional dos Procuradores-Gerais das Capitais Brasileiras. 2003. (Encontro).
10. Congresso Mundial de Direito Processual. Colégio de Procuradores Gerais das Capitais Brasileiras. 2002. (Seminário).
11. III Conferência Estadual dos Advogados Paraibanos. Advocacia e Acesso à Justiça. 2002. (Outra).
12. II Congresso Brasileiro de Direito Tributário e Administrativo. Reforma Administrativo-tributária do Estado. 1998. (Congresso).
13. Congresso de Direito Constitucional. Direito Constitucional. 1998. (Congresso).
14. Congresso Brasileiro de Direito Privado. Tendências do Direito Privado na Sociedade Globalizada. 1997. (Congresso).
15. IV Congresso Nacional de Direito Processual. Direito Processual, Cidadania e Reforma da Constituição. 1996. (Congresso).
16. IX Encontro de Magistrados da Paraíba. 1996. (Encontro).
17. Encontro de Magistrados da Paraíba. 1995. (Encontro).
18. VI Semana Jurídica da Faculdade de Direito - UEPB. 1992. (Outra).
19. I Simpósio de Estudos sobre o Crime. 1991. (Simpósio).
20. IV Semana Jurídica da Faculdade de Direito - UEPB. 1991. (Outra).
21. V Semana Jurídica da Faculdade de Direito - UEPB. 1991. (Outra).

Orientações



Orientações e supervisões concluídas**Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização**

1. Jackeline Alves Cartaxo. Implicações de Reforma Constitucional no Direito Processual Civil. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Universidade Potiguar. Orientador: Walter de Agra Júnior.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1. João Osiel de Moura. A Modalidade Licitatória do Pregão sob a Luz do Princípio da Eficiência Administrativa. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba. Orientador: Walter de Agra Júnior.
2. Ademilton Moredson Marques de Carvalho. O Poder do Direito nas Mudanças Democráticas Eleitorais. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba. Orientador: Walter de Agra Júnior.
3. Flávio Reinaldo Barros. Constituição e Legalização de Sociedades Cooperativas; Disciplinadas pelas Leis 5.764/71 e 5.981/82. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba. Orientador: Walter de Agra Júnior.
4. José Carlos Rodrigues. Coisa Julgada. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba. Orientador: Walter de Agra Júnior.
5. Sávio Moreira Leite Loureiro. O Comércio Eletrônico e o Direito do Consumidor. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba. Orientador: Walter de Agra Júnior.
6. Gerlane Fernandes de Azevedo. Imunidade Parlamentar: Prerrogativa ou Privilégio?. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba. Orientador: Walter de Agra Júnior.
7. Rafael Pontes Vital. Responsabilidade Civil por Erro de Arbitragem no Futebol. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal da Paraíba. Orientador: Walter de Agra Júnior.
8. Patrícia Araújo da Silva. A Coisa Julgada Inconstitucional e os Princípios da Segurança Jurídica. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal da Paraíba. Orientador: Walter de Agra Júnior.
9. Hallynne Mayra Aragão Poggi Uns. Guarda Compartilhada: Seus Benefícios e Aplicabilidades. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba. Orientador: Walter de Agra Júnior.
10. Maria Cynara Uma de Melo. Fragilização da Dignidade da Pessoa Humana em Criança e Adolescentes pela Ausência do Reconhecimento e Convívio Paterno e suas Consequências Jurídico-Penais. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba. Orientador: Walter de Agra Júnior.
11. Pedro Jorge de Brito Silva. As Repercussões no Meio Jurídico Social do Fenômeno da Terceirização. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba. Orientador: Walter de Agra Júnior.
12. Carolina Queiroz da Nóbrega. A Eficácia do 41A nas Decisões Judiciais. 2002. O f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Institutos Paraibanos de Educação. Orientador: Walter de Agra Júnior.
13. Germana Pires de Sá Nóbrega. A Inconstitucionalidade do Prazo de Mandado de Segurança. 2002. O f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Institutos Paraibanos de Educação. Orientador: Walter de Agra Júnior.



ARGUMENTAÇÃO ESCRITA

Declaro para os devidos fins de direito e especificamente para comprovação perante o Senado Federal que **POSSUO EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL** a ensejar a aprovação de meu nome para exercer o cargo de Conselheiro perante o Conselho Nacional do Ministério Público pelo que apresento os seguintes fatos justificadores: a) Atualmente exerço o cargo de Conselheiro do CNMP e diante do meu desempenho neste cargo fui eleito por unanimidade em minha classe para a recondução; b) Sou Mestre em Direito Processual Civil; c) Doutorando em Direito Civil; d) Possuo diversas pós graduações indicadas no meu curriculum vitae; e) Sou professor efetivo na Universidade Federal da Paraíba; f) Leciono em diversas outras faculdades há mais de 20 anos; g) Conselheiro Federal pela Paraíba no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil em meu segundo mandato; h) ex-Presidente da Comissão Nacional do Exame de Ordem de 2009/2011; i) Presidente da Comissão de Infância e Juventude do CNMP; j) Recebi diversas comendas e títulos de cidadania; l) Procurador Geral do Município de João Pessoa – PB de 2002/2004; m) Promotor de Justiça no Estado de Pernambuco em 2000; n) advogado militante.

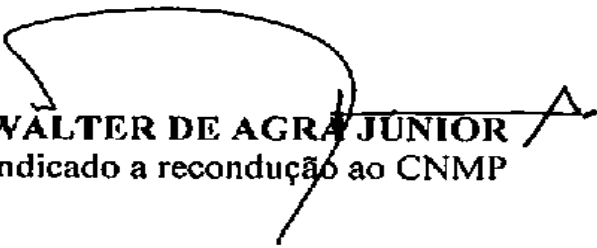
Brasília, 21 de maio de 2015.


WALTER DE AGRA JÚNIOR
Indicado a recondução ao CNMP

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito e especificamente para comprovação perante o Senado Federal que estou **REGULAR** em minha situação fiscal junto as Fazenda Públicas Federal, Estadual e Municipal e suas autarquias, como bem comprovam as certidões já apresentadas.

Brasília, 21 de maio de 2015.



WALTER DE AGRA JÚNIOR
Indicado a recondução ao CNMP

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito e especificamente para comprovação perante o Senado Federal que **NÃO** participo como sócio proprietário ou gerente em entidades públicas governamentais ou não governamentais, tanto que atualmente exerço o mandato de Conselheiro junto ao CNMP em vaga destinada aos advogados.

Declaro outrossim, que tenho participação societária apenas no escritório de advocacia (empresa privada) **OLON BENEVIDES & WALTER AGRA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrito sob o CNMP nº 01.011.687/0001-23.

Brasília, 21 de maio de 2015.



WALTER DE AGRA JÚNIOR
Indicado a recondução ao CNMP

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito e especificamente para comprovação perante o Senado Federal que **NÃO ATUO e NEM NUNCA ATUEI** em Conselhos de Administração de quaisquer das empresas estatais existentes.

Brasília, 21 de maio de 2015.



WALTER DE AGRA JÚNIOR
Indicado a recondução ao CNMP

Brasília, 20 de maio de 2015.

De acordo com o art. 5º, inciso II, da Resolução n. 07, de 2005, do Senado Federal, informo que não sou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até terceiro grau inclusive, de membro ou servidor da Ordem dos Advogados do Brasil, instituição responsável pela minha indicação para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público no biênio 2015/2017.

Declaro, nos termos do inciso III do dispositivo acima citado, a inexistência de sanções criminais ou administrativo-disciplinares, bem como a inexistência de procedimentos dessa natureza instaurados contra a minha pessoa.

Declaro, ainda, segundo o disposto no inciso IV do mesmo dispositivo, que não sou membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

Finalmente, nos termos do parágrafo único do art. 5º do Provimento n. 113/2006 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que "Dispõe sobre a indicação de advogados para integrar o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público, na forma da Constituição Federal", firmo compromisso no sentido de que não postularei a nomeação ou a designação para cargos em comissão e funções de confiança, nas áreas do Poder Judiciário ou do Ministério Público, de cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, e observarei, irrestritamente, os princípios firmados no art. 3º da Resolução nº 7, de 2005, do Conselho Nacional de Justiça.



Walter de Agra Júnior
OAB/PB n. 8682

**Exmo. Sr. Dr. Presidente do Conselho Federal da Ordem
dos Advogados do Brasil - Dr. Marcus Vinicius Furtado
Coêlho.**



WALTER DE AGRA JÚNIOR, brasileiro, casado, advogado inscrito perante a OAB/PB nº 8682, vem, respeitosamente, a presença de V. EXª requerer a INSCRIÇÃO, nos termos do Edital veiculado no Diário Oficial da União, para submeter o nome do requerente à análise do Conselho Federal para exercer mandato perante o CNMP - Conselho Nacional do Ministério Público representando a Ordem dos Advogados do Brasil, o que o faz na forma e tempo fixado, apresentando, ainda, todos os documentos em anexo com a finalidade de demonstrar o preenchimento de todos os requisitos editalícios e do Provimento nº 113/2006.

Termos em que
Pede e Espera Deferimento.

Brasília, 20 de março de 2015.



Walter de Agra Júnior
Advogado OAB/PB 8682

**COMPROVANTE DO REQUISITO DO ART. 2º DO
PROVIMENTO Nº 113/2006**



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO



O REITOR DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

no uso de suas atribuições e tendo em vista terem sido cumpridas todas as exigências de ordem legal, bem como as estabelecidas por esta Universidade, confere

o grau de

MESTRE

WALTER DE AGRA JÚNIOR

DIREITO

documento de identificação nº **1425155** órgão expedidor **SSP/PE**

natural de **PARAIBA** nascido(a) em **07 DE DEZEMBRO DE 1971**

nacionalidade **BRASILEIRA** e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Recife (PE), 19 de MAIO de 2008

[Assinatura]
Diretor de Admissão e Registro
Prof. Maria Tereza Soares de Melo Passos

[Assinatura]
Reitor
Prof. Luciano José Pinheiro Soares
Vice-Reitor Administrativo e Relações com a Comunidade

Diplomando(a)

APOSTILA

1. Pró-reitoria Acadêmica - nova documentação, a partir de 05 de outubro de 2006, sua documentação de alteração no Espetrum desta Universidade.

2. Esta documentação da nova estrutura organizacional da UNICAP, a partir de 25 de janeiro de 2008, o Decreto de Admissão e Registro juntou a ser documentada da Diretoria de Gestão Escolar - DGE, a Seção de Expediente e Registro de Diplomas, Setor de Expediente e Registro de Diplomas - Ford.

Recife, 19 de maio de 2008.

Profª Maria Tereza Barreto de Melo Pereira
Diretora de Gestão Escolar

Prof. Luciano José Rodrigues Santos
Pro-reitor Administrativo do Senac de Pernambuco



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
Diretoria de Admissão e Registro
Setor de Expediente e Registro de Diplomas

Programa de Pós-graduação regulamentado pelo (a) Portaria Nº 334, MEC
de 23 / 04 / 2008, publicado (a) no D.O.U. de 30 / 04 / 2008.

Área de concentração: MESTRADO PROFISSIONAL

Assinado como: _____

Diploma registrado sob nº 134, livro PGD-DI

folha 028-ff, conforme processo nº 334 - 2008 - SCD, de acordo com o competente fornecido no art. 18, § 1º, I, par. da Lei 9.130, de 24/12/1996, publicado no D.O.U. de 22/12/1996, e delegação efetuada pela Portaria nº 139 de 06/10/1996, do Magnífico Reitor da Universidade Católica de Pernambuco.

Em 06 de Junho de 2008

Responsável pelo Registro

João Alexandre Ramos da Silva

Chefe do Setor de Expediente e Registro de Diplomas

Márcia de Sá Lúcio Barbosa

Diretor de Admissão e Registro

Profª Maria Tereza Barreto de Melo Pereira

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
TELEJUDICIÁRIO - CENTRAL DE CERTIDÕES
FONE: (83) 3621-1581

N.: 150313002612-08
PAG: 1

13/03/2015, 12h45min

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
CRIMINAL

CERTIFICO QUE, EM PESQUISA REALIZADA NOS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS ATIVOS NOS CARTÓRIOS COMUNS E/OU ESPECIALIZADOS, ANTERIORES A DATA DE 13/03/2015, EM TODAS AS COMARCAS DO ESTADO, QUE NADA CONSTA CONTRA:

WALTER DE AGRA JUNIOR
CPF: 806.263.004-87
Mãe: EVA MARIA DE MOURA AGRA
Pat: WALTER AGRA DE ARAUJO

OBSERVAÇÕES:

- 1- Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base na Resolução nº 17/2010, da Presidência do TJPB.
- 2- O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo próprio solicitante. Sua autenticidade deverá ser conferida pelo interessado conferindo com o documento original (ex: CPF e Identidade).
- 3- Esta Certidão não terá validade para fins de Instrução de Processos Judiciais.
- 4- A pesquisa é restrita aos dados fornecidos pelo solicitante, ficando ressalvados os registros cadastrados de forma diversa.
- 5- Ficam excluídos desta certidão os processos no âmbito do Processo Judicial Eletrônico - PJE.

Atenção:

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela Instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.tjpb.jus.br> por um prazo máximo de 60 dias.

JOÃO PESSOA, 13 DE MARÇO DE 2015

ENDEREÇO:

Praça Venâncio Nelva, S/N, Centro, João Pessoa - PB



Poder Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL

Nº 201500053347

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

WALTER DE AGRA JÚNIOR

CPF: 806.263.004-87

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado da Paraíba.

Observações:

1 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base na Portaria nº 1.435/2005-GOF

2 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela Instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpb.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

João Pessoa, 13/3/2015 09:38:00

Endereços:

João Pessoa - Rua João Teixeira de Carvalho, 480 - Brisamar, CEP: 58031-900, Fone: (83) 2108-4040

Campina Grande - Rua Edgard Vilarim Meira, s/n - Liberdade, CEP: 58105-000, Fone: (83) 2101-9100

Sousa - Rua Francisco Vieira da Costa, s/n - Rachel Gadelha, CEP: 58800-000 - Fone (83) 3522-2673

Monteiro - Rua Padre Artur Cavalcante, s/n - Centro - Fone (83) 3351-2096

Guambira - Rua Augusto de Almeida, 258, Bairro Novo - Fone (83) 3613-8100

Patos - Rua Bossuet Wanderley, 649, Bairro Brasília - Fone (83) 3415-8700



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
CERTIDÃO DE AÇÕES CRIMINAIS
89942397**

Certificamos que contra

Nome: WALTER DE AGRA JÚNIOR

CPF: 806.263.004-87

Data de Nascimento: 07/12/1971

Nome da mãe: EVA MARIA DE MOURA AGRA

NADA CONSTA

no que se refere a Ações Penais Militares em andamento ou com sentença condenatória transitada em julgado e/ou Processo de Execução Penal em andamento na Justiça Militar da União.

Certidão emitida em 13/03/2015 às 09:20:49 (hora de Brasília) com base na Resolução nº 149, de 03/08/2007, do Superior Tribunal Militar, publicada no DJ de 17/08/2007.

Os dados pessoais acima são de responsabilidade do solicitante da certidão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.stm.jus.br> (Menu "Certidão Negativa/Autenticação de Certidão") informando o Número de Controle e o CPF do emissor da Certidão.

**Certidão gratuita e de âmbito nacional
Esta certidão é válida por 90 dias**



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
CONTAS JULGADAS IRREGULARES

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **WALTER DE AGRA JUNIOR**

CPF: **806.263.004-87**

O Tribunal de Contas da União **CERTIFICA** que, até a presente data, **NÃO CONSTA** em nome do(a) requerente acima identificado(a), registro de Tomada de Contas Especial, Prestação de Contas ou Tomada de Contas julgada irregular.

A consulta para a emissão desta certidão foi efetuada nos registros do Cadastro de Contas Julgadas Irregulares pelo TCU - CADIRREG, excluídos os lançamentos relativos a processos em tramitação que ainda não foram objeto de deliberação por parte deste Tribunal.

Certidão emitida às 09h23min45 do dia 13/03/2016, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no site
<http://contas.tcu.gov.br/certidao/Veb/Certidao/verificaCertidao.faces>

Código de controle da certidão: ZRMY.S16E.G82X.8C8S

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (13/03/2015 às 09:29) não consta registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça, quanto ao CPF nº 806.263.004-87.

A inexistência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade não significa a inexistência de condenações, uma vez que o cadastro está em fase de preenchimento.

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço: <http://www.cnj.jus.br> através do número de controle: 6602.D811.19CA.3745

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
TELEJUDICIÁRIO - CENTRAL DE CERTIDÕES
FONE: (83) 3621-1581

N.: 150313000920-86
PAG: 1

13/03/2016, 10h45min

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
EXECUÇÃO FISCAL

CERTIFICO QUE, EM PESQUISA REALIZADA NOS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS ATIVOS NOS CARTÓRIOS COMUNS E/OU ESPECIALIZADOS, ANTERIORES A DATA DE 13/03/2016, EM TODAS AS COMARCAS DO ESTADO, QUE NADA CONSTA CONTRA:

WALTER DE AGRA JÚNIOR
CPF: 806.263.004-87
Mãe: EVA MARIA DE MOURA AGRA
Pat: WALTER AGRA DE ARAÚJO

OBSERVAÇÕES:

- 1- Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base na Resolução nº 17/2010, da Presidência do TJPB.
- 2- O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo próprio solicitante. Sua autenticidade deverá ser conferida pelo interessado confrontando com o documento original (ex: CPF e Identidade).
- 3- Esta Certidão não terá validade para fins de Instrução de Processos Judiciais.
- 4- A pesquisa é restrita aos dados fornecidos pelo solicitante, ficando reservados os registros cadastrados de forma diversa.
- 5- Ficam excluídos desta certidão os processos no âmbito do Processo Judicial Eletrônico - PJE.

Atenção:

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.tjpb.jus.br> por um prazo máximo de 90 dias.

JOÃO PESSOA, 13 DE MARÇO DE 2016

ENDEREÇO:

Praça Venâncio Neiva, 8/N, Centro, João Pessoa - PB

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
TELEJUDICIÁRIO - CENTRAL DE CERTIDÕES
FONE: (83) 3621-1581

N.: 150313000934-98

13/03/2015, 10h42min

PAG: 1

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

CERTIFICO QUE, EM PESQUISA REALIZADA NOS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS NO CARTÓRIO ESPECIALIZADO DA JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA, ANTERIORES A DATA DE 13/03/2015, QUE NADA CONSTA CONTRA:

WALTER DE AGRA JÚNIOR
CPF: 806.263.004-87
Mãe: EVA MARIA DE MOURA AGRA
Pai: WALTER AGRA DE ARAÚJO

OBSERVAÇÕES:

- 1- Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base na Resolução nº 17/2010, da Presidência do TJPB.
- 2- O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo próprio solicitante. Sua autenticidade deverá ser conferida pelo interessado confrontando com o documento original (ex: CPF e Identidade).
- 3- Esta Certidão não terá validade para fins de Instrução de Processos Judiciais.
- 4- A pesquisa é restrita aos dados fornecidos pelo solicitante, ficando ressalvados os registros cadastrados de forma diversa.
- 5- Ficam excluídos desta certidão os processos no âmbito do Processo Judicial Eletrônico - PJE.

Atenção:

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.tjpb.jus.br> por um prazo máximo de 90 dias.

JOÃO PESSOA, 13 DE MARÇO DE 2015

ENDEREÇO:

Praça Venâncio Neiva, S/N, Centro, João Pessoa - PB



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
SECRETARIA JUDICIÁRIA

CERTIDÃO NEGATIVA PARA FINS ELEITORAIS

6784/2015

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, na forma da lei, etc.

CERTIFICA que, consultando os sistemas de Processo Judicial Eletrônico e Processo Judicial Isico de 2º grau, **NÃO CONSTA** nenhuma **AÇÃO** de natureza **CRIMINAL / CÍVEL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA** contra **WALTER DE AGRA JÚNIOR**, CPF/CNPJ Nº 808.263.004-87. Dada e passada nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos 13 (treze) dias do mês de Março de 2015 (dois mil e quinze) às 09:46:58.

Critérios da pesquisa: por nome, por nome e CPF/CNPJ ou por CPF/CNPJ

Observações:

- a) A informação do n.º do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.
- b) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, endereço (www.trf5.jus.br/), por meio do código de validação abaixo, por 90 dias após a data de emissão.
- c) Esta certidão tem validade em todo o Território Nacional.

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:
8-1003-8150-3



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **WALTER DE AGRA JUNIOR**

Inscrição: **017576641244** Zona: 76 Seção: 49

Município: 20516 - JOÃO PESSOA UF: PB

Data de Nascimento: 07/12/1971 Domiciliado desde: 27/04/2000

Filiação: EVA MARIA DE MOURA AGRA

WALTER AGRA DE ARAUJO

Certidão emitida às 09:40 de 13/03/2015

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e o regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência da perda de nacionalidade; cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conexão; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta certidão de quitação eleitoral é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

SUON.RKS4.1H8C.PMRQ

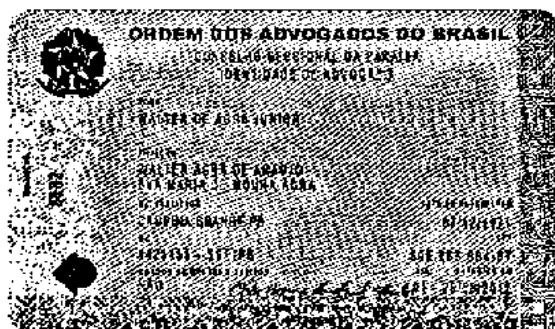
**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **WALTER DE AGRA JUNIOR**
Inscrição: **017576641244** Zona: 76 Seção: 49
Município: 20516 - JOÃO PESSOA UF: PB
Data de Nascimento: 07/12/1971 Domiciliado desde: 27/04/2000
Filiação: EVA MARIA DE MOURA AGRA
WALTER AGRA DE ARAUJO

Certidão emitida às 09:41 de 13/03/2015

Esta certidão de crimes eleitorais é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **UZHXSJ/Z.1QDR.IXOY**



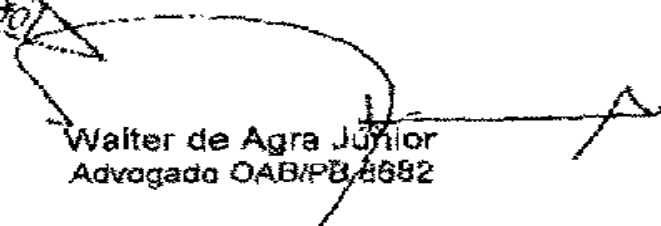
**COMPROVANTE DO REQUISITO DO ART. 4º, I DO
PROVIMENTO Nº 113/2006**

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de inscrição para seleção para o mandato de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público como representante da OAB e demais fins de direito que, nos exatos termos do art. 4º, Inciso I do Provimento nº 113/2006 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, declaro que me disponho a aceitar a indicação para exercer o mandato de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, estando ciente dos requisitos, deveres e restrições concernentes ao exercício das funções atinentes ao referido cargo a que concorro.

Brasília, 20 de março de 2015

JOÃO CARLOS



Walter de Agra Júnior
Advogado OAB/PB/2682

**COMPROVANTE DO REQUISITO DO ART. 4º, II DO
PROVIMENTO Nº 113/2006**



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

O REITOR DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

no uso de suas atribuições e tendo em vista terem sido cumpridas todas as exigências de ordem legal, bem como as estabelecidas por esta Universidade, conforme a seguir de

MESTRE

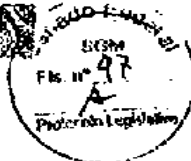
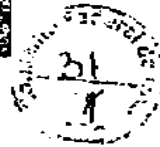
WALTER DE AGRA JÚNIOR

DIREITO

documento de identificação nº 1425155 órgão expedidor SSP/PB
 natural de PARAIBA nascido(a) em 07 DE DEZEMBRO DE 1971
 nacionalidade BRASILEIRA e cujas qualificações e praxe de exercício de funções e prerrogativas legais.

Rua (R) 19 de MAIO de 2008

(Assinatura)
 Diretor de Administração e Registro
 Prof. Maria Tereza Barros de Melo Pereira
 Reitor
 Prof. Luciano José Pinheiro Barros
 Presidente do Conselho de Administração da Universidade Católica de Pernambuco



APOSTILA

1. Pró-reitoria Acadêmica - zona desmembrada, a partir de 26 de outubro de 2008, em decorrência de alteração no Estatuto desta Universidade.

2. Em decorrência da nova estrutura organizacional da UNICAP, a partir de 25 de janeiro de 2008, a Diretoria de Admissão e Registro passou a ser denominada de Diretoria de Cadastro Escolar - DCE; a Seção de Expedição e Registro de Diplomas, Setor de Expedição e Registro de Diplomas - Serd.

Roriz, 19 de maio de 2008.

Profª Maria Tereza Barreto de Melo Pereira
Diretora de Cadastro Escolar

Prof. Leonardo José Pinheiro Santos
Pró-reitor Administrativo no exercício da Direção

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

Pró-reitoria de Assuntos e Pós-graduação
Diretoria de Admissão e Registro
Seção de Expedição e Registro de Diplomas

Programa de Pós-graduação reconhecido pelo (a) Portaria Nº 534, MEC

de 28 / 04 / 2008, publicado (a) no D.O.U. de 30 / 04 / 2008.

Área de concentração: REITO PROCESSUA

Assinado com carimbo: 3

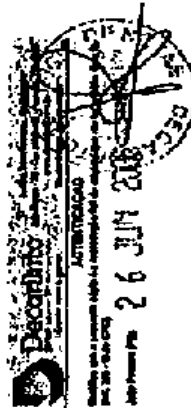
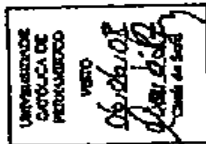
Diploma registrado sob nº 134, série PEM-01,
folha 029-01, conforme processo nº 031-2008-Serd, de acordo
com a correspondência fixada no art. 48, § 1º, par. 1º, da Lei 9.394, de 20/12/1996,
publicada no D.O.U. de 23/12/1996, e a delegação efetivada pela Portaria
nº 179 de 04/10/1998, do Magnífico Reitor da Universidade Católica de
Pernambuco.

Em 06 de junho de 2008

Responsável pelo Registro
José Alexandre Barros da Silva

Prof. Dr. João Paulo
Chefe da Seção de Expedição e Registro de Diplomas
Mônica de Sá Lúcio Barroza

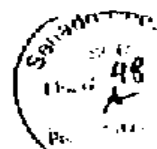
Prof. Dr. João Paulo
Diretor de Admissão e Registro
Profª Maria Tereza Barreto de Melo Pereira



0296

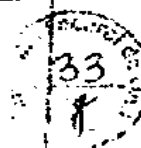
32

9





UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE PERNAMBUCO



CERTIFICADO
DE CONCLUSÃO E COLAÇÃO DE GRAU DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO

CERTIFICO, de acordo com os registros acadêmicos, que

***** WALTER DE AGRA JÚNIOR, *****

nascido(a) em 07 de dezembro de 1971, portador(a) da Carteira de Identidade nº 1425155 - SSP/PB, CONCLUIU, nesta Universidade, no dia 05 de setembro de 2007, o Programa de DIREITO - ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL, reconhecido pela Portaria nº 3.716 - MEC, de 09.09.2005, publicada no Diário Oficial da União de 12.09.2005. ***

COLOU GRAU de MESTRE em dezessets de maio de dois mil e oito. ***

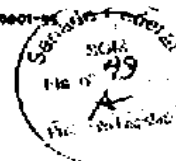
Diretoria de Gestão Escolar da Universidade Católica de Pernambuco, em dezessets de maio de dois mil e oito. ***

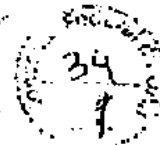

Profª Maria Teresa Barreto de Melo Peretti
Diretora de Gestão Escolar



Diretoria de Gestão Escolar

Rua da Princesa, 196 - Boa Vista - Recife - Pernambuco - Brasil - CEP: 50050-900 - Fone: (51) (081) 319.4127 - FAX: 319.4155 - CNPJ: 06.043.727/0001-95



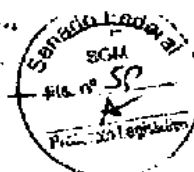


UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA


DIPLOMA


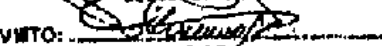
JOSEMIR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA, NO
USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, EXTENDE EM VISTA A CONCLUSÃO DO CURSO
DE DIREITO, EM 1994, EM CAMPINA GRANDE, DE 1994,
CONFERE O TÍTULO DE BAACHA,
A BAACHA,
DE NACIONALIDADE BRAZILEIRA,
NATURAL DE CAMPINA GRANDE, PB,
NASCIDO EM NO DIA 10/05 DE 1968, DE 001 PORTA-
DOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 150.168.567/PA, E OUTOR-
GA-LHE O PRESENTE DIPLOMA, A fim de que possa gozar de todos
OS DIREITOS E PRERROGATIVAS LEGAIS.

CAMPINA GRANDE, 22 DE JULHO DE 1995

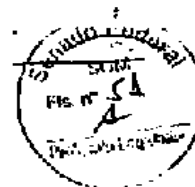
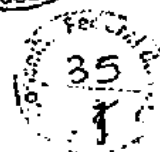


CURSO DE	<u>DIREITO</u>
RECONHECIDO PELO	<u>DECRETO FEDERAL</u>
Nº	<u>71.024</u> DE <u>25</u> / <u>08</u> / <u>1972</u> PUBLICADO
Nº D. O. U. EDIÇÃO DE	<u>28</u> / <u>09</u> / <u>1972</u>


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
SUBCOORDENAÇÃO DE REGISTRO DE DIPLOMAS

Registrado sob nº 56 do livro M-449
 fls. 512 por delegação de competência, nos termos
 das Portarias do Departamento de Assuntos Universi-
 tários nº 71, de 11.10.1977 e nº 28, de 18.08.1978
 e da Portaria da Secretaria de Ensino Superior nº 30,
 de 17.08.1978.
 Processo nº 001293/95
 João Pessoa, 14 de Março de 95

 SUBCOORDENADOR
 VITO: 
 Prá-Retina

Isento de selo, de acordo com a alteração
 68ª, à Lei nº 3.610, de 30.12.1959





INSTITUTO DE ESTUDOS JURÍDICOS DO RIO GRANDE DO NORTE

Av. Juruqueira Aires, 478 - Natal-RN

CERTIFICADO

Certificamos que DR. VALTER DE ARA JÚNIOR

Participou do

CURSO DE PROCESSO ELEITORAL - Impugnações e Recursos

, realizado no período de

11 a 13 de julho de 1996, cuja programação

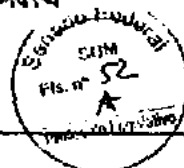
encontra-se registrada no verso.

Natal (RN), 13 de julho de 1996.


 Presidente TJ/RN

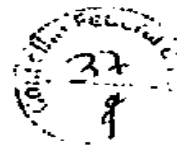
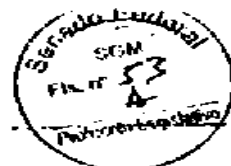
ROGADO
 OAB-RN 128 - CFC 8877/94-1
 PRESIDENTE TJ/RN

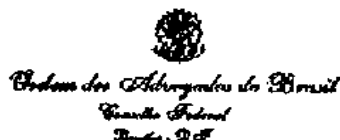
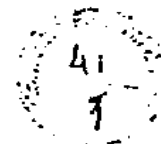

 PROFESSOR



PROGRAMAÇÃOCURSO: 1º PROCESSO ELEITORALTEMA: IMPLICAÇÕES E RECURSOS ELEITORAISCARGA HORÁRIA: 72 (doze) horas/aulaPROFESSOR: DR. FRANCISCO BARROS DIASIsis BandeiraProfessor na UERN**PRESIDENTE DO IEJ DR. NOEL PINHEIRO BASTOS**

Advogado - OAB/RN nº 1355

Conselheira da OAB/RN e Diretor da
Escola Superior de Advocacia da OAB/RN.



Ofício n.º 007 / 2013 / CFOAB / GAC / CETAI

Brasília, 1º de fevereiro de 2013.

Ào Senhor
Conselheiro Federal Walter de Agra Júnior
João Pessoa/PB

Assunto: Designação para a Comissão Especial de Transparência e Acesso à Informação.

Prezado Senhor,

Levo ao conhecimento de V.Ex.ª a edição da Portaria n.º 001/2013, cuja cópia anexa, contendo sua designação para compor a Comissão Especial de Transparência e Acesso à Informação do Conselho Federal da OAB.

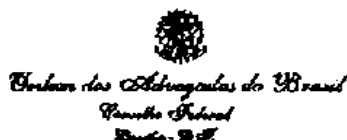
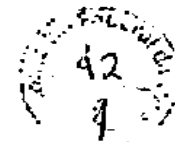
Dessa forma, ao apresentar minhas congratulações, certo de contar com a dedicação de V.Ex.ª, renovo os votos de estima e consideração.

Cordialmente,


Marcus Vinícius Fortado Coelho
Presidente

Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – Máximo do Estado da Ordem
RAISQ Quadra 05 Lote 01 Bloco "A" – Brasília/DF – Brasil – CEP: 70070-930
Tel: 61 2193-9778 / 9775 / Fax: 61 2193-9723 / E-mail: cfoab@conjuracao.org.br / www.cfoab.org.br





Ofício n.º 007 / 2013 / CFOAB / OAC / CETAI

Brasília, 1.º de fevereiro de 2013.

Ao Senhor
Conselheiro Federal Walter de Aguiar Júnior
João Pessoa/PB

Assunto: Designação para a Comissão Especial de Transparência e Acesso à Informação.

Prezado Senhor,

Levo ao conhecimento de V.Ex.ª a edição da Portaria n.º 001/2013, cuja cópia anexo, contendo sua designação para compor a Comissão Especial de Transparência e Acesso à Informação do Conselho Federal da OAB.

Dessa forma, ao apresentar minhas congratulações, certo de contar com a dedicação de V.Ex.ª, renovo os votos de estima e consideração.

Cordialmente,

Maceuz Vinícius Furtado Coelho
Presidente





Ofício nº 001 / 2010 / GAG / CNEOR

Brasília, 06 de abril de 2010.

Ao Senhor
Walter de Aguiar Junior
João Pessoa/PB

Assunto: Designação para a Comissão Nacional de Exame da Ordem.

Prezado Senhor,

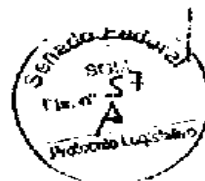
Levo ao conhecimento de V.Ex.ª a edição da Portaria n.º 015/2010, cuja cópia anexo, contendo sua designação para presidir a Comissão Nacional de Exame de Ordem do Conselho Federal da OAB.

Dessa forma, ao apresentar minhas congratulações pela indicação na condução dos trabalhos da destacada Comissão, certo de contar com a dedicação de V.Ex.ª, reafirmo o integral apoio dessa presidência, bem como da Diretoria do Conselho Federal da OAB.

Fraternamente,


Opil Gavalcante Junior
Presidente

Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
SAS - Quadra 05, Bloco 1A, Lote 01, Ed. OAB - Brasília - DF - CEP: 70070-900





PORTARIA n.º 015/2010

**Instala a Comissão Nacional de Exame
de Ordem e designa seus membros.**

O Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, no uso das suas atribuições legais e regulamentares, de acordo com o Provimento n.º 115/2007,

RESOLVE

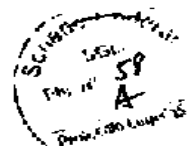
**Instalar a Comissão Nacional de Exame de Ordem e designar
seus membros:**

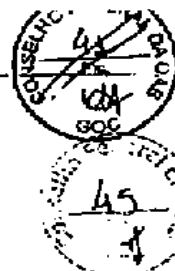
- Walter de Agra Junior (PB): Presidente;
- Edson Cosac Bortolai (SP): Vice-Presidente;
- Janine Adeodato Accioly (CE): Secretária;
- Antonio Wilson Soares de Sousa (PI);
- Carlos Alberto de Oliveira (RS);
- Floriano Edmundo Poersch (AC);
- Ivo Harry Junior (PR);
- José Antonio Tadeu Guilhen (MT);
- Misael de Albuquerque Montenegro Filho (PE);
- Renan Aguiar (RJ).

Dê-se ciência, registre-se e publique-se.

Brasília, 19 de março de 2010.


Othmar Cavalcante Junior
Presidente






DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO:

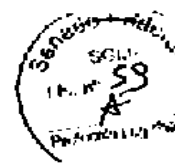
Declaro para os devidos fins, que o professor Esp. Walter Agra publicou o artigo intitulado "DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ADVOGADO E A PERDA DE UMA CHANCE: POSSIBILIDADES, NORMAS APLICÁVEIS E CONSEQUÊNCIAS NO BRASIL E NA ARGENTINA" na *Revista Da Fesp - Periódico de Diálogos Científicos - Semestral*, (1982-0895), v. 1, n.º 10, (dez, 2011).
João Pessoa: FESP - Fundação de Ensino Superior da Paraíba, 2011.

João Pessoa, 04 setembro de 2012



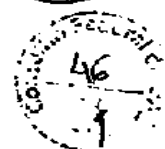
Lara Sanabria Vianna
(Coord.ª De Extensão e Pesquisa)
Direção Editorial

Fesp - FACULDADES DE ENSINO SUPERIOR DA PARAIBA
Av. Flávio Ribeiro Coutinho, 886 - B. T. 113 - Manaira Shopping - Manaira
João Pessoa-PB - CEP: 58.037-080 - Fones: (83) 2106-6176 / 2106-6175 - Fax: 2106-6194
sedup@uol.com.br





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 13ª REGIÃO
OFÍCIO TRT SRHP NORH Nº 335 / 2001



João Pessoa/PB, 20/09/2001.

Ilustríssimo Senhor,

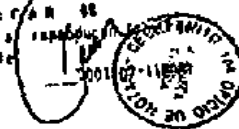
Vimos, pelo presente, e em nome do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, encaminhar seu certificado pela ministração do curso de DIREITO PROCESSUAL CIVIL, realizado no período de 15/08 a 05/09/2001, com duração de 27 horas-aula.

Aproveitamos a oportunidade para expressar o nosso reconhecimento pela dedicação dispensada em prol desta Justiça Laboral.

Atenciosamente,

José Hugo Leite Quinto
Chefe do Núcleo de Desenvolvimento de Recursos Humanos
TRT - 13ª Região

RECAPITULO - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - 13ª REGIÃO DO TRABALHO
DE 13ª REGIÃO DO TRABALHO
Certifico que o presente registro é
original que se foi emitido em 15/09/2001
João Pessoa 15.09.2001



Ao Ilmo. Sr.

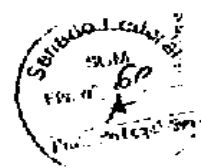
Professor WALTER DE AGRA JUNIOR

Rua Dom Pedro I, nº 719, Edif. Dinamic Center, salas 408/407, Centro

João Pessoa/PB

CEP 58013-021

MEGOFONOGRADEC





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA 13ª REGIÃO

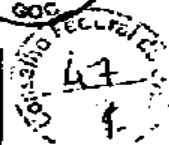
CERTIFICADO

Conferido a **WALTER DE AGRA JÚNIOR**
pela ministração do curso de DIREITO PROCESSUAL CIVIL
realizado no período de 15/08 a 05/09 de 2001
Carga horária 27 horas-multa

João Pessoa, 03 de setembro de 2001

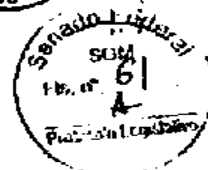
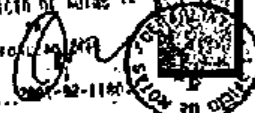
[Assinatura]
Diretor(a) Geral de Secretaria

[Assinatura]
Diretor(a) Geral de Secretaria



S R F P

1) DECOMPLIN - SERVIÇO INTEGRAL - 10.01.01.01.01.01
2) ATRIBUIÇÃO
3) ATRIBUIÇÃO
4) ATRIBUIÇÃO
5) ATRIBUIÇÃO
6) ATRIBUIÇÃO
7) ATRIBUIÇÃO
8) ATRIBUIÇÃO
9) ATRIBUIÇÃO
10) ATRIBUIÇÃO
11) ATRIBUIÇÃO
12) ATRIBUIÇÃO
13) ATRIBUIÇÃO
14) ATRIBUIÇÃO
15) ATRIBUIÇÃO
16) ATRIBUIÇÃO
17) ATRIBUIÇÃO
18) ATRIBUIÇÃO
19) ATRIBUIÇÃO
20) ATRIBUIÇÃO
21) ATRIBUIÇÃO
22) ATRIBUIÇÃO
23) ATRIBUIÇÃO
24) ATRIBUIÇÃO
25) ATRIBUIÇÃO
26) ATRIBUIÇÃO
27) ATRIBUIÇÃO
28) ATRIBUIÇÃO
29) ATRIBUIÇÃO
30) ATRIBUIÇÃO
31) ATRIBUIÇÃO
32) ATRIBUIÇÃO
33) ATRIBUIÇÃO
34) ATRIBUIÇÃO
35) ATRIBUIÇÃO
36) ATRIBUIÇÃO
37) ATRIBUIÇÃO
38) ATRIBUIÇÃO
39) ATRIBUIÇÃO
40) ATRIBUIÇÃO
41) ATRIBUIÇÃO
42) ATRIBUIÇÃO
43) ATRIBUIÇÃO
44) ATRIBUIÇÃO
45) ATRIBUIÇÃO
46) ATRIBUIÇÃO
47) ATRIBUIÇÃO
48) ATRIBUIÇÃO
49) ATRIBUIÇÃO
50) ATRIBUIÇÃO
51) ATRIBUIÇÃO
52) ATRIBUIÇÃO
53) ATRIBUIÇÃO
54) ATRIBUIÇÃO
55) ATRIBUIÇÃO
56) ATRIBUIÇÃO
57) ATRIBUIÇÃO
58) ATRIBUIÇÃO
59) ATRIBUIÇÃO
60) ATRIBUIÇÃO
61) ATRIBUIÇÃO
62) ATRIBUIÇÃO
63) ATRIBUIÇÃO
64) ATRIBUIÇÃO
65) ATRIBUIÇÃO
66) ATRIBUIÇÃO
67) ATRIBUIÇÃO
68) ATRIBUIÇÃO
69) ATRIBUIÇÃO
70) ATRIBUIÇÃO
71) ATRIBUIÇÃO
72) ATRIBUIÇÃO
73) ATRIBUIÇÃO
74) ATRIBUIÇÃO
75) ATRIBUIÇÃO
76) ATRIBUIÇÃO
77) ATRIBUIÇÃO
78) ATRIBUIÇÃO
79) ATRIBUIÇÃO
80) ATRIBUIÇÃO
81) ATRIBUIÇÃO
82) ATRIBUIÇÃO
83) ATRIBUIÇÃO
84) ATRIBUIÇÃO
85) ATRIBUIÇÃO
86) ATRIBUIÇÃO
87) ATRIBUIÇÃO
88) ATRIBUIÇÃO
89) ATRIBUIÇÃO
90) ATRIBUIÇÃO
91) ATRIBUIÇÃO
92) ATRIBUIÇÃO
93) ATRIBUIÇÃO
94) ATRIBUIÇÃO
95) ATRIBUIÇÃO
96) ATRIBUIÇÃO
97) ATRIBUIÇÃO
98) ATRIBUIÇÃO
99) ATRIBUIÇÃO
100) ATRIBUIÇÃO





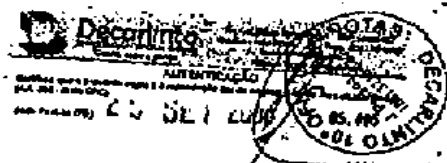
Compromisso com a universidade pública

CERTIDÃO

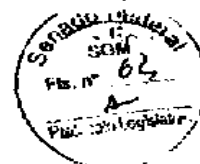
Certificamos que o Prof. **WALTER DE AGRA JÚNIOR**, ministrou aulas no Curso de Especialização "Lato Sensu" em Direito Eleitoral e Material 2008/1, nos dias 08/08/2008 e 09/08/2008 (Tema: Propaganda Política), com carga horária de 10h/a promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia (PPGD/UFBA), em convênio com a Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Salvador, 09/08/2008.

Maria D'Ájuda Pinto Nóbrega
 Maria D'Ájuda Pinto Nóbrega
 Secretária Acadêmica

UFBA



Rua da Paz, S/N, Graça - Salvador - Bahia - CEP: 40160-140
 Tel.: (71) 3246-8002

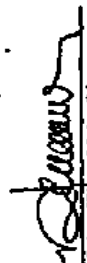


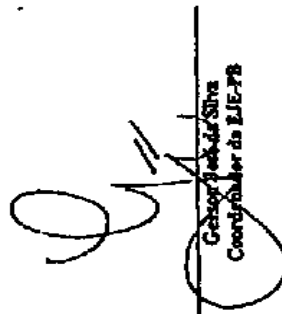


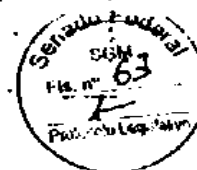
ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL DA PARAÍBA

CERTIFICADO

Certificamos que **WALTER AGRA JÚNIOR** participou como ministrante do Curso de Processo Civil voltado ao Processo Eleitoral, realizado neste Regional, nos dias 12, 17 e 18 de novembro de 2009, com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas.


Juiz Nilson Meira Lima
Diretor da EJE-PA


Genivaldo de Silva
Coordenador da EJE-PA



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL**

Curso de Processo Civil voltado para o Processo Eleitoral
Local: Sala de Treinamento do TRE/PB (4º Andar)

PROGRAMAÇÃO

MÓDULO I – 12/11/2009

MANHÃ

08:00h: Abertura: Juíza Niliane Meira Lima – Diretora da EJE
08:15h: Tema 1 - Condição da Ação
10:00h: Intervalo
10:15h: Grupo de Estudo (Perguntas e Respostas – Tema 1).
12:00h: Almoço

TARDE

14:00h: Tema 2 - Pressupostos processuais
15:30h: Grupo de Estudo (Perguntas e Respostas – Tema 2)
16:30h: Intervalo
17:00h: Debates sobre os temas do dia.
18:00h: Encerramento

MÓDULO II – 17/11/2009

MANHÃ

08:15h: Tema 3: Intervenção de Terceiros – Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros
10:00h: Intervalo
10:15h: Grupo de Estudo (Perguntas e Respostas – Tema 3).
12:00h: Almoço

TARDE

14:00h: Tema 4 - Consórcio/Condição – AJME, AJTE e RCD
15:30h: Grupo de Estudo (Perguntas e Respostas – Tema 4)
16:30h: Intervalo
17:00h: Debates sobre os temas do dia.
18:00h: Encerramento

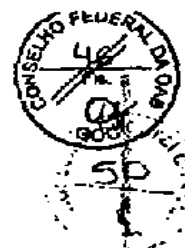
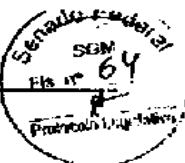
MÓDULO III – 18/11/2009

MANHÃ

08:15h: Tema 5: Produção de Provas – Prova Pericial
10:00h: Intervalo
10:15h: Grupo de Estudo (Perguntas e Respostas – Tema 5).
12:00h: Almoço

TARDE

14:00h: Tira Dúvidas
15:00h: Grupos de Estudo (Compilação dos Resultados dos Estudos e Debates)
16:30h: Intervalo
16:30h: Elaboração de Documento (Resultado dos Estudos e Debates).
18:00h: Encerramento





Declaração 246/09 – DA

João Pessoa, 14 de agosto de 2009.

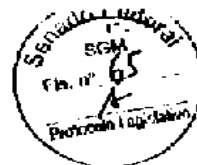
DECLARAÇÃO

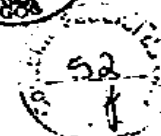
Declaramos, para os devidos fins de direito, que o (a) Professor (a) **WALTER DE AGUIRA JUNIOR**, participou das Bancas Examinadoras do Trabalho de Conclusão de Curso dos alunos do Curso de Bacharelado em Direito, conforme relação abaixo discriminada:

ALUNO/DATA	BANCA	TÍTULO
Helleny Miyra Aragão Poggi Lins 29/06/2009	Orientador: Walter de Agui Junior 1º participante: Eduardo de Albuquerque Costa 2º participante: Ana Paula Correia A. da Costa	Gratuidade Conspertilhada: Seus Benefícios E Aplicações
Josénildo Pontes da Lencena 29/06/2009	Orientador: Nêusa Monique Damas Luffi de Alencar 1º participante: Ana Paula Correia A. da Costa 2º participante: Walter de Agui Junior	Alienação Fiduciária Em Garantia De Bem Imóvel: A Quem Faverce.
Miria Cynara Lima de Melo Alorano 29/06/2009	Orientador: Walter de Agui Junior 1º participante: Eduardo de Albuquerque Costa 2º participante: Ana Paula Correia A. da Costa	Pratificação Da Dignidade Da Pessoa Humana Em Criança E Adolescente Pela Ausência Do Reconhecimento E Convívio Paterno E Suas Consequências Jurídico-Patris.
Pedro Jorge de Brito Silva 29/06/2009	Orientador: Walter de Agui Junior 1º participante: Eduardo de Albuquerque Costa 2º participante: Ana Paula Correia A. da Costa	As Responsabilidades No Meio Jurídico Social Do Fenômeno Da Terceirização


LUIZ HENRIQUE DOS SANTOS BARBOSA
 Diretor Administrativo

Fesp - FACULDADES DE ENSINO SUPERIOR DA PARAIBA
 Av. Flávio Ribeiro Coêlho, 805 - 8. T. 113 - Manaira Shopping - Manaira
 João Pessoa-PB - CEP: 55.837-000 - Fones: (83) 2186-8178 / 2106-8175 - Fax: 2186-8194
 esp@fesp.com.br




fesp FACULDADES



Declaração 047/2010 - DA

João Pessoa, 07 de janeiro de 2010.

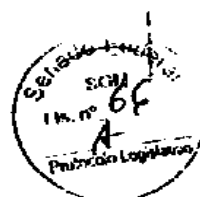
DECLARAÇÃO

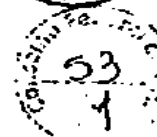
Declaramos, para os devidos fins de direito, que o (a) Professor (a) **WALTER DE AGRA JUNIOR**, participou das Bancas Examinadoras do Trabalho de Conclusão de Curso dos alunos do Curso de Bacharelado em Direito, conforme relação abaixo discriminada:

ALUNO/DATA	BANCA	TÍTULO
Danielle Rafael de Souza Soares 30/11/2009	Orientador: Maria do Socorro da Costa Brito. 1º participante: Julian Nogueira de Queiroz. 2º participante: Walter de Agra Junior.	A Legislação Brasileira do Empréstimo Consignado e os Aposentados e Pensionistas do INSS Com Renda no Valor Mensal de Até Um Salário Mínimo
Angelino Beatriz Costa Valério 30/11/2009	Orientador: Julian Nogueira de Queiroz. 1º participante: Maria do Socorro da Costa Brito. 2º participante: Walter de Agra Junior.	Violência Sexual com Meninos e Meninas: Estupro de Vulneráveis.
Maria Salomé Gomes Villar 30/11/2009	Orientador: Maria do Socorro da Costa Brito. 1º participante: Walter de Agra Junior. 2º participante: Julian Nogueira de Queiroz.	Previdência e Trabalhador Rural: O Segurado Especial e Custeio


LUIZ HENRIQUE DOS SANTOS BARBOSA
 Diretor Administrativo

Fesp - FACULDADES DE ENSINO SUPERIOR DA PARAÍBA
 Av. Flávio Ribeiro Coutinho, 885 - S. T. 113 - Mansara Shopping - Mansara
 João Pessoa-PB - CEP: 58.037-000 - Fones: (83) 2186-8176 / 2186-8175 - Fax: 2186-8184
 sedup@uii.org.br






Declaração 118/2011 – DA

João Pessoa, 05 de setembro de 2011.

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins de direito, que o (a) Professor (a) **WALTER DE AGRA JUNIOR**, participou das Bancas Examinadoras do Trabalho de Conclusão de Curso dos alunos do Curso de Bacharelado em Direito, conforme relação abaixo discriminada:

ALUNO/DATA	BANCA	TÍTULO
Fábio Ernão Maranhão e Silva 13/06/2011	Orientador: Roberto Moreira de Almeida 1º participante: Arnaldo Sobrinho de Moraes Neto 2º participante: Walter de Agra Junior	A Importância da Infidelidade Partidária.
Monique Negreiros de Siqueira 13/06/2011	Orientador: Roberto Moreira de Almeida 1º participante: Arnaldo Sobrinho de Moraes Neto 2º participante: Walter de Agra Junior	Propaganda Partidária: Os Reflexos da Declaração de Inconstitucionalidade da Cláusula de Desempenho nas Inscrições Estaduais.
Wilde de Oliveira Monteiro	Orientador: Arnaldo Sobrinho de Moraes Neto 1º participante: Roberto Moreira de Almeida 2º participante: Walter de Agra Junior	Legalidade da Lavagem do Terno: Circunstanciada de Ocorrência Pelo Policial Militar.
Gezlano Fernandes de Azevedo 13/06/2011	Orientador: Walter de Agra Junior 1º participante: Márcio Accioly de Andrade 2º participante: José Antônio Coelho Cavalcanti	Imunidade Parlamentar: Prerrogativa ou Privilegio?
Thiago Fernandes Gomes 13/06/2011	Orientador: Márcio Accioly de Andrade 1º participante: José Antônio Coelho Cavalcanti 2º participante: Walter de Agra Junior	Dos Alimentos: Solidariedade Recíproca Entre Alimentados e Alimentandos.


LUIZ HENRIQUE DOS SANTOS BARBOSA
 Diretor Presidente

Fesp - FACULDADES DE ENSINO SUPERIOR DA PARAIBA
 Av. Flávio Ribeiro Coutinho, 885 - S. T. 113 - Manaira Shopping - Manaira
 João Pessoa-PB - CEP: 58.037-000 - Fones: (83) 2106-6176 / 2106-6175 - Fax: 2106-6194
 sedup@uel.com.br





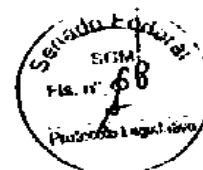
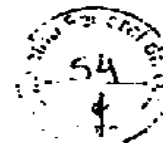
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO
COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIA

C E R T I D A O

CERTIFICO, que o Professor WALTER ÁGRA JUNIOR, participou das atividades de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do ano letivo de 2010, patrocinadas pela Coordenadoria de Monografias, do Curso de Ciências Jurídicas da UFPB, na qualidade de Orientador do Trabalho Monográfico intitulado "A Coisa julgada Inconstitucional e os Princípios da Segurança Jurídica", de autoria da discente PATRICIA ARAÚJO DA SILVA.

João Pessoa, 07 de Junho de 2010


Prof. EDWARD ANTONIO PINTO DE LEMOS
Coordenador de Monografias





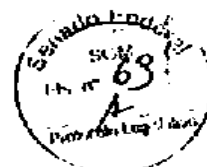
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIAS**

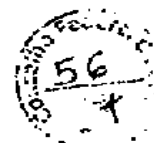
DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que o professor Walter Agra Júnior participou como Orientador da banca de Monografia, composta ainda pelos professores Victor Magalhães Granadeiro Rios e Marcos Célio do Nascimento, que, em 28 de janeiro de 2010, julgou a monografia do aluno Rafael Pontes Vital, matrícula 10613881, intitulada de Responsabilidade civil por erro de arbitragem no futebol, tendo o referido trabalho obtido nota 10,0 (dez).

João Pessoa, 15 de março de 2010.


Eduardo Pinto Leites
Coordenador de Monografias





Declaração 055/2012 – DA

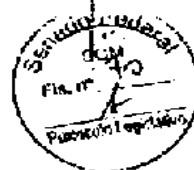
João Pessoa, 09 de março de 2012.

DECLARAÇÃO

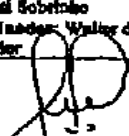
Declaramos, para os devidos fins de direito, que o (a) Professor (a) **WALTER DE AGRA JUNIOR**, participou das Bancas Examinadoras do Trabalho de Conclusão de Curso dos alunos do Curso de Bacharelado em Direito, conforme relação abaixo discriminada:

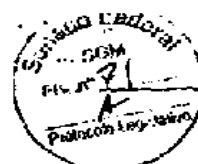
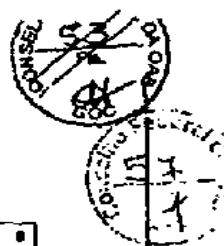
ALUNO/DATA	BANCA	TÍTULO
Cinília Leite Medeiros de Carvalho	Orientador: Francisco Leite Duarte 1º Examinador: Felipe Ribeiro Coutinho Gonçalves da Silva 2º Examinador: Walter de Agra Junior	Incidência do ISS no Local de Prestação do Serviço.
Laurotonio Teotônio Ferreira	Orientador: Francisco Leite Duarte 1º Examinador: Felipe Ribeiro Coutinho Gonçalves da Silva 2º Examinador: Walter de Agra Junior	Análise da Base de Cálculo da Fatura de Energia Elétrica Residencial da Paraíba.
Manoel Roberto Valeriano Fernandes Junior	Orientador: Francisco Leite Duarte 1º Examinador: Felipe Ribeiro Coutinho Gonçalves da Silva 2º Examinador: Walter de Agra Junior	Aneddotos Históricos da Titulação no Brasil.
Michelle de Lima Confessor	Orientador: Felipe Ribeiro Coutinho Gonçalves da Silva 1º Examinador: Francisco Leite Duarte 2º Examinador: Walter de Agra Junior	Mandado de Segurança e as Inovações Trazidas Pela Lei 12.016/2009.
Roberta Lima Gomes de Oliveira	Orientador: Roberto Moreira de Almeida 1º Examinador: Odon Bazzara Cavalcanti Sobrinho 2º Examinador: Walter de Agra Junior	Relevância do Registro de Nascimento: Um Direito Fundamental Para Formação do Cidadão.

Fesp - FACULDADES DE ENSINO SUPERIOR DA PARAIBA
Av. Flávio Ribeiro Coutinho, 805 - S. T. 113 - Manaira Shopping - Manaira
João Pessoa-PB - CEP: 58.837-808 - Fones: (83) 2106-6176 / 2106-6175 - Fax: 2106-6194
esadup@uepb.edu.br



Teófilo Coutinho Neto	Orientador: Roberto Moreira de Almeida 1º Examinador: Odon Bezerra Cavalcanti Sobrinho 2º Examinador: Walter de Aguiar Junior	Dirutor Político: O Povo e a Democracia
-----------------------	--	--


LUÍZ HENRIQUE DOS SANTOS BARBOSA
 Diretor Presidente





Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D.F.

Ofício n. 1657/2012-GPR
Ref.: Protocolo n. 49.8008.2012.808435-4.

Brasília, 24 de agosto de 2012.

Exmo. Sr.
Conselheiro Federal Walter de Agra Júnior
Conselho Seccional da OAB/Paraíba
João Pessoa - PB

Assunto: Representação. Comissão do XII Concurso. Juiz Federal Substituto. TRF da 5ª Região.

Senhor Conselheiro.

Tenho a satisfação de dirigir-me a V. Exa. para informar o recebimento de expediente oriundo do Tribunal Regional Federal da 5ª Região em que solicita a indicação de representantes deste Conselho Federal para integrar a Comissão do XII Concurso Público para provimento de cargos de Juiz Federal Substituto da 5ª Região.

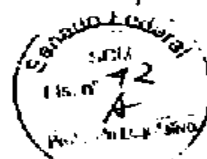
Ao informar que tomei a liberdade de indicar V. Exa. para representar a Entidade, na qualidade de titular, encaminho cópia do documento para conhecimento e eventuais providências necessárias ao desempenho de sua atuação.

Certo de contar com a sua prestimosa atenção, renovo expressões de elevada estima e consideração.

Fraternamente,

Ophir Cavalcante Junior
Presidente

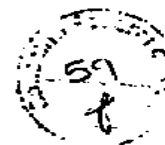
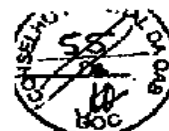
Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - Gabinete da Presidência
SAUS Quadra 05 Lote 01 Bloco "M" - Brasília/DF - Brasil - CEP: 70070-939
Tel: 61 2193 9008 / 61 2193 9617 / 61 2193 9234 / Fax: 61 2193 9293 / Email: opq@confeb.org.br / www.ado.org.br





PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça

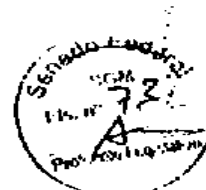
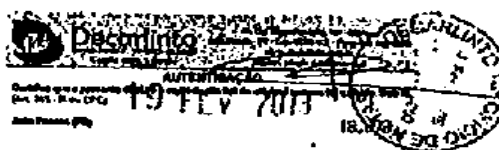
52º CONCURSO DE JUIZ SUBSTITUTO DO ESTADO DA PARAÍBA



CERTIDÃO Nº 01/2013

Certifico que o Dr. WALTER DE AGRA JÚNIOR integrou a Comissão do 52º Concurso para Provimento de Cargos de Juiz Substituto do Estado da Paraíba. Para constar, eu, Aurélio Osório Aquino de Gusmão, Secretário do 52º Concurso para Provimento de Cargos de Juiz Substituto do Estado da Paraíba, lavrei a presente certidão. Gabinete da Gerência do Primeiro Grau do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, PB, 6 de fevereiro de 2013.


Aurélio Osório Aquino de Gusmão
Secretário





V FÓRUM REGIONAL DE EDUCAÇÃO JURÍDICA

REGIÃO SUL



O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por intermédio da Comissão Nacional de Educação Jurídica certifica que

Walter de Agra Junior

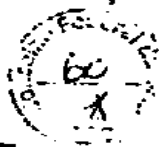
participou na qualidade de Mediador no V Fórum Regional de Educação Jurídica - Região Sul, realizado nos dias 17 e 18 de outubro de 2012, com carga horária de 12 horas.

Florianópolis - 18 de outubro de 2012

[Signature]
 Oday Cavalcanti Junior
 Presidente do Conselho Federal de
 Ordem dos Advogados do Brasil



[Signature]
 Rodolfo Hais Geller
 Presidente da Comissão Nacional
 de Educação Jurídica





XV ANNUAL GENERAL MEETING
XV ASAMBLEA GENERAL ANDAL
BALMIS GROUP INTERNATIONAL
Buenos Aires - Argentina, 19 de mayo de 2012

Official Letter Services

CERTIFICADO

Certificamos que
WALTER AGRA
participou da XV Assembleia Geral Anual da BGI, que se realizou no
período de 16 a 19 de maio de 2012.

Fortaleza - Brasil, 19 de maio de 2012.

[Signature]
WALTER AGRA
Presidente da BGI

[Signature]
Cel. Marcelo
Vice-Presidente da BGI

ALBRAE
ALUNOS, ALUMAS E
EX-ALUNOS DA BGI

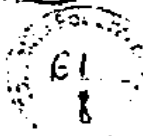
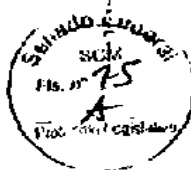


BGI

BGI

BGI

BGI





Ofício nº 272/2011-GRE/Conl.Nac.

Brasília, 20 de setembro de 2011.

Exmo. Sr.
WALTER DE AGRA JUNIOR
João Pessoa - PB

Ilustre Conselheiro,

Com o advento da XXI CONFERÊNCIA NACIONAL DOS ADVOGADOS, maior evento da Advocacia no País, que será realizada entre os dias 20 a 24 de novembro do corrente ano, na cidade de Curitiba/Paraná, tendo como tema central "Liberdade, Democracia e Meio Ambiente", tenho a honra de convidar V.Exª para presidir o Panoel DIREITO SOCIAL À EDUCAÇÃO, que será realizado no dia 22, no período de 08:30 às 12:30 horas.

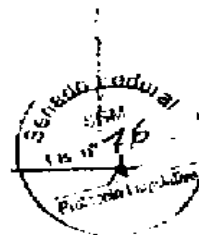
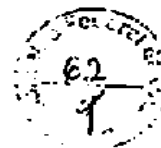
Informando, que o Regimento Interno e a programação atualizada do conclave estão disponíveis no endereço eletrônico do Conselho Federal (<http://conferencia.oab.org.br/>), que as passagens aéreas, hospedagens e as demais despesas relacionadas ao evento serão custeadas por esta Instituição, solicito a confirmação de V.Exª, o mais breve possível.

Colho o esboço para renovar os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Ophir Cavalcante Junior
Presidente Nacional da OAB

CONSELHO FEDERAL DA OAB
SAUS Quadra 05 - Bloco M - Lote 01 - Brasília/DF - 70070-800
Telefone: 61 2103 9800
www.oab.org.br





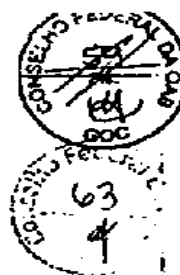
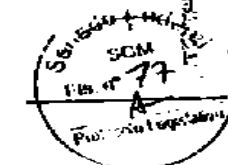
O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil homenageia

Walter de Agra Junior

por sua relevante participação como Palestrante desta XXI Conferência Nacional dos Advogados, realizada na cidade de Curitiba, no período de 20 a 24 de novembro de 2011.

Curitiba, 24 de novembro de 2011

Walter de Agra Junior
 Diretor-Cavaleiro Júnior
 Conselho do Conselho Federal da
 Ordem dos Advogados do Brasil





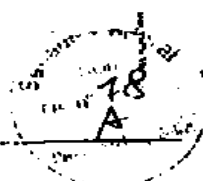
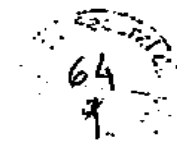
O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil homenageia

Walter de Agra Junior

por sua relevante participação como Presidente de Mesa desta XXI Conferência Nacional dos Advogados, realizada na cidade de Curitiba, no período de 20 a 24 de novembro de 2011.

Curitiba, 24 de novembro de 2011

Walter de Agra Junior
Presidente do Conselho Federal da
Ordem dos Advogados do Brasil

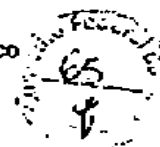


Ofício 009/2011 - CEJ-OAB/MG

Assim,
encaminho certificado
encaminho cd de fotos



Comissão de
Ensino Jurídico



Belo Horizonte, 24 de janeiro de 2011

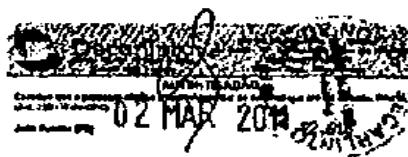
Prezado Sr.

Encaminho o certificado como palestrante do I Congresso Mineiro de Ensino Jurídico, Estágio e Exame de Ordem, bem como o cd de fotos.

Assim que as palestras forem disponibilizadas no site da Comissão de Ensino Jurídico, informaremos a V.Sa.

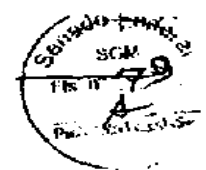
Atenciosamente,

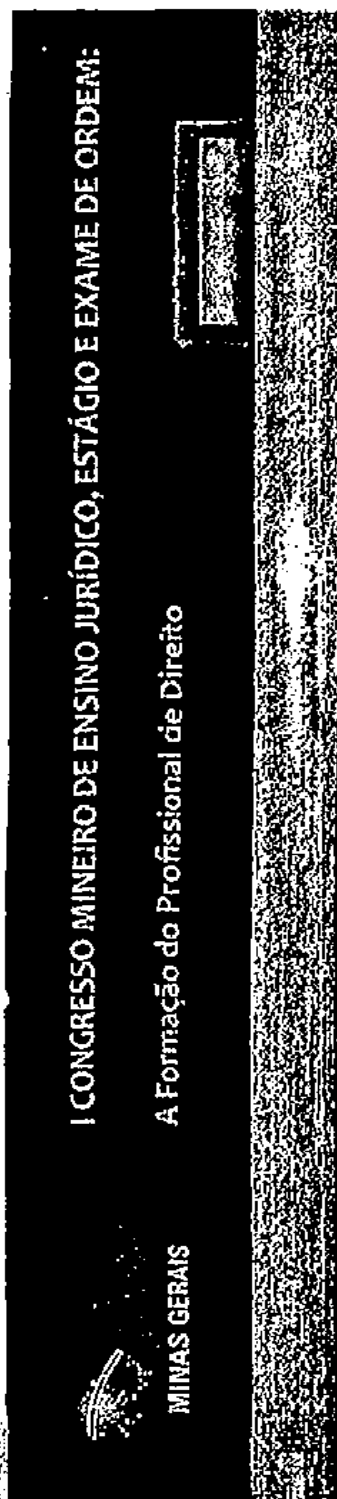
Márcio Simões de Almeida
Presidente da CEJ-OAB/MG



Ilmo. Sr.
Dr. Walter de Agra Júnior

Rua Albia, 250 Bairro Cruzeiro - Tel: (31)2102-6900 / 2102-5904- CEP: 30.310-160 - Belo Horizonte/MG
email: cej@oabmg.org.br

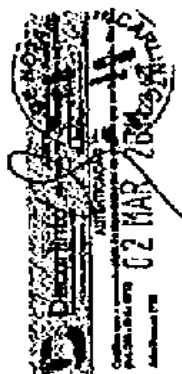




A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais certifica que

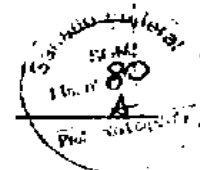
Walter de Agra Júnior

participou como palestrante do "I Congresso de Ensino Jurídico, Estágio e Exame de Ordem: A Formação do Profissional de Direito", sob o tema O novo exame de ordem: desafios da unificação nacional do exame – proferida em 10/09/2010, em Belo Horizonte, Minas Gerais.



Luis Cláudio da Silva Chaves
Presidente da OAB/MG


Sérgio Santos Sette Câmara
Presidente da Comissão de Ensino Jurídico da OAB/MG



Carlos Schirmer
Presidente da Comissão de Exame de Ordem da OAB/MG

Donaldo José de Almeida
Presidente da Comissão de Estágio da OAB/MG





**Instituto Brasileiro de
Direito Público e Privado**

A D O

ócio Regional

de Direito Público e Privado

de 2003 no Tribunal do Júri com carga

loção de

Certificamos que

participou na condição de

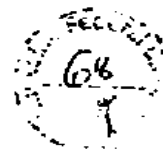
Apelo

CAB

DE DALLM

MARTINS ASSUNÇÃO LIMA MONTENEGRO
CARMEN DE JESUS SILVA DE ALMEIDA
SERVICO CIVIL PRESTADO





CERTIFICADO

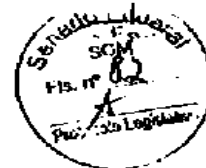
Conferimos o presente certificado a

WALTER AGRA JUNIOR

por sua participação na XVII Encontro do Fórum Nacional dos Procuradores-
Gerais das Capitais Brasileiras, realizada no período de 03 e 04 de julho de
2003, no Rio de Janeiro/RJ.

Rio de Janeiro, 04 de julho de 2003.


Roberto Fagundes
Presidente do Fórum Nacional dos
Procuradores-gerais das Capitais Brasileiras



CERTIFICADO

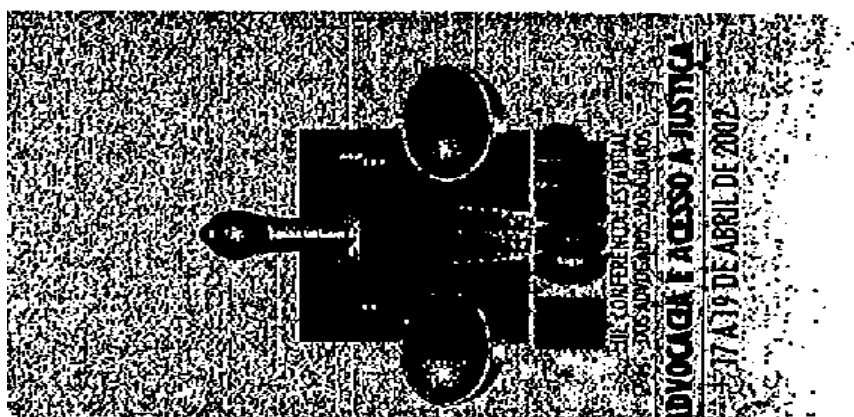
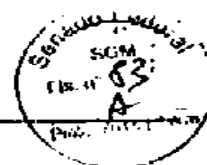
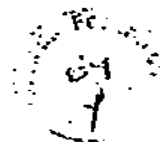
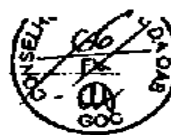
Certificamos que

WALTER AGRA JÚNIOR

Participou da III CONFERÊNCIA ESTADUAL DOS
ADVOGADOS PARAIBANOS, realizada no Tropical Tambau,
 em João Pessoa/PB, de 17 a 19 de abril de 2002,
 na qualidade de CONGRESSISTA
 com carga horária de 24hs.


João Pessoa, 19 de abril de 2002


Arlindo Carolino Delgado
 Presidente da OAB
 Seccional Paraíba



**II CONGRESSO BRASILEIRO
DE DIREITO TRIBUTÁRIO E ADMINISTRATIVO**

23, 24 E 25 DE ABRIL DE 1998
LOCAL: MAR HOTEL - RECIFE - PE



**TEMA CENTRAL:
REFORMA ADMINISTRATIVO-
TRIBUTÁRIA DO ESTADO**

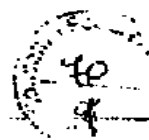
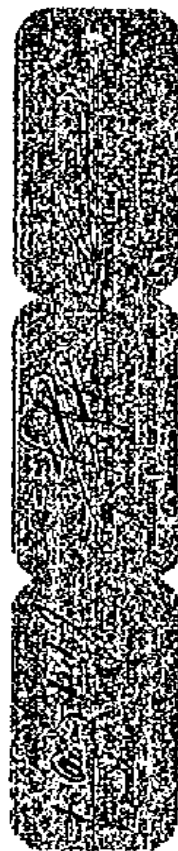
CERTIFICADO

Certificamos que
WALTER AGRA JÚNIOR

participou do II CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO E ADMINISTRATIVO, cujo tema central foi "REFORMA ADMINISTRATIVO - TRIBUTÁRIA DO ESTADO", realizado no Mar Hotel em Recife, Pernambuco, Brasil, no período de 23 a 25 de Abril de 1998, na qualidade de

CONGRESSISTA

Carga Horária: 20 horas






Curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco
(Faculdade de Direito Pinto Ferreira)



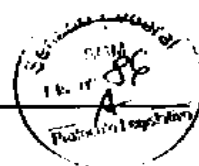
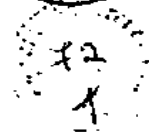
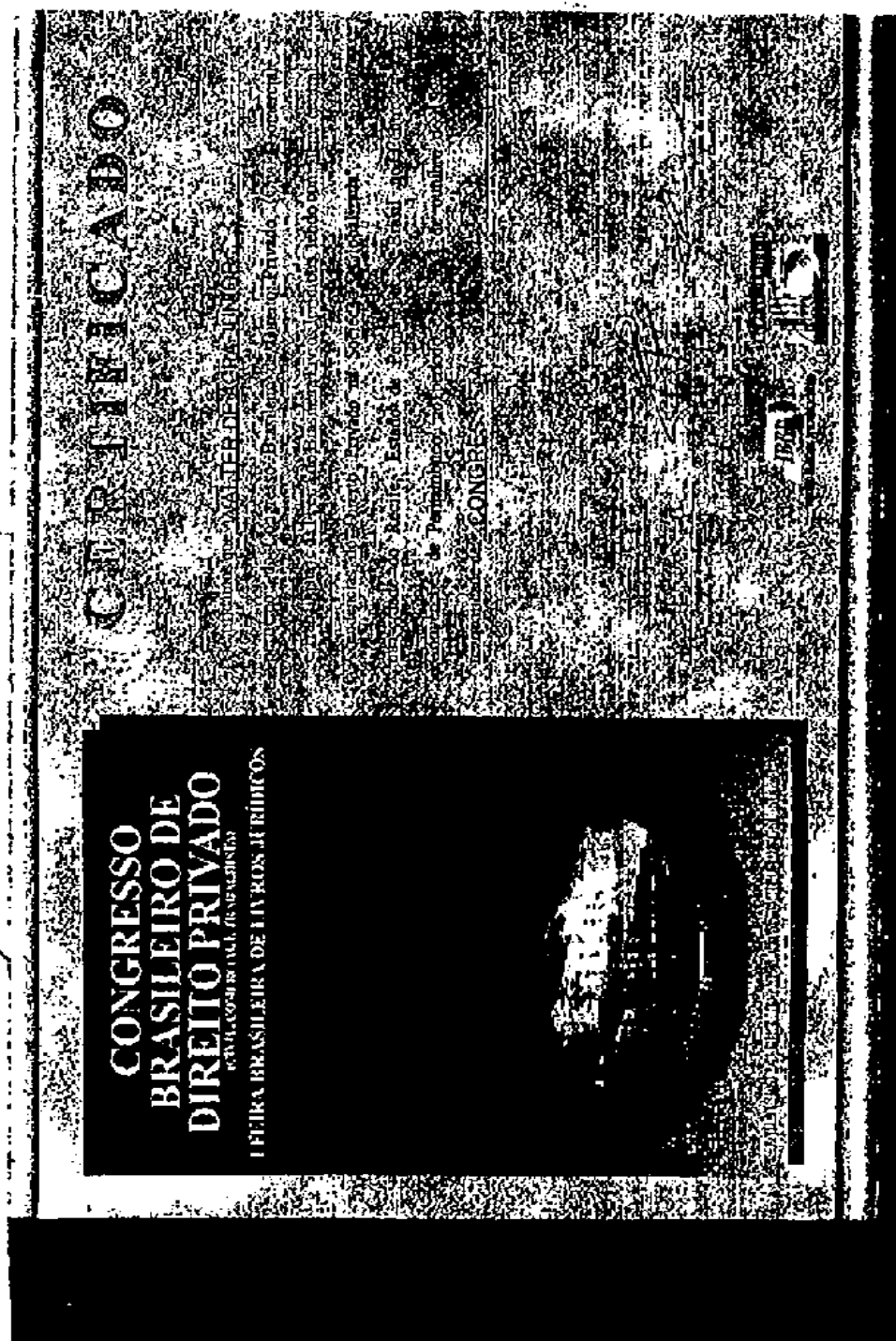
CERTIFICADO

Certificamos que o(a) Sr. (a) WALTER DE AGRA JÚNIOR participou
do CONGRESSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL, realizado no auditório do
Hotel Partifienon Golden Beach, no período compreendido entre 18 a 20 de Setembro,
como CONGRESSISTA

Recife, 20 de Setembro de 1998.


Luiz Pinto Ferreira
Diretor do Curso de Direito
Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco





ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA PARAIBA - AMPB
ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO BRASIL - AMB
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAIBA - TJPB

Certificação

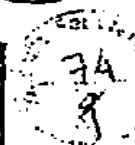
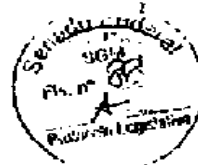
Certificamos que o(a) D^o WALTER AGRA JUNIOR participou do
IX ENCONTRO DE MAGISTRADOS DA PARAIBA, realizado nesta Capital, de 06 a
09 de junho de 1996, sobre Ação Monitoria, Arquivo de Instrumento, Informática e Umas
Eletrônica, sendo expositores o prof. Carneira Alvim, juízes Luiz Fernando Ribeiro de
Carvalho, Luís Felipe Salomão, Wolfman da Cunha Ramos e Dr. Paulo Cesar Camarão,
respectivamente.

João Pessoa, 08 de junho de 1996

Presidente da AMPB

Presidente do AMB

Presidente do TJPB




ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA PARAÍBA - AMPB
ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO BRASIL - AMB
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA - TJPB

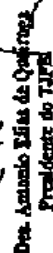
CERTIFICADO

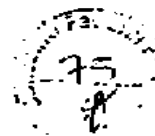
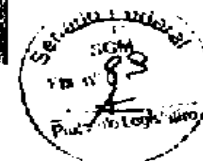
Certificamos que o(s) Dr. Walter de Aguiar Júnior, participou do ENCONTRO DE MAGISTRADOS DA PARAÍBA, realizado nesta capital, de 25 a 27 de maio de 1995, sobre Controle Constitucional, Reformas do Código de Processo Penal e do Código de Processo Civil, sendo expositores o Ministro Sydney Sanchez, Ministro Paulo de Azeiteiro e Desembargadora Nádia Nancy Andrichi, respectivamente.

João Pessoa-PB, 27 de maio de 1995


Des. Sérgio Fernandes Corrêa Camacho
Presidente da AMPB


Des. Paulo Roberto Pinheiro Galvão
Presidente da AMB

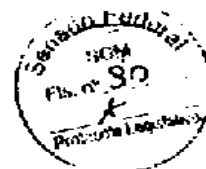

Des. Antonio Elias de Oliveira
Presidente do TJPB

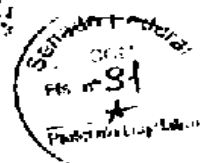
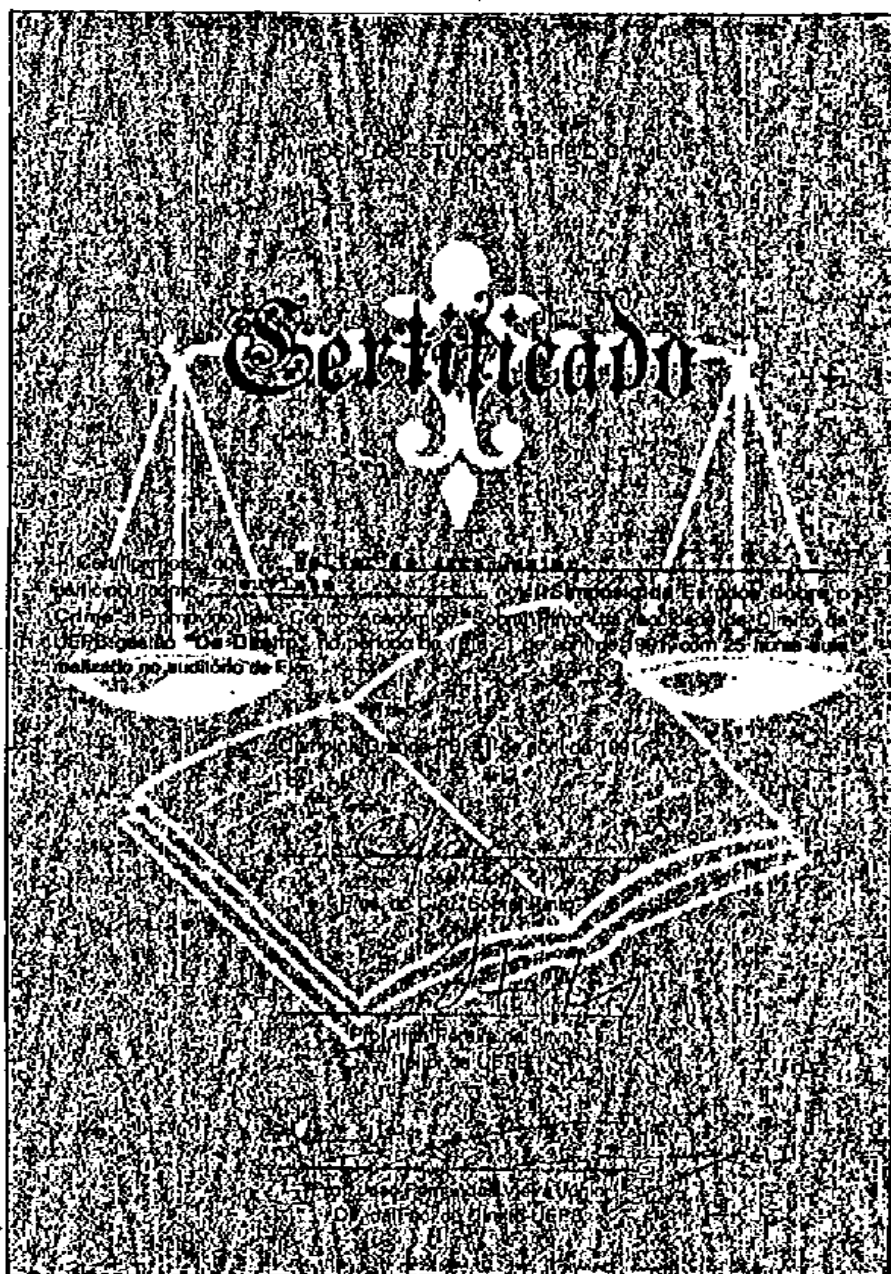




PROGRAMAÇÃO

DIA	PAINEL	PALESTRANTES
13/05/92	Segurança Pública e o Sistema Penitenciário	Dr. Arlindo Delgado Dr. Paulo Faltosa
14/05/92	As Eleições de 92 e os Meios de Comunicação	Dr. Luciano Marla Mala Dr. Cássio Cunha Lima
15/05/92	Defesa da Vida e da Dignidade	Dr. Hernando Souto Maior Prof. Homero Dom Luiz Gonzaga Fernandes



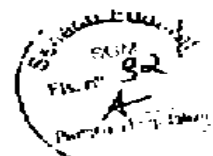


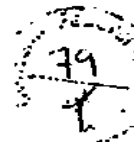


PROGRAMAÇÃO

As 20:00 H.

DIA	TEMAS	PALESTRANTES
18/04/91 Quinta Feira	"Crimes contra a vida"	Dr. Márcio Thomaz Bastos Dr. Vital do Rêgo
19/04/91 Sexta Feira	"Crimes contra o Meio Ambiente" obs: Explicação da tese "Crimes contra o racismo" pela Profª Célia Tejo (UEPB)	Dr. Antônio Mariz Dra. Paula Francinere Dr. José Reimundo
20/04/91 Sábado	"Crimes na Medicina Legal"	Dr. Nelson Massini Dr. Hernando Souto Maior
21/04/91 Domingo	"Estrutura Social é causa de Criminalidade?"	Dr. Osório Palari Dr. Ronaldo Cunha Lima Dr. José Cartaxo Loureiro Dr. Geraldo Boliêo Dr. Paulo Lopo Saralva





UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
FACULDADE DE DIREITO

V SEMANA JURÍDICA

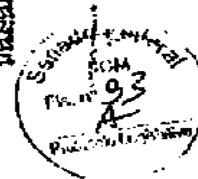
Certificado

Certificamos que Walter da Costa Junior
participou com sucesso da V SEMANA JURÍDICA, promovida
pelo Centro Acadêmico "Sobral Pinto", da Faculdade de Direito, da UEPB, gestão Partici-
pação de Fato, no período de 16 a 18 de outubro de 1991, com 10 horas-aula, realizada
no auditório da referida Faculdade.

Campina Grande, 18 de outubro de 1991

Saulo Muniz de Lima
Pres. C.A. "Sobral Pinto"

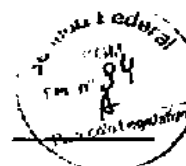
Prof. José Fernandes Vieira Júnior
Dir. de Fac. de Direito - UEPB

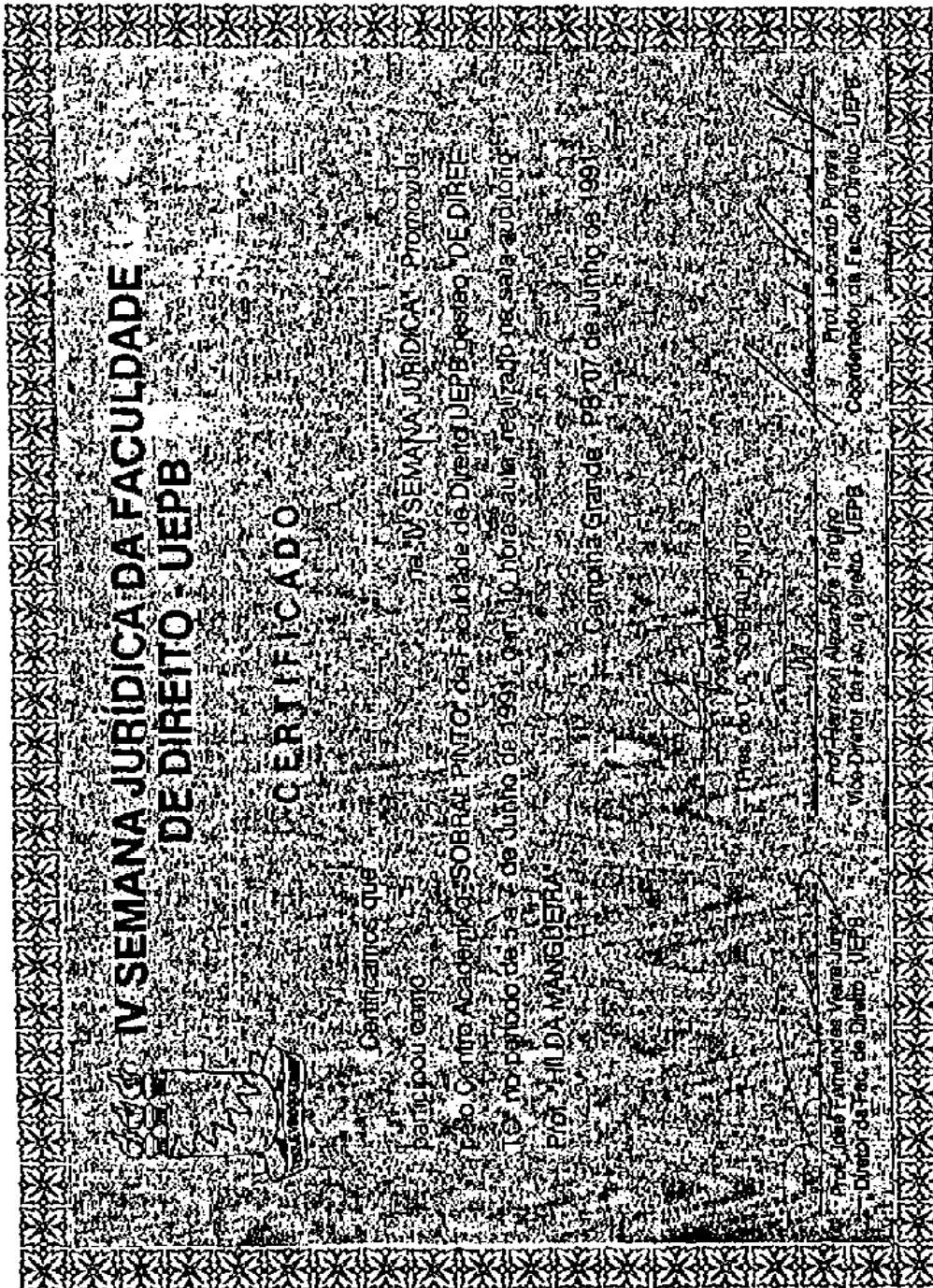




PROGRAMAÇÃO

DIA	PAINEL	PALESTRANTES
16/10/91	Emenda: Solução ou Entreguismo?	Dep. Chico Lopes Dep. Pedro Adairson
17/10/91	Imposto Único	Dr. José Soares Nito Dr. Fernando Porto
18/10/91	Os Problemas Agrários do Brasil	Frei Anastácio Soc. Edgar Melagodi



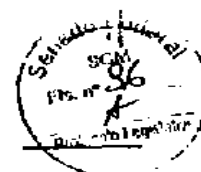


PROGRAMAÇÃO

DIA	TEMAS	PALESTRANTES
05/06/91 QUARTA FEIRA	Parlamentarismo x Presidencialismo às 20:00 h	- Dr. Odilon Ribeiro Coutinho - Dr. Alexandre C. Belo (UEPB)
06/06/91 QUINTA FEIRA	"Positivismo" Falácia ou Necessidade às 09:00 h	- Dr. Tarcísio Burity (UEPB) - Dr. Meilo Diniz (UNICAPE) - Dr. Flamarion Leity (UEPB)
06/06/91 QUINTA FEIRA	"Pena de Morte" às 20:00 h	- Dr. Hilde Cantalicio - Dr. Romero Marcelo



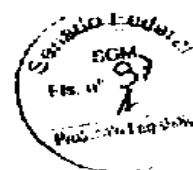
82
9





73
8

· COMPROVANTE DO REQUISITO DO ART. 4º, III DO
PROVIMENTO nº 113/2006





ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seccional da Paraíba




CERTIDÃO 174 2013

CERTIFICO que o (a) Advogado (a) WALTER DE AGRA JUNIOR encontra-se inscrito (a) no quadro de Advogado desta Seccional sob nº 8582 desde 25/08/1995.

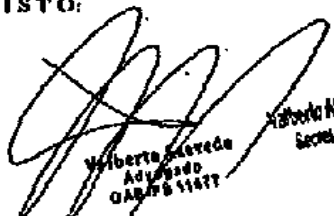
CERTIFICO, que o (a) advogado (a) está com sua inscrição ATIVA.

CERTIFICO, que o (a) mesmo (a) encontra-se quito com suas obrigações compulsórias e não sofreu até a presente data nenhuma penalidade disciplinar.

CERTIFICO, que a presente certidão é para fins de efeitos e de direitos.

O referido é verdade. Eu,  Maria do Socorro Arruda Leite, digital e conferi, sendo válida pelo prazo de 60(sessenta) dias, conforme Provimento 42/78 do Conselho Federal da OAB. Secretária da OAB-Paraíba, em 14 de março de 2013.

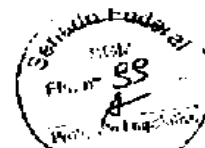
VISTO:


Walberto Alves de Azevedo Filho
Advogado
OAB nº 11477
Secretário Geral da OAB-Paraíba



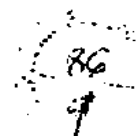
SS
F

**COMPROVANTE DO REQUISITO DO ART. 4º III, DO
PROVIMENTO Nº 113/2006**





ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seccional da Paraíba



CERTIDÃO Nº 150 /2015

CERTIFICO que o (a) Advogado (a) **WALTER DE AGRA JUNIOR** encontra-se inscrito (a) no Quadro de Advogados desta Seccional sob nº 8682 desde 25/08/1995.

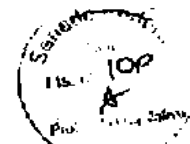
CERTIFICO, que o (a) advogado (a) encontra-se com a referida inscrição regular.

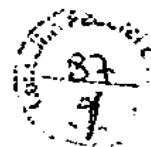
CERTIFICO, que o (a) advogado (a) encontra-se quite com suas obrigações compulsórias e não sofreu penalidade por parte deste Egrégio Conselho.

CERTIFICO, que a presente certidão é para fins de atender o contido no Inc. III do Art. IV do Provimento 113/2006 do Conselho Federal da OAB.

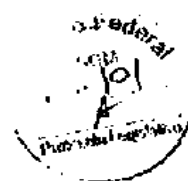
O referido é verdade. Eu, *Laura de Lizieux Almira de Lira* Laura de Lizieux Almira de Lira, digitei e conferi, sendo válida pelo prazo de 60(sessenta) dias, conforme Provimento 42/78 do Conselho Federal da OAB. Secretaria da OAB-Paraíba/PB em 12 de março 2015.

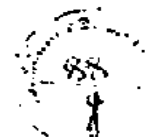
VISTO: *Vital Bezerra Lopes*
Vital Bezerra Lopes
Presidente em exercício OAB/PB





**COMPROVANTE DO REQUISITO DO PARÁGRAFO ÚNICO
DO ART. 5º DO PROVIMENTO Nº 113/2006**





COMPROMISSO

Comprometo-me a, nos expressos termos do inciso I do parágrafo único do art. 5º do Provimento nº 113/2006, não postular a nomeação ou a designação para cargos em comissão e funções de confiança, nas áreas do Poder Judiciário ou do Ministério Público, de cônjuge, companheira ou parente, em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

Brasília, 20 de março de 2015.

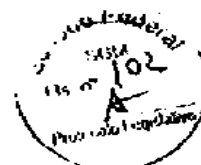
10º CARTÓRIO

Walter de Agra Júnior
Advogado OAB/PB 6682

Decarlinto
Cadastrado em 15/03/2015
Data: 20/03/2015
Hora: 14:20:00
Assinatura: [assinatura]

RECONHEÇO, por semelhança, a(s) firma(s) em:.....
WALTER DE AGRA JÚNIOR.....
em testemunha da verdade. João Pessoa - PB 15/03/2015 14:20:00
Kimberly Kamei Monteiro de Oliveira - Escrevente
12015-0199978/0101 3/3/15 14:20:00 15/03/2015 14:20:00
SELU MULLER REA/1020-UNUU
CONFIRMA a autenticidade em 15/03/2015 14:20:00

NOTA: OBRIGADO



DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de inscrição para seleção para o mandato de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público como representante da OAB e demais fins de direito que, nos exatos termos do art. 2º do Provimento nº 113/2006 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, declaro que preencho TODOS os requisitos do art. 94, caput, da Constituição Federal possuindo reputação ilibada, notório conhecimento jurídico, mais de uma década de exercício da advocacia de forma militante e idade superior a 35 (trinta e cinco) anos.

Brasília, 20 de março de 2015.

Brasília, 20 de maio

10º CARTÓRIO

Walter de Agra Júnior
Advogado OAB/PE 8682

Decorlinto
Autógrafo 10 para autógrafo
Confirmação em grande

Procurador Geral do Estado do Rio de Janeiro
Rua Paulo de Vasquez, 14 - 1º andar - 20040-000 - Rio de Janeiro, RJ
Telefone: (21) 3212-0000

RECIBO, por assinatura, a(s) FOLHA(S) de:.....
MATERIA DE:.....
Em test. da verdade, João Roberto de Souza, 19/12/70, 19/12/70
Asserly Samuel Monteiro de Oliveira - Escrivente
Cadastrado no 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36
Selo Oficial: Asserly de Souza
Confirma a autenticidade do original, telegraficamente, João Roberto

PARECER

PARECER

Nº 232, DE 2015

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA sobre o Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2015 – Complementar, do Senador Flexa Ribeiro, que *dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal; altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966; e dá outras providências.*

RELATOR: Senador VALDIR RAUPP

I – RELATÓRIO

Vem à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2015 – Complementar (PLS nº 199/2015), de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios.

A proposição tem origem no PLS nº 104, de 2014 – Complementar (PLS nº 104, de 2014,) do Senador Mozarildo Cavalcanti que, por sua vez, originou-se do PLS nº 98, de 2002 – Complementar. O PLS nº 104, de 2014, foi recentemente aprovado pelo Congresso Nacional e, posteriormente, vetado na íntegra pela Presidente da República. Tal veto foi mantido pelo Congresso Nacional.

Trata-se, portanto, de matéria que vem sendo debatida ao longo de mais de uma década. O PLS nº 199, de 2015, é idêntico ao PLS nº 104, de 2014. Reflete o consenso que se chegou sobre o tema, tendo como principais características:

- estabelecer um limite mínimo de população e outras condições para a criação de municípios, tais como a

existência de limite mínimo de imóveis, a manutenção da continuidade territorial e o respeito às divisas estaduais;

- definir as características do Estudo de Viabilidade Municipal (EVM), que constitui condição necessária à alteração dos limites municipais e deve oferecer parecer conclusivo sobre a viabilidade econômico-financeira, político-administrativa, socioambiental e urbana;
- definir quatro tipos distintos de alteração desses limites: criação, incorporação, fusão e desmembramento;
- estabelecer os critérios para questionamentos acerca das conclusões do EVM;
- regulamentar a realização de plebiscitos e os procedimentos legais para instalação dos novos municípios e as regras de gestão durante a transição entre a antiga e a nova divisão administrativa;
- estabelecer procedimentos através dos quais os governos estaduais devem manter atualizados os seus cadastros de informações municipais.

Ressalte-se a preocupação do PLS em análise de evitar a criação de grande número de municípios de pequenas dimensões. Intensos debates na tramitação da versão anterior do texto, o PLS nº 104, de 2014, no Senado e na Câmara, permitiram a confecção de uma redação consensual e de boa qualidade. Com isso, evita-se a fragmentação dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios, a perda de recursos para os municípios já existentes, a redução na escala de provisão de serviços públicos e a consequente redução na eficiência da gestão municipal. Por outro lado, buscou-se criar incentivos à fusão e incorporação de municipalidades disfuncionais e economicamente inviáveis.

Nesse sentido, deve-se destacar a elevação do quantitativo populacional mínimo necessário à criação de um município para a maioria das regiões geográficas do país. Assim, a população mínima para os municípios das regiões Sul e Sudeste passaria a ser de 20 mil habitantes. Na região

Nordeste o mínimo subiria para 12 mil. No Norte e Centro-Oeste seria de 6 mil habitantes.

Ressalte-se, também, a fixação de condições mais propícias à fusão e incorporação de municípios, visando resolver o problema das unidades de baixa viabilidade econômica, que poderiam se consolidar em unidades maiores, com mais economia de escala na provisão de serviços públicos. Para tanto, o PLS nº 199, de 2014, propõe que seja de apenas 3% da população dos municípios envolvidos o número de assinaturas necessárias ao requerimento para dar início ao processo de fusão ou incorporação.

Outro estímulo proposto às fusões e incorporações é o de evitar, por um período de tempo, as perdas de receita decorrentes da aglutinação de municípios. Determina o Projeto que nos doze anos seguintes à fusão ou incorporação, os novos municípios formados pela fusão, ou os municípios ampliados em função de incorporação, recebam o FPM como se ainda estivessem separados. Pelas regras do FPM, a aglutinação de dois municípios de, por exemplo, cinco mil habitantes cada um, faria com que o novo município de dez mil habitantes recebesse menos do que a soma recebida pelos dois de cinco mil habitantes. Preservar por doze anos uma receita maior dá tempo suficiente para que as unidades fundidas possam ajustar suas administrações a ponto de, no futuro, terem uma participação menor no FPM.

O Projeto também cria mecanismos que asseguram uma boa qualidade do Estudo de Viabilidade Municipal (EVM). Para garantir que este será feito por entidade competente e isenta, determina que o mesmo seja contratado pelo Governo Estadual, e não pelo grupo diretamente interessado na separação ou aglutinação municipal. Ademais, institui-se um sistema de consulta pública e avaliação qualitativa do EVM que, em sendo objeto de críticas substanciais, terá que ser refeito ou revisto. Não se chegando a bom termo com tal revisão, o Governo Estadual terá poder de contratar outra instituição para a realização do estudo.

Buscou-se, ainda, simplificar e desburocratizar o EVM, de modo que ele seja um estudo com substância técnica, e não apenas um procedimento burocrático no qual tenha que constar certo número de carimbos. Sugeriu-se, por isso, retirar o atesto dos tribunais de contas para os dados utilizados na análise. Afinal, todas as estimativas e memórias de cálculo estarão a disposição, em consulta pública, para quem quiser contestá-los.

O PLS nº 199, de 2015, procurou, também, por sugestão do Poder Executivo feita por ocasião da discussão do PLS nº 104, de 2014,

deixar mais claros os indicadores quantitativos mínimos exigidos para a viabilidade municipal. Assim, optou-se por uma regra simples: a existência de um número mínimo de imóveis superior à média observada nos municípios que constituam os dez por cento de menor população no Estado.

Seguindo outra sugestão do Poder Executivo feita no âmbito da discussão do PLS nº 104, de 2014, fixa em doze anos (e não mais em dez) o período pelo qual fica vedada a realização de novo plebiscito no caso de o resultado do primeiro plebiscito ter sido pela rejeição da criação, desmembramento, fusão ou incorporação.

O texto também propõe que permaneçam válidos os plebiscitos já realizados, em consonância com as respectivas leis estaduais, até 31 de dezembro de 2013, para evitar que processos que já estão em andamento voltem à estaca zero.

Em suma, trata-se de texto maduro, exaustivamente debatido na Câmara e no Senado, com a participação de autoridades do Poder Executivo.

É o relatório.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição em análise. Tendo em vista ser esta a única Comissão à qual foi submetida a matéria, também se faz necessária a avaliação de mérito e técnica legislativa.

Não há dúvida quanto à constitucionalidade da matéria, visto que se trata de projeto visando regulamentar a criação, incorporação, fusão ou desmembramento de municípios, conforme exigido pelo art. 18, § 4º, da Constituição Federal.

O conteúdo do projeto não afronta cláusulas constitucionais, tais como a da autonomia dos entes federados. Ademais, não houve qualquer ilegalidade ou desrespeito ao regimento da Casa no processo de tramitação da matéria.

Ressalte-se que a apresentação de projeto com teor igual ao de projeto vetado pela Presidente da República não configura desrespeito ao art.

67 da Constituição Federal, que dispõe que matéria objeto de veto não pode ser apresentada na mesma sessão legislativa.

Note-se, ainda, que as razões do veto Presidencial foram puramente conjunturais, referindo-se às condições financeiras do setor público. Não há argumentos de ordem constitucional ou legal que maculem o texto. As restrições conjunturais alteram-se ao longo dos ciclos econômicos e podem, no futuro, deixar de constituir óbice à aprovação da matéria.

No que se refere ao mérito, é inegável a qualidade do texto, que incorpora mais de uma década de debates sobre o tema.

III – VOTO

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2015 – Complementar.

Sala da Comissão, 20 de maio de 2015

Senador JOSÉ PIMENTEL, Vice-Presidente
(no exercício da Presidência)

Senador VALDIR RAUPP, Relator

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 20/05/2015 às 10h - 10ª, Ordinária
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)			
TITULARES		SUPLENTEs	
JORGE VIANA	PRESENTE	1. WALTER PINHEIRO	PRESENTE
GLEISI HOFFMANN	PRESENTE	2. DELCÍDIO DO AMARAL	PRESENTE
JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE	3. LINDBERGH FARIAS	
FÁTIMA BEZERRA		4. ANGELA PORTELA	PRESENTE
HUMBERTO COSTA		5. ZEZE PERRELLA	
ACIR GURGACZ	PRESENTE	6. PAULO PAIM	PRESENTE
BENEDITO DE LIRA	PRESENTE	7. IVO CASSOL	PRESENTE
CIRO NOGUEIRA		8. ANA AMÉLIA	PRESENTE

Bloco da Maioria(PMDB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTEs	
EUNÍCIO OLIVEIRA	PRESENTE	1. ROBERTO REQUIÃO	
EDISON LOBÃO	PRESENTE	2. OMAR AZIZ	PRESENTE
RICARDO FERRAÇO	PRESENTE	3. GARIBALDI ALVES FILHO	PRESENTE
ROMERO JUCÁ	PRESENTE	4. WALDEMIR MOKA	
SIMONE TEBET	PRESENTE	5. DÁRIO BERGER	PRESENTE
VALDIR RAUPP	PRESENTE	6. ROSE DE FREITAS	PRESENTE
JADER BARBALHO	PRESENTE	7. SÉRGIO PETECÃO	PRESENTE
JOSÉ MARANHÃO	PRESENTE	8. RAIMUNDO LIRA	

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)			
TITULARES		SUPLENTEs	
JOSÉ AGRIPINO	PRESENTE	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA	
RONALDO CAIADO	PRESENTE	2. ALVARO DIAS	
AÉCIO NEVES	PRESENTE	3. ATAÍDES OLIVEIRA	PRESENTE
JOSÉ SERRA		4. MARIA DO CARMO ALVES	
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	5. WILDER MORAIS	PRESENTE

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)			
TITULARES		SUPLENTEs	
ANTONIO CARLOS VALADARES	PRESENTE	1. VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE
ROBERTO ROCHA	PRESENTE	2. MARTA SUPLICY	PRESENTE
RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE	3. JOSÉ MEDEIROS	

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 20/05/2015 às 10h - 10ª, Ordinária

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)			
TITULARES		SUPLENTEs	
EDUARDO AMORIM	PRESENTE	1. DOUGLAS CINTRA	PRESENTE
MARCELO CRIVELLA	PRESENTE	2. BLAIRO MAGGI	
MAGNO MALTA	PRESENTE	3. ELMANO FÉRRER	

Não Membros Presentes

JOÃO CAPIBERIBE

(À publicação.)

ABERTURA DE PRAZOS

O **Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2015 – Complementar**, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

Poderão ser oferecidas emendas ao Substitutivo do **Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2013**, até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a CRE (**Ofício nº 24/2015**).

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 24/2015 – CRE

Brasília, 21 de maio de 2015

Assunto: Comunicação da aprovação do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2013

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, aprovou em turno único o Substitutivo (Emenda nº 6-CRE) ao Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2013, na reunião realizada nesta data, em decisão terminativa, que “Institui a Lei de Migração e regula entrada e estada de estrangeiros no Brasil”, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

A matéria vai à apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Presidente.

REVOGAÇÃO DE MEDIDA PROVISÓRIA

A Presidência comunica ao Plenário que a **Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001**, que “Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea “j”, 10, alínea “c”, 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências”, foi revogada pela **Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015**, publicada no Diário Oficial da União (Seção I) de 21 do corrente, ficando convalidados os atos praticados durante a sua vigência.

A matéria vai ao Arquivo.

TÉRMINO DE PRAZO

Encerrou-se no dia 21 de maio o prazo fixado no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, no sentido da apreciação pelo Plenário do **Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2013**.

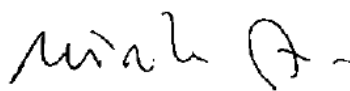
Tendo sido aprovado terminativamente pela CAE, o Projeto vai à Câmara dos Deputados.

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO
Nº 548, DE 2015
(REQUERIMENTO Nº 27- DE 2015- CCT)

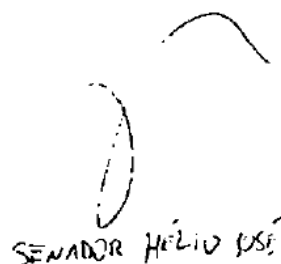
Requeiro, nos termos do disposto no art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2015 - “Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005”, além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT.

Sala da Comissão, em



CRISTOVAM BUARQUE

Senador


SENADOR HÉLIO JOSÉ

SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 13ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 12 de maio de 2015 (terça-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Zeze Perrella (PDT)
Lasier Martins (PDT)	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Angela Portela (PT)	4. Teilmário Mota (PDT)
Ivo Cassol (PP)	5. Gladson Cameli (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Sandra Braga (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PSD)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria de Registro e Redação Parlamentar – SERERP

12/05/2015 – 13ª – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Nós temos dois requerimentos que eu gostaria de discutir. Um requerimento que sugere que o Projeto de Lei da Câmara nº 34/2015, que altera a Lei nº 11.105, de 24 de março, além das Comissões constantes do despacho inicial seja ouvida também a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação.

Há uma falha aqui que é não dizer o que é a Lei... (Pausa.)

Um outro requerimento – eu deixo esse para depois –, é que eu gostaria de ouvir a opinião dos Srs. Senadores. Não vamos votar precipitadamente.

Requeiro, nos termos do disposto no art. 255 do Regimento Interno, que a Lei da Câmara nº 30, de 2015, que dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho dele decorrentes, além das Comissões constantes do Despacho inicial de distribuição, seja ouvida também esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e informática.

Ou seja, quero ouvir dos Senadores se se justifica levar ao Presidente Renan trazer para cá a Lei da Terceirização.

Com a palavra os Srs Senadores.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Concordo em gênero, número e grau.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Então, está aprovado. Coloco em votação.

Quem estiver de acordo, permaneça como está (Pausa.)

Aprovado.

Ao mesmo tempo, eu gostaria de consultar os Srs Senadores sobre a conveniência de trazer para cá a Lei da Câmara nº 30, de 2015, que altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005 – esta é a lei que trata dos transgênicos –, retirar do rótulo o símbolo dos transgênicos.

Eu, pessoalmente, considero um grande retrocesso, mas se depender da minha posição, considero que seja conveniente que venha para cá. Transgênico é ciência, que pode ser usada para o bem ou para o mal.

Abro a discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, ponho em votação.

Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. (Pausa.)

Está aprovado, também.

Está encerrada esta reunião, com os meus agradecimentos pela presença de todos.

Tivemos um recorde de quorum.

(Inlua-se em Ordem do Dia oportunamente)

REQUERIMENTO Nº 549, DE 2015

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Zacarias Assunção Ribeiro Araujo, que foi vereador e prefeito do Município de Cantá, no Estado de Roraima, falecido em Boa Vista/RR, no último dia 20 de maio de 2015.

Sala das sessões, – Senador **Romero Jucá**.

(À publicação)

COMUNICAÇÃO

Ofício nº 205-L-Democratas/15

Brasília, 20 de maio de 2015

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Hélio Leite para integrar, como membro suplente, a Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 671, de 19 de março de 2015, que “Institui o Programa de Modernização de Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais, e dá outras providências”, em substituição ao Deputado Efraim Filho.

Respeitosamente, – Deputado **Mendonça Filho**, Líder do Democratas.

(Será feita a substituição solicitada.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Com a palavra, o Senador Lasier Martins, do PDT, do Rio Grande do Sul.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente Ana Amélia, Parlamentares, telespectadores, ouvintes, na próxima semana, nós teremos a realização da XVIII Marcha dos Prefeitos, aqui em Brasília. Mais uma vez, centenas de administradores municipais virão à Brasília para reivindicar mais direitos e mais recursos para suas cidades.

Lamentavelmente, em razão de missão oficial do Senado Federal, ao exterior, não poderei, assim como também não poderá a Senadora Ana Amélia, estar presente nos eventos programados pela Marcha. Estaremos em missão oficial no exterior. De qualquer modo, eu gostaria de expressar aqui completo apoio às demandas dos prefeitos.

É notória a penúria enfrentada pela maioria de Municípios brasileiros. A situação de Municípios deve ser tratada com muita atenção. É sintoma de como o nosso Pacto Federativo se encontra doente. Temos hoje um problema institucional. Isso é um fato, não é opinião. Existe distribuição desproporcional de recursos entre os níveis federativos. E mais, o Governo Federal tem se esquivado de cumprir com seus deveres financeiros.

Segundo a Confederação Nacional de Municípios, 70% dos problemas financeiros enfrentados pelos Municípios têm relação com convênios firmados com o Governo Federal. Então, Srª Presidente, a União recebe a maior parte do bolo, enquanto Estados e Municípios ficam com as raspas e as sobras. Além disso, nos últimos anos, diversas atribuições têm sido repassadas aos Estados e Municípios sem a consequente transferência de recursos.

Enfim, o nosso Pacto Federativo, que já era defeituoso, está mutilado em sua essência. Os Estados e Municípios com cada vez mais obrigações, mas sem os recursos necessários para implantá-las com a qualidade e eficiência exigidas pelo povo. A consequência é que muitos Estados e Municípios estão à beira do colapso financeiro, incapazes de fazer frente às obrigações mais básicas.

Em suma, rediscutir o Pacto Federativo se faz urgente. Muito valiosas são iniciativas como a de antontem, ao meio-dia, aqui no Congresso, proposta pelo Presidente Renan, trazendo os governadores ao Congresso Nacional. É, pois, algo que deve ser tratado como prioridade número um por este Senado, por natureza a Casa da Federação.

Esse mal-estar da Federação se faz refletir também na economia e nas expectativas que as pessoas têm em relação ao futuro. Tem-se procurado sondar, de todas as maneiras, o que a população está pensando e como está vivendo essa crise.

É por isso que quero chamar a atenção para pesquisa levada a cabo, no mês de abril, pelo IPO (Instituto de Pesquisas de Opinião), do Rio Grande do Sul, a respeito da percepção dos gaúchos sobre a economia do Estado e do País.

Gostaria de destacar alguns pontos que são especialmente relevantes e preocupantes. Em primeiro lugar, há temor em relação ao futuro. A maioria dos entrevistados acredita que, nos próximos meses, vivenciarão um aumento na inflação e no desemprego.

Aliás, a propósito, quero incluir, desde logo, Sr^a Presidente, que estava lendo agora nos jornais, o que são as manchetes de hoje nos jornais.

E vou me permitir ler algumas delas, porque se inserem no tema referente às apreensões da população brasileira: “Desemprego é o maior desde março de 2011”; “Economia em recessão no trimestre”; “Arrecadação cai 4,6% em abril”; “Eletrobras perde grau de investimento”; “Em oito países fundos da Petrobras estão sendo processados” – a estatal já é alvo de seis processos só em Nova York; a Petrobras, a grande causa do agravamento dessa desgraça para a economia brasileira –; “Desemprego sobe e renda do trabalhador tem queda em abril”; “Capacidade ociosa da indústria é a maior em seis anos”, diz CNI; “País já acumula 500 mil novos desempregos desde janeiro”. São algumas das manchetes que se sucedem nos jornais espalhados por todo o Brasil.

Ao mesmo tempo, quero informar aos nossos Parlamentares, telespectadores e ouvintes, Senadora Ana Amélia, que recebi, agora de manhã, uma informação do nosso Estado. Neste momento, há uma triste fila de empregados no que era para ser o próspero e redentor Polo Naval de Rio Grande. Mais de cem pessoas estão na fila para a degola. É uma cena muito triste que ocorre naquele Município do sul do Rio Grande do Sul: degolas que começarão a ocorrer simplesmente porque não houve acerto entre as empresas que deveriam prosseguir a construção das plataformas de petróleo.

A QGI, ex-Quip, está demitindo, neste momento, grande quantidade de empregados do Polo Naval, porque não houve acerto quanto ao valor de aditivos com vistas à continuação da montagem das duas plataformas, a P-55 e a P-57. Sabem aqueles que têm acompanhado essa crise, particularmente lá no Polo de Rio Grande, que a QGI é controlada pela Queiroz Galvão, uma das empreiteiras envolvidas na Lava Jato.

Portanto, seguem ruindo os sonhos de gaúchos e, particularmente, de toda a metade sul do Rio Grande do Sul, devido ao que fizeram com a Petrobras e que repercute no Polo de Rio Grande.

Dito isso, sigo avaliando o que fez a pesquisa do IPO, cujos resultados estão sendo dados a público. Os efeitos tenebrosos dessa crise que vive o País são sentidos e se multiplicam. As pessoas consomem menos, deixando de lado os bens ou serviços considerados supérfluos ou secundários, bem como adiando ao máximo a aquisição de bens duráveis e evitando a tomada de financiamentos.

Esse pessimismo é reforçado pela percepção de que os governos – municipal, estadual e federal – também se encontram em situação financeira delicada. Os governos acenam para a redução de gastos e corte de programas sociais. No dia de hoje, virá a público o corte da Presidente da República nas finanças públicas, previsto em R\$69,9 bilhões. Além disso, no caso do Governo do Rio Grande do Sul, existem declarações a respeito do nível de endividamento estadual e o possível atraso de salários dos servidores.

Em segundo lugar, é de se destacar a percepção do aumento de preços em relação aos salários. Os entrevistados dessa pesquisa afirmam que não conseguem mais comprar os mesmos produtos no supermercado ou farmácia com o mesmo orçamento e que os produtos sobem mais que os salários; 77,3% dos gaúchos acreditam que a inflação irá aumentar.

Em terceiro lugar, a expectativa de aumento de desemprego é sentida em todas as faixas etárias, em todas as faixas de renda e em todas as regiões do Estado. Em Porto Alegre, nada menos do que 73% temem perder o emprego.

Segundo com este quadro assustador, mas verdadeiro, a pesquisa verificou o nível de endividamento dos gaúchos, que para a maioria tem crescido ou se mantido estável neste ano. Apenas um quarto dos entrevistados afirma que tem conseguido reduzir as suas dívidas.

Além disso, as agruras do endividamento afetam as parcelas mais pobres. Segundo a pesquisa, as pessoas com menor escolaridade e renda são as que mais sofrem com as dívidas. São pessoas que ganham na faixa de um a cinco salários mínimos, o que inclui parte da nova classe C, que está vendo o retraimento do seu poder de compra, invertendo tendência dos últimos anos.

O endividamento, observa a pesquisa do IPO, está relacionado com a utilização de cartão de crédito, financiamento de bens de consumo duráveis, imóveis e a tomada de empréstimo em financeiras.

Os pesquisadores do IPO alertam também para o fato de que as cadernetas de poupança estão tendo, em níveis historicamente altos, mais saques do que depósitos. Isso pode significar que as pessoas mais pobres estão enfrentando momento de grande aperto financeiro. De tal modo, estão tirando o dinheiro da poupança a fim de fechar as contas no final do mês.

Sr^a Presidente, esta pesquisa desse instituto, de grande credibilidade no Rio Grande do Sul, não deixa sombra de dúvida. As pessoas sabem que a economia do Estado e do País vai mal, as pessoas têm medo de perder o emprego, as pessoas têm medo da inflação, as pessoas, enfim, têm medo do futuro.

Não existe, é claro, solução mágica para os muitos problemas econômicos enfrentados pelo País. É hora ao menos de calma, de equilíbrio, de reflexão, para que possamos encontrar saídas para os dilemas que o Brasil vem enfrentando.

Para o Legislativo, cabe a missão de rediscutir o Pacto Federativo, com a máxima urgência, já tantas vezes protelada essa discussão. Os Municípios e os Estados não podem continuar dependentes dos caprichos da União. Não é possível que os Estados e Municípios fiquem a toda hora com o pires na mão, esperando pela boa vontade do Governo Federal, uma boa vontade que não existe.

É nossa obrigação, pois, ouvir o que tem a dizer os governadores e prefeitos, o que começou a ser feito anteontem, na reunião do Pacto Federativo com os governadores que vieram ao Congresso.

É preciso, enfim, agir para que possamos recuperar a esperança dos brasileiros no futuro próximo. É preciso que ajamos para que o nosso povo possa acreditar que o amanhã será melhor, porque o momento é muito delicado e triste. A responsabilidade para isso está também em nossas mãos, desde que tenhamos iniciativas.

Era o que tinha a dizer, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Cumprimento o Senador Lasier Martins e gostaria de contar com o seu apoio para assumir a Presidência, para que eu também possa fazer a minha manifestação, que não vai diferir muito da sua linha em relação à análise, muito criteriosa e muito real, da situação que está vivendo o nosso País.

A Sr^a Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Lasier Martins.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com muito prazer, anuncio, para fazer uso da tribuna, a minha conterrânea e minha brilhante colega Ana Amélia de Lemos.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão, Senador Lasier Martins, caros colegas Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, aqueles que nos acompanham atentamente aqui, bom dia.

O Senador Lasier, como eu, tivemos uma carreira na área das comunicações, e sempre disseram que jornalista gosta só de dar notícia ruim. Não é o nosso caso, Senador. Tenho certeza, por conhecê-lo, de que gostaríamos muito mais de, aqui, sermos arautos de boas notícias. É muito melhor dar uma boa notícia. Quem chega e traz uma boa notícia é como se trouxesse um ramo de flores para entregar, ou um presente que a pessoa deseja, ou um simples sorriso, ou um cumprimento, ou estar perto de um amigo. Então, a boa notícia tem essa mágica de oferecer à pessoa: “Olha, tal pessoa está muito bem; estava com um câncer e sarou, melhorou”. Essa é uma boa notícia.

São várias as boas notícias que a sociedade gostaria de esperar. E nós gostaríamos, eu, particularmente, gostaria de sempre estar aqui, nesta tribuna, para falar de coisas boas. Temos coisas boas? Temos. Temos coisas boas produzidas pela população, pela gente que trabalha, por aqueles que fazem esforço para melhorar este País. Temos muitas notícias boas acontecendo, só que as notícias ruins estão agora ocupando um espaço maior. Não porque a mídia gosta de dar notícia ruim. Não é. É porque a mídia não pode ser avestruz, nós não podemos ser avestruzes, botar nossa cabeça na terra e não enxergar a realidade, Senador! Até porque a sociedade que está nos ouvindo aqui é a que está sabendo lá quando vai abastecer o carro, quando vai ao mercado fazer as suas compras, quando vai comprar um remédio. O cidadão está vivendo a dificuldade, no dia a dia, do aumento da inflação e do risco da perda de emprego para quem é assalariado ou para quem é trabalhador.

O que V. Ex^a narrou aqui na questão do polo naval é o drama de um sonho que teve aquela região do Rio Grande do Sul, o terceiro porto marítimo mais importante, mas, apesar disso, uma região, do ponto de vista econômico, pessimamente desenvolvida. O polo naval foi, eu diria, uma revolução, porque trouxe àquela região a esperança da diversificação econômica. Foi uma iniciativa da então Ministra de Minas e Energia Dilma Rousseff, que tive até o prazer de anunciar em primeira mão, nos veículos da RBS, quando eu era jornalista. Eu saudei aquilo com pompa e circunstância, como deveria. Ainda na condição também de jornalista e depois como política, fui visitar o polo naval. A montagem das plataformas marítimas era uma coisa de encher os olhos, Senador! E, de uma hora para a outra, isso se esvai, implode!

Então, é por essas coisas que estamos perplexos, Senador. Eu não entendo realmente como é que existe tanto descuido com planejamento de um projeto dessa envergadura, Senador Cristovam – V. Ex^a que tem tido aqui, no uso da tribuna, no seu trabalho nas comissões, uma abordagem sempre muito profunda sobre a situação econômica do País. Nós não temos planejamento, nós não temos auditoria.

O que é, em última análise, que está acontecendo com a Petrobras? Uma empresa de que nós temos orgulho, e vamos continuar tendo orgulho dela. É simplesmente falta de planejamento, falta de auditoria, de fiscalização, de controle adequado e de responsabilidade. Essa empresa foi assaltada por interesses político-partidários, e isso nós estamos vivendo agora. Então, não há como você sair dessa trama perversa que está

produzindo essa demissão em massa por conta da crise da Petrobras. E nós precisamos resgatar o mais rápido possível essa empresa, para que ela volte a ser um motor.

Ontem tivemos, na Comissão de Relações Exteriores, um debate muito importante com o Ministro da Defesa. Para produzir aviões, produzir caças, produzir aviões para transporte de carga, produzir *drones*, produzir todos os equipamentos da área da aeronáutica, nós temos tecnologia, nós temos conhecimento. E nós não vamos assegurar o orçamento para a defesa, que é um motor para o desenvolvimento! Ora, num avião, não está apenas aquele aparelho que voa, Senador. Ali estão introduzidos tecnologia, engenharia, informação; tudo, tudo, tudo está ali dentro. E é nosso, isso é brasileiro. E aí nós vamos cortar o orçamento! O KC-390 é um avião de transporte de tropas. Recentemente, tivemos que alugar um avião para transportar a tropa brasileira do Haiti, porque nós não temos esse avião.

Então, vejam, caros colegas Senadores: nós gostaríamos de dar boas notícias, mas não é bom o cenário que nós temos neste ano, passados poucos meses de uma eleição presidencial. E, na época, o Brasil que foi mostrado para a sociedade brasileira era radicalmente diferente do que nós estamos vendo hoje. Radicalmente! Era um País bonito, com uma produção cinematográfica encantadora, música, todo mundo alegre, os números maravilhosos.

Mas como, de uma hora para outra, acontece tudo isso, Senador? E agora, em cima do contribuinte, do trabalhador, vem um arrocho. Um arrocho. Não é nem ajuste fiscal, é um arrocho! A 664 e a 665, duas medidas provisórias que o seu Partido, Senador Cristovam, fechou questão para votar contra, para a retirada. O Partido que tem o Ministro do Trabalho! Parabéns, Ministro Manoel Dias! É isso! É uma questão de coerência. Coerência com os princípios defendidos. Também sou contra isso, Senador.

Lamentavelmente, aqui nesta Casa foi adiada a votação. Tínhamos de ter votado na terça-feira a MP 665, mas começou uma discussão que se prolongou. Às vezes isso é uma tática para tentar postergar. Só que está vencendo o prazo da medida provisória. Se não for votada, ela vai cair. Então, eu me preparei para votarmos na terça-feira essa medida provisória. Ficamos até às 11 horas da noite, e houve esgotamento apenas da discussão. Agora, há vários destaques, e nós temos uma missão. Uma missão pelo interesse nacional.

O Brasil está tendo uma boa notícia: a notícia internacional de que os chineses querem comprar mais carne brasileira. Essa é uma grande notícia! Agora, para isso, nós precisamos ter investimentos na área da sanidade animal, temos de ter carne de qualidade para oferecer um produto de qualidade ao nosso importador. Os chineses comprando do Brasil. Mais de um bilhão de consumidores! Nós vendendo carne bovina, suína e de frangos! Para esse mercado, nós temos de ter uma responsabilidade muito grande!

E o que nós vamos fazer em Paris? Nós não vamos passear em Paris, Senador. Não vai nem dar tempo, porque teremos reunião de manhã, reunião ao meio-dia, reunião à tarde. As pessoas têm de entender: nós estamos indo numa missão. Eu sou Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, com muita honra – V. Ex^a faz parte dela. O Brasil é um país protagonista na exportação desses produtos. E o campo tem sido a resposta para toda a crise! É daí que sai o superávit comercial, o superávit na venda dos nossos produtos. É do campo que sai a garantia do abastecimento de alimentos: verduras, frutas, arroz, feijão, batata, carne. Se não fosse essa riqueza do campo, Senador, nós estaríamos como a Venezuela, tendo de importar até alface. Nós, até no entorno de Brasília, temos uma produção orgânica, produção de alta qualidade, feita por japoneses, por imigrantes que vieram para cá, por candangos que estão no entorno desta cidade. Nós temos a riqueza dessa gente que trabalha.

Mas nós temos um problema sério: a incompetência na gestão de governos que se sucedem e não conseguem dar respostas à população. Nós hoje, Senador, dos doze meses do ano, cinco meses do nosso trabalho são para pagar impostos ao Governo. E o que o contribuinte recebe em troca? Recebe saúde de qualidade? Não. Recebe segurança de qualidade? Não. Recebe transporte de qualidade? Não. Educação de qualidade? Não.

Então, nós estamos vivendo um problema sério. Nós queremos ajudar. Nós queremos ajudar a acertar o passo, mas eu não percebo, nesse ajuste de cortes, que vão chegar a R\$80 bilhões, um esforço de o Governo dizer: “Vamos reduzir gastos, vamos cortar alguns gastos, vamos reduzir os Ministérios”. Pode não ter um efeito real do ponto de vista financeiro, mas é a demonstração para a população de que o Governo resolveu fazer o seu dever de casa, cortar na própria carne. Reduzir Ministérios seria uma boa resposta política para mostrar ao País que a Presidente não está refém de não sei quantos partidos que vão lá pegar um pedaço aqui, um pedaço ali do Governo.

O Governo está fatiado. Esse sistema precisa ser mudado. E eu acho que a Presidente refém desse sistema também tem a dificuldade de encaminhar soluções mais adequadas. Dificuldades que ela tem até no próprio Partido, o Partido dos Trabalhadores. Ontem vi o Senador Lindbergh Farias, o Senador Paulo Paim e o Senador Randolfe Rodrigues dentro de um grupo contrário às modificações apresentadas, sugerindo até a demissão do Ministro Joaquim Levy.

A Presidente está sofrendo, ela está refém de um sistema de composição da tal governabilidade que tem que ser quebrado, Senador Jorge Viana! E não pode ser desse jeito. Os partidos têm que ter um pouco de solidariedade com o País, inclusive o meu Partido. Eu falo de todos os Partidos.

Então, nesta sexta-feira, eu venho aqui falar sobre essa preocupação. Queríamos, sim, sem dúvida, dar boas notícias como esta: o Brasil venceu a peste suína africana. Venceu! Foi um grande desafio. Fizemos um Código Florestal. O Senador Jorge Viana foi um dos Relatores, com o nosso querido e inesquecível Luiz Henrique da Silveira. Houve uma modernização do nosso Código Florestal, quanto a questões de controle de sustentabilidade. Notícias muito boas.

O grande País que exporta, maior exportador de soja, agora vai fazer um acordo com a China. Vamos sair da dependência tecnológica dos produtos modificados geneticamente dos Estados Unidos – hoje as grandes patentes são ou europeias ou americanas – para ter um acordo da nossa Embrapa, fantástica Embrapa, com a China, para desenvolver esses produtos. Nós estamos criando estratégias inteligentes de vencer desafios e de formar aqui, com a nossa Embrapa e com os nossos cientistas, uma outra oportunidade, uma abertura, uma matriz tecnológica diferente.

Com muito prazer, concedo o aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Srª Senadora, em primeiro lugar, fico contente pelo seu patriotismo de querer notícias boas. É isso o que a gente quer! Ninguém pode torcer, Senador Lasier, pelo “o pior é melhor”, porque o pior sempre é pior. E eu quero colocar uma notícia que eu acho que é boa: o fato de a Presidente ter decidido elevar a contribuição líquida sobre o lucro dos bancos. Eu acho que foi correto do ponto de vista dela. Isso significa, segundo as contas que eu vi deles, 4 bilhões. Ainda é pouco, até porque, em vez de subir de 15 para 20, podia dobrar para 30. Eu acho que não seria um sacrifício aos bancos, algo que os deixasse funcionando de uma maneira prejudicada, porque o lucro é muito alto. Quando a Selic sobe, o lucro deles também sobe. Foi uma decisão correta. Segundo, eu quero dizer que eu assinei também esse manifesto, mas eu não faço parte daqueles que pedem a substituição do Ministro Levy. Eu creio que, neste momento, a substituição de um Ministro da Fazenda, que está fazendo um esforço para adquirir credibilidade, embora de uma maneira de que eu discorde em muitos pontos, seria um desastre para o Brasil. Isso seria muito ruim. O que a gente tem que fazer é conseguir com que o Ministro Levy ouça mais outras propostas, como essa dos bancos, que eu propus aqui – não vou dizer que ele a seguiu, não; não vou dizer, porque ele deve vir estudando isso há bastante tempo, coincidindo o que eu sugeri aqui num discurso quinta-feira e o que aconteceu. Então, eu acho que ele pode é ouvir mais a gente, chegar aqui, reunir com o grupo e dizer: “O que acham dessas minhas propostas? Que outras vocês têm?” Eu creio que surgiriam boas ideias, boas propostas, Senador Jorge. E até surgiria o que tenho insistido como a condição de um bom ajuste: um ajuste com entendimento. Este é o bom ajuste: o ajuste com entendimento. Nós estamos vivendo uma coisa muito diferente do passado. O Brasil vive desajustes ao longo de toda a sua história do desenvolvimento econômico; nós construímos um desenvolvimento econômico sob formas diferentes de desajustes. Só que antes a gente resolvia de uma maneira chamada inflação. Em vez de fazer ajustes, a gente deixava que a inflação ajustasse: mantinha todos os gastos, só que gastava 100, mas só valia 50, porque a inflação roubava a metade. Agora, a sociedade não aceita mais a idéia da volta da inflação. Aliás, uma boa notícia é que houve um recuo na taxa de inflação. Depois de meses subindo, agora houve um recuo do dia 15 do mês passado para o dia 15 deste mês. A sociedade não aceita mais a volta da inflação, e creio que nós políticos amadurecemos, Senador Lasier, de certa forma, em não aceitar mais inflação. O PT, durante o Plano Real, não mergulhou favoravelmente, embora, pouco depois, eu tenha sido um daqueles – e o Senador Jorge Viana também – que apoiaram as propostas do governo Fernando Henrique Cardoso em relação à parte monetária, mesmo discordando de outras coisas. Então, não dá para voltar a inflação. Houve um amadurecimento geral. Daí a necessidade de um ajuste, mas um ajuste que tem de ser com entendimento; que tem de ser justo, escolhendo quem paga, como, por exemplo, o lucro dos bancos; que tem de ser estratégico, levando em conta as consequências no longo prazo, porque o ajuste dura um prazo e depois fica permanente. Aliás, quero dizer de uma preocupação minha: o fim do fator previdenciário – não é o fim, porque não vai acabar – ou a modificação no fator previdenciário, que vai beneficiar, sim, trabalhadores que estão perto de se aposentar, mas por oito anos. Depois de oito anos, virá a conta, uma conta muito braba sobre os mais jovens que não estão em véspera de aposentadoria. Então, terá de ser feito outro ajuste radical na conta previdenciária. Então, são pontos que a gente deve analisar na hora de fazer um ajuste. Se fizermos isso, eu acho que o Ministro Levy possa ser a pessoa que a conduza tecnicamente, mas com uma combinação política. Talvez seja isso que esteja faltando. Agora, entre trazer essa novidade para o Ministro atual ou buscar outro Ministro, acho que o prejuízo seria muito grande para o Brasil.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Cristovam Buarque. Eu compartilho com a posição de V. Exª. Apenas, talvez pela experiência e pelo tempo que vivemos, vendo outras

coisas... Primeiro, eu quero dar um testemunho. Eu respeito o Ministro Levy, porque acompanhei pelo menos uma reunião que o Senador Blairo Maggi organizou, com um grupo de Senadores de vários partidos, no próprio apartamento funcional do Senador Blairo Maggi, e noto nele um esforço. É uma pessoa extremamente afável, tolerante, de diálogo. É uma pessoa sem rompantes, é um homem, vou lhe dizer, afeito a essa função. Não é fácil a missão dele, porque ela vai sempre conflitar em alguma área: vai conflitar no direito dos trabalhadores, vai conflitar na questão da retirada de benefícios fiscais em setores estratégicos, como a exportação, por exemplo. E isso é muito ruim nesta hora.

Em relação a esses setores, no caso de empresas que têm grande emprego de mão de obra, como é o setor calçadista, a retirada agora de benefícios concedidos no ano passado desorganiza as contas das empresas, porque elas fazem o seu planejamento — ao contrário do Governo, de que eu falei da falta de planejamento —, e isso vai impactar negativamente nos resultados da produção e do próprio emprego, que se vai enxugando.

A inflação está decrescendo muito mais pela redução do consumo do que propriamente por uma mágica de gestão econômica.

Essa medida que o Governo anuncia de taxar os bancos, claro, é uma medida muito simpática, porque o lucro dos bancos, comparativamente a todo o setor produtivo, é sempre muito maior. O produto do banco é o dinheiro, e esse produto é valioso. Então, sempre é um setor privilegiado na economia por conta dessas condições. Agora, cada vez que aumenta o tributo para ele, não é o banco que vai pagar; quem vai pagar é o tomador do dinheiro. Nesse aspecto, também, consequência sempre haverá, o remédio sempre produzirá uma sequel, o remédio nunca vai ser a solução.

Agora, fala-se muito na taxaçaõ das grandes fortunas. Ótimo. O que é uma grande fortuna: 10 milhões, 10 bilhões, 1 bilhão? Qual é a grande fortuna? A grande fortuna é da pessoa física ou da pessoa jurídica? Há também esse aspecto. Quando se começa a falar disso, pode acontecer também evasão desses capitais — que podem estar na área da produção, se a grande fortuna é sobre as empresas —, ao saírem do País para mercados que sejam mais seguros.

É, portanto, muito complexo, Senador. E penso que o Ministro Joaquim Levy tem sido extremamente aberto a esse diálogo. A missão dele não é uma missão fácil — não é, absolutamente não é. Tudo o que for tomado vai ter sempre uma consequência.

Com muito prazer também, concedo um aparte ao meu querido amigo, Senador Jorge Viana.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT - AC) — Senadora Ana Amélia, Presidente Lasier, colega Cristovam, eu vinha no carro ouvindo o Senador Lasier, que depois assumiu a Presidência, e também esta querida...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) — Olha a Rádio Senado!

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT - AC) — Mas todos nós. É incrível!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) — O Senador está dando prestígio nesta semana à Rádio Senado e à nossa TV Senado também. Senador, eu fico grata sempre por essa referência, porque os nossos colegas jornalistas, Senador Lasier, fazem um trabalho extraordinário. Então, eu agradeço cada vez que o senhor diz “Eu estava ouvindo”. E agradeço a todos que chegam às comissões também dizendo: “Eu estava ouvindo a Rádio Senado”.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT - AC) — É a primeira coisa. Eu sou de um Estado pequeno, e nós temos uma dificuldade. Para quem atua aqui no Centro-Sul, a grande imprensa cobre os temas, mas, de um Estado mais distante, como é o caso do Acre, há uma dificuldade, há um desencontro da pauta da grande imprensa com os interesses locais. Então, a população tem um pouco de dificuldade de acompanhar o nosso dia a dia aqui.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) — Mas a Rádio Senado chega lá. E a TV Senado...

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT - AC) — Mas através da Rádio Senado e da TV Senado... Olha, é inacreditável a quantidade de pessoas — eu estou indo para o Acre hoje — que me encontram e falam: “Eu vi o seu pronunciamento, eu vi o debate”. E aí há uma vantagem...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) — Eu sou testemunha disso, Senador. Eu estive no seu Estado, estive com o senhor em Rio Branco, onde fui muito bem recebida.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT - AC) — Deu-me a honra de ficar e de podermos...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) — E eu estava andando na rua em Rio Branco, quando uma pessoa chamou: “Senadora Ana Amélia!” Deu um grito. Eu disse: “Deve ser um gaúcho, desgarrado, que está por aqui, por Rio Branco”. Aí fui até ele para cumprimentá-lo e disse assim: “Você é gaúcho de onde?” Ele disse: “Não, não sou gaúcho, nunca estive em seu Estado”. Eu disse: “Mas e como é que você me conhece?”. Ele disse: “Ah, eu assisto à TV Senado”.

Foi apenas para ratificar a relevância que tem.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É incrível. E aí há uma outra vantagem. Eu, normalmente, como Vice-Presidente, tenho a prerrogativa de ajudar no trabalho de plenário – aliás, sou sempre ajudado por vários colegas –, que começa aqui às 14h, que é exatamente meio-dia em Rio Branco.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Está todo mundo em casa almoçando.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Em um lugar pequeno, o pessoal ainda almoça em casa. E é um horário incrível. Das 14h às 15h, que é de meio-dia às 13h lá, a audiência da TV e da Rádio Senado é lá em cima. Então, eu estava ouvindo o pronunciamento de V. Ex^{as}. Eu sei as cobranças. A Senadora Ana Amélia fazia uma referência, dizendo que elogiou e que esteve junto, quando foram lançados os investimentos da Petrobras lá no Rio Grande do Sul. E lamenta agora a interrupção em consequência dessa Operação Lava Jato. Está havendo redução de investimentos, empresas estão demitindo. Isso é uma realidade. E também falou sobre notícia boa e notícia ruim, como no aparte do Senador Cristovam. Hoje, há duas grandes notícias. E eu só queria aqui, respeitando e vendo essa preocupação de V. Ex^a sobre a sanidade animal... V. Ex^a está indo também... Eu estive lá quando era Governador, porque, quando eu assumi o governo no Acre, a aftosa era risco desconhecido. Quando o risco é desconhecido, é o pior dos mundos, porque não se sabe qual é o risco, então, nós não podíamos vender carne. O setor produtivo agropecuário – Senador Benedito de Lira, que está aqui – não podia exportar. E, agora mesmo, a China assumiu ampliar a importação de carne brasileira. Eu tive uma conversa, na época – sendo eu do PT, os pecuaristas tinham o PT, então, como adversário –, com o Assueiro, Presidente da Federação da Agricultura, e um grupo de fazendeiros. Eu falei: “Olha, vocês passaram a vida inteira votando nos seus aliados, e os seus problemas se mantêm: invasão de terra, insegurança agropecuária”. Não havia instituto de agropecuária. Eu falei: “Quais seriam os pontos? Se fossem definir, qual seria a primeira, a segunda e a terceira coisa?” Eu falei assim mesmo, num escritório muito modesto que eu tinha, em 1988, antes de ser eleito Governador. Eles colocaram as três coisas:

Tudo o que nós temos – e sempre falo isto – está da porteira para dentro. E esse todo nosso está em risco, porque, por exemplo, a aftosa é um risco desconhecido no Acre. Então, esse é um ponto central para nós, porque o nosso patrimônio está no gado, e o gado pode perder completamente o valor. Nós podemos perder tudo por conta desse risco desconhecido aqui.

Eu falei: “Ah, então, uma das prioridades de vocês é essa. Qual é a outra?” Eles disseram: “É criar um instituto de defesa no Acre.” Eu falei: “É a segunda? E os aliados de vocês não criaram, não fizeram nada com isso?” Eles falaram: “Pois é, candidato.” Eu perguntei da terceira. Falaram: “Que o Estado fizesse o zoneamento ecológico e econômico”. Foram esses três pontos que consegui extrair como as coisas mais importantes para o setor agropecuário. Eu falei: “Então, estamos juntos. Vocês podem, sem medo...” Eu não sei se votaram em mim, talvez nem tenham votado, mas alguns devem ter votado. Eu falei: “Esses três pontos eu assumo. Se eu for governador, vou encampar as três coisas”. As três coisas foram feitas. Foram feitas a primeira e a segunda etapa do zoneamento. Eles registram isso hoje nos encontros. Criei o IDAF (Instituto de Defesa do Acre), que já funciona desde a época em que eu era Governador, há mais de 10 anos. E eu estabeleci a meta de tirar o Acre da situação em que estava. Foi o primeiro Estado da Amazônia e do Nordeste a ir a Paris, aonde a senhora vai, receber – eu fui com eles – o Certificado de Área Livre de Aftosa com Vacinação. De lá para cá, eu lamento, porque eu deveria... Fico torcendo para que também o nosso Governo – o Governador Tião Viana está pensando nisto – estabeleça outra meta ousada que é de se livrar da vacinação. Veja como é possível. Foi trabalho, foi investimento, foi parceria com o Governo Federal. Estou pondo isso, mas queria, pedindo desculpa a V. Ex^a, falar das duas medidas que temos hoje. A Presidenta, hoje, anunciou o corte no Orçamento. E, como disse o Senador Cristovam, ela também anunciou a elevação do tributo no lucro dos bancos de 15% para 20%. Isso vai trazer uma entrada de recursos para o País de mais de R\$3 bilhões. E também, ontem, o Senador e Líder Delcídio acertou com a Presidenta que ela vai fazer ajuste no abono, na proposta da medida provisória do abono. Então, estou trazendo três notícias, que, para mim, são três notícias boas. Primeiro, é um ajuste na medida provisória. Segundo, é um ajuste no Orçamento. V. Ex^a, inclusive, estava falando ainda há pouco em reduzir gastos de Governo, em cortar despesas. Eu também acho isso. Sinceramente, nós precisávamos fazer isso. Eu, às vezes, fico achando que todo e qualquer governo está amarrado hoje nesse sistema político em que a gente vive. O ex-Senador Fernando Henrique virou Presidente da República, e, quando ele chegou lá, todo mundo estranhou, porque ele era do PSDB, um Partido que tinha se descolado do PMDB. Franco Montoro...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – É uma costela do Adão, saiu do PMDB.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Saiu do PMDB, e, aí, saiu uma espécie de PMDB progressista...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – A dissidência.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ...para se fundar o PSDB.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O PSDB, com Mário Covas.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E, quando chegou ao governo, ele foi se juntar ao PFL e a outros partidos para poder governar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Assumiu com a esquerda.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Então, isso houve no governo do PSDB e com o PT também. Tenho de assumir as coisas. É a história recente do Brasil. Ganha-se o governo, e, para governar, faz-se aliança com partidos que têm uma visão ideológica e até compromissos programáticos diferentes daqueles de quem ganha o governo. Mas quem é que governa este País se não fizer um arco de aliança? Somos 30 partidos! Então, qualquer partido ou força política que ganhe vai ter de fazer concessão nos seus programas, nas suas metas, nos seus objetivos, para poder governar, para ter a tal governabilidade. Acho que daí decorre que a gente faz uma mudança no sistema político ou faz a reforma política para dar mais força para alguns partidos, para dar mais força para que quem ganha a eleição possa também governar, com boas bancadas. Ou, então, vamos ver que haverá circunstâncias em que terá de haver governos grandes, governos enormes, para poderem acomodar alianças enormes que são feitas depois da eleição, normalmente, para que se possa governar. A Presidenta anunciou hoje um corte de R\$69 bilhões no Orçamento. Ainda há pouco, estava se colocando um colega. Não vou citar o seu nome na sua ausência. Mas um colega do PT estava falando até de sair da equipe econômica. Eu me associo ao Senador Cristovam. Eu acho que o Brasil tomou uma decisão, elegeu a Presidência da República. Um lado perdeu, outro ganhou. Esse é o jogo da democracia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – É claro, é claro!

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A Presidenta Dilma, não tenho dúvida, fez uma avaliação. Tudo bem, alguns cobram por que ela não falou isso na campanha, mas ela está fazendo uma avaliação. No ano passado, o Brasil deixou de arrecadar R\$114 bilhões por conta de medidas provisórias que andaram na Câmara e no Senado e que foram enxertadas. O Governo queria fazer uma desoneração em determinados setores, mas grupos políticos se reuniram e fizeram desonerações e mais outras e outras e outras. Com isso, no ano passado, sumiram da arrecadação do Governo Federal R\$114 bilhões. Ora R\$114 bilhões fazem muita falta! E isso, lamentavelmente, não se transformou em redução de preço para as pessoas. O que temos hoje? Estou vinculando diretamente esta situação do superávit primário ao erro de mão – acho que houve um erro – do País, do Governo, que errou em ter feito essa desoneração do jeito que foi feita. E, hoje, há o problema de termos de fazer um corte orçamentário, um dos maiores da história do nosso País. Mas acho que isso é importante. Fui governador, temos de ser rigorosos nos gastos públicos, sim! Temos de ser rigorosos, senão vamos viver uma situação insustentável. A outra medida de aumentar de 15% para 20% a tributação no lucro dos bancos é interessante. Não podemos fazer medida, como a senhora mesmo colocou, Senadora Ana Amélia, que só aperta o assalariado. Por que não vamos para o capital? Todo trimestre, uma coisa é certa neste País: os bancos lucram bilhões, bilhões e bilhões. A Presidenta agora tomou uma medida. Então, esse corte no Orçamento é importante, para que possamos mostrar claramente que temos de fazer um ajuste no Orçamento, que não pode ser uma fantasia não executada, e que temos também de aumentar a tributação dos bancos. Parabenizo V. Exª por trazer o debate para cá, para refletirmos sobre o País, como é governar, como é assumir compromisso, como é passar dificuldades para entregar os compromissos. Mas acho que, neste momento, sinceramente, conheço bem a nossa Bancada, um Senador só, porque até o Paim fez um discurso dizendo claramente que votará nessa medida provisória na próxima terça-feira, com esse ganho que o Líder...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Com essa alteração.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Com essa alteração que o Líder fez, vários colegas Senadores de outros partidos vão votar. O colega aqui está contra, e nós o respeitamos, mas é uma opinião isolada dele na Bancada. Posso afirmar que a Bancada do PT tem um compromisso. A equipe econômica, Joaquim Levy, Nelson Barbosa e Presidente do Banco Central têm de ter nosso aval. Se der errado o encaminhamento dessas políticas no final do ano – espero que isso não aconteça, espero que comecemos a melhorar no final do ano –, vamos ter, sim, de pegar outro caminho. Mas agora é hora de confiar na Presidenta, de confiar na equipe econômica. Esse é papel nosso, é o papel de quem apoia o Governo. E, se Deus quiser, na terça-feira, votaremos a primeira medida provisória e começaremos a debater as outras duas, para também haver a votação aqui. Peço desculpas por ter me alongado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Não, fico muito...

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mas estamos aqui nesta sexta-feira, para podermos debater. Cumprimento V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Fico muito feliz, Senador Jorge Viana, porque V. Exª me traz duas coisas que confirmam exatamente por que houve essa mudança em relação ao abono. Por quê? Porque houve a compreensão de que, sem o diálogo, não dá para avançar nada. A Casa não aceita imposição,

ponto. Isso demonstrou da parte do Ministro Joaquim Levy... O Líder Delcídio do Amaral, conversando com o Governo, mostrou as dificuldades existentes na Casa e mesmo dentro da Bancada do PT a respeito dessa matéria. É exatamente nesse caminho que estamos indo.

Quanto à questão que eu estava cobrando, sobre a gestão, V. Ex^a também deu um belíssimo exemplo. Qual foi o exemplo que V. Ex^a deu como gestor? Por isso, foi duas vezes Governador e não o é mais porque não quer. Não o é mais porque não quer. Por quê? Porque, Senador Jorge Viana, o senhor assumiu com os produtores, com os pecuaristas da sua cidade, do seu Estado do Acre, hoje um Estado extremamente importante no cenário da Região Norte do País, um compromisso. O senhor assumiu o compromisso de criar condições sanitárias, um programa sanitário para se livrar da aftosa, para não comprometer o futuro do rebanho do Acre. O senhor se comprometeu a criar um instituto para a defesa e outros programas fundamentais no Acre e foi a Paris para mostrar que seu Estado poderia ter a certificação que é fundamental para se vender carne para fora.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Para a senhora ter uma ideia, nós tivemos de vacinar no sul do Amazonas, na Bolívia e no Peru. Olhe a dificuldade por causa da tríplice fronteira, pela qual a senhora passou, inclusive, de carro. A senhora passou por ali, vendo e conhecendo este Brasil do Rio Grande do Sul até o Acre. Nós tivemos de fazer a vacinação no nosso Estado, que é pobre e que tem dificuldades, para poder ter a certificação. Se, do outro lado do rio, não há vacinação, não se pode ter a certificação. Então, houve um trabalho, uma dedicação, mas conseguimos isso.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – E a aftosa, como qualquer outra doença, como qualquer fungo ou bactéria, viaja. Senador, ela viaja. Ela é transmitida, pela mobilidade que temos.

Então, foram compromissos firmados, Senador. E V. Ex^a mostrou isso exatamente. É isto que queremos: que esses compromissos sejam cumpridos, porque a sociedade aí acredita no gestor público. Então, eu queria cumprimentá-lo.

Como o Senador Lasier lembrou, nesta semana vai haver a Marcha dos Prefeitos. É o último registro que quero fazer, lembrando que os gestores municipais das áreas de saúde, da área social, estão deixando de receber R\$1,5 bilhão, nos últimos cinco meses, do Fundo Nacional de Assistência Social.

Vejam que, por isso, precisamos fazer esses ajustes, para que esses recursos e o Orçamento sejam votados, a fim de que possamos tratar das questões relacionadas à assistência.

O Congemas (Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social) reúne 5.570 secretários da área da saúde, que estão preocupadíssimos, porque crianças, adolescentes e idosos em situação de risco estão sem atendimento. Moradores de rua, dependentes químicos e vítimas de violência, que também dependem desses recursos, estão sem poder contar com as políticas do Governo.

Portanto, nós, os Senadores municipalistas, estamos dispostos a continuar na batalha.

Quero desejar sucesso à marcha que será feita na semana próxima.

Eu queria pedir aqui, publicamente, ao meu Líder, Senador Benedito de Lira, que também é municipalista, que represente o Partido Progressista nessa marcha. Eles precisam muito que os partidos políticos estejam juntos nessa grande caminhada com uma demanda municipalista, o que é fundamental, porque tudo acontece nos Municípios.

Como estamos debatendo o Pacto Federativo, então, em meu nome e em nome de todo o nosso Partido, V. Ex^a nos representará nessa grande marcha.

Agradeço muito ao Senador Cristovam, especialmente ao Senador Jorge Viana e a todos os colegas Senadores pelos apportes e pela audiência.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Meus cumprimentos, Senadora Ana Amélia!

Sobre a mesa, há um comunicado da Presidente da República sobre medida provisória.

A Senhora Presidente da República adotou, em 19 de maio de 2015, e publicou no *Diário Oficial da União* de 20 de maio de 2015 a **Medida Provisória nº 674, de 2015**, que “abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Defesa e da Integração Nacional, no valor de R\$904.756.882,00 para os fins que especifica”.

A matéria será encaminhada, nos termos do §6º do art. 2º da Resolução nº1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas.

O calendário de tramitação da Medida Provisória foi publicado na Ordem do Dia do Congresso Nacional.

A matéria será publicada em avulsos.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o calendário:

- Publicação no DOU: 20/05/2015
- Emendas: de 21/05/2015 até 26/05/2015 (6 dias após a publicação)
- Prazo na Comissão: Declaração incidental de inconstitucionalidade do caput do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, com eficácia ex nunc
- Ação Direta de inconstitucionalidade nº 4.029 - DOU de 16/3/2012. Lida a comunicação do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional na sessão do SF de 15 de março de 2012, e feita a comunicação à Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 102, de 2012-CN.
- Remessa do processo à CD:
- Prazo na CD: até 16/06/2015 (até o 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 16/06/2015
- Prazo no SF: de 17/06/2015 a 30/06/2015 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 30/06/2015
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 01/07/2015 a 03/07/2015 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 04/07/2015 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 03/08/2015

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Matéria recebida da Câmara dos Deputados.

Ofício nº 221, de 2015, do 1º Secretário da Câmara dos Deputados, submetendo à apreciação do Senado Federal o **Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2015**, que altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para elevar alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação, da Cofins-Importação, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 668, de 2015).

A Presidência comunica ao Plenário que o prazo de 45 dias para a apreciação da Medida Provisória encontra-se esgotado e que o de sua vigência foi prorrogado por ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional e esgotar-se-á em 1º de junho.

É o seguinte o Projeto de Lei de Conversão:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 6, DE 2015

(Proveniente da Medida Provisória nº 668, de 2015)

Altera as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, para elevar alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação, 11.941, de 27 de maio de 2009, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 12.810, de 15 de maio de 2013, 5.861, de 12 de dezembro de 1972, 13.043, de 13 de novembro de 2014, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.469, de 26 de agosto de 2011, 12.995, de 18 de junho de 2014, 13.097, de 19 de janeiro de 2015, 10.996, de 15 de dezembro de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 12.024, de 27 de agosto de 2009, e o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977; revoga dispositivos das Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências.

ESTE AVULSO CONTÉM OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

	Pg
- Autógrafo do Projeto de Lei de Conversão.....	2
- Medida Provisória original.....	34
- Mensagem da Senhora Presidente da República nº 33, de 2015.....	37
- Exposição de Motivos nº 21, de 2015, do Ministro de Estado da Fazenda.....	38
- Ofício nº 221/2015, da Câmara dos Deputados, encaminhando a matéria ao Senado.....	40
- *Emendas apresentadas perante a Comissão Mista.....	
- Nota Técnica nº 6, de 2015, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal.....	41
- *Parecer nº 9, de 2015 – CN, da Comissão Mista, Relator: Deputado Manoel Júnior (PMDB/PB) e Relator Revisor: Senador Marcelo Crivella (PRB/RJ).....	
- Folha de sinopse de tramitação da matéria na Câmara dos Deputados.....	44
- Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 13, de 2015, prorrogando a vigência da Medida Provisória.....	51
- Calendário de tramitação da Medida Provisória.....	52

*Publicados em caderno específico

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 6, DE 2015 (Proveniente da Medida Provisória nº 668, de 2014)

Altera as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, para elevar alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação, 11.941, de 27 de maio de 2009, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 12.810, de 15 de maio de 2013, 5.861, de 12 de dezembro de 1972, 13.043, de 13 de novembro de 2014, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.469, de 26 de agosto de 2011, 12.995, de 18 de junho de 2014, 13.097, de 19 de janeiro de 2015, 10.996, de 15 de dezembro de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 12.024, de 27 de agosto de 2009, e o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977; revoga dispositivos das Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 8º As contribuições serão calculadas mediante aplicação, sobre a base de cálculo de que trata o art. 7º desta Lei, das alíquotas:

I - na hipótese do inciso I do caput do art. 3º, de:

a) 2,1% (dois inteiros e um décimo por cento), para a Contribuição para o PIS/Pasep-Importação; e

b) 9,65% (nove inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento), para a Cofins-Importação; e

II - na hipótese do inciso II do caput do art. 3º, de:

a) 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento), para a Contribuição para o PIS/Pasep-Importação; e

b) 7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento), para a Cofins-Importação.

§ 1º

I - 2,76% (dois inteiros e setenta e seis centésimos por cento), para a Contribuição para o PIS/Pasep-Importação; e

II - 13,03% (treze inteiros e três centésimos por cento), para a Cofins-Importação.

§ 2º

I - 3,52% (três inteiros e cinquenta e dois centésimos por cento), para a Contribuição para o PIS/Pasep-Importação; e

II - 16,48% (dezesseis inteiros e quarenta e oito centésimos por cento), para a Cofins-Importação.

§ 3º

I - 2,62% (dois inteiros e sessenta e dois centésimos por cento), para a Contribuição para o PIS/Pasep-Importação; e

II - 12,57% (doze inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento), para a Cofins-Importação.

.....

§ 5º

I - 2,68% (dois inteiros e sessenta e oito centésimos por cento), para a Contribuição para o PIS/Pasep-Importação; e

II - 12,35% (doze inteiros e trinta e cinco centésimos por cento), para a Cofins-Importação.

.....

§ 9º

I - 2,62% (dois inteiros e sessenta e dois centésimos por cento), para a Contribuição para o PIS/Pasep-Importação; e

II - 12,57% (doze inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento), para a Cofins-Importação.

§ 9º-A A partir de 1º de setembro de 2015, as alíquotas da Contribuição do PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação de que trata o § 9º serão de:

I - 3,12% (três inteiros e doze centésimos por cento), para a Contribuição para o PIS/Pasep-Importação; e

II - 14,37% (quatorze inteiros e trinta e sete centésimos por cento), para a Cofins-Importação.

§ 10.

I - 0,8% (oito décimos por cento), para a contribuição para o PIS/Pasep-Importação; e

II - 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento), para a Cofins-Importação.

.....
§ 12.

.....
XXXIX - (revogado);

.....
§ 19. A importação de álcool, inclusive para fins carburantes, é sujeita à incidência da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação com alíquotas de, respectivamente, 2,1% (dois inteiros e um décimo por cento) e 9,65% (nove inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento), independentemente de o importador haver optado pelo regime especial de apuração e pagamento referido no art. 5º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.

....." (NR)

"Art. 15.

.....
§ 1º-A O valor da Cofins-Importação pago em decorrência do adicional de alíquota de que trata o § 21 do art. 8º não gera direito ao desconto do crédito de que trata o caput.

.....
§ 3º O crédito de que trata o caput será apurado mediante a aplicação das alíquotas

previstas no art. 8º sobre o valor que serviu de base de cálculo das contribuições, na forma do art. 7º, acrescido do valor do IPI vinculado à importação, quando integrante do custo de aquisição.

.....”(NR)

“Art. 17.

.....

§ 2º O crédito de que trata este artigo será apurado mediante a aplicação das alíquotas previstas para os respectivos produtos no art. 8º, conforme o caso, sobre o valor de que trata o § 3º do art. 15.

§ 2º-A O valor da Cofins-Importação pago em decorrência do adicional de alíquota de que trata o § 21 do art. 8º não gera direito ao desconto do crédito de que trata o caput.

.....”(NR)

Art. 2º O art. 10 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º e 4º:

“Art. 10.

.....

§ 3º Os valores oriundos de constrição judicial depositados na conta única do Tesouro Nacional até a edição da Medida Provisória nº 651, de 9 de julho de 2014, poderão ser utilizados para pagamento da antecipação prevista no § 2º do art. 2º da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014.

§ 4º A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria da Receita Federal do Brasil, no âmbito das respectivas competências, editarão os atos regulamentares necessários a aplicação do disposto neste artigo.”(NR)

Art. 3º A Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

Parágrafo único. Esta Lei aplica-se aos órgãos da administração pública direta dos Poderes Executivo e Legislativo, aos fundos especiais, às autarquias, às fundações públicas, às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.”(NR)

“Art. 14-A. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, por meio de atos das respectivas Mesas, poderão dispor sobre a matéria de que trata o art. 14 no caso de parcerias público-privadas por eles realizadas, mantida a competência do Ministério da Fazenda descrita no inciso II do § 3º do referido artigo.”

Art. 4º A Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 8º

.....

§ 3º

I - 60% (sessenta por cento) daquela prevista no art. 2º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no art. 2º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para os produtos de origem animal classificados nos Capítulos 2, 3, 4, exceto leite *in natura*, 16, e nos códigos 15.01 a 15.06, 1516.10, e as misturas ou preparações de gorduras ou de óleos animais dos códigos 15.17 e 15.18;

.....

IV - 50% (cinquenta por cento) daquela prevista no *caput* do art. 2º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no *caput* do art. 2º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para o leite *in natura*, adquirido por pessoa jurídica, inclusive cooperativa, regularmente habilitada, provisória ou definitivamente, perante o Poder Executivo na forma do art. 9º-A;

V - 20% (vinte por cento) daquela prevista no *caput* do art. 2º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no *caput* do art. 2º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para o leite *in natura*, adquirido por pessoa jurídica, inclusive cooperativa, não habilitada perante o Poder Executivo na forma do art. 9º-A.

....." (NR)

"Art. 9º-A A pessoa jurídica poderá utilizar o saldo de créditos presumidos de que trata o art. 8º apurado em relação a custos, despesas e encargos vinculados à produção e à

comercialização de leite, acumulado até o dia anterior à publicação do ato de que trata o § 8º deste artigo ou acumulado ao final de cada trimestre do ano-calendário a partir da referida data, para:

I - compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, observada a legislação aplicável à matéria; ou

II - ressarcimento em dinheiro, observada a legislação aplicável à matéria.

§ 1º O pedido de compensação ou de ressarcimento do saldo de créditos de que trata o *caput* acumulado até o dia anterior à publicação do ato de que trata o § 8º somente poderá ser efetuado:

I - relativamente aos créditos apurados no ano-calendário de 2010, a partir da data de publicação do ato de que trata o § 8º;

II - relativamente aos créditos apurados no ano-calendário de 2011, a partir de 1º de janeiro de 2016;

III - relativamente aos créditos apurados no ano-calendário de 2012, a partir de 1º de janeiro de 2017;

IV - relativamente aos créditos apurados no ano-calendário de 2013, a partir de 1º de janeiro de 2018;

V - relativamente aos créditos apurados no período compreendido entre 1º de janeiro de 2014

e o dia anterior à publicação do ato de que trata o § 8º, a partir de 1º de janeiro de 2019.

§ 2º O disposto no *caput* em relação ao saldo de créditos presumidos apurados na forma do inciso IV do § 3º do art. 8º e acumulado ao final de cada trimestre do ano-calendário a partir da data de publicação do ato de que trata o § 8º deste artigo somente se aplica à pessoa jurídica regularmente habilitada, provisória ou definitivamente, perante o Poder Executivo.

§ 3º A habilitação definitiva de que trata o § 2º fica condicionada:

I - à regularidade fiscal da pessoa jurídica em relação aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda;

II - à realização pela pessoa jurídica interessada, no ano-calendário, de investimento no projeto de que trata o inciso III correspondente, no mínimo, a 5% (cinco por cento) do somatório dos valores dos créditos presumidos de que trata o § 3º do art. 8º efetivamente compensados com outros tributos ou ressarcidos em dinheiro no mesmo ano-calendário;

III - à aprovação de projeto pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para a realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no

desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade;

IV - à regular execução do projeto de investimento de que trata o inciso III nos termos aprovados pelo Poder Executivo;

V - ao cumprimento das obrigações acessórias estabelecidas pelo Poder Executivo para viabilizar a fiscalização da regularidade da execução do projeto de investimento de que trata o inciso III.

§ 4º O investimento de que trata o inciso II do § 3º:

I - poderá ser realizado, total ou parcialmente, individual ou coletivamente, por meio de aporte de recursos em instituições que se dediquem a auxiliar os produtores de leite em sua atividade, sem prejuízo da responsabilidade da pessoa jurídica interessada pela efetiva execução do projeto de investimento de que trata o inciso III do § 3º;

II - não poderá abranger valores despendidos pela pessoa jurídica para cumprir requisito à fruição de qualquer outro benefício ou incentivo fiscal.

§ 5º A pessoa jurídica que, em determinado ano-calendário, não alcançar o valor de investimento necessário nos termos do inciso II do § 3º poderá, em complementação, investir no projeto

aprovado o valor residual até o dia 30 de junho do ano-calendário subsequente.

§ 6º Os valores investidos na forma do § 5º não serão computados no valor do investimento de que trata o inciso II do § 3º apurado no ano-calendário em que foram investidos.

§ 7º A pessoa jurídica que descumprir as condições estabelecidas no § 3º:

I - terá sua habilitação cancelada;

II - perderá o direito de utilizar o saldo de créditos presumidos de que trata o § 2º nas formas estabelecidas nos incisos I e II do caput, inclusive em relação aos pedidos de compensação ou ressarcimento apresentados anteriormente ao cancelamento da habilitação, mas ainda não apreciados ao tempo desta;

III - não poderá habilitar-se novamente no prazo de dois anos, contados da publicação do cancelamento da habilitação;

IV - deverá apurar o crédito presumido de que trata o art. 8º na forma do inciso V do § 3º daquele artigo.

§ 8º Ato do Poder Executivo regulamentará o disposto neste artigo, estabelecendo, entre outros:

I - os critérios para aprovação dos projetos de que trata o inciso III do § 3º apresentados pelos interessados;

II - a forma de habilitação provisória e definitiva das pessoas jurídicas interessadas;

III - a forma de fiscalização da atuação das pessoas jurídicas habilitadas.

§ 9º A habilitação provisória será concedida mediante a apresentação do projeto de que trata o inciso III do § 3º e está condicionada à regularidade fiscal de que trata o inciso I do § 3º.

§ 10. No caso de deferimento do requerimento de habilitação definitiva, cessará a vigência da habilitação provisória, e serão convalidados seus efeitos.

§ 11. No caso de indeferimento do requerimento de habilitação definitiva ou de desistência do requerimento por parte da pessoa jurídica interessada, antes da decisão de deferimento ou indeferimento do requerimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos retroativamente à data de apresentação do projeto de que trata o inciso III do § 3º, e a pessoa jurídica deverá:

I - caso tenha utilizado os créditos presumidos apurados na forma do inciso IV do § 3º do art. 8º para desconto da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins devidas, para compensação com outros tributos ou para ressarcimento em dinheiro, recolher, no prazo de trinta dias do indeferimento

ou da desistência, o valor utilizado indevidamente, acrescido de juros de mora;

II - caso não tenha utilizado os créditos presumidos apurados na forma do inciso IV do § 3º do art. 8º nas formas citadas no inciso I deste parágrafo, estornar o montante de créditos presumidos apurados indevidamente do saldo acumulado."

Art. 5º O art. 9º da Lei nº 11.051, de 29 de dezembro de 2004, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

"Art. 9º

§ 1º

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica no caso de recebimento, por cooperativa, de leite *in natura* de cooperado." (NR)

Art. 6º O art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 5º

Parágrafo único. Consideram-se necessariamente pertencentes à região natural de que trata o inciso IV do *caput* deste artigo os seguintes Municípios:

I - no Estado de Alagoas: Belém, Campo Alegre, Campo Grande, Chã Preta, Colônia Leopoldina, Feira Grande, Igreja Nova, Junqueiro, Limoeiro de Anadia, Maravilha, Maribondo, Mata Grande, Olho d'Água Grande, Paulo Jacinto, Porto

Real do Colégio, Santana do Mundaú, São Brás, São Sebastião, Taguarana, Tanque d'Arca;

II - no Estado do Ceará: Acaraú, Amontada, Aquiraz, Barroquinha, Beberibe, Bela Cruz, Camocim, Cascavel, Chaval, Cruz, Fortim, Granja, Guaiúba, Itaitinga, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Maracanaú, Marco, Martinópolis, Moraújo, Morrinhos, Pacatuba, Paracuru, Paraipaba, Pindoretama, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu, Senador Sá, Trairi, Tururu, Uruoca, Viçosa do Ceará;

III - no Estado da Paraíba: Alagoa Grande, Alagoa Nova, Alagoinha, Araçagi, Areia, Belém, Borborema, Cuitegi, Duas Estradas, Guarabira, Juarez Távora, Lagoa de Dentro, Massaranduba, Matinhas, Mulungu, Pilões, Pilõezinhos, Píripituba, Serra da Raiz, Serra Redonda, Serraria, Sertãozinho." (NR)

Art. 7º O art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte § 14:

"Art. 22.....
.....

§ 14. Para efeito de interpretação do § 13 deste artigo:

I - os critérios informadores dos valores despendidos pelas entidades religiosas e instituições de ensino vocacional aos ministros de confissão religiosa, membros de vida consagrada, de

congregação ou de ordem religiosa não são taxativos e sim exemplificativos;

II - os valores despendidos, ainda que pagos de forma e montante diferenciados, em pecúnia ou a título de ajuda de custo de moradia, transporte, formação educacional, vinculados exclusivamente à atividade religiosa não configuram remuneração direta ou indireta." (NR)

Art. 8º O art. 22 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, passa vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22. Os notários e oficiais de registro, temporários ou permanentes, responderão pelos danos que eles e seus prepostos causem a terceiros, inclusive pelos relacionados a direitos e encargos trabalhistas, na prática de atos próprios da serventia, assegurado aos primeiros direito de regresso no caso de dolo ou culpa dos prepostos." (NR)

Art. 9º O art. 3º da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte § 16:

"Art. 3º

.....

§ 16. A instrução do processo de novação de créditos não será interrompida, caso as instituições financeiras cedentes em regular funcionamento firmem declaração de responsabilidade quanto aos débitos previstos nos §§ 14 e 15, sendo os referidos débitos, depois de apurados, debitados automaticamente na reserva bancária da instituição

financeira e transferidos imediatamente para o Tesouro Nacional.” (NR)

Art. 10. O art. 1º da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 1º
.....

§ 4º A multa isolada de que trata o § 10 do art. 89 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, cujo fato gerador ocorra até a data estabelecida no caput, poderá ser incluída no parcelamento, sem a aplicação das reduções de que trata o § 2º.” (NR)

Art. 11. A Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º
.....

VIII - isenção de impostos de competência da União, no que se refere aos bens próprios na posse ou uso direto da empresa, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais;” (NR)

“Art. 3º-A Ficam remetidos os créditos tributários resultantes da incidência do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ e do Imposto sobre a Propriedade Rural - ITR cujos fatos geradores tenham ocorrido no ano de 2014 em relação aos quais a Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP seja contribuinte.

Parágrafo único. As remissões previstas neste artigo não implicam restituição dos valores já recolhidos ao Tesouro Nacional."

Art. 12. O art. 17 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 4º e 5º:

"Art. 17.

.....

§ 4º Os lucros obtidos por instituição financeira serão oferecidos à tributação, quando se tratar de instituição controlada por *holding* financeira de propósito específico, deduzidos os juros e outros encargos associados ao empréstimo contraído pelo controlador com destinação específica de aumento de capital para saneamento de passivos e viabilização de planos de negócios desenvolvidos pela instituição financeira adquirida, para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido de que trata a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, mediante ajuste na Parte A do Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR.

§ 5º Na hipótese a que se refere o § 4º, os juros e outros encargos associados ao empréstimo deverão ser contabilizados pela *holding* financeira de propósito específico como custo de aquisição da instituição financeira receptora dos recursos captados mediante o empréstimo."(NR)

Art. 13. O art. 22 da Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, passa a vigorar acrescido do seguinte § 8º:

"Art. 22.

.....

§ 8º Caso a pessoa jurídica a que se refere o *caput* esteja habilitada em programa de parcelamento incentivado de que tratam as Leis nºs 9.964, de 10 de abril de 2000, 10.684, de 30 de maio de 2003, 11.941, de 27 de maio de 2009, 12.973, de 13 de maio de 2014, 12.996, de 18 de junho de 2014, esta Lei e a Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, na análise de deferimento dos créditos resultantes de que trata este artigo, é vedada a compensação de ofício em relação às parcelas vincendas, referentes a créditos com exigibilidade suspensa." (NR)

Art. 14. Fica autorizada a concessão de subvenção com a finalidade de promover a equalização de juros para as empresas industriais exportadoras, visando a manter a competitividade da indústria de exportação brasileira de produtos manufaturados, que necessitam de capital intensivo.

§ 1º Somente poderão habilitar-se à subvenção as empresas industriais, predominantemente exportadoras, com, no mínimo, 80% (oitenta por cento) de exportação da sua produção total e cujo faturamento anual seja de, no máximo, 70% (setenta por cento) do seu ativo permanente.

§ 2º A subvenção referida neste artigo limitar-se-á à diferença convertida em reais entre os juros pagos e a taxa London Interbank Offered Rate - LIBOR interbancária, quando o

financiamento for em moeda estrangeira, ou à diferença entre os juros pagos e a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, quando o financiamento for em moeda nacional.

§ 3º Eventuais receitas financeiras, obtidas com aplicação de sobras de caixa, serão deduzidas da subvenção na mesma razão do disposto no § 2º.

§ 4º Os custos incorridos com *hedge* cambial poderão ser computados na referida subvenção, limitados ao fluxo de pagamento de juros e amortizações do exercício corrente.

§ 5º A subvenção de que trata este artigo não será computada na base de cálculo da apuração do lucro real nem na base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, constituindo-se uma receita não tributável.

§ 6º O limite anual de dispêndio do Tesouro Nacional para o cumprimento do disposto neste artigo será estabelecido pela lei orçamentária, sendo que no exercício de 2015 será limitado a R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais).

§ 7º O Ministro de Estado da Fazenda editará regulamento definindo os parâmetros e limites da respectiva subvenção, observados os parâmetros estabelecidos neste artigo.

Art. 15. O art. 10-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 10-A. O empresário ou sociedade empresária que pleitear ou tiver deferido o processamento da recuperação judicial, nos termos dos arts. 51, 52 e 70 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, poderão parcelar seus débitos

com a União, inclusive os constituídos posteriormente ao processamento da recuperação judicial, em cento e vinte parcelas mensais e consecutivas, calculadas observando-se os seguintes percentuais mínimos, aplicados sobre o valor da dívida consolidada:

I - da 1ª (primeira) à 24ª (vigésima quarta) prestação: 0,5% (cinco décimos por cento);

II - da 25ª (vigésima quinta) à 48ª (quadragésima oitava) prestação: 0,7% (sete décimos por cento);

III - da 49ª (quadragésima nona) à 119ª (centésima décima nona) prestação: 1% (um por cento); e

IV - 120ª (centésima vigésima) prestação: saldo devedor remanescente.

.....”(NR)

Art. 16. O empresário ou sociedade empresária que pleitear ou tiver deferido o processamento da recuperação judicial, nos termos dos arts. 51, 52 e 70 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que tenham protocolizado tempestivamente requerimento de adesão ao benefício previsto no art. 2º da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, e que tenham sido excluídos do referido programa pelo inadimplemento das antecipações exigidas no § 2º do art. 2º da mesma Lei poderão utilizar-se dos prejuízos fiscais e base de cálculo negativa para pagamento destes valores, sem prejuízo da sua utilização para quitação antecipada.

Parágrafo único. O pagamento das antecipações previstas no § 2º do art. 2º da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, nos termos do *caput*, restabelece a adesão ao parcelamento respectivo.

Art. 17. Os prejuízos fiscais e as bases de cálculo negativas de contribuição social sobre o lucro líquido apurados por instituições financeiras que tenham sido gerados antes ou durante o período em que elas estavam sob intervenção ou liquidação extrajudicial, na forma da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, ou sob regime de administração especial temporária, na forma do Decreto-Lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987, ou, ainda, em processo de saneamento conforme previsto no art. 5º da Lei nº 9.447, de 14 de março de 1997, podem ser compensados sem a limitação prevista nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, mesmo após a cessação dos referidos regimes, de acordo com as alíquotas aplicáveis a cada pessoa jurídica.

Parágrafo único. O disposto no *caput* aplica-se também às sociedades empresárias que pleitearem ou tiverem deferido o processamento da recuperação judicial, nos termos dos arts. 51, 52 e 70 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, até o trânsito em julgado da sentença disposta no art. 63 da referida Lei.

Art. 18. O art. 6º da Lei nº 12.469, de 26 de agosto de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º A Secretaria da Receita Federal do Brasil poderá exigir a aplicação do disposto no art. 35 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, aos estabelecimentos envasadores ou industriais

fabricantes de outras bebidas classificadas no Capítulo 22 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, não mencionadas no art. 14 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.”(NR)

Art. 19. O art. 13 da Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 13.

.....

II - dos equipamentos contadores de produção de que tratam os arts. 27 a 30 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e o art. 35 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.

.....

§ 2º.....

.....

IV - R\$ 0,03 (três centavos de real) por unidade de embalagem de bebidas controladas pelos equipamentos contadores de produção de que trata o art. 35 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.

.....

§ 4º A taxa deverá ser recolhida pelos contribuintes a ela obrigados, mediante Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF em estabelecimento bancário integrante da rede arrecadadora de receitas federais:

I - previamente ao recebimento dos selos de controle pela pessoa jurídica obrigada à sua utilização; ou

II - mensalmente, até o vigésimo quinto dia do mês, em relação aos produtos controlados pelos equipamentos contadores de produção no mês anterior.

.....

§ 6º O fornecimento do selo de controle à pessoa jurídica obrigada à sua utilização fica condicionado à comprovação do recolhimento de que trata o inciso I do § 4º, sem prejuízo de outras exigências estabelecidas na legislação vigente.

I - (revogado);

II - (revogado).

§ 7º A não realização do recolhimento de que trata o inciso II do § 4º por três meses ou mais, consecutivos ou alternados, no período de doze meses, implica interrupção pela Casa da Moeda do Brasil da manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos contadores de produção, caracterizando prática prejudicial ao seu normal funcionamento, sem prejuízo da aplicação da penalidade de que trata o art. 30 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

§ 8º A Secretaria da Receita Federal do Brasil poderá expedir normas complementares para a aplicação do disposto neste artigo.”(NR)

Art. 20. A Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 15

.....

§ 3º Na hipótese de inobservância das condições estabelecidas para aplicação das reduções de que trata o § 1º, o estabelecimento importador, industrial ou equiparado dos produtos de que trata o art. 14 responderá subsidiariamente com a pessoa jurídica adquirente pelo recolhimento do imposto que deixou de ser pago em decorrência das reduções de alíquotas previstas naquele parágrafo, com os acréscimos cabíveis.

....."(NR)

"Art. 24.

I - no caso de importação dos produtos referidos nos incisos I a III do *caput* do art. 14:

a) 3,31% (três inteiros e trinta e um centésimos por cento), para a Contribuição para o PIS/Pasep-Importação; e

b) 15,26% (quinze inteiros e vinte e seis centésimos por cento), para a Cofins-Importação;

II - no caso de importação dos produtos referidos no inciso IV do *caput* do art. 14:

a) 3,74% (três inteiros e setenta e quatro centésimos por cento), para a Contribuição para o PIS/Pasep-Importação; e

b) 17,23% (dezessete inteiros e vinte e três centésimos por cento), para a Cofins-Importação."(NR)

"Art. 25

§ 1º No caso de vendas realizadas para pessoa jurídica varejista ou consumidor final, as alíquotas de que trata o *caput* ficam reduzidas em:

I - 19,82% (dezenove inteiros e oitenta e dois centésimos por cento), no caso da Contribuição para o PIS/Pasep;

II - 20,03% (vinte inteiros e três centésimos por cento), no caso da Cofins.

.....

§ 3º No caso de industrialização por encomenda dos produtos de que trata o art. 14, aplica-se à pessoa jurídica executora da encomenda o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 10 da Lei nº 11.051, de 29 de dezembro de 2004, independentemente do regime de apuração a que está submetida.

§ 4º Na hipótese de inobservância das condições estabelecidas para aplicação das alíquotas de que trata o § 1º, a pessoa jurídica alienante dos produtos de que trata o art. 14 responderá subsidiariamente com a pessoa jurídica adquirente pelo recolhimento das contribuições que deixaram de ser pagas em decorrência das reduções de alíquotas previstas naquele parágrafo, com os acréscimos cabíveis."(NR)

"Art. 29. Fica vedado à pessoa jurídica descontar os créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins de que tratam os arts. 30 e

31 desta Lei, o inciso I do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e o inciso I do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, em relação aos produtos de que trata o art. 14 desta Lei revendidos com a aplicação da redução de alíquotas estabelecida no art. 28 desta Lei.”(NR)

“Art. 30.....

.....

§ 4º O disposto no caput e nos §§ 1º e 2º aplica-se inclusive no caso de industrialização por encomenda.”(NR)

“Art. 31.....

.....

§ 3º O disposto no caput e nos §§ 1º e 2º aplica-se inclusive no caso de industrialização por encomenda.”(NR)

Art. 21. O art. 2º da Lei nº 10.996, de 15 de dezembro de 2004, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

“Art. 2º

.....

§ 6º O disposto neste artigo não se aplica aos produtos de que trata o art. 14 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.”(NR)

Art. 22. O art. 65 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 65. Nas vendas efetuadas por produtor, fabricante ou importador estabelecido

fora da ZFM dos produtos relacionados nos incisos I a VII do § 1º do art. 2º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, destinadas ao consumo ou industrialização na ZFM, aplica-se o disposto no art. 2º da Lei nº 10.996, de 15 de dezembro de 2004.

§ 1º

.....

VI - (revogado);

VII - (revogado);

VIII - (revogado).

..... "(NR)

Art. 23. O Anexo I da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, passa a vigorar na forma do Anexo Único desta Lei.

Art. 24. Os arts. 31 e 35 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 31.....

.....

§ 3º Fica dispensada a retenção de valor igual ou inferior a R\$ 10,00 (dez reais), exceto na hipótese de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF eletrônico efetuado por meio do Siafi.

§ 4º (Revogado)."(NR)

"Art. 35. Os valores retidos no mês, na forma dos arts. 30, 33 e 34 desta Lei, deverão ser recolhidos ao Tesouro Nacional pelo órgão público

que efetuar a retenção ou, de forma centralizada, pelo estabelecimento matriz da pessoa jurídica, até o último dia útil do segundo decêndio do mês subsequente àquele mês em que tiver ocorrido o pagamento à pessoa jurídica fornecedora dos bens ou prestadora do serviço." (NR)

Art. 25. O art. 2º da Lei nº 12.024, de 27 de agosto de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

"Art. 2º

.....

§ 7º Na hipótese em que a empresa construa unidades habitacionais para vendê-las prontas, o pagamento unificado de tributos a que se refere o caput será equivalente a 1% (um por cento) da receita mensal auferida pelo contrato de alienação." (NR)

Art. 26. Esta Lei entra em vigor:

I - em relação ao art. 1º, no primeiro dia do quarto mês subsequente ao da publicação da Medida Provisória nº 668, de 30 de janeiro de 2015, observado o disposto nos incisos II e VI;

II - em relação ao art. 1º, no que altera os §§ 5º e 10 e insere o § 9º-A no art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, na data de sua publicação;

III - em relação ao art. 2º e aos incisos I a IV do art. 27, na data da publicação da Medida Provisória nº 668, de 30 de janeiro de 2015;

IV - em relação ao inciso V do art. 27, a partir da data de entrada em vigor da regulamentação de que trata o

inciso III do § 2º do art. 95 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015;

V - em relação aos arts. 18, 19, 20, observado o disposto no inciso VI deste artigo, 22, 23 e ao inciso VI do art. 27, na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de maio de 2015;

VI - em relação aos arts. 1º, no que altera o § 19 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, 4º, 5º, 20, no que altera o art. 24 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 21 e ao inciso VII do art. 27, no primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação; e

VII - em relação aos demais dispositivos, na data de sua publicação.

Art. 27. Ficam revogados:

I - os arts. 44 a 53 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964;

II - os §§ 15 e 16 do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

III - o art. 28 da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000;

IV - o inciso II do art. 169 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015;

V - o § 2º do art. 18 e o art. 18-A da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991;

VI - os incisos VI, VII e VIII do § 1º do art. 65 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005;

VII - o inciso XXXIX do § 12 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004; e

VIII - o § 4º do art. 31 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

ANEXO ÚNICO

"ANEXO I

(Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015)

Produto	Código Tipi	Embalagem	Volume	Alíquotas Específicas Mínimas - Valores em R\$ por litro				
				IPI	Contribuição para o PIS/Pasep	Cofins	Contribuição para o PIS - Importação	Cofins-Importação
Refrigerantes	2202.10.00	PET Descartável	até 350 ml	0,0588	0,0341	0,157	0,0341	0,157
			de 351 a 600 ml	0,0504	0,0292	0,1346	0,0292	0,1346
			de 601 a 1.000 ml	0,0364	0,0211	0,0972	0,0211	0,0972
			de 1.001 a 1.500 ml	0,032	0,0186	0,0854	0,0186	0,0854
			de 1.501 a 2.200 ml	0,03	0,0174	0,0801	0,0174	0,0801
			acima de 2.200 ml	0,039	0,0226	0,1041	0,0226	0,1041
		PET Retornável	Todas	0,0436	0,0253	0,1164	0,0253	0,1164
		Vidro	até 350 ml	0,0384	0,0223	0,1026	0,0223	0,1026
			de 351 a 600 ml	0,0216	0,0125	0,0578	0,0125	0,0578
			acima de 600 ml	0,0211	0,0122	0,0563	0,0122	0,0563
		Lata	até 350 ml	0,0582	0,0338	0,1555	0,0338	0,1555
Chá	2202.10.00	PET Descartável	até 500 ml	0,0924	0,0536	0,2467	0,0536	0,2467
			acima de 500 ml	0,0419	0,0243	0,112	0,0243	0,112
	2202.10.00	Copo Descartável	Todas	0,08	0,0464	0,2136	0,0464	0,2136
Refrescos	2202.10.00 Ex 01	Todas	Todas	0,0305	0,0177	0,0815	0,0177	0,0815
Isotônico	2202.90.00 Ex 04	Todas	Todas	0,0305	0,0177	0,0815	0,0177	0,0815

Energético	2202.90.00 Ex 05	PET	até 350 ml	0,1568	0,0909	0,4187	0,0909	0,4187
			de 351 a 600 ml	0,112	0,065	0,299	0,065	0,299
			de 601 a 1.000 ml	0,098	0,0568	0,2617	0,0568	0,2617
			de 1.001 a 1.500 ml	0,0868	0,0503	0,2318	0,0503	0,2318
			acima de 1.500 ml	0,0784	0,0455	0,2093	0,0455	0,2093
		Lata	até 350 ml	0,1904	0,1104	0,5084	0,1104	0,5084
			de 351 a 500 ml	0,1316	0,0763	0,3514	0,0763	0,3514
			acima de 500 ml	0,1232	0,0715	0,3289	0,0715	0,3289
Cerveja	2203.00.00	Retornável	Todas	0,09	0,0348	0,1602	0,0348	0,1602
		Descartável	Todas	0,096	0,0371	0,1709	0,0371	0,1709
Chope	2203.00.00 Ex 01	Todas	Todas	0,09	0,0348	0,1602	0,0348	0,1602

**

MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL Nº 668, DE 30 DE JANEIRO DE 2015

Altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para elevar alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação, e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 8º As contribuições serão calculadas mediante aplicação, sobre a base de cálculo de que trata o art. 7º desta Lei, das alíquotas:

I - na hipótese do inciso I do caput do art. 3º, de:

a) 2,1% (dois inteiros e um décimo por cento), para a Contribuição para o PIS/PASEP-Importação; e

b) 9,65% (nove inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento), para a COFINS-Importação; e

II - na hipótese do inciso II do caput do art. 3º, de:

a) 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento), para a Contribuição para o PIS/PASEP-Importação; e

b) 7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento), para a COFINS-Importação.

§ 1º

I - 2,76% (dois inteiros e setenta e seis centésimos por cento), para a Contribuição para o PIS/PASEP-Importação; e

II - 13,03% (treze inteiros e três centésimos por cento), para a COFINS-Importação.

§ 2º

I - 3,52% (três inteiros e cinquenta e dois centésimos por cento), para a Contribuição para o PIS/PASEP-Importação; e

II - 16,48% (dezesseis inteiros e quarenta e oito centésimos por cento), para a COFINS-Importação.

§ 3º

I - 2,62% (dois inteiros e sessenta e dois centésimos por cento), para a Contribuição para o PIS/PASEP-Importação; e

II - 12,57% (doze inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento), para a COFINS-Importação.

.....

§ 5º

I - 2,88% (dois inteiros e oitenta e oito centésimos por cento), para a Contribuição para o PIS/PASEP-Importação; e

II - 13,68% (treze inteiros e sessenta e oito centésimos por cento), para a COFINS-Importação.

.....

§ 9º

I - 2,62% (dois inteiros e sessenta e dois centésimos por cento), para a Contribuição para o PIS/PASEP-Importação; e

II - 12,57% (doze inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento), para a COFINS-Importação.

.....

§ 10.

I - 0,95% (noventa e cinco centésimos por cento), para a Contribuição para o PIS/PASEP-Importação; e

II - 3,81% (três inteiros e oitenta e um centésimos por cento), para a COFINS-Importação.

....." (NR)

"Art. 15.

.....

§ 1º-A. O valor da COFINS-Importação pago em decorrência do adicional de alíquota de que trata o § 21 do art. 8º não gera direito ao desconto do crédito de que trata o caput.

.....

§ 3º O crédito de que trata o caput será apurado mediante a aplicação das alíquotas previstas no caput do art. 8º sobre o valor que serviu de base de cálculo das contribuições, na forma do art. 7º, acrescido do valor do IPI vinculado à importação, quando integrante do custo de aquisição.

....." (NR)

"Art. 17.

.....

§ 2º O crédito de que trata este artigo será apurado mediante a aplicação das alíquotas previstas para os respectivos produtos no art. 8º, conforme o caso, sobre o valor de que trata o § 3º do art. 15.

§ 2º-A. O valor da COFINS-Importação pago em decorrência do adicional de alíquota de que trata o § 21 do art. 8º não gera direito ao desconto do crédito de que trata o caput.

.....” (NR)

Art. 2º A Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 10.

.....

§ 3º Os valores oriundos de constrição judicial, depositados na conta única do Tesouro Nacional até a edição da Medida Provisória nº 651, de 9 de julho de 2014, poderão ser utilizados para pagamento da antecipação prevista no § 2º do art. 2º da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014.

§ 4º A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria da Receita Federal do Brasil, no âmbito de suas respectivas competências, editarão os atos regulamentares, necessários a aplicação do disposto neste artigo.” (NR)

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor:

- I - em relação ao art. 1º, no primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação;
- II - em relação ao art. 2º e aos incisos I a IV do caput do art. 4º, na data de sua publicação; e
- III - em relação ao inciso V do caput do art. 4º, a partir da data de entrada em vigor da regulamentação de que trata o inciso III do § 2º do art. 95 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.

Art. 4º Ficam revogados:

- I - os arts. 44 a 53 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964;
- II - os §§ 15 e 16 do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;
- III - o art. 28 da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000;
- IV - o inciso II do art. 169 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015; e
- V - o § 2º do art. 18 e o art. 18-A da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991.

Brasília, 30 de janeiro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

Mensagem nº 33, de 2015

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 668, de 30 de janeiro de 2015, que “Altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para elevar alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação, e dá outras providências”.

Brasília, 30 de janeiro de 2015.

EM nº 00021/2015 MF

Brasília, 27 de Janeiro de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência projeto de Medida Provisória que altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para elevar alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação, e dá outras providências.

2. Em face da recente decisão do Supremo Tribunal Federal - STF que entendeu inconstitucional parcela da base de cálculo da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação incidente na importação de mercadorias, faz-se necessário adequar o marco legal de regência dessas contribuições. Ressalte-se, preliminarmente, que a decisão do STF já se encontra plasmada na legislação tributária federal. A Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, alterou a base de cálculo da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação, adequando-a aos ditames do acórdão exarado.

3. Com o intuito de evitar-se que a importação de mercadorias passe a gozar de tributação mais favorecida do que aquela incidente sobre os produtos nacionais, desprotegendo as empresas instaladas no País, torna-se necessário elevar as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação. O aumento proposto apenas repõe a arrecadação dessas contribuições ao patamar existente previamente à decisão do STF e à consequente alteração legislativa.

4. A urgência e a relevância dos dispositivos decorrem da necessidade de garantir o equilíbrio entre a tributação de produtos importados e nacionais, mediante alteração das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação. A assimetria nesta tributação pode causar sérios prejuízos à indústria nacional, devendo ser corrigida o quanto antes tal situação.

5. Em cumprimento ao disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, cabe informar que a medida em tela não ocasiona renúncia de receitas tributárias. Na verdade, a majoração de alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação terá impacto positivo na arrecadação dessas contribuições. A estimativa anual de arrecadação é da ordem de R\$ 1,19 bilhão, sendo que, para 2015, tem-se a estimativa de R\$ 694,00 milhões.

6. No que se refere ao art. 2º do projeto de Medida Provisória, o parcelamento previsto na Lei nº 11.941, de 2009 teve seu prazo reaberto pela Lei nº 12.996, de 2014, que em seu artigo 2º adicionou algumas exigências para adesão ao referido programa de benefícios pelos contribuintes. Entre essas exigências está o pagamento de pedágio, previsto no §2º do artigo 2º da norma mencionada.

7. É sabido que há contribuintes que possuem valores consideráveis bloqueados judicialmente, em processos de Execução Fiscal capitaneados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Tais valores servem para garantia de débitos inscritos em Dívida Ativa da União que estão sendo cobrados nos referidos executivos e cujo mérito pode estar sendo discutido judicialmente. O contribuinte que tem valores bloqueados perde, até que se encerre a discussão judicial, a disponibilidade sobre o numerário, que fica, apesar de depositado na conta única do Tesouro, vinculado ao processo judicial.

8. Considerando a finalidade do programa de parcelamento amplo, como o autorizado pela Lei nº 12.996, que pretende garantir a adesão de devedores e a regularização da sua situação fiscal, entende-se razoável que seja autorizado, por meio de lei, a utilização desses valores para pagamento do pedágio.

9. Não haverá impacto negativo na arrecadação, uma vez que não haverá, em nenhuma hipótese, saída de valores da conta do Tesouro. Na verdade, há transformação em pagamento definitivo do montante já disponível ao Tesouro Nacional, possibilitando a regularização da situação de inúmeros devedores que não puderam honrar o pagamento do pedágio, mas possuem valores bloqueados judicialmente.

10. A urgência dos dispositivos se justifica considerando que se não houver a autorização legal para o devedor utilizar os depósitos judiciais para pagamento do pedágio, este será imediatamente excluído do parcelamento com o cancelamento dos benefícios concedidos e a retomada da cobrança judicial.

11. Por fim, faz-se necessária a revogação dos dispositivos constantes do art. 4º da presente proposta. Essas revogações, previstas quando da apreciação do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2014, não puderam ser efetivadas naquele momento por compartilharem um mesmo inciso com dispositivos cuja revogação contrariaria o interesse público. A urgência e relevância das revogações propostas decorre da necessidade de harmonização da legislação frente às inovações trazidas pela Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.

12. Essas, Senhora Presidenta, são as razões que justificam a elaboração da Medida Provisória que ora submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Assinado por: Joaquim Vieira Ferreira Levy

Of. nº 221 /2015/PS-GSE

Brasília, 21 de maio de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro-Secretário do Senado Federal


Assunto: Envio de PLV para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, o incluso Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2015 (Medida Provisória nº 668, de 2015), do Poder Executivo, que "Altera as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, para elevar alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação, 11.941, de 27 de maio de 2009, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 12.810, de 15 de maio de 2013, 5.861, de 12 de dezembro de 1972, 13.043, de 13 de novembro de 2014, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.469, de 26 de agosto de 2011, 12.995, de 18 de junho de 2014, 13.097, de 19 de janeiro de 2015, 10.996, de 15 de dezembro de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 12.024, de 27 de agosto de 2009, e o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977; revoga dispositivos das Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências".

Remeto, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente,



Deputado BETO MANSUR
Primeiro-Secretário

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle**Nota Técnica de Adequação Orçamentária e Financeira nº 06, de 2015.**

Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Assunto: Subsídios para o exame da adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória (MP) nº 668, de 30.01.2015, que *"altera a Lei nº 10.865, de 30.04.2004, para elevar alíquotas da Contribuição do PIS-PASEP-Importação e da COFINS-Importação, e dá outras providências"*.

Interessada: Comissão Mista encarregada de emitir Parecer sobre a referida Medida Provisória.

O Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional a MP n.º 668, de 30.01.2015, que institui as seguintes medidas:

- a) aumenta as alíquotas das contribuições do PIS/PASEP e da COFINS, sobre bens importados específicos (farmacêuticos, perfumaria, máquinas e equipamentos, pneus e câmaras de borracha, auto-peças e papel imune) de forma a adequar o seu nível de tributação ao aplicado aos produtos de fabricação nacional, tornando neutra, do ponto de vista tributário, a decisão do potencial comprador;
 - b) possibilita a contribuintes com valores bloqueados judicialmente, em processos de execução fiscal, e atualmente depositados na Conta Única do Tesouro Nacional, a utilização desses valores como pagamento de parte de seus compromissos decorrentes do programa de refinanciamento de créditos
-

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle

tributários junto à Fazenda nacional, uma das condições estabelecidas para a adesão ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941, de 2009, com prazo reaberto pela Lei nº 12.996, de 2014; e

- c) finalmente, revoga o capítulo da Lei nº 4.380/64 referente a Letras Imobiliárias e disposições relativas a penalidades em caso de irregularidades na compensação de débitos próprios de sujeitos passivos que apurem crédito passível de restituição ou de ressarcimento relativo a tributo ou contribuição administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB); revoga a competência do Conselho Monetário Nacional (CMN) para dispor sobre a aplicação dos recursos provenientes da captação em depósitos de poupança, antes já revogada pela vencida MPV nº 656/14; revoga dispositivos da Lei nº 8.177/91, que previam cláusula de atualização monetária pela remuneração básica aplicável aos Depósitos de Poupança nos contratos celebrados por entidades do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do Sistema Financeiro do Saneamento (SFS), com recursos dos depósitos de Poupança.

Estimativa do Impacto Fiscal das Medidas

Frente à necessidade de se manter o resultado primário determinado na LDO, e também previsto na lei orçamentária anual (LOA), faz-se necessário o exame de medidas fiscais que possam resultar em impactos orçamentários na consecução daquele resultado.

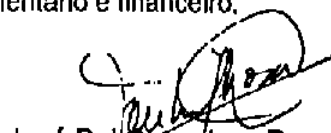
Tendo isso em conta, o exame da MP em tela, bem como de sua exposição de motivos EM nº 00021/2015MF, de 27.01.2015, mostra que as medidas tomadas afetarão positivamente o alcance do resultado primário desejado, pois não trazem aumento de despesas primárias, mas, pelo contrário, aumento na expectativa de receita das contribuições retro-comentadas, em função da majoração de alíquotas.

Assim, segundo a referida EM, o aumento de receita previsto para 2015 será da ordem de R\$ 694,0 milhões e, numa base anual, de R\$ 1,19 bilhão.

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle

As demais medidas não trazem impacto fiscal, destacando-se que no caso da utilização dos depósitos judiciais não haveria movimentação de recursos, eis que tais depósitos, embora dados como garantia para a adesão ao programa de parcelamento de créditos tributários, continuariam abrigados na Conta Única do Tesouro Nacional.

Em conclusão, pelas razões apontadas, entendemos que a MP em análise está adequada do ponto de vista orçamentário e financeiro.



José Rui Gonçalves Rosa
Consultor Legislativo – Assessoramento em Orçamentos

MPV 668/2015

Medida Provisória

Situação: Aguardando Apreciação pelo Senado Federal

Identificação da ProposiçãoAutor
Poder ExecutivoApresentação
30/01/2015**Ementa**

Altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para elevar alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP- Importação e da COFINS- Importação, e dá outras providências.

Explicação da Ementa

Altera a Lei nº 11.941 de 2009

IndexaçãoAlteração, lei federal, elevação, alíquota, PIS-Pasep-Importação, COFINS-Importação
- Alteração, lei federal, legislação tributária federal, parcelamento, débito tributário, utilização, devedor, depósito judicial, pagamento, pedágio.**Informações de Tramitação**Forma de apreciação
Proposição Sujeita à Apreciação do PlenárioRegime de tramitação
Urgência**Despacho atual:**Data Despacho
08/05/2015 Ao Plenário para leitura. Publique-se.**Prazos****Descrição****Início do prazo**Prazo para Emendas: 02/02/2015 a 07/02/2015.
Comissão Mista: *
Câmara dos Deputados: 01/03/2015.
Senado Federal: 02/03/2015 a 15/03/2015.
Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 18/03/2015 a 18/03/2015.
Sobrestar Pauta: a partir de 19/03/2015.
Congresso Nacional: 02/02/2015 a 02/04/2015.
Prorrogação pelo Congresso Nacional: 01/06/2015.

02/02/2015

* Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e

Última Ação Legislativa**Data Ação**20/05/2015 **PLENÁRIO (PLEN)**
A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado (MPV 668-A/2015 - PLV 6/2015)
21/05/2015 **Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)**
Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 221/15/PS-GSE.**Documentos Anexos e Referenciados**

Avulsos	Legislação Citada	Mensagens, Ofícios e Requerimentos (1)
Destaques (0)	Histórico de Pareceres, Substitutos e Votos (2)	Relatório de conferência de assinaturas
Emendas (109)	Recursos (0)	
Histórico de despachos (1)	Redação Final	Projeto de Lei de Conversão

Pareceres Aprovados ou Pendentes de Aprovação

Comissão	Parecer
----------	---------

Comissão Mista da MPV -
668/2015 (MPV66815)

Tramitação

Data ▼	Andamento
30/01/2015	Poder Executivo (EXEC) • Publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União.
02/02/2015	CONGRESSO NACIONAL (CN) • Prazo para Emendas: 02/02/2015 a 07/02/2015. Comissão Mista: * Câmara dos Deputados: 01/03/2015. Senado Federal: 02/03/2015 a 15/03/2015. Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 16/03/2015 a 18/03/2015. Sobrestar Pauta: a partir de 19/03/2015. Congresso Nacional: 02/02/2015 a 02/04/2015. Prorrogação pelo Congresso Nacional: 01/06/2015. * Declaração incidental de Inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.028 (DOU de 18/3/12)
27/02/2015	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) • Recebido o Ofício 69-CN, de 27 de fevereiro de 2015, que comunica a constituição de Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a MPV 668/2015 e estabeleça calendário para sua tramitação.
19/03/2015	Núcleo de Assessoramento Técnico (NATEC(SGM)) • Designados, na Comissão Mista, Relator o Deputado Manoel Junior e o Relator Revisor o Senador Acir Gurgacz.
23/03/2015	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) • Recebido o Ofício 122-CN, de 19 de março de 2015, que comunica a instalação da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 668 de 2015, a eleição da Presidência, Senador Antônio Anastasia, Vice Presidência, Deputado Padre João, e a designação de Relator Deputado Manoel Junior e Relator Revisor Senador Acir Gurgacz.
25/03/2015	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) • Ato Declaratório nº 13, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, de 24 de março de 2014, comunicando que a Medida Provisória nº 668, de 30 de janeiro de 2015, teve sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Diário Oficial da União - Seção 1 - 25/3/2015, Página 3.
06/05/2015	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) • Recebido o Ofício nº 187/2015, do Congresso Nacional, que encaminha o processado da Medida Provisória nº 668/2015. Informa, ainda, que à Medida foram oferecidas 107 (cento e sete) emendas e que a Comissão Mista emitiu o Parecer nº 08, de 2015-CN, que conclui pelo PLV nº 06, de 2015. • Recebida a Mensagem nº 33/2015, do Poder Executivo, que submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 668/2015. • Recebido o Parecer nº 09, de 2015-CN, da Comissão Mista destinada a apreciar a MPV 668/2015, que conclui pelo PLV nº 06, de 2015. • Recebido o PLV nº 06, de 2015, da Comissão Mista da MPV 668/2015, que "Altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para elevar alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP- Importação e da COFINS-Importação, e dá outras providências". • Ao Plenário para leitura. Publique-se.
07/05/2015	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) • Recebido o Ofício nº 118/2015, do Congresso Nacional, que encaminha o Ofício nº 049/GD-VJ/2015, do Relator da Medida Provisória nº 668, de 2015, que remete texto final consolidado do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2015-CN, consoante errata aprovada em 06 de maio de 2015 na Comissão Mista destinada a apreciar a referida matéria, recebida nesta Casa na data de ontem. Informa que o Parecer nº 9/2015-CN, que será distribuído em avulsos e publicado no Diário do Senado Federal, já contempla a versão final do referido projeto.
08/05/2015	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) • Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 08/05/2015.
12/05/2015	PLENÁRIO (PLEN) - 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária • Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.
19/05/2015	PLENÁRIO (PLEN) - 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária

* Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

18/05/2015 PLENÁRIO (PLEN)

* Apresentação da Decisão do Presidente.

19/05/2015 PLENÁRIO (PLEN) - 19:01 Sessão Deliberativa Extraordinária

* Discussão em turno único.

* DECISÃO DO PRESIDENTE: O Sr. Presidente comunica ao Plenário que o Parecer n. 9/2015 da Comissão Mista da Medida Provisória n. 668/2015 concluiu pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão n. 6/2015, que contém matéria estranha ao objeto do diploma de urgência. Assim, na esteira do entendimento adotado por esta Presidência em relação às Medidas Provisórias n. 627 e 628, ambas de 2013, e nos termos do art. 7º, II, da Lei Complementar n. 95/1998 e dos arts. 55, parágrafo único, e 125 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD, considera como não escrita a parte do parecer exarado pela Comissão Mista da Medida Provisória n. 668/2015 correspondente aos arts. 4º, 5º, 8º, 10, 17 e 22 a 30 do PLV n. 6/2015, por não guardarem qualquer relação com a matéria, e, em decorrência, a parte correspondente aos arts. 34, VIII, 35, V e VI, bem como à expressão "24, no que altera o art. 24 da Lei n. 13.097, de 18 de janeiro de 2015; e 25", constante do inciso VII do art. 35. Pela mesma razão, deixa de recabar destaques às Emendas n. 3, 4, 10, 39, 40, 43, 44, 47, 56, 59, 71 e 102. Deixa, ainda, de recabar destaque à Emenda n. 99, porque visa à modificação de lei complementar, o que é vedado pelo art. 62, § 1º, III, da Constituição da República.

* Retirados os Requerimentos do Dep. Mendonça Filho, Líder do DEM, que solicitam votação nominal do Requerimento e retirada de pauta; e a retirada de pauta desta Medida Provisória.

* Retirado o Recurso do Dep. Leonardo Picciani, Líder do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, contra a decisão da Presidência que considerou como não escrito o art. 4º do PLV nº 6/2015.

* Votação do Recurso do Dep. Jorge Corte Real (PTB-PE) contra a decisão da Presidência que considerou como não escrito o art. 5º do PLV nº 6/2015.

* Em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Rejeitado o Recurso" (em processo simbólico), foi soliditada a verificação da votação pelo Deputado Mendonça Filho, Líder do DEM, passando-se à sua votação pelo processo nominal.

* Rejeitado o Recurso. Sim: 157; não: 287; abstenção: 1; total: 445.

* Prejudicado o Recurso do Dep. Mendonça Filho, Líder do DEM, contra a decisão da Presidência que considerou como não escrito o art. 5º do PLV nº 6/2015.

* Votação do Recurso do Dep. Leonardo Picciani, Líder do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, contra a decisão da Presidência que considerou como não escrito o art. 8º do PLV nº 6/2015.

* Aprovado o Recurso. A referida matéria (art. 8º) volta a integrar o Projeto de Lei de Conversão nº 6/2015.

* Prejudicado o Recurso do Dep. Domingos Neto, Líder do PROS, contra a decisão da Presidência que considerou como não escrito o art. 8º do PLV nº 6/2015.

* Votação do Recurso do Dep. Marcos Realtegui (PSC-AP), contra a decisão da Presidência que considerou como não escrito o art. 10 do PLV nº 6/2015.

* Aprovado o Recurso. A referida matéria (art. 10) volta a integrar o Projeto de Lei de Conversão nº 6/2015.

* Votação do Recurso do Dep. João Carlos Bacelar (PR-BA), contra a decisão da Presidência que considerou como não escrito o art. 17 do PLV nº 6/2015.

* Rejeitado o Recurso.

* Votação do Recurso do Dep. José Guimarães, Líder do Governo, contra a decisão da Presidência que considerou como não escritos os arts. 22 e 27 do PLV nº 6/2015.

* Aprovado o Recurso. A referida matéria (arts. 22 e 27 - e, em decorrência, a parte correspondente aos arts. 34, VIII, 35, V e VI, bem como à expressão "24, no que altera o art. 24 da Lei n. 13.097, de 18 de janeiro de 2015; e 25", constante do inciso VII do art. 35) volta a integrar o Projeto de Lei de Conversão nº 6/2015.

* Prejudicado o Recurso do Dep. Mendonça Filho, Líder do DEM, contra a decisão da Presidência que considerou como não escrito o art. 26 do PLV nº 6/2015.

* Votação do Recurso do Dep. Silvio Costa (PSC-PE), contra a decisão da Presidência que considerou como não escrito o art. 28 do PLV nº 6/2015.

* Rejeitado o Recurso.

* Votação do Recurso do Dep. Arthur Lira (PP-AL), contra a decisão da Presidência que considerou como não escritos os arts. 29 e 30 do PLV nº 6/2015.

* Rejeitado o Recurso.

* Discutiram a Matéria: Dep. Marcus Pestana (PSDB-MG), Dep. Edmilson Rodrigues (PSOL-PA), Dep. Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), Dep. Rocha (PSDB-AC), Dep. Glauber Braga (FEB-RJ) e Dep. Caetano (PT-BA).

- * Aprovado o Requerimento.
- * Encerrada a discussão.
- * Retirados os Requerimentos do Dep. Marcus Pestana, na qualidade de Líder do PSDB, que solicitam: o adiamento da votação por duas sessões; e que a matéria seja votada artigo por artigo.
- * Retirado o Requerimento do Dep. Mendonça Filho, Líder do DEM, o qual solicita que a matéria seja votada artigo por artigo.
- * Votação preliminar em turno único.
- * Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
- * Votação, quanto ao mérito, em turno único.
- * Aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 6 de 2015, apresentado à Medida Provisória nº 688 de 2015, ressalvados os destaques. Sim: 323; não: 125; abstenção: 5; total: 453.
- * Inadmitido o destaque (simples) do Dep. Sílvio Costa, para votação em separado do art. 3º do Projeto de Lei de Conversão nº 6.
- * Votação do art. 1º do Projeto de Lei de Conversão nº 6, objeto do destaque da bancada do PPS.
- * Encaminharam a Votação: Dep. Glauber Braga (PSB-RJ) e Dep. Rubens Bueno (PPS-PR).
- * Mantido o artigo destacado. Sim: 310; não: 128; abstenção: 1; total: 440.
- * Votação dos §§ 1º e 2º do artigo 8º da Lei 10.865/2004, proposto pelo artigo 1º do Projeto de Lei de Conversão nº 6, objeto do destaque da bancada do DEM.
- * Mantido o texto destacado. Sim: 311; não: 137; abstenção: 1; total: 449.
- * Votação do §1º e, consequentemente, de seus incisos I e II, do artigo 8º da Lei 10.865/2004, alterado pelo artigo 1º do Projeto de Lei de Conversão nº 6, objeto do destaque da bancada do PSD.
- * Encaminhou a Votação o Dep. Walter Ithoshi (PSD-SP).
- * Mantido o texto destacado. Sim: 230; não: 221; abstenção: 1; total: 452.
- * Votação do § 1º-A do art. 15 da Lei nº 10.865/2004, constante do Projeto de Lei de Conversão nº 6, objeto do destaque da bancada do PSDB.
- * Mantido o texto destacado. Sim: 307; não: 130; abstenção: 2; total: 439.
- * Adiada a continuação da votação por acordo dos Srs. Líderes.

19/05/2015 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

- * Encaminhada à publicação (republicação em avulso).

20/05/2015 PLENÁRIO (PLEN) - 13:00 Sessão Deliberativa Extraordinária

- * Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

20/05/2015 PLENÁRIO (PLEN)

- * Apresentação da Decisão do Presidente.

20/05/2015 PLENÁRIO (PLEN) - 17:05 Sessão Deliberativa Extraordinária

- * Continuação da votação em turno único.
- * Inadmitido o destaque da bancada do PSOL, para votação em separado do artigo 3º do Projeto de Lei de Conversão nº 6.
- * Votação da expressão "ou qualquer outra natureza" constante do inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212/91, na redação dada pelo artigo 8º do Projeto de Lei de Conversão nº 6, objeto do destaque para votação em separado da bancada do PT.
- * Encaminhou a Votação o Dep. José Guimarães (PT-CE).
- * Suprimida a expressão destacada. Sim: 1; não: 306; total: 307.
- * Prejudicado o destaque da bancada do PMDB, para votação em separado da expressão "ou qualquer outra

- natureza" constante do inciso II do §15 do art. 22 da Lei nº 8.212/91, na redação dada pelo artigo 9º do Projeto de Lei de Conversão nº 6.
- * Votação do artigo 14 do Projeto de Lei de Conversão nº 6, objeto do destaque da bancada do PDT (destaque supressivo).
 - * Retirado o destaque pelo autor.
 - * Votação do artigo 16 do Projeto de Lei de Conversão nº 6, objeto do destaque para votação em separado da bancada do PT.
 - * Encaminhou a Votação o Dep. Glauber Braga (PSB-RJ).
 - * Suprimido o artigo destacado. Sim: 109; não: 283; abstenção: 3; total: 395.
 - * Votação do artigo 23 do Projeto de Lei de Conversão nº 6, objeto do destaque para votação em separado da bancada do PSDB.
 - * Encaminhou a Votação o Dep. Samuel Moreira (PSDB-SP).
 - * Mantido o artigo destacado. Sim: 266; não: 125; total: 391.
 - * Votação do artigo 34-A da Lei 13.097/2015, incluído pelo artigo 24 do Projeto de Lei de Conversão nº 6, objeto do destaque para votação em separado da bancada do PMDB.
 - * Suprimido o artigo destacado. Sim: 12; não: 289; abstenção: 10; total: 311.
 - * Em decorrência da rejeição da redação proposta pelo artigo 24 do Projeto de Lei de Conversão nº 6 ao artigo 34-A da Lei 13.097/2015, fica sem efeito a cláusula de vigência constante do inciso VI do artigo 35.
 - * Votação do artigo 25 do Projeto de Lei de Conversão nº 6, objeto do destaque para votação em separado da bancada do PMDB.
 - * Encaminharam a Votação: Dep. Daniel Coelho (PSDB-PE) e Dep. Glauber Braga (PSB-RJ).
 - * Mantido o artigo destacado.
 - * Retirado o destaque da bancada do SD, para votação da Emenda nº 83.
 - * Votação do artigo 31 do Projeto de Lei de Conversão nº 6, objeto do destaque para votação em separado da bancada do PT.
 - * Suprimido o artigo destacado. Sim: 123; não: 315; total: 438.
 - * Votação do inciso VI do artigo 34 do Projeto de Lei de Conversão nº 6, objeto do destaque para votação em separado da bancada do Bloco Parlamentar PRB, PTN, PMN, PRP, PSDC, PRTB, PTC, PSL, PTdoB.
 - * Suprimido o dispositivo destacado. Sim: 104; não: 325; total: 429.
 - * Votação do inciso VII do artigo 34 do Projeto de Lei de Conversão nº 6, objeto do destaque para votação em separado da bancada do PSD.
 - * Encaminharam a Votação: Dep. Samuel Moreira (PSDB-SP) e Dep. Paulo Teixeira (PT-SP).
 - * Suprimido o dispositivo destacado.
 - * Prejudicado o destaque da bancada do PSDB, para votação em separado do inciso VII do artigo 34 do Projeto de Lei de Conversão nº 6.
 - * Retirado o destaque da bancada do PT, para votação em separado do inciso VII do artigo 34 do Projeto de Lei de Conversão nº 6/2015.
 - * Retirados os destaques da bancada do PSDB, para votação das Emendas nºs 02 e 78.
 - * Retirados os destaques da bancada do PSDB, para votação em separado: do § 1º-A do artigo 15 da Lei nº 10.865/2004, constante do art. 1º do Projeto de Lei de Conversão nº 6/2015, e §1º do artigo 6º da Lei 10.865/2004, constante do artigo 1º do Projeto de Lei de Conversão nº 6/2015.
 - * Inadmitido o destaque da bancada do PPS, para votação em separado do artigo 28 do Projeto de Lei de Conversão nº 6/2015 (a decisão da Presidência considerou como não escrito o art. 28, por se tratar matéria estranha).
 - * Votação da Redação Final.
 - * Aprovadas as Emendas de Redação nºs 1 e 2 apresentadas pelo Relator, Dep. Manoel Junior (PMDB-PB).
 - * Votação do Requerimento dos Srs. Líderes que solicitam que a Redação Final seja votada por partes: 1) o art. 3º e; 2) os demais artigos do Projeto de Lei de Conversão nº 6.
 - * Encaminhou a Votação o Dep. Belo Mansur (PRB-SP).
 - * Aprovado o Requerimento.

- * Prejudicado o Requerimento do Dep. Carlos Sampaio, Líder do PSDB, para votação do art. 3º do Projeto de Lei de Conversão.
- * Aprovada a Redação Final, na parte referente ao art. 3º do Projeto de Lei de Conversão nº 6. Sim: 273; não: 184; abstenção: 7; total: 464.
- * Aprovada a Redação Final, na parte referente aos demais artigos do Projeto de Lei de Conversão nº 6.
- * A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado (MPV 668-A/2015 - PLV 6/2015).

21/05/2015 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

- * Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 221/15/PS-GSE.

Detalhamento dos Documentos Anexos e Referenciados

MPV 668/2015 Emendas apresentadas

MPV 668/2015 Histórico de Despachos

Data	Despacho
06/05/2015	Às Plenário para leitura. Publique-se.

MPV 668/2015 Pareceres apresentados

Comissão Mista da MPV 668/2015 (MPV66815)

Pareceres, Substituições e Votos	Tipo de proposição	Data de apresentação	Autor	Descrição
PAR 8 MPV66815 => MPV 668/2015	Parecer da Comissão	06/05/2015	Comissão Mista da MPV 668/2015	PARECER nº 09, de 2015-CN, da Comissão Mista da MPV 668/2015, sobre a Medida Provisória nº 668, de 2015, que "Altera a Lei nº 10.665, de 30 de abril de 2004, para elevar alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP- Importação e da COFINS-Importação, e dá outras providências".

PLENÁRIO (PLEN)

Pareceres, Substituições e Votos	Tipo de proposição	Data de apresentação	Autor	Descrição
RDF 1 => MPV 668/2015	Redação Final	20/05/2015	Manoel Junior	Redação Final

MPV 668/2015 Mensagens, Ofícios e Requerimentos

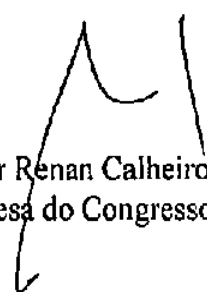
PLENÁRIO (PLEN)

Número	Tipo	Data de apresentação	Autor	Emenda
MSC 33/2015 => MPV 668/2015	Mensagem	06/05/2015	Poder Executivo	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 668/2015, que "Altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para elevar alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação, e dá outras providências".

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA
DO CONGRESSO NACIONAL Nº 13, DE 2015**

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 668, de 30 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, em Edição Extra, que "Altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para elevar alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 24 de março de 2015


Senador Renan Calheiros
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

MPV Nº668/2015	
Publicação no DOU	30/01/2015 (Ed. Extra)
Designação da Comissão	25/02/2015
Instalação da Comissão	19/03/2015
Emendas	até 07/02/2015
Prazo na Comissão	*
Remessa do processo à CD	-
Prazo na CD	até 1º/03/2015 (até o 28º dia)
Recebimento previsto no SF	1º/03/2015
Prazo no SF	de 02/03/2015 a 15/03/2015 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	15/03/2015
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	de 16/03/2015 a 18/03/2015 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	19/03/2015 (46º dia)
Prazo final no Congresso	02/04/2015 (60 dias)
⁽¹⁾ Prazo final prorrogado	01/06/2015
⁽¹⁾ Prazo prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 13, de 2015 - DOU (Seção 1) de 25/03/2015.	
*Declaração incidental de inconstitucionalidade do <i>caput</i> do art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN, com eficácia <i>ex nunc</i> - ADIN nº 4.029 - DOU de 16/3/2012. Lida a comunicação do STF ao Congresso Nacional na sessão do SF de 15 de março de 2012, e feita a comunicação à CD por meio do Ofício nº 102, de 2012-CN.	

MPV Nº665/2014	
Votação na Câmara dos Deputados	20/05/2015
Leitura no Senado Federal	
Votação no Senado Federal	

(À publicação.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A matéria constará da pauta da sessão deliberativa ordinária do dia 26, terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com a palavra, a eminente Senadora Sandra Braga.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, na semana passada, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo promoveu uma audiência pública com a participação de diversos secretários da Fazenda, inclusive do meu Estado, o Amazonas, para discutir a controvertida questão das alíquotas interestaduais do ICMS à luz da chamada “guerra fiscal”.

O tema principal abordado foi o Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2013, e o Convênio nº 70, do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), cujo coordenador também participou dos debates.

Quero ressaltar a importância da retomada das discussões, que estiveram muito ativas em 2013, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, e que, depois, perderam fôlego ante o surgimento de dificuldades de entendimento entre os Estados.

Acho que é chegada a hora de dar uma definitiva solução a esse problema que, na verdade, vem se arrastando nesta Casa desde 2011.

Preocupa-nos o encaminhamento que está sendo dado à definição das alíquotas interestaduais dos bens de informática, com 7% para a Zona Franca e com 4% para o resto do País.

Nos últimos dias, mantivemos contato com diversas empresas que atuam nessa área no Polo Industrial de Manaus. O que elas nos disseram nos obriga a fazer um alerta a esta Casa sobre a necessidade de estudos mais aprofundados e mais precisos sobre a efetiva perda de competitividade para esse dinâmico setor da Zona Franca de Manaus.

Não é possível simplificar o cálculo das perdas tão somente multiplicando pelo custo de produção os cinco pontos percentuais que diferenciam a alíquota de hoje, de 12%, para a projetada nova alíquota de 7%.

Há outras variáveis que interferem nesse cálculo, tais como o câmbio e seu efeito sobre as importações de matérias-primas, assim como os demais custos incidentes sobre os diversos itens da cadeia produtiva. Ao alertar para a necessidade de prudência na definição de item tão essencial à manutenção da competitividade dos produtos de informática da Zona Franca de Manaus, tenho em mente o risco do aumento do desemprego e da queda de renda dos trabalhadores daquele setor industrial.

Sr. Presidente, a Zona Franca de Manaus já está enfrentando severas dificuldades resultantes da crise econômica e das duras, ainda que necessárias, medidas de ajuste fiscal que estão sendo adotadas pelo Governo Federal. Os jornais do Amazonas estão anunciando perdas de 15 mil empregos, nas indústrias da Zona Franca de Manaus, somente no período de outubro do ano passado a abril deste ano.

Pesquisa divulgada pelo IBGE indica que a produção industrial, no Amazonas, registrou a maior queda desde julho de 2012, declinando 20,6% em março deste ano, na comparação com o mesmo período do ano passado. É a 12ª taxa negativa consecutiva nesse tipo de confronto. O índice acumulado nos três primeiros meses do ano mostrou retração de 17%.

Infelizmente, nessa queda generalizada da produção industrial da Zona Franca de Manaus, os bens de informática estiveram na liderança, com uma redução de 36,7%, em decorrência, sobretudo, da menor produção e venda de *laptops*, *notebooks*, *tablets* e semelhantes.

Diante de um quadro de tal gravidade, que se reflete diretamente no aumento do desemprego nas indústrias da Zona Franca, a provável redução da já comprometida competitividade da nossa indústria de informática soa como algo incompreensível. Sufocadas pela pesada carga tributária, muitas empresas procuram se instalar na Zona Franca de Manaus, para aproveitar o diferencial tributário que lhes garanta alguma competitividade.

Das centenas de empresas instaladas no Sudeste e que se dedicam à produção de bens de informática e de eletroeletrônicos, dezenas planejam transferir-se para Manaus, como forma de sobreviver à crise. Mas elas estudam também, Sr. Presidente, a alternativa de se mudarem para regiões industriais do sul da China, se as condições oferecidas pela Zona Franca não forem adequadas a seus planos de expansão. Se isso ocorrer, estaremos exportando empregos e investimentos para os países mais avançados em seu processo de desenvolvimento, empregos e investimentos que poderiam ficar em nosso País, criando renda e riqueza, sobretudo em momento de crise, como o que vivemos.

Todo esse quadro nos anima a insistir na prudência, quando estiver em jogo a capacidade da Zona Franca de competir e, conseqüentemente, de sobreviver.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Cumprimento a Senadora Sandra, que nos atualiza sobre o que vive a Zona Franca de Manaus. Uma atualização oportuna, principalmente para nós, do Sul, que podemos imaginar que também a crise está chegando por lá.

Agora, também com transferência das nossas empresas para a China, essa é outra nota desagradável que estamos ouvindo hoje, nesse desfiar de notícias desagradáveis, como o corte orçamentário da Presidente, o fracasso do polo naval do Rio Grande, mas vamos continuar alimentando esperanças.

Como orador inscrito, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estava até com o Governador do Acre, meu irmão, Tião Viana, ao telefone. Ele estava dando uma entrevista.

Vou falar aqui, caro colega Bendito de Lira, sobre dois assuntos: um diz respeito à vinda do Ministro da Defesa, ontem, à Comissão de Relações Exteriores com os comandantes das Forças; e o outro sobre algo fundamental que o Senado fez ontem, que foi apreciar, votar e deliberar sobre a nova lei de imigração.

O Brasil agora tem uma lei de imigração moderna, contemporânea. Ela não trata mais as pessoas de outras nacionalidades como estrangeiros no Brasil – visão da década de 80 –, mas, sim, como imigrantes, como pessoas que estão aqui. A lei estabelece regras de trato de respeito e estabelece também os compromissos para quem vem ao nosso País, mas tudo isso a partir desse mundo novo que estabelece relações de respeito, em que os muros foram derrubados.

Ontem, tive uma reunião no Palácio do Planalto, na Casa Civil, com o Governador do Acre e com um grupo enorme de autoridades do Governo Federal, para tratar a questão dos haitianos no Acre. A reunião foi coordenada pela Ministra Aloizio Mercadante.

A primeira posição que trago é a do próprio Governador. O Governador está agradecido a Presidenta Dilma, o Governador está agradecido à equipe do Governo, que se dedicou e que está procurando tomar uma atitude em relação à situação dos haitianos, que buscam o Brasil através do Acre.

Agora, criou-se um problema, como se o Acre fosse responsável pela chegada dos haitianos em São Paulo, nas cidades do centro sul do País. Alguém pode estar me ouvindo e dizer: “Mas é assim, porque quem paga o ônibus para os haitianos irem para São Paulo é o Governo do Acre!” O problema é que só este ano já chegaram, ou passaram pelo Acre, cinco mil haitianos. No mês de abril, foram 1.400, e, nos outros meses, não foi diferente. Somando todos, de dezembro para cá, já são quase 40 mil haitianos que passaram pelo Acre. Nenhum deles tinha o Acre como destino. Eles apenas entram pela fronteira, entre a Bolívia e o Peru, e chegam ao Brasil.

O Brasil criou um programa, eu diria, humanitário, desde dezembro de 2010. Eles estavam dando refúgio. Eles estão tratando as pessoas que chegam à fronteira como refugiados ambientais. O que é isso? Aqueles que chegam ao Brasil por conta do terremoto que houve, em 2010, no Haiti. Só que, cinco anos depois do terremoto, o Brasil segue dando visto de refugiados ambientais. Então, já há uma situação que, por si só, precisa ser modificada.

Aí, ficou impraticável. O Governo do Acre não tem atribuição constitucional para fazer isso. Não há pessoal adequado. O governo está gastando uma fortuna que faz falta para o orçamento, que tem que ser gasta com os que vivem no Acre, com todo o respeito. Mas o Governo também adotou, e todos nós, a atitude humanitária de acolher. Só que tudo tem limite! Agora, o Governador está sendo acusado – às vezes, a desinformação da imprensa leva a acusações contra o Governador – de que estaria mandando, como se o Acre fosse o centro e tivesse uma grande população de haitianos. Não tem nada disso! Há quatro dias, chegaram 200 sem avisar ninguém. Chegam, entram no Estado, a Polícia Federal faz a documentação deles em dois três dias, e, depois, eles ficam lá, perambulando nas ruas, querendo vir para o centro-sul. E vêm. Uns, de avião, outros, de ônibus, e há uma parcela paupérrima, já explorada pelos coiotes no meio da viagem, que ficam implorando que se pague uma passagem de lá até São Paulo. É isso o que está acontecendo. Só isso. Só que é gravíssimo! Não há solução fácil.

O Governador está animado, porque o Governo Federal está repondo uma parte do que o governo gastou. Então, eu queria cumprimentar o Governo Federal por ter puxado para si esse problema, que é tão grave. O Governo Federal vai mudar agora. Vai emitir dois mil vistos, na Embaixada, em Porto Príncipe, por mês.

Essa medida é muito acertada, primeiro por socorrer o Governo do Estado, que não tem essa atribuição. Essa é uma questão nacional. Segundo, por garantir visto, lá, em Porto Príncipe, nessa quantidade.

Se não for adotada uma medida – não adianta dizer que é coiote –, se não se divulgar, no Haiti, que essa rota é ilegal, porque há exploração por parte de coiotes, se não se avisar que vai ser interrompida, a rota vai seguir funcionando, fazendo com que centenas cheguem ao Acre por mês, ou milhares, como está ocorrendo agora, e o problema vai continuar, ou vai voltar daqui a um tempo.

Sou favorável que se faça uma campanha no Haiti, que está crescendo agora 4% ao ano. Já faz cinco anos que houve o terremoto. Que se faça uma campanha, dizendo que o Brasil não vai permitir que haitianos cheguem de maneira ilegal, usando o argumento de que são refugiados ambientais. Acho que isso precisa ser feito. A partir da divulgação de que isso não será permitido, todos que queiram vir para o Brasil têm que vir pela Embaixada, pela porta da frente, e não pela porta dos fundos. Não que o Acre seja a porta dos fundos do Brasil, mas não podem vir de maneira clandestina.

Aí, nós teremos, então, quem sabe, o fim desse drama para os haitianos, para os acrianos.

Imaginem a responsabilidade de um governo que, todo dia, tem mil pessoas acampadas! É o maior acampamento de refugiados que há no Brasil hoje. E se acontecem mortes? E se acontece um conflito? Como lidar com isso num Estado como o Acre? A Europa não está conseguindo! Os países da Europa não conseguem lidar com a imigração do norte da África. A Ásia não consegue lidar com isso. Está lá, vivendo um drama. Como é que o Estado do Acre vai lidar com um problema tão grave como esse?

Eu queria, aqui, Presidente, fazer este registro e agradecer ao Governo Federal pela reunião. Mas eu queria cumprimentar o Senador Aloysio Nunes Ferreira, na ausência dele – assim que é bom –, pela iniciativa que teve de apresentar uma proposta de lei de migração para o Brasil. O projeto tinha algumas questões que precisavam ser aperfeiçoadas. O Senador Ricardo Ferraço, como Relator, construiu um substitutivo, em comum acordo com o Senador Aloysio Nunes Ferreira, e ambos merecem um elogio, que estou fazendo aqui da tribuna, porque se reuniram com o Paulo Abrão, que era o Secretário Nacional de Segurança, e com o atual Secretário, responsável por essa área, Beto Vasconcelos, que, aliás, tem ajudado nas questões do Haiti.

Quero cumprimentar o Dr. Beto Vasconcelos, porque ele reuniu a equipe dele e ajudou a aperfeiçoar essa proposta de lei.

Conforme ocorreu ontem, a medida que aprovamos na Comissão de Relações Exteriores e que vai ter grande repercussão quando aprovada aqui, revoga a quase totalidade da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. Em 1980, nós vivíamos um regime de exceção, um regime militar, e foi com base nesse regime, que cerceava, que enfrentava, que tratava da questão de segurança nacional, que nós tínhamos uma lei do estrangeiro, conhecida como Estatuto do Estrangeiro.

A instituição de uma lei de migração é necessária, porque o tema é um desafio para o mundo de hoje. Na Europa, abre-se o noticiário, e são diários os problemas, o drama, a morte, a fome.

Estou falando de uma das regiões que alcançou grandes avanços econômicos e sociais ao longo de milhares de anos e que tem um drama para resolver quando o assunto é imigração.

Por meio da aprovação do PLS 218, que tive a satisfação de votar ontem – o PLS foi apresentado em 2013 –, nós estamos atendendo à necessidade de um novo paradigma para o tratamento do estrangeiro no Brasil. Em outras palavras, busca-se dar enfoque agora ao migrante, não mais ao estrangeiro. Então, vamos tratar o assunto como deve ser tratado neste novo século, neste novo milênio, diante desse desafio, que vai dos haitianos no Acre aos problemas que a Europa enfrenta.

Portanto, a proposição esclarece o regime jurídico brasileiro para estrangeiros. Apresenta defasagens evidentes pela origem, pela maneira como foi concebido, já que, à época em que foi concebido, no início dos anos 80, ainda estávamos em período regime de exceção.

Outros enfoques são aconselháveis para abordar a matéria, como a cooperação, o trabalho, o trabalho e o lado humanitário. Esse é um quadro importante. O projeto visa, em essência, abordar o tema, tendo em vista a preocupação com a assistência humanitária, a cooperação internacional e a integração regional. Ele fixa princípios que deverão reger a política migratória brasileira, em conformidade com as diretrizes claras e humanistas.

Nesse sentido, a matéria passa a ser inserida no contexto de proteção internacional dos direitos humanos, mediante a incorporação de três princípios gerais de direitos humanos: interdependência, universalidade e indivisibilidade. Assim, conhece-se o cabedal normativo de proteção dos direitos humanos dos imigrantes e não o caracteriza como um mero ato de soberania.

Ainda segundo o próprio Senador Aloysio Nunes Ferreira, a lei almeja e construirá um corpo normativo de direitos e deveres que devem alcançar todos os imigrantes. Cada imigrante faz jus a todos os direitos previstos, e cada direito se realiza em conjunto com a efetividade dos demais. Então, os direitos e deveres dos imigrantes estão estabelecidos nessa lei.

E eu digo: é impressionante, Senador Benedito de Lira e Senador Cristovam, é inexplicável, nós fizemos a Constituinte e, 27 anos após sua promulgação, o Brasil ainda não adequou a sua lei – que no fundo era a lei do estrangeiro – para uma lei moderna de migração. Que essa regulação jurídica tenha base na realidade jurídica e política de um país democrático, porque a regra que temos é da época em que vivíamos no regime militar.

Ontem nós votamos uma lei que eu espero que venha para cá e que mostre o Brasil para o mundo como uma grande nação – o que nós somos – e que inclusive sirva de referência para uma relação que beira o preconceito na Europa para com aqueles que sonham alcançar uma melhor condição de vida para suas famílias. O mesmo vale para a Ásia.

Então, eu queria fazer esse registro. Espero que façamos aqui um debate sobre esse tema.

Ouçó o Senador Cristovam antes de dar uma informação sobre outra questão e, obviamente, passar a tribuna para outros colegas.

Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Jorge Viana, nós estamos dando um grande passo com essa lei. Um passo que poderia ter repercussões além do Brasil. O problema da migração é, provavelmente, o mais grave de todos os problemas éticos que nós vamos enfrentar daqui para frente. Porque, Senador Lasier, nós vivemos em um mundo de desenvolvimento e de aumento de riquezas muito desigual. É como a lei da gravidade: a matéria atrai a matéria, a riqueza atrai quem não tem acesso a ela. É o mais óbvio. Foi isso que fez com que tantos irmãos nordestinos do Senador Benedito e meus tenham vindo para o sul, em busca da riqueza do sul. É isso que faz com que hoje os africanos queiram ir para a Europa. Na verdade, é um erro do sucesso europeu. Eles erraram ao ter tanto sucesso concentrado, sem fazer os necessários ajustes fora de suas fronteiras. Agora estão usando o Mediterrâneo como se fosse um muro, um muro deitado, de água, mas é um muro. E vão radicalizar. Ontem a Inglaterra aprovou uma série de leis que beiram um absurdo...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Preconceito.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – ... completo do ponto de vista ético.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E humanitário.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – E humanitário. Eu não vou nem chamar de nazista, porque seria ferir muito o sentimento britânico. É o resultado da defesa dos seus interesses – e temos que reconhecer o direito de defender os seus interesses – contra a invasão de massas pobres, mas, em vez de fazer um esforço mundial para que essas massas não precisem emigrar, porque a migração tem um custo pessoal muito grande, Senador Benedito, sair do seu lugar custa muito esforço, sofrimento, separações – ninguém migra, salvo um ou outro, por aventura; migra por necessidade –, a Europa está fazendo um muro no Mediterrâneo, e o pior é que é um muro que não vai dar certo. Não há como impedir barquinhos de atravessarem, em alguns pontos, 15 ou 20 milhas de distância; como o muro físico entre Estados Unidos e México não consegue barrar. Não vai barrar. Essas massas vão procurar lugares onde há a hipótese de riqueza, até porque a maioria deles não fica melhor, apenas passa a comer o que sobra, muitos deles do lixo mesmo, e a viver de esmolas, mas vão em busca da ilusão. O Brasil, ao fazer uma lei como essa, ao regulamentar o que estava escrito desde o início na Constituição, tenta mostrar que temos um caminho legal, um marco legal para funcionar. Eu estou tentando reunir um grupo de Parlamentares, que eu chamo de Sem Fronteiras, para defender os direitos dos migrantes. Da mesma maneira que consegui colocar em funcionamento o movimento Parlamentares Sem Fronteiras pelos Direitos das Crianças, é possível que consigamos juntar Parlamentares que, independente do país, do eleitor que ele representa, tenham um sentimento humanista global no mundo planetário em que nós vivemos hoje. Então, é boa a lei, mas nós temos que nos preparar, Senador. O Brasil, por ser menos pobre que outros, vai receber imensas massas de imigrantes. É uma questão talvez de 10, de 20, de 30, de 50 anos – não acredito que chegue a 50 anos –, mas vai receber. O Acre, como é um Estado de fronteira, é uma das portas de entrada. Ao Distrito Federal, que eu represento, vai ser difícil chegar. Recife, onde eu nasci, é o ponto mais distante de uma fronteira, e pouca gente sabe disso. Tirando o centro do Canadá, o lugar mais distante de uma fronteira no mundo é aquela região entre João Pessoa e Recife. O mais perto é a África. Então, ali não vão chegar tantos, mas haverá uma migração grande para o Brasil, através das fronteiras e até mesmo através de aeroportos. E nós temos que estar preparados. E preparados sem perder o sentimento humanitário. Nesse sentido, eu quero fazer um elogio ao Governador Tião Viana. Tião passou, guardadas as proporções, o que hoje passa o sul da Itália.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O Tião está passando ainda.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Está passando ainda.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – No acampamento há quase mil haitianos.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Guardadas as proporções, obviamente, ele está enfrentando o que o sul da Itália está enfrentando. E acho que ele está enfrentando com mais sentimento humanitário do que os governos europeus, com exceção do Papa, que tem tido uma postura muito humanista nesse sentido.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Exatamente.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu aproveito para mandar esse meu reconhecimento ao trabalho do Tião, que nem sempre é bem entendido.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Exatamente.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Porque, no Brasil, muita gente tem o mesmo espírito que têm os europeus hoje: “Devolve esse pessoal para longe da gente!”. Muitos. Na época, no começo, no auge da entrada de haitianos, a quantidade de *e-mails* que eu recebia, de Twitters, protestando contra o fato de estarmos recebendo e gastando dinheiro: “Como é que a gente gasta dinheiro com haitianos e não gasta com brasileiros?”. O Tião sofreu muito isso, como também sofreu quando tentou dizer que não dava para receber só no Acre, tinha que buscar outros Estados também. E ajudou na migração interna desses haitianos. Então, eu parablenizo todos que trabalharam na lei, acho que é um marco, mas esse é um assunto que precisa de uma reflexão profunda nossa, como Nação que deve ter voz no cenário mundial.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito obrigado, eu agradeço.

Realmente, o Governador Tião Viana tem sofrido muito com isso. E é lamentável, Senador Cristovam, nós estamos no século XXI, mas parece que não. É lamentável, Senador Cristovam, nós estamos em um novo milênio, mas parece que não. Não só V. Ex^a tem razão quando fala da intolerância na Europa, mas hoje existe intolerância, e há vários exemplos nesse caso, até por parte de brasileiros. Há pessoas de uma elite – eu tenho até pena, porque não é possível esse tipo de compreensão – que hoje reclamam que os aviões no Brasil estão cheios porque os pobres agora andam de avião. Há pessoas que querem um avião com poucos, um avião vazio para quem tem dinheiro. Isso é lamentável sob todos os aspectos. Nós somos sete bilhões de habitantes no Planeta. Se nós não tivermos generosidade, se não tivermos o lado humanitário na relação humana, vamos ter o quê?

Eu queria encerrar falando da audiência que tivemos ontem com o Ministro Jaques Wagner. Eu gostaria de cumprimentar o Ministro e a equipe pela exposição e pelo debate que fizemos.

Ele estava acompanhado do General Eduardo Villas Bôas, um bom amigo que tenho, Comandante do Exército, conhecedor da Amazônia. Já estivemos em tribos indígenas. Na época ele auxiliava o Comandante Militar da Amazônia. Dormimos no chão, sem colchão, em uma tribo indígena: eu, governador; o Comandante Militar na época, o Figueiredo; e Villas Bôas, hoje Comandante do Exército.

O Comandante é uma figura muito preparada do nosso Exército, dou o meu testemunho. Eu era governador e eles aceitaram cumprir a agenda comigo. Parece estranho, mas sempre fiz isso. Dormimos em uma escola indígena, e o piso era de chão. Ali passamos uma noite inclusive boa. Deu para descansar um pouco, porque a viagem havia sido longa, e nada como deitar e descansar. No Acre, temos essa mania. Na casa dos seringueiros, de paxiúba, é normal dormir no chão quando não há rede para todo mundo. A situação era meio crítica, resolvemos não tomar o lugar de ninguém e dormimos no chão, o Comandante Militar e eu.

E ele sabe da minha alegria por ele ter chegado ao ápice da carreira, comandando agora o Exército brasileiro.

Estava também presente o Almirante-de-Esquadra Eduardo Ferreira, Comandante da Marinha; o Brigadeiro Nivaldo Rossato, Comandante da Aeronáutica; e o Chefe do Estado-Maior Conjunto, General de Nardi, que conheço bem.

Eu trabalhei um período na área de Defesa, quando saí do governo, na implantação da indústria de helicópteros em Itajubá. Na empresa, fizemos uma cooperação real e concreta com a França. Nós, em vez de comprar helicópteros para o transporte das Forças Armadas, trouxemos uma fábrica para o Brasil.

Não sei se é do conhecimento de todos, mas piloto de helicóptero, pelo menos de médio porte, é obrigado a receber treinamento em simulador de voo. Só que não há, na América Latina, simulador de voo. Ele tem de ir à Europa para fazer o treinamento.

Com isso, certamente há o risco de haver pessoas que não estão fazendo o treinamento, porque é muito caro, e, no projeto que trouxemos, consta também esse equipamento complexo. Então, na América Latina, todos os pilotos vão poder vir para o Rio de Janeiro. Está em obra, está em fase final, e eu tenho muito orgulho desse projeto. O simulador para helicóptero deve ser inaugurado em breve pela Helibras. Também trouxemos um Centro de Engenharia.

Enfim, estou falando isso porque eu queria cumprimentar o Ministro da Defesa. Foi importante ouvi-lo no debate.

Eu fiz uma intervenção, estou preocupado com a redução de orçamento, mas fiz tal intervenção porque os jornais têm divulgado que agora o tráfico de drogas tem uma rota no Ceará. Aqui eu tenho informações de que, em Pedra Branca, foi preso um avião com 360 quilos de cocaína. Quatro pessoas foram presas, foi identificado o avião, pista clandestina, a Polícia Federal prendeu. E está caracterizado que há uma rota, foi pego um GPS com pontos marcados na Colômbia, no Peru. Eu vivo num Estado vizinho, e, com todo o respeito aos países vizinhos, eles têm uma produção de drogas grande: Peru, Bolívia e Colômbia. Óbvio, o Brasil é um grande

mercado, ou é uma passagem importante para a Europa. Essa rota aí agora, essa em que prenderam 360 quilos de cocaína no Ceará – matéria bem divulgada pela imprensa –, era a tentativa de estabelecer o uso de uma rota nova. Ora, quem vai desconfiar que está havendo tráfico de drogas nos voos do Nordeste para a Europa? Mas era exatamente isso que os traficantes estavam fazendo.

E eu fiz uma ponderação: acho que seria da maior importância que tivéssemos, ou que se tenha mesmo o uso das Forças Armadas para enfrentar duas guerras: uma, o tráfico de armas na fronteira – e V. Ex^a é de um Estado de fronteira; outra, a do tráfico de drogas.

O nosso gasto em 2013 com as Forças Armadas foi de R\$70 bilhões. Alguém vai dizer: “Mas gastam-se R\$70 bilhões com as Forças Armadas no Brasil, com a defesa no Brasil? – não é nem com as Forças Armadas, é com a defesa. Eu posso afirmar que, comparado com os países vizinhos, isso é pouco. Posso afirmar que hoje nós tínhamos que trabalhar para dar mais condição financeira e orçamentária para as Forças Armadas, para o Ministério da Defesa, para que eles pudessem nos defender a todos.

O Brasil tem um pré-sal, o Brasil tem uma Amazônia, o Brasil tem 200 milhões de habitantes e uma guerra acontecendo internamente: 52 mil assassinatos por ano; 52 mil assassinatos por ano! Uma parte deles, em função dessa coisa insana – para mim é insana – de todo mundo ter uma arma em casa ou querer ter uma arma em casa, normalmente ilegal. Dizem que é para se defender, mas são essas armas que estão matando, são essas armas que estão tirando a vida.

Eu estive na ONU agora, Senador Cristovam, e há uma escultura que não consegui ver. Eu até vou pôr na minha página, na *fanpage*. É uma escultura enorme. É um revólver em cima de um platô. Enorme. Deve ter uns 4 metros. Mas o cano desse revólver está com um nó. É isso que nós tínhamos que fazer.

Não tem sentido. Como é que nós vamos enfrentar 52 mil assassinatos por ano... Não estou dizendo que seja só isso. Nós temos que ter o novo Código Penal brasileiro. Não tem sentido não debatermos e não votarmos. O Código Penal brasileiro é de 1940, da década de 40. Para uma pessoa ser presa no Brasil por dez anos, tem que matar quatro. Se ele matar quatro... Mata um, aí tem um processo. Mata outro, mata outro, e, no quarto, aí, sim, vai estar garantido ele ficar preso dez anos. Se não, ele vai pegar um advogado, um defensor público e vai ficar lá alguns meses ou, dependendo como for, nem preso será. E quem matou, se for preso, vai ter uma boa pensão. E a vítima que ficou viúva, ou o viúvo que ficou sem a esposa, ou os pais que ficaram sem os filhos, esses não recebem nada.

Aliás, nunca foi regulamentado, e eu estava propondo, como membro da comissão, um mudança: quem tem que receber dinheiro é a família da vítima, e não aquele que matou.

E eu fiz uma ponderação: que o Ministério da Defesa, que o Ministro da Defesa, que as Forças Armadas sejam usadas como suporte para a Polícia Federal. Ou nós vamos esperar que... Nós temos 17 mil quilômetros de fronteira. Como é que nós vamos proteger, se não for com as Forças Armadas? E a proteção focada, porque nós não estamos em guerra com ninguém, mas focada em combater essas duas guerras que estamos vivendo: a da droga e a do tráfico de armas. Se nós fizermos isso, usando a Inteligência da Polícia Federal, dando suporte para a Polícia Federal e usando como apoio – e tão somente como apoio – as Forças Armadas, eu acho que a situação melhora muito. Esse é o ponto que eu trago.

Eu queria dizer que estamos desenvolvendo projetos estratégicos: satélites; o Prosub, que é um programa nuclear da Marinha do Brasil; o blindado Guarani, do Exército; o Gripen, que é do Programa FX-2 da Aeronáutica, para produção de caças no Brasil. Nós já trouxemos, como eu disse... Eu trabalhei a parte de aviões de asa rotativa, que são os helicópteros. Já temos uma fábrica produzindo em Itajubá, apesar dos cortes do Orçamento.

Acho que não deveríamos incluir programas tão importantes nos cortes. Eu faço a defesa do fortalecimento orçamentário para o Ministério da Defesa.

Também temos programas de inovação tecnológica importantes. Esses avanços, inclusive, são reconhecidos na LAAD, uma feira de defesa no Rio de Janeiro. E o Brasil está ganhando cada vez mais autoridade nesse aspecto. Então, nós temos programas que precisam continuar.

Eu concluo, Sr. Presidente, cumprimentando os comandantes das Forças e o próprio Ministro, que estava aqui conosco. E faço um relato. As pessoas devem dizer: “Mas o Senador acabou de dizer que, em 2013, foram gastos R\$70 bilhões com defesa, com as Forças Armadas.” Sabe quanto isso significa do PIB de 2013? Significa 1,4% do PIB de 2013. Sabe quanto o Chile e a Colômbia gastam com defesa? Um gasta 4% do seu PIB, e o outro, 3%. O Brasil não gasta a metade do que esses dois países gastam com defesa, só que o Brasil é um país continental, tem um papel importante, tem obrigações importantes diante deste Planeta.

Nós acabamos de aprovar a Lei de Acesso à Biodiversidade aqui. A Presidenta sancionou. Eu vou fazer um discurso, na semana que vem, exatamente sobre isso.

Eu diria que o gasto com defesa em relação ao PIB brasileiro, nos últimos dez anos, não aumentou. Nós tínhamos um PIB de pouco mais de US\$500 bilhões há 15 anos, antes do governo do Presidente Lula. Agora,

são US\$2,3 trilhões. Isso tem um aumento nominal. Mas o gasto com defesa, em 2003, era exatamente de 1,4% do PIB; em 2008, 1,4% do PIB; e, agora, 1,44% do PIB.

Então, o orçamento da defesa era de R\$25 bilhões, em 2003, e agora são R\$70 bilhões, mas isso é exatamente o mesmo percentual que o Brasil gastava com defesa. Se quisermos disputar um papel de algum protagonismo no mundo, devemos ter enormes avanços, como fez a Coreia na educação, como fez o Chile, como fez a Espanha, como fez a Irlanda na educação. O Senador Cristovam diariamente alerta para isso.

Eu fui na Coreia agora, Senador. É inacreditável. Um país prensado pela China, prensado pelo Japão. Há 150 anos, na Coreia, havia um sábio rei que sabia que seu povo era massacrado, meio que escravizado por países vizinhos, mas que tinha uma cultura, uma identidade. E tem mesmo, é diferente. Sabe o que ele fez, Senador? O maior feito dele: "Nós precisamos criar um alfabeto, criar uma linguagem só nossa, que se diferencie, para ser a base da nossa cultura". Ele chamou um grupo de especialistas e criou um alfabeto. Por isso ele é tido como o fundador da Coreia, no sentido da cultura, da educação. Ele criou um alfabeto baseado só em vogais e consoantes. É uma coisa bem diferente da escrita japonesa e chinesa, bem mais fácil, para que toda a população pudesse falar aquela língua. Criou uma cultura, fortaleceu a cultura daquele povo.

E os coreanos, quarenta anos atrás, tomaram uma decisão. Era um país muito pobre, que ora corria risco por conta da pressão do Japão, ora, da China. E disseram: "Vamos fazer um plano de educação para o Estado coreano". Agora, é uma das maiores potências econômicas do mundo. É a consequência.

É inacreditável a qualidade de vida que os coreanos têm. É inacreditável os avanços que o país experimentou, porque fez uma opção, estabeleceu um plano. Não de quatro, cinco, seis anos, mas de trinta anos. "Em trinta anos, nós queremos estar..." Os trinta anos já se passaram. Já são quase quarenta anos, e eles viraram uma grande nação no mundo. É impressionante. Na Coreia, você anda na rua, você vê a engenharia, você vê a produção agrícola, você vê o turismo. Tudo isso é uma consequência da opção que eles fizeram pela educação.

Então, eu acho que o Brasil pode fazer uma opção dessas. Eu vou ficar muito feliz. Eu gosto muito do atual Ministro, confio que ele traz uma visão interessantíssima sobre educação, sobre cultura, mas eu vou ficar muito feliz – eu fiz, no Acre, meu Plano Decenal de Educação, junto com o Governador Binho –, quando o Brasil fizer um plano para vinte anos de educação, quando o Brasil estabelecer metas. Essas metas podem ser modestas no começo, mas que sejam uma proposta de Estado: "Daqui a vinte anos, nós queremos alcançar estes indicadores, este padrão, para o nosso povo, para a nossa sociedade".

No dia em que o Brasil fizer isso, sinceramente, estaremos estabelecendo o prazo para a grande mudança no País. E, aí, certamente não teremos 52 mil mortos por homicídio, não teremos 40 mil mortos no trânsito, e vamos conseguir muitos avanços.

Mas associo sempre isso a investimentos na área de defesa. Temos que ter investimentos. Para haver paz, precisamos investir na defesa.

Cumprimento os comandantes das Forças, cumprimento o Ministro Jaques Wagner e digo: nós precisamos dar mais atenção para o orçamento do Ministério da Defesa e das Forças, que são orgulho nacional hoje.

Ouçó o Senador Cristovam e dou por encerrado meu pronunciamento.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador, muito rapidamente, só para lembrar que, depois desse governo de 150 anos atrás que criou o alfabeto, que iniciou o processo de alfabetização, a Coreia passou por invasões, guerras civis, foi dividida em dois, virou só Coreia do Sul. E, mais ou menos há 50 anos, saindo da guerra civil dividida, pobre, com tropas estrangeiras americanas...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Miserável.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Miserável. A Coreia tinha metade da renda *per capita* do Brasil daquela época. Hoje, tem o dobro. O dobro! Tinha metade! Mas não só isso. Não é só a renda, porque até que cresceram o PIB e a renda brasileira. É a qualidade de vida, é a sofisticação da vida, é a igualdade, é a paz nas ruas, é o fato de que hoje o Brasil, este país imenso, vive comprando tecnologia coreana de carros. Os carros coreanos são coreanos, os carros brasileiros não são brasileiros.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Tudo: sondas, na área portuária.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Tudo. Todas essas coisas que a gente vê aqui na televisão provavelmente vieram deles. Tudo isso fruto de quê? De um grande investimento em educação.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – São grandes exportadores para a China. Nós somos grandes consumidores da China.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – São exportadores de alta tecnologia para todo mundo. Agora, isso foi um projeto de Estado para a educação, e transformaram essa educação em inovação industrial. Não estamos fazendo nenhuma das duas coisas. O nosso BNDES, essa empresa maravilhosa, se não me engano, tem R\$500 bilhões de investimentos nos últimos anos, mas não patrocinou patentes, Senador! Não há quase nenhuma patente fruto dos investimentos do BNDES. Na Coreia, o BNDES deles só empres-

ta para projetos inovadores. Não empresta para fusão de empresas comerciais, não empresta para frigoríficos; empresta para empresas que estão produzindo essas coisas. Por isso, é um país que não só faz, cria também. Agora, o Brasil – fico muito feliz em ouvir o senhor, e o Senador Lasier é um dos defensores disto – vai precisar de um projeto de longo prazo para a educação. E aí não há outro jeito, gente: não pode ser nas mãos de cada Município. Não há como haver projeto nacional municipalizado. Projeto nacional ou é da nação ou não é nacional. Temos de ter um projeto nacional. E não dá para ter um projeto nacional, um projeto do Brasil, deixando-se que cada prefeito, com seus poucos recursos, financie uma boa educação, ou mesmo que o Estado, como o Acre, faça isso. Não tem jeito. Por isso, ou a educação é uma questão nacional e financiada pela Nação – não vou nem dizer a União, nem o Executivo ou a Federação – e nós brasileiros adotamos a educação como uma questão brasileira, portanto, nacional, ou não vamos fazer o que a Coreia fez. A Coreia não faria isso, deixando que cada Município cuidasse das suas crianças. Eles nacionalizaram as crianças. Eles disseram: se a criança nasceu aqui, é coreana, vai ter uma educação igual a qualquer outra coreana, não importa a renda dos pais, nem o endereço onde vive. E conseguiram. O Brasil tem tudo para conseguir. E eu espero que, se nós nos juntamos, nós, aqui, Senador, possamos levar adiante um projeto como esse.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado, Senador Cristovam.

Obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo e pela oportunidade de eu fazer a prestação de contas sobre a questão dos haitianos; de elogiar a nova lei do marco regulatório da imigração e, ao mesmo tempo, a vinda do Ministro da Defesa, Jaques Wagner e dos comandantes das Forças aqui, ontem; e de fazer este posicionamento meu para que o Brasil dê mais atenção ao orçamento das Forças Armadas e do Ministério da Defesa.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É só para lhe dizer, Senador Jorge Viana, que seu pronunciamento prolongado foi extremamente proveitoso. V. Ex^a demonstrou aqui conhecimento dos grandes problemas nacionais, das grandes mazelas que estamos enfrentando, dizendo muitas coisas para reflexões. Eu poderia pinçar algumas, dando destaque, por exemplo, à questão de que precisamos encontrar um respaldo maior às Forças Armadas e à Polícia Federal, para combater a disseminação de drogas que o Brasil está enfrentando e de que não estamos dando conta.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu acho que esse é um tema em que o Senado precisa se deter, para encontrar propostas para beneficiar o tema.

Há outra coisa que V. Ex^a falou, saudando a lei que votamos ontem, das imigrações. V. Ex^a falou no problema do Acre, mas o Acre recebe e não fica com os imigrantes. Nós estamos recebendo lá no Sul, em Caxias do Sul, uma demanda muito grande. E a solução que se está encontrando agora é o estabelecimento de quota – pode ficar tanta gente –, porque não há emprego, principalmente para os senegaleses, que estão chegando.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Nós falamos de haitianos, mas passaram pelo Acre 2.500 senegaleses nesse mesmo período, vindos da África.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eles atravessam o Brasil inteiro para se instalar no extremo Sul, onde não há emprego, não há mão de obra capacitada para oferecer a essa gente.

Cumprimento V. Ex^a, que fez aqui um brilhante pronunciamento, com amplo conhecimento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado.

Com a palavra, o eminente Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Lasier, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, nesses últimos dias, nossas conversas – inclusive, nós dois e outros, nossos companheiros do PDT, Senador, e aqui – têm sido muito sobre o ajuste. Eu vou falar hoje de desajuste, porque a gente esquece que só precisa ajustar depois de ter sofrido ou provocado um desajuste. Isso é assim nas máquinas. Se a gente precisa afinar um equipamento, é porque a gente desafinou o equipamento. Quando a gente precisa ajustar o carro, é porque a gente desajustou o carro. É importante saber o que é que houve para o Brasil precisar de um ajuste.

Eu vou falar de dois momentos: primeiro, os desajustes recentes que levaram à necessidade desse ajuste, os desajustes que foram feitos nos últimos anos; depois eu quero falar um pouco dos desajustes ao longo de algumas décadas.

Veja bem, nesses últimos anos – e eu fui um, repito sempre, dos que alertaram aqui que nós estávamos encaminhando para desajustes –, houve desonerações fiscais muito além do possível. É preciso explicar que desoneração fiscal é o Governo dizer que não vai receber imposto. Logo, ele está criando um déficit, a não ser que houvesse redução de gastos. Se você abre mão de renda – imagine você abre mão de parte do seu salário – e não tiver outra fonte ou não reduzir os seus gastos, você vai ter um déficit no final do mês. É isso que

nós fizemos: foram R\$240 bilhões, em um ano, de desonerações, abrindo mão de impostos para vender mais carros e outros bens industriais.

Houve um desajuste pelo excesso de gastos, gastos até bons. Nós aumentamos os gastos com programas sociais. Claro que isso é positivo, mas foi um positivo com uma dose de irresponsabilidade.

Senador Lasier, eu costumo, desde meu tempo de professor de Economia, dizer aos meus alunos que nós economistas dividimo-nos em dois grupos: uns que não ligam para a ética e outros que não ligam para a aritmética. Os dois são perigosos. Quando um economista ou um governo cria programas sociais, ele tem ética social, mas, quando ele faz isso sem levar em conta a aritmética, ele é irresponsável. E um economista que se preocupa com a aritmética sem ligar para o social é responsável, mas é indecente. Então, nós precisamos combinar ética com aritmética.

Sabe como se faz isso? É só dizer em quanto tempo a gente faz. Não fazer nem mesmo as boas coisas apressadamente. Eu nunca engano: meu projeto para mudar a educação brasileira leva 20 ou 30 anos, porque querer fazer isso antes é populismo, demagogia e irresponsabilidade. É isso casar ética e aritmética.

Os economistas chamados de direita, em geral, preocupam-se só com aritmética; os chamados de esquerda se preocupam com a ética, não se preocupam com a aritmética.

Sexta-feira passada, faz oito dias, V. Ex^a e eu estávamos num congresso do nosso Partido, e houve discurso maravilhoso de gente ali, mas que não ligava para aritmética, que fazia críticas sem ver que há limites. A aritmética é a lei da gravidade da economia, e a ética é a força para voar. Tem que combinar os dois.

Avião só voa, porque leva em conta a lei da gravidade; se não, não voa, cai. E essa foi irresponsabilidade: excesso de gastos, alguns positivos, programas sociais bons, mas além dos limites das contas.

Outra forma de criar esse desajuste foi a ineficiência da máquina. Para uma coisa que se faz com sessenta, precisava gastar cem por ineficiência, por falta de planejamento, por falta de cuidado na definição do processo de construção de obras. A chamada transposição do Rio São Francisco está custando muitas vezes mais do que deveria se houvesse eficiência. Cada obra do Governo tem ineficiência. Pavimenta-se uma estrada e daí a dois anos tem de fazer de novo, por ineficiência.

E há o outro lado, que não é ineficiência, é corrupção mesmo. Corrupção aumenta os gastos e, ao aumentar os gastos, cria um desajuste que nós estamos pagando.

Os sucessivos pacotes. A cada tantos meses, faz-se um pacote, e aí tem que se corrigir com esse pacote... Isso gera um desajuste. Os empresários ficam sem saber se devem ou não investir, porque eles não sabem qual é a regra que vai valer quando o investimento deles estiver funcionando! O trabalhador não sabe qual é o critério de sua aposentadoria, porque há um pacote para lá e outro para cá. Os alunos que criaram a expectativa de estudarem graças ao Fies, de repente, não sabem se vão poder estudar graças ao Fies. São pacotes sucessivos que criam desajustes!

Outro ponto é a falta de preocupação com a estrutura, com os portos, com as estradas, com aquilo que faz a economia funcionar.

Mais um: descaso com a dívida pública – uma irresponsabilidade que provocou esse desajuste –, que foi maquiada! Aliás, uma das grandes causas do desajuste foi as pedaladas, porque, ao fazerem aquelas pedaladas, ao manipularem as químicas contábeis, escondiam a realidade. Quando você esconde a realidade de um desajuste, o desajuste piora! A primeira coisa para se começar a consertar um desajuste é dizer: estamos desajustados. O Governo da Presidente Dilma escondeu, com pedaladas, com química, com contabilidade criativa, os desajustes. E aí, quando se descobre, não é mais desajuste apenas: é um desastre completo!

A distribuição de benesses – inclusive aqui dentro, no Congresso, para atender a interesses nossos, de Parlamentares. Eu nunca me beneficiei disso, mas alguns, sim, vendendo voto em troca de algumas coisas. Isso gera um desajuste, porque evita a crítica dos que falam a verdade, compram os que se enganam com a mentira.

E eu diria que, finalmente, a euforia. A euforia em que o Governo do PT mergulhou de que era o melhor do mundo, de que o Brasil estava começando ali, em 2003. A euforia de que o Lula era o salvador de tudo; de que tudo era possível; de que este País tinha tirado 30 milhões da miséria – que não tirou! –; de que tinha criado uma classe média de cento e tantos milhões – que não criou! Mais uma vez: a aritmética. Como é que fez para dizer que era classe média? Baixou a dimensão que diz o que é classe média: passou a ser classe média quem era muito pobre. Todas essas manipulações provocaram o desajuste que nós vemos hoje.

Eu falei muito, nesses dias, sobre o ajuste. Eu quero falar é de um detalhe. Para mim, o mais grave dos desajustes foi um Governo que nós elegemos para corrigir os desajustes históricos que se adaptou aos desajustes históricos. Isso que é grave. Ficou na mesma coisa. E, quando ele tenta consertar isso, é de forma atabalhoada, como está sendo hoje. O ajuste proposto hoje é 69 bilhões de corte – é o que está nas notícias de hoje –, com 14 bilhões em duas medidas provisórias, mas, ao mesmo tempo, 50 bilhões a mais para o BNDES e aumento

de impostos para banco. Está atabalhoado. Nós não estamos ajustando o desajuste de forma ajustada. Nós estamos tentando consertar o desajuste ajustando de forma atabalhoada.

E esse atabalhoamento em outras partes vem do desajuste histórico, em que não quero me alongar muito, mas em que quero tocar um pouco. Esse desajuste, Senador Lasier, começa, na verdade, no desajuste de ter uma mão de obra escrava. Isso era um desajuste completo. Esquecendo esse passado distante, vamos começar nos anos 50. A ideia de crescer 50 anos em 5 é uma forma de desajustamento. Não tem jeito. É como um organismo: se você crescer depressa, você fica desajustado, até na roupa que você usa. Nós inventamos crescer 50 anos em 5 no governo Juscelino. E aí só teve um jeito: inflação, que é um desajuste. A inflação está para o organismo como a febre. A febre é a prova de um desajuste no seu organismo, uma doença. A inflação é a febre da economia, é um desajuste que a economia vive. E nós fizemos isso.

Outro desajuste. Deixamos de usar nossas vias fluviais para o transporte, no que o Brasil talvez seja um dos mais ricos do mundo. Deixamos de desenvolver as estradas de ferro que poderíamos ter fortalecido, porque são mais eficientes, mais baratas. E, para viabilizar a indústria automobilística, decidimos que o Brasil teria toda a sua riqueza transportada em caminhões. Isso provocou um desajuste: um custo elevadíssimo das estradas, um custo elevadíssimo de investimentos, uma ineficiência do transporte. São problemas de todos os tipos, o que é fruto de uma decisão equivocada.

Outro desajuste tem a ver também com isso: o desajuste de como fizemos nossas cidades crescerem. Nossas cidades que dizem ser metrópolis, Senador Lasier, eu as costumo chamar de “monstrópolis”, porque são monstruosas. Esse é um desajuste, e a gente se esquece disso. Estamos falando muito do desajuste fiscal e do ajuste fiscal e nos esquecemos do desajuste urbano. Nossas cidades são desajustadas completamente. São três horas por dia no ônibus, como tantos fazem. Há inundações ou falta d’água. Tudo isso é resultado de desajustes que fomos provocando ao longo da história, com um crescimento rápido das cidades, o que vem do desajuste de um crescimento industrial rápido sem atender à agricultura, como deveria ter sido feito. Chegou-se ao ponto de se dizer que país desenvolvido é país urbanizado, quando país desenvolvido é país onde o rural é bem tratado. Não precisava necessariamente essa migração.

A depredação ambiental é um desajuste que nós criamos. Há desajuste na saúde. Em parte, doenças são provocadas pela própria economia, pela própria urbanização. Há o desajuste de uma ciência e tecnologia atrasada. Um cientista não sabe se, no próximo ano, vai ter o dinheiro que recebeu este ano para continuar suas pesquisas, não sabe se o prédio que se prometeu a um organismo internacional que financia uma pesquisa – e se exige um prédio novo a ser construído – vai ser construído, porque se corta dinheiro, porque a empresa quebra, porque a licitação é complicada ou porque o Ministério Público manda parar a obra. Esse é um desajuste que a gente vive. É um desajuste que é estrutural. Não se trata apenas do desajuste fiscal desses últimos anos que estamos tentando consertar.

E aí vêm duas coisas graves. É que o atual Governo – falo do Governo que está aí desde 2003 – foi eleito para consertar os desajustes históricos. Eu fiz campanha por eles, eu fui do Partido dos Trabalhadores, eu acreditava que nós íamos consertar os desajustes: o desajuste da desigualdade social, o desajuste das cidades mal organizadas, o desajuste do meio ambiente mal cuidado e, sobretudo, a mãe de todos os desajustes, a educação. Não cuidamos disso.

Há desajuste mais grave do que nós não formamos uma geração de pessoas que sirva para trazer eficiência, produtividade, competitividade, solidariedade, fiscalização? Tudo isso vem da educação. Quando digo que há uma correlação entre país bem educado e pouca corrupção, as pessoas acham que estou dizendo que pessoas educadas não roubam. Não! Se olharmos os corruptos brasileiros, veremos que todos são educados. Mas uma população educada não aceita que haja pessoas corruptas, uma população educada fiscaliza para que os educados não roubem. Os ladrões são educados, mas por causa do silêncio dos não educados, da dificuldade e da incapacidade de os não educados fiscalizarem o funcionamento das coisas.

Nós, o nosso Governo, este que foi eleito em 2002, não agimos como deveríamos, em 12 anos, para ajustar a economia à sociedade, não agimos para ajustar a economia e desajustamos as finanças nos últimos anos.

Diga-se de passagem que, nesse sentido, não se pode culpar o Presidente Lula, porque ele cuidou das finanças, para evitar desajustes no seu tempo. Muita gente, inclusive, criticou quando o Ministro Palocci seguiu as contas. Ele foi responsável, sim!

O desajuste fiscal é recente, o desajuste estrutural é antigo. Mas este Governo, nestes 12 anos, ganhou a eleição prometendo que ia fazer o ajuste estrutural e, em vez disso, fez o desajuste fiscal. Isso é que é grave, Senador Lasier! Não fez o ajuste estrutural e quebrou o ajuste fiscal que a gente tinha conseguido a partir de 1994, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com o Plano Real, que o Presidente Fernando Henrique Cardoso iniciou e que o Presidente Lula manteve na linha, ao qual Lula deu continuidade. E aí estamos, hoje, com a

sociedade desajustada, com uma economia desajustada estruturalmente e com as finanças públicas desajustadas, exigindo, agora, um ajuste.

O desafio – e não é para hoje; temos de falar isso e vamos continuar a falar na próxima semana – é o seguinte: como fazer o ajuste sem quebrar a linha estrutural, ou seja, sem parar certos investimentos, inclusive em educação, sem sacrificar mais as massas empobrecidas e sempre excluídas? Como fazer isso com entendimento, e não com pacotes? Um dia, há um pacote; um dia, outro; outro dia, outro. Há uma medida provisória aqui e outra medida provisória ali. É feito um contingenciamento hoje e outro contingenciamento amanhã. Isso não vai resolver! Nós só vamos resolver isso – lembro que o Senador Jucá, uma vez, falou isto aqui e que eu até comentei – com algo mais do que pacotes, com algo mais do que MPs: com um entendimento, com um entendimento amplo.

Que, primeiro, por uma questão cronológica, nós pensemos o ajuste fiscal, mas, junto, o ajuste estrutural. Como é que este País vai atravessar o ajuste fiscal e, lá na frente, vai ter mais competitividade, mais criatividade, inovação e capacidade de não apenas crescer, mas também de melhorar? Melhorar é um verbo muito mais rico do que crescer. É preciso melhorar, com mais saúde, com menos desajuste, para não dizer com mais ajuste. Hoje, se eu disser que deve haver mais ajuste, ninguém vai ver o lado positivo de ser ajustado; o que o pessoal vai ver é o custo das medidas de ajuste.

É isto, Senador Jucá: precisamos caminhar para um entendimento, mas um entendimento com propósitos e com diálogo entre todos, não um entendimento sem propósitos maiores, apenas para resolver um probleminha. É preciso um entendimento, para que não continue o mesmo desajuste histórico estrutural que nos desorganiza tanto!

Creio que lideranças como o senhor, Senador Lasier, e todos os outros deveríamos nos dedicar mais para buscar esse entendimento por um ajuste estrutural no País, enfrentando imediatamente o ajuste fiscal, que é fruto de um desajuste criado por um Governo que foi irresponsável com nossas contas nesses últimos quatro anos.

Era isso, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Lasier Martins deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romero Jucá, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) – Parabenizo V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, pelas colocações. Vou agora, usando a palavra, tratar um pouco desse tema também, não com o brilhantismo de V. Ex^a, mas procurando também colaborar com esse debate. Gostaria de convidá-lo para presidir, por cinco minutos, a sessão, enquanto faço uso da palavra.

O Sr. Romero Jucá, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Com a palavra, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, amigos e amigas da imprensa, fiz questão de vir hoje à tribuna, numa sexta-feira, num dia tranquilo, para fazer um balanço do que ocorreu nesta semana, das medidas tomadas pelo Congresso Nacional, pelo Senado da República, das medidas tomadas pelo próprio Governo.

Quero fazer uma reflexão, na direção que V. Ex^a já seguia aqui, Senador Cristovam, sobre exatamente o momento em que o País vive, sobre os esforços e os encaminhamentos que estão sendo dados. Há a necessidade de se construir algo muito maior.

Acabei de dar uma entrevista agora e fiz uma análise da dificuldade que o País vive. Hoje, a Presidente Dilma anunciou o contingenciamento do Orçamento: R\$69 bilhões. Nos últimos meses, sempre cravei que o contingenciamento seria em torno de R\$70 bilhões. Na verdade, economicamente, matematicamente, acertei na previsão. A Presidente fez, hoje, esse movimento e fez um movimento importante também, que foi o aumento na taxa do lucro líquido dos bancos.

Eu queria começar a reflexão, dizendo do esforço que o País tem de fazer. E aí falo não só do Governo nem da Presidente Dilma. O Brasil, hoje, está numa encruzilhada, com uma dificuldade grande. Nós temos um desafio imenso pela frente. A economia dá sinais preocupantes. Há dificuldade por parte dos governos, não só do Governo Federal, da Presidente Dilma, mas dos governos estaduais, dos governos municipais. Os governos vivem um momento de extrema dificuldade, e a sociedade clama por melhores condições de atendimento no serviço público, na saúde, na educação. Os desafios estão aí. O desafio da segurança pública está postado, o

desafio da saúde pública está postado, e o desafio da educação continua tão presente e ainda mais gritante do que nunca!

Então, como resolver esse nó? Esse é um nó complexo. Primeiro, quero dizer que o Governo tomou algumas medidas, e vamos votar na próxima semana aqui o ajuste fiscal.

Infelizmente, é um remédio amargo, mas quero aqui fazer uma crítica e, ao mesmo tempo, fazer algumas observações sobre esse processo de condução.

O Governo está tomando medidas agora que deveria ter tomado no final do ano passado. O Governo optou, quando lançou as medidas provisórias, quando falou do ajuste fiscal, por começar pelo fim de um processo econômico mais amplo. O Governo começou cortando ou ajustando ou discutindo ou realinhando alguns direitos, alguns programas sociais, como se essa fosse a solução, como se isso fosse algo que se buscava para resolver o problema, e não o é. Esse é um pequeno componente do que tem de se fazer.

Se tivessem me ouvido e se minha voz, de certa forma, tivesse um pouco de ressonância, eu teria defendido que, em novembro ou em dezembro, com a vinda do Ministro Levy, o primeiro movimento que o Governo deveria fazer seria exatamente um movimento em cima da mudança da perspectiva econômica do Brasil, uma sinalização diferente do que a que o Governo fez durante o período eleitoral e no período anterior à eleição, que era a de uma postura de mais intervenção do Governo, a de uma postura de mais isolamento dos setores produtivos num entendimento.

Então, para mim, o primeiro movimento correto teria sido o movimento da animação econômica, o movimento da busca de ajustar a legislação, de ampliar o programa de concessões, de ampliar o programa de PPPs, de fortalecer a relação com os investidores, ou seja, o movimento da busca por um ponto fundamental: a recuperação da segurança jurídica, da credibilidade do Governo e da previsibilidade da economia. Esse é o ponto inicial, para, a partir daí, nós termos efetivamente a retomada do crescimento do Brasil.

Nós temos de fazer a inflexão da curva. A curva do crescimento está caindo. A previsão do Governo era de 0,9%; agora, já é de -1,2%. E espero que fique nisso. Pode ser que seja maior. Nas minhas contas, é de -1,5%, nas condições atuais.

Então, nós temos que reverter isso, reverter a curva de crescimento e reverter a curva de geração de emprego, porque são duas coisas que andam paralelamente e que dependem do humor, da expectativa, da confiança dos investidores.

Nós temos, hoje, para o programa de concessões, para os programas de investimentos, um fator importante, que é a valorização do dólar. Ou seja, o dólar a aproximadamente R\$3,00 é atrativo para empresários internacionais virem investir no Brasil. O dólar está valorizado. Então, se houver confiança, se houver segurança jurídica, haverá efetivamente um aporte maior de dólar, sem a necessidade, volto a dizer, sem a necessidade do aumento da taxa Selic.

Nós não estamos vivendo, Senador Cristovam, uma inflação de demanda. Nós estamos vivendo uma inflação de preços administrados. Nós não estamos com um consumo exacerbado, nós não estamos com um crédito exacerbado. Pelo contrário, há um aumento da inadimplência no País. Na verdade, se se elevar a taxa Selic, eleva-se o dispêndio do Governo.

O Governo gastou, de janeiro a abril, R\$56 bilhões na movimentação do *swap* cambial para tentar estabilizar o valor do dólar, quando o valor do dólar é um movimento internacional. E foram gastos R\$56 bilhões, quase o mesmo valor da necessidade do superávit primário que se tem que fazer este ano.

O primeiro movimento, para mim, teria que ter sido o da animação econômica. O segundo movimento teria que ter sido o movimento interno do Governo de cortar custos, de dar o exemplo, de reduzir ministérios, de reduzir o valor de contratos de custeio. Ou seja, melhoraríamos a economia, daríamos segurança: "Vamos começar a fase de cortes, daremos o exemplo, e o Governo será o primeiro a fazer isso." O Governo faria essa movimentação interna de cortes que está fazendo agora, com um pouco de contingenciamento, apesar de estar contingenciando quarenta e poucos bilhões do Orçamento do Governo e vinte bilhões do Congresso, a questão das emendas. Mas o Governo faria esse segundo movimento.

O terceiro movimento seria o de aumento de impostos, de taxaço, de repartição do sacrifício para o setor produtivo empresarial, ou seja, o setor produtivo seria chamado. O PIS e o Cofins não precisam aumentar, o IOF não precisa aumentar, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, como fizeram agora, dos bancos, não precisa aumentar. Teria se feito lá atrás. E, só depois, no quarto movimento, discutir-se-ia a questão dos trabalhadores e de cortes ou ajustes em programas que, em tese, têm que incentivar o emprego. Existem alguns equívocos em programas do Governo, porque o Governo não pode motivar, o Governo não pode incentivar a rotatividade do emprego, a baixa produtividade.

Se queremos ser competitivos em nível mundial, temos que ter uma mão de obra qualificada, educada, que é a bandeira de V. Ex^a, com formação. O nosso contingente de mão de obra tem que ser um diferencial positivo,

como é o diferencial dos recursos naturais que o Brasil tem. Com as riquezas naturais que temos, se tivermos uma grande mão de obra, estruturada, formada, inteligente e capacitada, o País evolui de forma muito forte.

Não podemos ter programas sociais que estimulem as pessoas a não querer trabalhar, a quererem se encostar, a nivelar por baixo. Essa não é a meta para se fazer ajuste fiscal. A meta é construir uma sociedade que produza, uma sociedade calcada em princípios de trabalho, de responsabilidade.

Esse quadro deve ser construído coletivamente. E V. Ex^a falou bem. Esse não é um esforço do Governo Federal, da Presidenta Dilma ou do Ministro Joaquim Levy. Esse tem de ser um esforço do Brasil, dos brasileiros. Os Governos passam. O desafio da economia não vai impactar o Governo da Presidenta Dilma apenas. Um resultado negativo, um retrocesso impacta as futuras gerações. Isso será diluído em anos. O desafio é premente, urgente e é de todos.

Eu queria fazer esse registro, na minha primeira abordagem, no sentido de que quero louvar o esforço do Presidente Renan Calheiros, do Presidente Eduardo Cunha, que chamaram aqui os Governadores para discutirmos as questões do Pacto Federativo, que medidas podemos aprofundar no sentido de os Estados também darem a sua contribuição, porque não é só o Governo Federal que passa necessidade, não. O aperto de caixa, o aperto de dificuldade operacional, o déficit operacional não são só federais. Eles são estaduais e municipais.

Na próxima semana, teremos aqui a Marcha dos Prefeitos. A postura, o posicionamento dos prefeitos, não tenho dúvida, será igual à dos Governadores nesta semana. Eles pediram medidas, pediram recursos, pediram saídas, pediram caminhos. Registraram a cobrança que recebem da sociedade. O cidadão bate à porta do prefeito, e não à porta do governador ou do Presidente da República. É na porta do prefeito que as cobranças começam.

O Presidente Renan Calheiros e o Presidente Eduardo Cunha, ontem, tiveram uma reunião, da qual participei, e definimos um grupo de trabalho que vai esboçar e preparar algumas propostas acerca dessa questão do Pacto Federativo, das questões de retomada do ambiente econômico. Também está se estruturando a Comissão Mista, que vai fazer a regulamentação das emendas constitucionais, e temos, Senador Cristovam, também decidido ontem pelos dois Presidentes das Casas, uma comissão extremamente importante, uma proposta que vai criar a Lei de Responsabilidade das Estatais. A Lei de Responsabilidade Fiscal completou 15 anos, mas, na verdade, ela aborda, ela cerca, ela determina procedimentos para os Executivos, o Legislativo e até o Judiciário, fixa padrões, mas há, de certa forma, uma ausência de encaminhamento, de controles em cima das empresas estatais. O que vimos aí, com a questão da Petrobras, é que as empresas estatais não podem ficar soltas do rigor, do acompanhamento do Poder Público e do Congresso Nacional, porque a nossa missão é acompanhar, legislar, mas também fiscalizar o Executivo, fiscalizar o Governo, no caso nosso, o Governo Federal. E o Governo Federal é formado pela Administração Direta, Indireta e por empresas estatais.

Está sendo formada uma Comissão que vai propor uma lei de responsabilidade de empresas estatais, criando critérios de acompanhamento, posicionamentos, uma série de procedimentos, para que, efetivamente, o Congresso possa fazer o seu papel também no que diz respeito às empresas estatais.

Foi uma semana extremamente positiva. Faço este registro aqui, e aplaudo a iniciativa dos dois Presidentes. Tenho defendido que o Senado, que o Congresso sejam proeminentemente os indutores dessas mudanças que o Governo quer, porque o Executivo é parte, mas nós somos representantes da população. Essas mudanças têm que ser feitas aqui dentro, pela lei, pela emenda constitucional. Esse é o nosso papel. Nós recebemos, inclusive, nós aqui do Senado, o papel de representarmos a Federação. E nunca esta Federação esteve tão baixa, tão desestruturada, tão sem papel, tão sem importância dos seus entes federados quanto hoje. Nós temos que retomar isso. O posicionamento, o fortalecimento do papel dos Estados e a condição de contribuir e interferir nos rumos do Brasil e dos Estados são fundamentais, porque somos uma República Federativa. Esta Federação, efetivamente, tem que ser para valer. Então, fico feliz com as mudanças que fizemos e com as propostas que estamos tocando.

V. Ex^a tem um papel muito importante como formulador econômico, como formulador da área da educação, como Ministro, Senador e ex-Governador. V. Ex^a tem uma visão social muito grande, Senador Cristovam. V. Ex^a, sem dúvida nenhuma, tem que ter um papel proeminente nessa discussão toda.

Nós temos que juntar os melhores, independentemente de questões partidárias. Não estamos discutindo aqui *impeachment*, não estamos discutindo aqui eleição, não estamos discutindo terceiro turno. Não. Nós temos que preparar o Brasil para ele ser viável como democracia para as futuras eleições; para que não surja, no lugar do discurso democrático, o discurso autoritário, irresponsável e maniqueísta, ao se tentar dizer que outros modelos são melhores do que a democracia. Não são! Já foi provado como é importante a democracia no Brasil. Agora, quem faz a democracia no Brasil tem a responsabilidade de conduzir bem o Brasil, para reforçar, inclusive, os princípios democráticos, para afastar de vez essa sombra de tentativa de se fazer controle social da mídia ou qualquer tipo de controle que não seja a manifestação livre de cada um.

Aprovei aqui, alguns dias atrás, um voto de censura contra a Venezuela, exatamente por estar utilizando a força do governo contra opositores, contra a democracia. E eu que ajudei a aprovar a Venezuela no Mercosul! Mas, quando ajudei a aprovar a Venezuela no Mercosul, fiz questão de dizer que o Protocolo de Ushuaia, que a cláusula democrática do Mercosul era importante para os opositores da Venezuela, porque serviriam, de certa forma, de respaldo e de defesa na cobrança dos outros países do Mercosul no cumprimento da democracia nos países-membros. É assim que temos que construir.

Fica aqui este meu registro.

Eu gostaria de fazer dois registros rápidos. Primeiro, parabenizar a desembargadora Elaine Bianchi, que foi escolhida desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima. Uma jovem juíza, competente, que vai, com a sua sensibilidade, com o seu compromisso com Roraima, não tenho dúvida, desempenhar um grande papel como nova desembargadora do tribunal.

Quero dizer que, com a Medida Provisória nº 660, encerra-se o cadastramento, o requerimento das pessoas que querem se enquadrar. Foi uma vitória importante pela qual lutamos aqui, no Congresso, e junto ao Executivo, para sancionar a medida provisória. Na segunda-feira, encerram-se os pedidos. É importante que ninguém perca o prazo. Hoje, mais de 8 mil inscritos entregaram os documentos para serem analisados. É claro que só poderá ser enquadrado quem tiver a sua documentação, mas foi aberta essa possibilidade. Fico feliz de ter contribuído para essa questão.

Por fim, registrar que, junto com a solução que foi vetada na Medida Provisória nº 660, nós estamos lutando pelo enquadramento e pela melhoria salarial dos policiais e bombeiros do ex-Território de Roraima e também pelos servidores da Suframa. Hoje, os servidores da Suframa estão em greve. É muito importante que se resolva a questão salarial deles. Os servidores da Suframa não atendem só à Zona Franca de Manaus. Eles atendem à Amazônia Ocidental como um todo. Lá, em Roraima, são 18 servidores que prestam inestimável serviço ao povo de Roraima, até porque desembaraçam as cargas suframadas para poderem ir para o comércio. Então, esse serviço não pode ficar paralisado. É importante que o Ministério do Desenvolvimento, que comanda a Suframa, e o Ministério do Planejamento encontrem uma solução para fazer justiça aos servidores da Suframa.

Agradeço a oportunidade e quero novamente registrar que, na próxima semana, nós teremos aqui uma discussão importante, que são as medidas provisórias, mas entendo que essa discussão não pode ser isolada, não pode ser estanque. Essa discussão deve levar em conta todo o ambiente econômico, todo o esforço que tem que ser construído e, mais do que isso, todo diálogo que precisa ser feito e restabelecido no nosso País.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Creio que nós, todo o Brasil, que devemos agradecer pelo seu discurso, Senador Jucá. Eu, sinceramente, gostaria de ter feito esse seu discurso. Creio que é um discurso muito apropriado para o que estamos precisando, sobretudo quando o senhor deu as linhas dos pontos que deveriam ter sido seguidos antes do ajuste propriamente fiscal.

Parabenizo V. Ex^a.

Com esta fala, dou por encerrada esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 44 minutos.)

Ata da 79ª Sessão, Especial, em 22 de maio de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência do Sr. Donizeti Nogueira.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 29 minutos e encerra-se às 16 horas e 47 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Mais uma vez, boa tarde a todos e todas.

Vamos compor a Mesa desta sessão especial do Senado Federal, destinada a homenagear e comemorar a existência do Grito da Terra Brasil.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Composição da Mesa.

Eu, que já estou aqui, Senador Donizeti Nogueira, PT, de Tocantins, requerente desta sessão.

Quero convidar o Deputado Federal Zé Carlos, Vice-Líder do PT na Câmara Federal, do PT, do Maranhão. *(Palmas.)*

Nós convidamos o Sibá Machado, mas ele disse que tinha que ir para o Acre, pois é o nosso Líder lá.

Eu quero convidar também o Presidente da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), Sr. Alberto Ercílio Broch *(Palmas.)*; convidar também o nosso Vice-Presidente e Secretário de Relações Institucionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Sr. Willian Clementino da Silva Matias – tocantinense *(Palmas.)*; convidar a Secretária Geral da Contag, Srª Dorenice Flor da Cruz *(Palmas.)*; convidar o coordenador do Movimento de Pequenos Agricultores, o Sr. Anderson Amaro *(Palmas.)*; convidar também o coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Sr. Igor Felipe dos Santos *(Palmas.)*; e convidar o companheiro Hamilton Pereira, o nosso poeta Pedro Tierra, um dos inspiradores e orientadores dessa luta de longas datas, resistente à ditadura militar *(Palmas.)*.

Podemos nos sentar.

Eu, como estou ainda iniciante neste processo aqui, vou aos poucos seguindo a ordem aqui, para seguirmos.

Quero avisar à companheirada que está aqui que esta sessão solene em homenagem ao Grito da Terra Brasil está sendo transmitida pela TV Senado e também pela Rádio Senado. Então, nos quatro cantos do Brasil, neste momento, deve haver brasileiros e brasileiras nos acompanhando neste momento tão importante aqui.

Como Presidente da Mesa e requerente, eu vou fazer um breve pronunciamento – o Osni até começou a escrever um roteiro para eu falar, mas, Hamilton, eu resolvi falar sem roteiro e sem discurso, só para falar com a alma e com o coração.

Onde começa essa história para mim, companheiro Alberto? Em 1965, eu morava na roça com os meus pais, que eram meeiros em Minas, e era um ano de eleição. Aí nós fomos convocados para limpar uma área. Viria a patrula da prefeitura para limpar a área, para a gente fazer um campo de futebol, pois no domingo haveria uma partida de futebol entre o povo da roça e o povo da cidade. No domingo, veio aquela coisa que, para mim, era muito nova. A única coisa que eu estava vendo ali que eu conhecia mesmo era a pipoca, porque nem futebol eu conhecia direito. Chegou muita gente. Havia carrinho de pipoca, picolé, sorvete. Era o comício de um candidato – eu não me lembro de qual, mas isso é secundário –, era eleição. Olhando tudo aquilo, eu perguntei para a minha mãe: “Mãe, só o povo da cidade que mexe com esse negócio de política?” E ela me disse: “É, meu filho, aqui só o Sr. Zeca, nosso patrão, que fala isso para nós, que discute conosco isso, que faz política aqui. Nós só vamos lá votar”. E eu disse: “Pois, então, quando eu crescer, vou querer fazer a política dos roceiros”. Dois anos depois, eu fui para a cidade estudar, porque minha mãe era uma pessoa muito determinada e dizia que os filhos tinham de estudar para melhorar de vida. Eu tinha doze anos e meio e fui sozinho para a cidade estudar! De lá, eu fui para a Escola Técnica Agrícola e depois para o norte de Goiás para vender tecnologia para a agricultura, sementes melhoradas de arroz, milho, soja etc. Em 1982, veio a eleição. Eu via aquelas fotografias na televisão, dizendo ex-isto, ex-aquilo, Partido dos Trabalhadores. Eu me vi nesse Partido. Um dia depois

da eleição, eu procurei o pessoal do Partido em Gurupi – o meu grande orientador de política em Gurupi é o Mineirinho, que está vivo até hoje – e entrei para o PT.

Eu trabalhava com grandes negócios na agricultura. Eu estava desatento à questão dos trabalhadores rurais – aquela que é minha origem –, desatento aos conflitos que existiam no campo. Mas eu sou católico, fui militante do movimento da Igreja, do movimento de teatro. E houve uma missa, Hamilton, depois que balearam um companheiro nosso da Agropig – entraram na casa dele, em Gurupi, e o balearam –, com Dom Celso, grande companheiro nosso, que Deus já convidou para servir em outro lugar. Ele fez uma missa muito bonita. Então, eu voltei para a questão dessa luta. Talvez os motivos pelos quais eu esteja aqui hoje sejam estes dois fatos na minha vida: 1965 e essa missa com Dom Celso Pereira, que foi Bispo de Porto Nacional e, depois, Bispo de Goiânia – eu acho que ele faleceu em Itumbiara, se não me engano.

Eu estive no sepultamento do Nativo da Natividade lá em Carmo do Rio Verde. Eu encenei uma peça de teatro na missa de sétimo dia do Sebastião Rosa da Paz, junto com um amigo que hoje é Secretário de Cultura de Uruaçu – isso foi lá em Uruaçu. Eu posso dizer que falhei, junto com alguns companheiros, porque nós chegamos meio dia atrasados. Nós estávamos indo retirar o Padre Josimo do Bico do Papagaio – eu, Neilton Araújo e Osvaldo Alencar, saudoso companheiro nosso que também já faleceu. Quando estávamos em Wanderlândia, encontramos a companheira Lurdinha, que foi uma guerreira no Bico do Papagaio, no enfrentamento da violência da polícia e dos pistoleiros – uma ex-freira que era da CPT junto com o Padre Josimo. Nós estávamos indo lá, e, por volta das 15h – ou 14h, não sei –, chegou a notícia de que o Padre Josimo havia sido baleado e, em seguida, veio a notícia de que ele havia falecido. Eu não fui ao sepultamento do Padre Josimo, porque a mim foi dada outra tarefa: a de voltar para Gurupi para levar a Lurdinha, porque a Lurdinha também era jurada de morte e não poderia ir para lá. E eu voltei para Gurupi, viajando quase a noite inteira.

Eu estou contando isso para dizer para os companheiros e para as companheiras que eu chego ao Senado Federal com uma trajetória que tem a ver com essa luta. Eu estive na primeira atividade do Grito da Terra Brasil lá no Tocantins, como estive em outras, não em todas, mas em algumas. Eu estava na fundação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Tocantins, da CUT e de outros sindicatos.

E eu fiquei muito emocionado só de pensar que podíamos fazer isso aqui hoje. Aí, eu conversei com o Willian, fui lá ao Encontro da Juventude. E aprovamos o requerimento aqui para fazer isso.

Eu acho que, mais do que homenagear os nossos grandes companheiros que já tombaram pela mão violenta, truculenta, do latifúndio, da pistolagem, nós temos que comemorar as conquistas que nós já obtivemos. No ano passado, eu fui visitar aquela turma nossa, Hamilton, na Caravana Encontros pelo Tocantins, fazendo um encontro lá no Bico do Papagaio, aquele pessoal que escorou os pistoleiros lá com os marimbondos. Eles vieram pedir para nós resolvermos um problema para eles que é grave e que é grave para a agricultura familiar, que é a certificação dos produtos. Vejam como é: eles conquistaram a terra, trabalharam, agora precisam vender o produto e encontram dificuldade. Vamos resolvendo uma coisa de cada vez; não tem sido possível resolver tudo de uma vez só.

Eu não tenho muito para falar, mas eu sei que o que sustenta um evento deste durante 21 anos é uma coisa que eu aprendi com meu pai e outra que eu aprendi com a vida: que nada vence o trabalho e que a paixão move o mundo. Só pessoas apaixonadas podem superar tantos obstáculos, podem resistir aos obstáculos e não desistir, porque não é fácil, os problemas são grandes. Quando somos apaixonados pelos nossos sonhos, pelas nossas ideias, quando somos indignados contra a injustiça e apaixonados pela luta em defesa da justiça, nós seguimos em frente. E é isso o que eu quero fazer.

Eu aprendi com um outro camponês, lá no Bico do Papagaio, que quem entra na luta não se governa. Hoje, ele é professor, já estudou muito. Ele tem uma história bonita. E vejam como eram duras as coisas. Miguel Jovino era professor de uma escola e se filiou no PT. Nós resolvemos lançá-lo como candidato, e, como não havia outro professor e tinham de mandá-lo embora, fecharam a escola e deixaram os meninos sem aula. Eu perguntei: “Miguel, o que você está fazendo?” Ele disse: “Companheiro, é porque quem entra na luta não se governa”.

Hoje, no momento em que o nosso País precisa de ousadia e de competência, eu não estou preocupado com a crise. Não é com isso que eu estou preocupado. Estou preocupado se nós estamos preparados para perceber a oportunidade que temos de fazer o nosso País dar um salto muito maior do que o que conseguimos fazer nesses últimos 12 anos, companheiro Zé Carlos. Nós estamos precisando – e eu disse aqui na reunião com os governadores – não é resolver as urgências só. Temos de resolver as urgências, mas temos de pensar o nosso País para, pelo menos, mais 20 ou 30 anos. E aí precisamos de uma reforma estrutural, de um novo pacto de Nação, de um Pacto Federativo em que respondamos as seguintes perguntas: que País queremos construir nesses próximos 20 anos? Quanto ele custa e quem vai pagar a conta? Se não respondermos essas perguntas e não tomarmos as decisões certas, vamos ficar sempre tomando medidas paliativas, como as que, nesta Casa, eu tenho acompanhado. Resolvemos muito aqui o urgente, mas não resolvemos o mais importante.

Termino as minhas palavras dizendo que não há outra coisa a fazer senão agradecer a oportunidade que estou tendo aqui hoje, companheiro Alberto e minha companheira Vice-Presidente. É muito grande para mim e me dá uma felicidade tão grande que me emociona poder fazer o que estou fazendo aqui hoje: o filho da Dona Nina e do seu Geraldo, trabalhadores rurais, estar aqui no Senado hoje, presidindo uma sessão em homenagem aos lutadores e lutadoras da Terra Brasil (*Palmas.*).

Quero terminar agradecendo esta oportunidade, porque ela é muito grande e muito valiosa para mim.

Espero estar à altura dos desafios que o País tem e das expectativas que as pessoas alimentam em torno dessa possibilidade do mandato de Senador em que estou.

Eu poderia desistir da política, porque acho que muita coisa já foi feita. Para mim, a função do PT, o objetivo do PT, que é o Partido ao qual pertenço – e tenho orgulho de ser petista –, é emancipar o povo brasileiro. Para isso, ele precisa governar, porque vamos emancipar o povo brasileiro a cada dia na medida em que reduzirmos as desigualdades sociais. Sem isso, não haverá emancipação. E o povo emancipado, certamente, saberá planejar melhor seu futuro.

Um beijo no coração de cada uma e de cada um, um abraço na alma de todos!

Viva o Grito da Terra Brasil! (*Palmas.*)

Quero agradecer a presença de algumas pessoas que estão aqui conosco.

Agradeço ao Sr. Francisco Urbano, ex-Presidente da Contag. (*Palmas.*)

Muito nos honra, Sr. Francisco, a sua presença aqui.

Quero agradecer a presença do meu companheiro Sóter, o homem das rádios comunitárias, que tanto tem trabalhado para esse movimento. (*Palmas.*)

Agradeço a presença do meu companheiro Roberval, que é Superintendente do Incra do Tocantins.

Obrigado por sua presença aqui. (*Palmas.*)

Agradeço ao companheiro Líbio, que é servidor de carreira do Incra, que está aqui, em Brasília.

Muito obrigado pela presença. (*Palmas.*)

À medida que forem falando aqui, vou agradecendo a participação das pessoas.

Vamos agora ouvir o companheiro Hamilton Pereira. Depois vamos ouvir os demais oradores.

Companheiro Hamilton Pereira, você tem o tempo de até 20 minutos para dar aquelas aulas que você dá com o coração e com a alma para nós.

Obrigado.

O SR. HAMILTON PEREIRA – Boa tarde a todas e a todos!

Quero, em primeiro lugar, agradecer o convite do Senador Donizeti Nogueira, Senador do meu Partido e do meu Estado, o Estado de Tocantins.

Alguns de vocês devem se perguntar: “Mas um sujeito velho como esse está dizendo que é do Tocantins?” Eu nasci antes de o Tocantins nascer, quando era o norte de Goiás. Então, eu sou um ex-goiano.

Quero saudar o Presidente da Contag, o companheiro Ercílio Broch; o Deputado Federal José Carlos, do PT, do Maranhão; o Vice-Presidente e Secretário de Relações Internacionais da Contag, Willian Clementino da Silva Matias; a Secretária-Geral da Contag, Dorenice Flor da Cruz.

Neste País, onde a participação feminina é tão pouco significativa nas instituições, não na vida, é muito importante que a gente acolha e reconheça, na figura de Dorenice, a participação das mulheres não apenas no Grito da Terra Brasil, mas também na Marcha das Margaridas, que é outra mobilização que a Contag faz há muitos anos. (*Palmas.*)

Saúdo o Secretário de Políticas Sociais da Contag, José Wilson de Souza Gonçalves; o coordenador do Movimento dos Pequenos Agricultores, Anderson Amaro; e o coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, companheiro Igor Felipe dos Santos.

Quero me permitir, antes de começar esta contribuição, homenagear a trajetória de lutas da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Ressalto o nome deste homem, o companheiro Francisco Urbano, que se encontra aqui entre nós participando deste momento. Urbano acompanhou a trajetória de toda a construção da Confederação, junto com José Francisco da Silva.

Temos de pleitear o reconhecimento e a memória dos lutadores. (*Palmas.*)

Companheiras e companheiros, entendo minha participação aqui, nesta sessão de homenagem ao Grito da Terra Brasil, com um duplo significado: em primeiro lugar, como uma honra a um militante das lutas dos trabalhadores do campo; em segundo lugar, como uma oportunidade de testemunho.

O Senado Federal, por iniciativa do Senador Donizeti Nogueira, realiza uma homenagem pouco usual nesta Casa, homenageia uma mobilização popular. Isso é raro.

Há duas décadas, os trabalhadores do campo levantam a voz, para que ela alcance os ouvidos da sociedade e do Governo. E digo a vocês que mesmo os governos populares precisam que se grite para que o Governo ouça. Portanto, não parem de gritar, não parem de realizar o Grito da Terra Brasil, que tantos benefícios tem trazido não apenas para as classes trabalhadoras do campo, mas para o conjunto do País, para a sociedade brasileira.

Essa 22ª Jornada, que mobilizou cerca de 80 mil trabalhadores em torno da bandeira do Desenvolvimento Rural Sustentável com Garantia de Direitos e Soberania Alimentar – o título fala muito do momento presente, daquilo que temos que enfrentar como desafio hoje no País –, mobilizou as diversas regiões do País e cobra de todos nós um olhar para a trajetória que cumpriram os movimentos sociais na construção do projeto de transformação em curso no País, que, ao contrário do que imaginam alguns, não foi dádiva, mas foi uma conquista. Foi árdua a construção das classes trabalhadoras e dos seus aliados, que souberam assumir o seu papel de sujeitos históricos e sacudir o jugo de opressões seculares.

Neste País, o último País do mundo a abolir a escravidão e que, mais de cem anos depois, continua a assistir à vigência do trabalho escravo, o Parlamento protela a apreciação de projetos de lei que exigem a regulamentação, com maior clareza, das situações de trabalho, para eliminar o trabalho análogo ao trabalho escravo em pleno século XXI.

Este País tem uma dívida histórica com seus trabalhadores, tem uma dívida cultural com seus trabalhadores, porque as senhoras e os senhores, que mobilizam os trabalhadores do Brasil, organizados pela Contag, organizados pelos diversos movimentos de trabalhadores sem terra, são, a rigor, herdeiros sociais dos escravos. São aqueles que, hoje, encaminham as lutas para fazer acontecer aquilo que nos pedia Joaquim Nabuco ainda no século XIX: não basta abolir a escravidão, é preciso abolir o legado da escravidão. É esse o empenho, é essa a luta que as senhoras e os senhores – permitam-me chamá-los de companheiras e de companheiros – travam hoje em nome da dignidade dos trabalhadores brasileiros.

Eu queria lhes dizer, eu queria passar para vocês uma convicção: às classes trabalhadoras, às classes que carregam em si os germes da transformação social, a elas não é permitido o erro do esquecimento. Nos tempos que correm, há o erro de cair na armadilha pós-moderna de imaginar um presente circular que se esgota em si mesmo, como se a gente não tivesse passado, como se a gente não buscasse o futuro. Não! Para nós, é necessário cultivar sempre a memória do lugar social de onde viemos, para alimentar, com nossos sonhos, com os sonhos que construímos com nossas lutas, o País que desejamos para nossos filhos.

Ao longo de meio século, desde o golpe de Estado de 1º de abril de 1964, os trabalhadores brasileiros lutaram e, ao mesmo tempo, vieram reconstruindo seus instrumentos de luta, que haviam sido destruídos pela ditadura militar.

Todos aqui, todos aqueles que não se lembram saibam: só entre 1º de abril e dezembro de 1964, houve 500 intervenções em sindicatos de trabalhadores do País, ou seja, o golpe disse a que veio. Há aqueles que vão para a rua hoje. A juventude desinformada que diz “nós queremos os militares de volta” não sabe o que significa a tragédia que aconteceu com a população brasileira, particularmente com os trabalhadores brasileiros, em razão de 21 anos de ditadura!

Nós não seremos expulsos do tempo que nos foi dado viver. Nós resistiremos agora, como resistimos durante o período de terror, em que o Estado não prestava esclarecimentos sobre suas ações.

Urbano está aqui e lembrará o dia em que Gregório Bezerra foi arrastado pelas ruas de Recife. Gregório Bezerra está na origem de quase todas as ações que deram raiz às organizações camponesas do século XX no Brasil. Julião teve de sair do País em seguida. Não nos podemos esquecer disso, não nos é dado o direito ao esquecimento, como eu dizia. Por isso, companheiras e companheiros, é necessário que, em momentos como este, recuperemos um pouco a memória daquilo que foi realizado pelos que lutaram antes de nós.

Quando me refiro à reconstrução dos instrumentos de luta, estou me referindo à reconstrução dos partidos, dos sindicatos, das federações, dos movimentos dos trabalhadores. Cada um desses instrumentos traz um nome, vários nomes, muitos nomes, multidões de nomes.

João Pedro Teixeira. *(Pausa.)*

Francisco Julião. *(Pausa.)*

Gregório Bezerra. *(Pausa.)*

José Porfírio de Sousa. *(Pausa.)*

Geraldo Marques. *(Pausa.)*

José Pureza, lá do Rio. *(Pausa.)*

Osvaldo Orlando da Costa. *(Pausa.)*

Não há movimento social que não seja encarnado por homens e mulheres de carne e osso.

Margarida Alves. *(Pausa.)*

Companheiras e companheiros, é necessário, eu dizia, deitar um olhar sobre os passos que nos trouxeram até aqui. Penso que há um registro indispensável. Os trabalhadores não lutam sozinhos. Quando os trabalhadores lutam sozinhos, a experiência histórica nos ensina: eles são derrotados. Então, nós precisamos tecer alianças, e é o que vou contar para vocês neste breve momento que me resta.

Aqui é necessário um registro que me parece indispensável por dever de justiça e para que possamos entender a minuciosa construção da rede que foi sendo tecida na base da sociedade, ao longo do extenso período da ditadura.

A Igreja Católica – e outras Igrejas, é bom que se registre – foi uma das instituições que apoiaram o golpe de 1964. Ela viveria, logo depois, porém, um momento de afastamento. Durou dois anos. Ela participou da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 1964, e, em 1966, a polícia invadiu o convento dos dominicanos na Rua do Ouro, nº 900, em Belo Horizonte, para reprimir o congresso clandestino da UNE. Dali data esse afastamento. E eu lhes direi que já antes era perceptível que se ia desenhar um momento fecundo dessa instituição.

Em cinco séculos, a Igreja Católica não formara uma geração de bispos tão brilhante e comprometida com os pobres do País.

Quero dizer a vocês: não sou católico, mas é preciso reconhecer, para entendermos a história que nós cumprimos, o valor de cada uma dessas instituições que tornaram possível que, 21 anos depois, as senhoras e os senhores, companheiras e companheiros, estejam aqui, realizando a 21ª jornada do Grito da Terra Brasil.

Vou mencionar outros nomes e começo por um que é muito conhecido de todos nós: Hélder Câmara.

Antônio Fragoso. *(Pausa.)*

José Maria Pires. *(Pausa.)*

Waldyr Calheiros. *(Pausa.)*

Aloisio Lorscheider. *(Pausa.)*

Ivo Lorscheider. *(Pausa.)*

Paulo Evaristo Arns. *(Pausa.)*

Cândido Padin. *(Pausa.)*

Luciano Mendes de Almeida. *(Pausa.)*

Alano Pena. *(Pausa.)*

Marcelo Carvalheira. *(Pausa.)*

Dom José Brandão. *(Pausa.)*

Dom José Gomes da Silva. *(Pausa.)*

Dom Jaime Collins. *(Pausa.)*

Dom Pedro Casaldáliga. *(Pausa.)*

Dom Celso Pereira. *(Pausa.)*

Dom Tomás Balduino. *(Pausa.)*

Não se contará a história da resistência à ditadura sem mencionar esses homens, que fizeram dos espaços sob sua responsabilidade espaços de construção cotidiana das organizações populares que nasciam ou que se reorganizavam a partir das comunidades de base, a partir da ação das confissões evangélicas, que mantinham sólidos vínculos com as comunidades das periferias urbanas e das regiões mais distantes do País.

Quero lhes dizer que sou testemunha da presença da IECLB, os luteranos, no Paraná, na luta, como em Rondônia. Com o Pastor Fuchs, no Paraná, por exemplo, que foi perseguido pela ditadura, Werner Fuchs, que foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Mas também dos Batistas, mas também das Assembleias de Deus.

Por que isso é importante para a gente? Essas não são organizações de trabalhadores. Essas são organizações que estão fundadas na fé, na escolha religiosa de cada um, mas, pelo vínculo estreito que mantém com os trabalhadores, com eles se solidarizam. E por isso sofrem. Sofreram o castigo da perseguição à ditadura, não raro com assassinatos e com desaparecimentos, como o caso do Pastor Wright, em Santa Catarina, militante das lutas revolucionárias do povo brasileiro.

Eu queria, seguindo adiante, dizer-lhes que, inseparável desse processo de construção a parte de baixo, da terra em disputa, do chão das fábricas, das delegacias sindicais, a Contag traz consigo a memória, na época em que o Urbano era ainda vice-presidente da Contag, de que o sindicato de Santarém tinha 250 delegacias sindicais organizadas. Naquele fim de mundo! O que é isso? Determinação e consciência de classe dos trabalhadores, capacidade de organização, trabalho de pernambucano como Vieira, que hoje está limitado pelo diabetes, já em fase terminal, mas carregado sempre dessa esperança militante que nutriu a vida dele inteira. Pessoas como Ranulfo Peloso, pessoas como Avelino Ganzer, que saíram do Rio Grande do Sul com a família e foram se instalar na Transamazônica.

Nesse momento, constitui-se um espaço de interligação das lutas dos trabalhadores do campo à Comissão Pastoral da Terra, uma sigla que é inseparável das lutas dos trabalhadores nesse período. É uma experiência, do

ponto de vista religioso, ímpar, porque a Igreja Católica, nessa experiência, optou por uma experiência ecumênica. Havia um bispo, que era presidente da CPT, e um pastor evangélico, luterano, que era vice-presidente da CPT.

(Soa a campanha.)

O SR. HAMILTON PEREIRA – Uma experiência maior, uma experiência generosa, em que as lutas dos trabalhadores eram mais importante do que o sentimento de fé de cada um.

Quero concluir, companheiras e companheiros. Já me foi dado o sinal. Eu queria dizer-lhes que eu não poderia me despedir de vocês sem mencionar um outro nome que é muito importante para todas as nossas lutas. É o nome de um agrônomo que redigiu o anteprojeto que resultou no Estatuto da Terra: José Gomes da Silva, criador da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Foi a pessoa que propôs ao General Castelo Branco o texto do Estatuto da Terra, à frente de uma equipe de técnicos. Esse homem dedicou a vida inteira dele às lutas pela reforma...

(Interrupção do som.)

O SR. HAMILTON PEREIRA – ...como um companheiro de todos nós.

E termino com uma palavra em memória de Tomás Balduino, que nós perdemos há um ano.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – O senhor tem cinco minutos ainda.

O SR. HAMILTON PEREIRA – Calou-se a voz de Tomás Balduino nessa noite de 2 de maio, uma voz que nunca quis ser sozinha. Sabia, desde os anos de chumbo, uma voz solitária, não suspende a manhã. Quis ser uma voz entre vozes. Ergueu sua voz dentro do vasto coro dos oprimidos: os índios, os roceiros, os lavradores, retirantes da seca e da cerca; e os que se levantaram contra elas: as mulheres, os negros, os imigrantes, os peregrinos, para forçar clarezas para ensinar a amanhecer.

Tomás é palavra, a palavra que banha como bálsamo, a palavra que fustiga, incendeia, a palavra que perdoa, mas aponta sempre o caminho da justiça. E o que somos da vida? Somos os ossos das palavras que povoam o caminho de pedra ou de flores que sangram os pés dos nossos filhos.

Tomás é sertão, o sertão e suas armadilhas, o sertão e suas infinitas contradições. Tomás é sertão, onde se dobram os ventos de Goiás e Minas, onde nascem águas nessa infinita geografia que alimenta nossas esperanças.

Calou-se a voz de Tomás Balduino. Permanecerá a sua palavra. Tomás é sertão, gesto de fé nessa gente que não se dobra.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Vamos dar continuidade. Aproveito para agradecer a presença do Senador Hélio José aqui, Senador do Distrito Federal. Eu o convidei.

Muito importante a sua presença, Senador.

Passo-lhe a palavra para suas considerações, em homenagem ao Grito da Terra Brasil.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – É com muita alegria que gostaria de conversar com os nossos ouvintes da Rádio Senado, com os telespectadores da TV Senado, com os nossos ouvintes do movimento Grito da Terra.

Quando recebi o convite do nosso proponente desta importante sessão, nosso Senador Donizeti Nogueira, de primeira hora eu o aceitei, pela importância e relevância desta sessão solene em homenagem ao 21º Grito da Terra. Então, é com muita alegria que estou aqui.

Quero saudar o nosso querido Deputado Federal Zé Carlos. Acho importante a sua presença, demonstrando a integração da Câmara e do Senado num trabalho conjunto, em prol dos trabalhadores brasileiros.

Quero saudar o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Sr. Alberto Ercílio Broch, que está aqui conosco.

Quero lembrar o nosso querido amigo Manoel de Serra, que foi falado aqui. Foi uma pessoa com a qual convivi muito tempo, quando fui diretor da CUT por cinco mandatos. Convivi com ele nos congressos nacionais da CUT, na luta em prol do trabalhador sem terra.

Quero também saudar o Vice-Presidente e Secretário de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), o Sr. Willian Clementino da Silva Matias, aqui presente; a Secretária-Geral da Contag, Srª Dorenice Flor da Cruz; o Secretário de Políticas Sociais da Contag, Sr. José Wilson de Sousa Gonçalves; o Coordenador do Movimento de Pequenos Agricultores, Sr. Anderson Amaro. Seja bem-vindo! O Coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Sr. Igor Felipe dos Santos. Seja bem-vindo!

Quero registrar, com muita alegria, a presença do nosso Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Sr. Rafael Oliveira, que está ali no fundo.

Conheci quando ele tinha 4, 5 anos de idade, já participando dos movimentos sociais junto com o seu pai, na época da fundação do Partido dos Trabalhadores, e hoje está no nosso importante Ministério, dirigido

pelo nosso querido Patrus Ananias, nosso Ministro. O Rafael é o nosso Secretário-Executivo Adjunto, uma função muito importante desse importante Ministério.

Seja bem-vindo!

Quero saudar o Diretor de Financiamento e Proteção à Produção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Sr. João Luiz João Luiz Guadagnin.

É parente da nossa Deputada de São José dos Campos? Quero saúda-lo.

Quero saudar o primeiro presidente da história da Contag, Sr. Francisco Urbano de Araújo Filho – está aqui o Urbano–; já falamos do Manoel de Serra também; o Secretário de Políticas Agrárias da Contag, Sr. Zenildo Pereira Xavier; o Secretário de Administração e Finanças da Contag, Sr. Aristides Veras dos Santos; o Secretário de Assalariados Rurais da Contag, Sr. Antonio Rovaris; o Superintendente Regional do Incra do Estado do Tocantins, Estados do nosso eminente Senador Donizeti Nogueira, nosso querido Superintendente, Sr. Roberval Gomes da Silva – minha esposa é tocaninense, de Tocantínia, ao lado do Rio Tocantins, vizinha de Miracema do Norte; portanto, é com muito prazer que saúdo o Secretário de Tocantins, Sr. Roberval –; o Diretor de Associação de Servidores da Reforma Agrária, o Incra, Sr. José Líbio de Moraes Matos, seja bem-vindo.

Senhoras e senhores membros da Contag, aqui já foi citado, mas eu gostaria de citar no meu pronunciamento o meu amigo, o meu querido Avelino Ganzer, pelo seu trabalho em prol do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra no Brasil. Para mim é muito prazeroso citar o nome dessa pessoa porque pude acompanhar, no início de caminhada da CUT, que foi fundada em 1983, em meus longos tempos da CUT, o trabalho do Avelino, e depois o do Manoel de Serra e de outros.

Queria lembrar o nosso querido e saudoso Chico Mendes pelo seu trabalho, pela sua luta, por todas as questões da resistência com os seringueiros. E gostaria que todos dissessem: “Chico Mendes. Presente!”, porque é uma pessoa importante na nossa história.

Gostaria de lembrar todos que foram mortos e assassinados na questão de Corumbiara, na questão dos movimentos do Pará e de outros. A Margarida Alves foi citada aqui, o Baduíno e pessoas importantes para a nossa história e para a nossa luta de resistência.

Ajudei a fundar e a construir o Partido dos Trabalhadores, partido em que vivi até dele sair para fundar o Partido Social Democrático (PSD), hoje presidido pelo nosso Ministro das Cidades, o Kassab.

Sou da Bancada do PSD, sou Senador da República pelo Distrito Federal.

Como membro da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, como Vice-Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, como Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura do Senado e da Câmara que sou, como membro da Comissão de Infraestrutura do Senado, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, não posso deixar de me pronunciar neste importante evento, neste importante ato brasileiro, que é o Grito da Terra. Então, por isso é que estou aqui, como Senador da República pelo Distrito Federal nos próximos quatro anos, para saudá-los, para dizer que essa luta sofrida dos colegas é uma luta que merece ressonância e merece o nosso apoio. Por isso estamos aqui.

Hoje pela manhã – nosso querido proponente, o Senador Donizeti, não pôde ir comigo, mas iria, com certeza, se não estivesse cuidando deste evento –, coordenei uma diligência ao Acampamento Tiradentes, aqui bem próximo, a 30km, na cidade de São Sebastião, no Distrito Federal, em que a Sr^a Josefa Francisca, presidente do acampamento, está sendo ameaçada de morte. Isso chegou ao conhecimento da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, de que faço parte.

Nós definimos essa diligência, convocamos o Secretário de Agricultura e todas as autoridades do Distrito Federal e fizemos hoje um excelente trabalho no intuito de avançar e propiciar que esse importante acampamento de São Sebastião possa se tornar uma realidade para as mães e pais de família que vêm batalhando há mais de cinco anos pelo seu justo direito constitucional de ter seu pedacinho de terra para produzir, morar, ter uma condição de vida mais digna e ajudar o País a alcançar o seu objetivo, que é um melhor desenvolvimento econômico e social para todos.

Esqueci-me de dizer que também sou membro da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, e é necessário que a educação, a cultura e o esporte estejam ao alcance de todo o nosso povo. É por isso que eu e o Presidente da Comissão, o Senador Romário, estamos trabalhando, e estamos muito felizes de ver aqui a tradução em Libras, uma conquista que nós do Senado tivemos para propiciar a inclusão social de todas as pessoas que precisam ter o seu direito preservado e visto.

Sr. Presidente Donizeti Nogueira, Sr^{as} e Srs. Senadores, demais autoridades aqui presentes e a principal autoridade, que são vocês, os sem-terra do Grito da Terra, é com muita alegria que vou pronunciar algumas palavras.

É com imensa alegria que me junto aos nobres colegas nesta sessão especial dedicada à comemoração do Grito da Terra Brasil, ação cívica do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, que chega, mais forte do que nunca, à sua 21ª edição.

Margarida Alves, presente.

O acorde que hoje ecoa neste plenário é formado pelas vozes de mais de 12 milhões de agricultores familiares – responsáveis por quase 40% do valor bruto de nossa produção agropecuária –, 4,1 milhões de assalariados rurais e inúmeros assentamentos e acampados da reforma agrária em nosso imenso País.

Esses brasileiros e essas brasileiras, os garantidores de nosso sustento alimentar, apresentaram, no último dia 15 de abril, suas justas reivindicações à Presidente Dilma Rousseff. Sintetizada no tema “Desenvolvimento Rural Sustentável com Garantia de Direitos e Soberania Alimentar”, a pauta deste 21º Grito da Terra Brasil inspira-nos a sonhar um Brasil diferente, um Brasil novo, cujo modelo de desenvolvimento reconheça, definitivamente, a importância extraordinária da agricultura familiar, a importância do Pronaf, a importância daqueles que querem fazer com que o assentado não pegue mais um pedaço de terra para vender, para invadir outro. Que o assentado pegue o seu pedaço de terra para produzir, para dar alimento à sua família, para viver com mais dignidade, com mais apoio e com melhores condições de ajudarmos a cada vez sermos um País melhor para se morar e se conviver.

Senhoras e senhores, meu querido Sr. Presidente Donizeti, gostaria aqui – eu não fiz referência porque não estava na minha relação – de saudar nosso querido Pedro Terra, o querido Hamilton, político do Estado de Goiás, que teve uma passagem grande também por Brasília, também fundador do Partido dos Trabalhadores, que já foi inclusive tesoureiro nacional de campanha, e que usou a palavra antes de mim. Receba o meu abraço, eu não o havia citado antes, meu querido Hamilton, peço desculpas.

A maneira de entendermos o papel do meio rural no desenvolvimento brasileiro deve, nos próximos anos, passar por profundas transformações. Vem emergindo nas sociedades modernas, avançadas, uma nova ideia de ruralidade, na qual o campo não mais é percebido como o local do atraso, do isolamento, do latifúndio, mas, sim, como um lugar de solidariedade, da cidadania e do bem viver, porque é isso que nossas mulheres de luta do campo, que nossos homens de luta, que algumas vezes tombam na batalha, pretendem para o nosso país, contando com o nosso apoio.

O que é antiquado, o que é obsoleto, Sr. Presidente, é o imaginário que ainda percebe, preso a concepções ultrapassadas, uma dicotomia estanque, uma dualidade inegociável entre o campo e a cidade. Contra essa visão míope se afirmará, no século XXI, um novo conceito de desenvolvimento integrado, no qual as políticas de desenvolvimento rural, sustentável, terão posição central. Isso é importante. Nós somos um país agrícola e temos de dar oportunidade para o grande e para o pequeno poderem investir, sobreviver e nos ajudarem a cada vez mais alimentar o mundo, que depende muito da nossa produção e da nossa terra, que tem de ser melhor distribuída e melhor convivida por todos.

Esse novo entendimento se harmoniza com as conclusões de um recente estudo, coordenado pela pesquisadora Tania Bacelar de Araújo, chamado *Repensando o conceito de ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas*, cujos dados revelam que o Brasil é muito mais rural do que acreditamos.

Com o êxodo rural, nossas cidades inflaram, mas os problemas ficaram para trás, no campo. Muita terra concentrada nas mãos de poucos e muitos precisando produzir e trabalhar sem ter acesso às nossas terras. Isso precisa mudar. O estudo da Tania Bacelar coloca algumas dessas contradições. É importante que todo homem rural, toda mulher rural, graças aos programas sociais implantados pelo nosso querido Presidente Lula e pela nossa querida Presidenta, tenha acesso à leitura, seja alfabetizado e tenha condições de pegar um livro importante como esse da Tania, ler e entender melhor algumas ações da realidade social com que convive.

De acordo com o estudo, 36% da população brasileira pode ser considerada rural, em contraste com os últimos dados do Censo do IBGE, que indicam que apenas 16% da nossa população está no campo. Essa discrepância ocorreria, segundo os pesquisadores, porque em nossa legislação existe apenas o conceito de urbano, de modo que a ruralidade é definida por exclusão: quem não é urbano é da ruralidade.

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Essa grave lacuna legislativa nos induz a pensar de maneira equivocada que o meio rural está desaparecendo e que o futuro e o desenvolvimento estão exclusivamente nas cidades. Isso é um equívoco. Temos que saber que o nosso homem do campo tem que estar no campo e com apoio para estar no campo.

É necessário, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores do Movimento da Contag, senhoras e senhores da Mesa, repensar essa exclusão, para que possamos conceber um futuro de oportunidades e de qualidade de vida no campo.

Precisamos, Sr. Presidente Donizeti Nogueira, afirmar a nova realidade como uma das balizas de nossa estratégia nacional. Esse posicionamento estratégico do meio rural tem como prelúdios indispensáveis a desconcentração e a democratização da estrutura fundiária, tendo por base os valores da diversidade produtiva, da soberania alimentar, da primazia do abastecimento interno, da garantia dos direitos sociais e da interiorização dos serviços públicos.

Como engenheiro que sou de formação – engenheiro eletricista –, concursado público federal que sou, que trabalha no Ministério de Minas e Energia, pelo Mpog, não é possível que ainda grande parte dos nossos moradores do campo ou dos nossos trabalhadores rurais fique sem energia elétrica, um insumo básico e necessário para o desenvolvimento e para o acesso aos meios de informação de forma mais ágil e mais adequada.

Por isso, nesta Casa, estou desenvolvendo uma grande luta da mudança da matriz energética, para que o sol, abundante a todos nós, seja o catalisador de energia para que toda brasileira e todo brasileiro tenham esse insumo de forma mais adequada, mais barata e em melhores condições de uso e de aproveitamento.

Estamos fazendo aqui uma série de projetos – já apresentei alguns e irei apresentar outros – para que vocês e todo o povo brasileiro tenham essa importante energia fotovoltaica, que em países longínquos – Portugal, Espanha, Europa em geral, e Estados Unidos – hoje já é uma realidade. E para nós ainda é muito caro um painel fotovoltaico a fim de produzir energia elétrica.

Estou, inclusive, apresentando proposta junto à CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) e junto ao Congresso Nacional para que o BNDES, para que o Banco do Brasil, para que a Caixa Econômica e os bancos estaduais possam financiar, em cinco anos, todos aqueles que porventura queiram colocar seu painel fotovoltaico ou sua energia limpa e não poluente, e para que possam ter essa energia gratuita que Deus nos propiciou, que é a solar, de forma adequada e correta nos seus lares. Estou apresentando isso aqui porque o Brasil precisa dessa libertação da energia feita por meio da poluição, por meio das chuvas ácidas, que são energias que queimam petróleo, um insumo caro e que faz com que a nossa conta de luz, cada dia mais, fique mais cara na mão de cada um. Por isso, estamos apresentando essa proposta nesta Casa.

Esse posicionamento estratégico do meio rural tem como prelúdios indispensáveis a desconcentração e a democratização da estrutura fundiária, tendo como base os valores da diversidade produtiva, da soberania alimentar, da primazia do abastecimento interno, da garantia dos direitos sociais e da interiorização dos serviços. Fiz questão de reler esse parágrafo por causa da importância dele.

Essa é a receita para unirmos, no campo, crescimento econômico, distribuição de renda e qualidade de vida. Essa é a direção na qual temos que seguir, Sr. Presidente e demais parlamentares aqui presentes, para consolidarmos um modelo de desenvolvimento rural solidário e sustentável.

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, senhoras e senhores da nossa população brasileira, eu não poderia deixar de reconhecer e comemorar, nesta minha intervenção, os recentes avanços da agricultura familiar aqui no Distrito Federal. É surpreendente, mas o nosso pequeno DF, que conta com apenas 400 mil hectares de terras cultiváveis, ostenta o terceiro lugar no *ranking* nacional de competitividade agrícola. Isso é importante.

No ano passado, enquanto o PIB da região aumentou 1,8%, o do nosso setor agrícola cresceu 11%.

Chegamos a esse incrível desempenho graças à diversidade e ao dinamismo de nossa agricultura familiar, que está provando...

(Interrupção do som.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – ... que é possível, sim, produzir em larga escala, independentemente do tamanho da propriedade.

Por isso, saúdo novamente o Pronaf, o MDA, a nossa Presidência da República pelas políticas sociais voltadas a fortalecer a agricultura familiar, porque é ela o celeiro do nosso alimento e da nossa libertação.

O Secretário de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, Sr. José Guilherme Leal, e toda a sua equipe são merecedores, em decorrência do excelente trabalho que vêm desenvolvendo, da minha admiração e do meu respeito.

Estendo esse elogio também ao nosso querido Governador Rodrigo Rollemberg, que recentemente reforçou, em solenidade comemorativa dos 37 anos da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF), o compromisso do GDF com o fortalecimento do campo, prometendo mais investimentos em tecnologias e em parcerias importantes para o desenvolvimento da nossa agricultura familiar.

Por fim, é também digna de elogios e merecedora da mais ampla divulgação uma experiência iniciada aqui no DF, no último dia 9 de maio. Refiro-me, Sr. Presidente Donizeti Nogueira, à inauguração do nosso novo

Mercado da Agricultura Familiar, ligado à Ceasa do Distrito Federal, onde 55 bancas de agricultores familiares da região ofereceram seus produtos, a preços acessíveis e em grande variedade, a um público exigente, que espera a mais alta qualidade dos alimentos que consome.

E, em relação a esse 55, quero lembrar o meu querido Partido, de número 55. Eu tenho 55 anos de idade, Brasília tem 55 anos, que completou neste ano, nós estamos na 55ª...

(Interrupção do som.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Legislatura da história do País (*Fora do microfone*) e foram 55 as bancas no Mercado da Agricultura Familiar que acabei de colocar aqui...

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – ... a importância de estarmos juntos na luta.

Srs Senadores e Srs. Senadores, na primeira metade do século XX, Oliveira Vianna afirmou que nós, brasileiros, éramos o latifúndio. O historiador escreveu as seguintes palavras – abro aspas: “Desde a nossa vida econômica à nossa vida moral, sentimos, sempre poderosa, a influência conformadora do latifúndio; este é, na realidade, o grande medalhador da sociedade e do temperamento nacional” – fecho aspas.

A partir da segunda metade do século passado, incorporamos à nossa sociedade e ao nosso temperamento, à nossa vida econômica e à nossa vida moral, outras poderosas influências conformadoras, associadas agora aos processos de industrialização e de urbanização.

(Interrupção do som.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Partimos de um modelo concentrador de poder (*Fora do microfone.*), o do latifúndio, e chegamos a outro modelo centralizador, o da metrópole. Temos que mudar isso.

É hora de escolhermos outro modelo. É hora de elaborarmos uma nova síntese. É hora de transformarmos, uma vez mais, nossa sociedade e nossa vida econômica, acolhendo outras influências – as influências da liberdade, da fraternidade e da justiça social.

Por isso, salve a CPT, salve a Pastoral da Terra, tão importante para a luta dos trabalhadores!

Revitalizar o campo, meus nobres colegas, é desconcentrar poder, é distribuir renda. Revitalizar o campo, caro Senador Donizeti Nogueira, é interiorizar o desenvolvimento, é aumentar a qualidade de vida.

Esse é o grito ao qual agregamos hoje nossas vozes.

Parabéns ao Grito da Terra Brasil...

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – ... e ao Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais! Vocês estão plantando as sementes de um novo Brasil. Cabe ao Governo, ao Parlamento e às demais instâncias de Poder garantir as condições necessárias à colheita bem-sucedida deste novo país, que é o Brasil que estamos aqui juntos construindo.

Era o que eu tinha a dizer, meu nobre e querido companheiro Senador da República Donizeti Nogueira, meus nobres amigos, companheiros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, da Contag, a quem eu parabeno, abraço e digo: a luta é de todos nós. Estamos juntos para um Brasil melhor. Como Senador da República pelo Distrito Federal, estamos juntos para uma Brasília melhor a cada dia que passa. Que Deus nos ajude e leve a gente sempre para o melhor caminho.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, Senador Hélio José, pelas palavras e pela sua presença nesta tarde.

Aqui a gente vem cometendo algumas falhas, e vou registrar a presença e chamar para a Mesa o Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Sr. Rafael Oliveira, que, neste ato, representa o nosso Ministro, que me disse ontem que ia pedir ao Rafael que viesse aqui representá-lo. Eu estava pisando na bola. (*Palmas.*)

Registro ainda a presença do Secretário de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Sr. Adhemar Almeida. Muito obrigado por esta presença forte do nosso Ministério do Desenvolvimento Agrário nesta sessão especial.

Registro também a presença do diretor do Departamento de Financiamento e Proteção à Produção da Secretaria da Agricultura Familiar do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), Sr. João Luiz Guadagnin.

Quero reafirmar e agradecer, mais uma vez, a presença do primeiro presidente da história da Contag, o Sr. Francisco Urbano de Araújo Filho. No decorrer, a gente vai citando os outros aqui.

Agora, vamos ouvir a palavra do nosso Vice-Líder na Câmara Federal, o Deputado Zé Carlos, lá do nosso Maranhão.

Deixa eu contar uma historinha lá do Maranhão, antes de você falar. Eu, petista, vendedor de semente para os lavoureiros lá, parei em Buriticupu para comprar uma laranjinha. Lembra aquelas laranjinhas que vendiam na beira do asfalto? Eu parei para comprar um ki-suco daquele. Aí, tomando o ki-suco lá, eu perguntei para o cara do carrinho: "Aqui nessa cidade tem PT?" Ele falou: "Moço do céu, não fala esse nome aqui, não. Ontem eles invadiram a delegacia, tomaram o carro da polícia e foram para a mata". Fui embora, não é? Depois dessa, meu carro com a estrela do PT, Hamilton, vazei. Aí, um dia, eu encontro com o Vilanova lá na escola Cajamar. Conte o fato para ele. Ele falou: "Pois é, eles tinham matado dois trabalhadores rurais lá na mata, e nós invadimos a delegacia e tomamos o carro lá mesmo; mas depois tivemos que devolver". É lógico, não é?

Mas essa é a minha lembrança mais forte lá do Estado do Maranhão, das minhas primeiras idas lá, Zé Carlos. Com você, a palavra para o seu pronunciamento nesta tarde.

O SR. ZÉ CARLOS (*Fora do microfone.*) – Posso escolher a tribuna da esquerda, que está mais perto?

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Pode ficar à vontade.

O SR. ZÉ CARLOS – Sr. Presidente desta sessão solene, Senador Donizeti, na sua pessoa saúdo a Mesa aqui presente.

Quero fazer uma saudação especial às mulheres guerreiras do nosso campo aqui presentes, em nome da dirigente da Fetaema do Maranhão, companheira Ângela, que hoje faz aniversário. Em nome dela, eu saúdo todas vocês aqui presentes.

Quero saudar as nossas autoridades, representantes, líderes, presidentes de federações, todos aqui presentes, em nome do nosso Presidente da Contag, o companheiro Alberto.

Quero saudar também um companheiro que não está aqui presente, está ausente por motivo de saúde, que talvez eu tenha a ousadia de dizer que é a maior liderança sindical viva do campo, companheiro Manoel da Conceição (*Palmas.*).

Quero fazer uma saudação especial a todos os ouvintes das rádios comunitárias por esse Brasil afora, e, em nome do Presidente, o companheiro Sóter, fazer uma saudação a todos os telespectadores da TV Senado.

Senhores e senhoras, por minha própria pessoa, mas também em nome de Deputado Sibá Machado, Líder do PT na Câmara dos Deputados, a quem tenho a honra de representar nesta sessão solene, quero dizer que me sinto muito honrado e feliz pela oportunidade que estou tendo de, pela primeira vez, falar no Senado Federal, justamente numa sessão solene relacionada à luta de trabalhadores brasileiros, com os quais eu pude, ao longo desses meus últimos cinco anos, manter um contato mais estreito, que são justamente os trabalhadores do campo.

Apesar da honra e da felicidade, serei breve.

Meus amigos, encerra-se hoje, com a presente comemoração, o 21º Grito da Terra, talvez um grito de emancipação.

Encerra-se hoje, com a presente solenidade, o Grito da Terra deste ano de 2015, principal instrumento pelo qual os companheiros, que produzem no campo os alimentos que todos nós comemos, tentam sensibilizar tanto o Governo quanto a sociedade brasileira para os seus principais problemas.

Encerra-se hoje, com esta presente homenagem, requerida pelo Senador Donizeti Nogueira, meu companheiro de Partido, do Tocantins, este Grito da Terra, que, promovido anualmente pela Contag e pelos sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, é a principal ação de massa do movimento sindical daqueles que trabalham no campo.

Este ano, o Grito da Terra traz, como tema principal, o "Desenvolvimento Rural Sustentável com Garantia de Direitos e Soberania Alimentar".

A exemplo dos anos anteriores, o movimento entregou, companheiro Donizeti, à Presidência da República uma pauta de reivindicação e propostas de solução para os problemas do meio rural. Também para nós, congressistas, o Movimento entregou essa pauta de reivindicação.

Quero dizer ao povo brasileiro que nos assiste e nos ouve neste momento, a todos que estão presentes e ao meu povo do Maranhão que apoio incondicionalmente, como já apoiava quando era Deputado Estadual, essas reivindicações dos trabalhadores rurais. (*Palmas.*)

Aliás, a melhoria da vida do homem do campo tem sido minha principal bandeira de luta desde que passei a fazer política partidária – melhoria de vida no campo em todas as áreas: na educação, na saúde, na assistência técnica para garantir e fortalecer a agricultura familiar, na facilitação para a obtenção de créditos

pelos pequenos agricultores e, de modo geral, na concretização de uma reforma agrária que dê condições dignas para o assentado.

O nosso Governo, o Governo do PT, desde Lula até a Presidente Dilma, tem criado belíssimos programas sociais, principalmente os de transferência de renda como o Bolsa Família, que ajudaram a levar os mais pobres a um padrão de vida decente, que elevaram para classes mais altas milhões de pessoas que estavam em classes socialmente mais pobres. E não somente o Bolsa Família. Eu poderia, se tivesse tempo e assim quisesse, citar inúmeros outros programas sociais que foram implantados pelo Governo popular do PT em benefício daqueles que, historicamente, sempre foram excluídos, programas como – apenas para exemplificar – o Luz para Todos, o Programa Brasil Alfabetizado, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o ProUni, o Água para Todos, que construiu centenas de milhares de cisternas ao longo deste País, e o Mais Médicos, que colocou milhares de médicos nas regiões do nosso País onde há escassez desses profissionais.

Contudo, no que diz respeito à área rural, no que diz respeito à melhoria de vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, a sensação, o sentimento é o de que avançamos ainda muito pouco. Entendo, por isso, que são justas as reivindicações dos companheiros e das companheiras do campo. E tenho certeza de que o nosso Governo, que sempre teve um olhar sensível para as necessidades dos mais excluídos, irá assumir essas reivindicações e atender, da melhor forma possível, aos anseios dos companheiros do campo.

Como costume dizer, cuidar bem do homem do campo é cuidar bem de nós que vivemos nas cidades. E a explicação é muito simples: quando o homem do campo não roça, a cidade não almoça; quando não planta, a cidade não janta. (*Palmas.*)

Peço permissão aos companheiros aqui presentes para estender esta homenagem para parabenizar não somente os trabalhadores do campo, que aqui estão sendo homenageados, mas também os companheiros e companheiras, trabalhadores e trabalhadoras dos povos das águas e dos povos da floresta. Esses três ramos de trabalhadores têm muitas pautas e lutas em comum, por exemplo, a proteção das riquezas do campo, das florestas e das águas, a luta pela educação e, principalmente, a reforma agrária.

Quero encerrar minha fala, Sr. Presidente, que nada mais é do que uma singela saudação a todos que estão aqui e se preocupam com os grandes problemas que ainda afligem o meio rural, lendo um dos poemas mais belos já produzidos por um brasileiro. Refiro-me, companheiros e companheiras, ao poema Morte e Vida Severina do poeta nordestino João Cabral de Melo Neto, escrito na década de 1950. Esse poema retrata uma época triste na qual o trabalhador rural só conseguia depois de morto um pedaço de terra pelo qual sempre lutava.

Esse poema diz:

Essa cova em que estás, com palmos medida, é a cota menor que tiraste em vida. É de bom tamanho, nem largo nem fundo, é a parte que te cabe neste latifúndio.

Não é cova grande. É cova medida, é a terra que querias ver dividida. É uma cova grande para teu pouco defunto, mas estarás mais ancho que estavas no mundo.

É uma cova grande para teu defunto parco, porém mais que no mundo te sentirás largo.

É uma cova grande para tua carne pouca, mas a terra dada não se abre a boca.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZÉ CARLOS – Apesar de belo, Sr. Presidente – estou concluindo –, o poema retrata um quadro triste que não queremos mais para o brasileiro que vive na roça. Não queremos mais fome no campo. Não queremos mais ignorância no campo. Não queremos, no campo, mais mortes por doenças facilmente curáveis. Não queremos, no campo, que os trabalhadores assalariados sejam mal pagos e submetidos ao trabalho escravo. Não queremos mais atrasos tecnológicos no campo. Não queremos, no campo, falta de cultura, mas que os trabalhadores que do campo vivem possam trabalhar e ter acesso ao cinema, ao teatro, a balé e à poesia.

Não se pode deixar de ousar, sonhar.

Por isso, precisamos avançar mais na reforma agrária. Por isso, apoiamos as reivindicações dos companheiros do campo.

Espero que esta Casa como também a Câmara dos Deputados, da qual faço parte, façam ecoar fortemente o grito do homem do campo, façam ecoar fortemente o Grito da Terra Brasil.

Essas são as minhas palavras, Sr. Presidente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Nós estamos sendo ouvidos pelo Brasil. Chega notícia aqui lá do Amapá: o Presidente da CUT, Geovane Grangeiro, está ouvindo a Rádio Senado. Esta sessão solene também está sendo transmitida pela Rádio Contag. Vocês conhecem essa rádio? E pela Rádio Abraço está sendo transmitida a sessão solene desta tarde. São importantes essas coisas.

Peço à minha assessoria que busque as bandeiras, traga-as para cá, para que, na saída, façamos uma foto bonita.

Vamos prosseguir. Vamos ouvir agora o Presidente da Contag, companheiro Alberto Broch. *(Palmas.)*

O SR. ALBERTO ERCÍLIO BROCH – Quero cumprimentar o querido Senador Donizeti Nogueira, ou melhor, nosso querido Senador Donizeti do PT, pela importantíssima iniciativa desta homenagem nesta sessão solene do Senado Federal ao 21º Grito da Terra Brasil.

Cumprimento o querido Deputado Zé Carlos, que representa a Bancada do PT na Câmara dos Deputados.

Cumprimento, com muita alegria, o representante do Ministro Patrus Ananias, o companheiro Rafael.

Cumprimento o Senador da República Hélio, que, há pouco, falou aqui nesta tribuna.

Cumprimento, com muita alegria, pelas palavras brilhantes o companheiro Hamilton – inclusive, lhe pedi que nos mandasse uma cópia dessa aula de história e de emoção que nos passou.

Quero cumprimentar os movimentos sociais convidados e presentes a esta sessão solene: o companheiro Igor, do MST, o Anderson, do MPA.

Cumprimento as demais autoridades e os demais movimentos sociais.

Em nome do Rafael, cumprimento todas as secretarias e os representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Cumprimento os meus queridos companheiros, amigos e amigas de toda hora, da Diretoria da Contag, a começar pela nossa Secretária Geral, Dorenice, que está na mesa; o nosso Vice-Presidente, companheiro Willian, que fez toda a interlocução junto ao Senador Donizeti para a realização desta importantíssima homenagem do Senado Federal. Cumprimento o companheiro Zenildo, do Espírito Santo, que é o nosso Secretário de Política Agrária. Cumprimento o nosso companheiro Urbano, que é nosso ex-Presidente da Contag – e nos orgulha sua presença, porque o Grito da Terra Brasil começou no seu primeiro mandato. Foi no seu mandato, Urbano, que nós começamos o Grito da Terra Brasil, que nasceu numa grande ação lá no Pará. *(Palmas.)* Cumprimento o companheiro Aristides, Secretário de Administração e Finanças; o companheiro José Wilson, grande Secretário das Políticas Sociais; o companheiro Antoninho Rovaris, Secretário de Política de Meio Ambiente da Contag. Creio que esses são os que representam, nesta sessão solene, a direção da Contag.

Cumprimento cada assessor, cada assessora, cada trabalhador, cada trabalhadora da Contag aqui presente. Hoje, praticamente toda a Casa ficou fechada em função de valorizarmos esta importante homenagem.

Cumprimento as federações aqui representadas, de diversos Estados brasileiros.

Aos nossos queridos telespectadores e aos nossos ouvintes da Rádio Senado, o nosso abraço.

Eu queria, neste momento solene, em nome da Contag, das 27 federações, dos nossos mais de 4 mil sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais ligados ao sistema confederativo, em nome daqueles que fazem o sindicato, que são os mais de 15 milhões de trabalhadores e trabalhadoras rurais de todos os recantos do Brasil – homens, mulheres, jovens, parceiros, arrendatários, meeiros, sem-terras, assentados, acampados, agricultores familiares tradicionais de todo o Brasil – que fazem esse movimento sindical, que completará, agora no final deste ano, 52 anos de história, agradecer ao Senado da República pelo reconhecimento dessa ação de massa que praticamente já se tornou uma data-base das negociações de políticas públicas para o campo brasileiro.

Eu quero ressaltar também, na presença dos representantes dos movimentos sociais, o papel que eles também exercem. Em muitos anos, temos feito juntos o Grito da Terra; em muitos anos, temos feito ações separadas, mas comungadas em uma grande pauta para o campo brasileiro. Um campo que luta por justiça, que luta por desenvolvimento, que luta por um sol que possa brilhar para todos, por aqueles milhares que muitas vezes são ignorados e esquecidos pela sociedade brasileira. É fruto dessas ações.

Por isso, eu digo, sem medo, que, em mais de 80% das políticas públicas existentes no campo brasileiro, conquistadas a duras penas nesses últimos 20 anos, aí está, de qualquer forma, a presença do Grito da Terra, onde se constrói uma pauta, se escuta, se ouve, se mobiliza, com os polos sindicais, os sindicatos, as lideranças, que depois se reúnem nas federações e vêm para Brasília com suas pautas. E, aqui, num grande conselho da Contag, aprova-se essa pauta, entra-se em consenso em torno dessa pauta, o que não é tarefa fácil, haja vista nossas diversidades regionais, o tamanho do nosso País, as diversidades culturais e políticas. Ressalto, então, a capacidade que o movimento sindical tem de entrar em consenso em torno dessa pauta, de entregar essa pauta à Presidência da República, de abrir um processo de negociação, de negociar essa pauta e, depois, de trazer a própria Presidência da República para responder a essa pauta.

Para vocês terem uma ideia, caros telespectadores, ouvintes da Rádio Senado, só neste ano, nós negociamos com 14 Ministros de Estado essa pauta, com mais de 170 itens. *(Palmas.)*

São políticas públicas do campo brasileiro: a necessidade dos homens e das mulheres; a necessidade dos assalariados rurais, da saúde, da previdência, da reforma agrária; o Plano Safra da Agricultura Familiar; questões de segurança e de justiça. É uma pauta ampla do campo brasileiro.

Portanto, é uma justa homenagem à Contag, que organiza essa grande ação de massa. Mas o Grito da Terra, além das negociações, faz mobilizações. Só neste ano, mobilizaram-se, até o dia de hoje, em torno de...

(Soa a campanha.)

O SR. ALBERTO ERCÍLIO BROCH – ...80 mil trabalhadores em todo o Brasil.

Este significa também um momento oportuno de debate com a opinião pública e com a sociedade sobre a importância do campo, sobre a agricultura familiar, sobre o desenvolvimento. É uma oportunidade em que também fazemos as denúncias das injustiças, do que se passa às vezes em certos momentos da nossa vida no interior. São coisas de que ninguém fica sabendo, como assassinatos, mortes, injustiças. Portanto, também há um caráter de denúncia, mas esta também é uma oportunidade de legitimar sempre mais as nossas organizações como grandes interlocutoras de milhares de homens e de mulheres.

Portanto, o Grito da Terra se moderniza e se repensa a cada ano. Sem dúvida alguma, não tenho conhecimento, apesar de conhecer as grandes organizações camponesas dos diversos continentes do nosso Planeta, de outra organização que consiga fazer, Hamilton, uma ação de massa e de negociação como a Contag tem feito nesses 21 anos. *(Palmas.)*

Agora, não é fácil! É muita luta! Muitos tombaram nessa trajetória. Quantas vezes tivemos de ocupar as ruas e as estradas e de trancar os prédios públicos para sermos recebidos numa audiência aqui, em Brasília? Quantas vezes ocupamos o Ministério da Agricultura, o Ministério do Planejamento? Acusavam-nos de baderneiros, mas não se esqueciam de que os próprios agricultores franceses enchiam a Torre Eiffel de vacas e de porcos em Paris.

Ninguém se lembra dos processos que Urbano carregou nas costas por anos por causa do Grito da Terra Brasil. *(Palmas.)*

Finalmente, conquistamos governos populares, e, hoje, sem dúvida nenhuma, nossa interlocução é mais fácil, mas nem sempre são mais fáceis também as conquistas, porque, mesmo nos governos populares, às vezes, temos de gritar mais, porque, quando discutimos reforma agrária e apoio ao agricultor familiar e ao desenvolvimento, nós ferimos grandes interesses do campo.

Por isso, a luta é dura, mas é uma luta que vale a pena, porque, sem dúvida, neste processo todo nasce o MDA, uma grande conquista, nasce a conceituação da agricultura familiar num País com tantas agriculturas e com um agronegócio tão forte que, muitas vezes, esmaga os pequenos. Nasce as políticas públicas, nasce o desenvolvimento.

Por isso, viva o Grito da Terra, viva a Contag, vivam todos aqueles que, nesses 21 anos, fizeram essa grande ação de massa!

Homenageio, neste momento, Senador Donizeti, todos aqueles e aquelas que lutaram, que se organizaram, que, através das vendas de um bolo, de um pão, de uma rifa, de uma coleta nas igrejas, conseguiram recurso para botar um ônibus para vir a Brasília ou às capitais dos Estados e que lutaram junto à Contag por conquistas.

Por isso, hoje, nós nos orgulhamos...

(Soa a campanha.)

O SR. ALBERTO ERCÍLIO BROCH – ...do Pronaf e de tantas outras políticas públicas! Mas as injustiças com o campo, com os agricultores familiares, são de 500 anos. Portanto, não foram suficientes 21 anos para que tivéssemos conquistado tudo o que o nosso povo merece.

Parabéns, Senador! Parabéns por essa homenagem!

Viva o Grito da Terra! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Quero aproveitar para agradecer e registrar a presença do Secretário de Política Agrária da Contag, Sr. Zenildo Pereira Xavier; do Secretário de Meio Ambiente da Contag, Sr. Antonino Rovaris; do Secretário de Estado de Assuntos Fundiários e Apoio à Reforma Agrária (Seara), Sr. Raimundo da Costa Sobrinho.

Quero também agradecer ao Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros. Aqui, no Senado, realizam-se duas sessões especiais por mês. Neste mês, pedimos a realização desta sessão, mas já havia duas na nossa frente. Mas o Senador abriu uma exceção e permitiu que realizássemos a terceira, que é esta sessão solene que estamos fazendo aqui em homenagem ao Grito da Terra. Então, nossos agradecimentos ao Presidente Renan Calheiros, por essa sensibilidade, permitindo que realizássemos tão importante evento nesta tarde.

Quero também agradecer a todos os servidores do Senado. No final, posso esquecer de falar. Então, quero aproveitar para agradecer a todos os servidores do Senado, que são pessoas que trabalham com muito carinho conosco.

Nós, em nome dos Senadores, em nome dos trabalhadores e trabalhadoras que estão aqui, dos pequenos agricultores, da Contag, queremos agradecer a vocês nesta tarde, por estarem aqui cuidando da realização deste importante evento.

Vamos ouvir agora o representante do nosso Ministro do Desenvolvimento Agrário, o companheiro Rafael Oliveira.

O SR. RAFAEL OLIVEIRA – Boa tarde a todas e a todos!

Quero cumprimentar o Senador Donizeti Nogueira, Presidente desta sessão, Senador signatário desta sessão do Senado Federal.

Quero cumprimentar o Senador Hélio José, que já esteve por aqui. É Senador pelo Distrito Federal, um companheiro que esteve no PT até bem pouco tempo e que construiu, no cotidiano, no Distrito Federal, a luta dos trabalhadores.

Saúdo o Senador Cristovam Buarque também, que passou por aqui e que nos deu um abraço, Senador também pelo Distrito Federal.

Quero cumprimentar o Deputado Federal Zé Carlos, que aqui representa a liderança do Partido dos Trabalhadores na Câmara Federal.

Dou meu cumprimento especial ao nosso companheiro Presidente da Contag, Alberto Broch, e, em nome dele, cumprimento aqui todos os companheiros e companheiras que são da direção da Contag: Willian Matias, que é o Vice-Presidente e Secretário de Relações Internacionais; a nossa companheira Dorenice Cruz, que é a Secretária-Geral da Contag; o José Gonçalves, que é o Secretário de Política Sociais da Contag.

Quero cumprimentar o Anderson Amaro, que aqui representa o Movimento dos Pequenos Agricultores.

Quero cumprimentar também o Igor Santos, que não está mais aqui conosco e que é Coordenador do MST. Ele esteve aqui.

Não posso deixar de cumprimentar meu companheiro Pedro Terra, que foi companheiro do Governo e que também é companheiro de luta dos movimentos sociais não só do Distrito Federal, mas também do Brasil.

Sr. Presidente, quero aqui trazer, em primeiro lugar, um abraço e uma saudação fraterna do Senador Patrus Ananias, que não pôde estar aqui no dia de hoje, mas que acompanhou, ao longo desses últimos meses, como Ministro do Desenvolvimento Agrário, toda a pauta e toda a discussão em torno do 21º Grito da Terra Brasil. O Ministro pede que, de maneira muito respeitosa, eu registre aqui, mais uma vez, o compromisso do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o compromisso do Governo da Presidenta Dilma com a pauta dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais.

Sem sombra de dúvida, os 50 anos da Contag e os 21 anos de Grito da Terra foram fundamentais para que os governos – principalmente, no último período, os Governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma – pudessem, efetivamente, avançar nas pautas dos companheiros e das companheiras que lutam não só pelo acesso à terra, mas também para que possamos tornar o campo realmente um espaço de qualidade de vida, para que o trabalhador e a trabalhadora rural possam ter acesso às políticas públicas e sociais que os governos desenvolvem.

Quero afirmar aqui também a agenda de futuro, a agenda que hoje o Governo Federal coloca no diálogo com os movimentos sociais, que é, efetivamente, a de levar até os trabalhadores e trabalhadoras rurais o conjunto das políticas públicas do Governo Federal, dos governos estaduais e municipais, garantindo não só o acesso à terra, mas garantindo também o acesso ao crédito.

Aqui, quero fazer uma saudação aos meus companheiros e companheiras de Ministério que aqui estão ou que aqui estiveram. Esteve aqui o Secretário Adhemar, que é secretário da SRA (Secretaria de Reordenamento Agrário). Está ali ainda o João **Guadagnin**, que é diretor do departamento que cuida do Pronaf e do Plano Safra e que nos tem ajudado a constituir verdadeiramente uma nova dinâmica nas políticas públicas para os homens e as mulheres que lutam no campo.

Então, com essas palavras, quero trazer aqui a saudação do MDA e dizer a cada um e a cada uma de vocês que contem conosco, para que possamos avançar verdadeiramente na constituição de políticas públicas que atendam os anseios dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Nós é que agradecemos a sua presença aqui, Rafael. Muito obrigado pelas palavras.

Agradeço ao Ministro Patrus Ananias pela oportunidade que nos está dando.

Vamos ouvir agora a companheira Secretária-Geral da Contag, Dorenice. Vamos ouvir suas palavras. Vamos ouvir também a voz feminina, que, até agora, esteve ausente na nossa tribuna.

A SRª DORENICE FLOR DA CRUZ – Boa tarde a todos e todas, companheiros e companheiras!

Quero cumprimentar todos da Mesa e dizer, em nome de todos os trabalhadores e trabalhadoras, que é com muita alegria que recebemos essa homenagem desta Casa.

Agradeço, em nome do nosso Senador Donizeti Nogueira, a todos da Casa por esta homenagem. Muito obrigada.

Em poucas palavras, quero dizer, quero expressar o sentimento dos sujeitos do campo, que, na nossa história, foram e ainda são inviabilizados pelas políticas públicas, pelo Governo e também, muitas vezes, por esta Casa. Quero falar das mulheres e homens jovens do campo de todas as idades que produzem a alimentação que vai para a mesa de cada brasileiro e brasileira e, por que não dizer, da população do mundo. Esse sujeito precisa ser visto e precisa ser cada vez mais valorizado.

Nós estamos aqui para assumir o compromisso de seguir lutando, fortalecendo nossa organização, as ações de massa, a exemplo do Grito da Terra Brasil, para fazer com que esta Casa e o Governo nos escutem e nos ajudem a construir políticas públicas para atender às demandas dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais do campo.

Através do Grito da Terra Brasil, da Marcha das Margaridas, dos Festivais da Juventude, nós já tivemos várias conquistas, várias políticas conquistadas. Porém, ainda não são suficientes. Precisamos fazer muito para acabar com as injustiças, com a violência e com a opressão, que afetam a população do campo, das águas e das florestas.

Ainda nesta semana, foi falado aqui dos companheiros que faleceram na luta em defesa do pobre do campo. Esta semana, nós não podemos deixar de lembrar aqui, no Grito da Terra Brasil, na Fetag do Pará, em Belo Monte, dois trabalhadores foram brutalmente assassinados. Nós queremos aqui pedir a punição dos assassinos. Contamos, e esperamos contar cada vez mais, com a ajuda de vocês, para que esse crime não fique impune e para que haja um basta na violência do campo. Cada ano que passa, são centenas de trabalhadores e de trabalhadoras que morrem na luta e no conflito pela terra. (*Palmas.*)

Nós vamos seguir com a luta, com a nossa independência e continuar cobrando dos governos e do Congresso as mudanças necessárias, para que o trabalhador possa continuar no campo, produzindo alimento e com condições de ter uma vida digna lá no campo.

Vamos exigir políticas públicas para avançar na reforma agrária, no fortalecimento da agricultura familiar e, sobretudo, para garantir bases sólidas para a sucessão rural. Garantir que a nossa juventude que queira ficar no campo tenha condição de permanecer lá. Muitas vezes, o trabalhadores jovens, homens e mulheres, querem continuar no campo, mas não têm condição. Acabam não tendo outra opção e saem do campo. Precisamos mudar essa realidade. Queremos ter políticas dignas para que possamos continuar no campo.

Acreditamos no Brasil, acreditamos que podemos ter um Brasil melhor, acreditamos na nossa gente, que tem muito para contribuir e para ajudar a construir uma nova página na história dessa população do campo e da cidade. Vamos construir um outro campo, um campo com mais justiça e igualdade social, um campo com gente feliz.

Vamos à luta, fortalecendo o Grito da Terra Brasil, pois, somente assim, seremos vitoriosas e vitoriosos e consolidaremos o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

Lembro que, nesse momento de continuidade da luta, logo mais, teremos em Brasília mais de 100 mil mulheres na Macha das Margaridas, na luta por mais igualdade no campo. (*Palmas.*)

Viva os trabalhadores e trabalhadoras rurais!

Viva os movimentos sociais!

Viva o Grito da Terra Brasil! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Vamos dar continuidade à solenidade, ouvindo o Anderson Amaro, do MPA, para suas considerações sobre o Grito da Terra Brasil, na sessão solene que estamos realizando hoje.

O SR. ANDERSON AMARO – Boa tarde a todas e a todos.

Eu gostaria de iniciar minha fala agradecendo principalmente ao Presidente e ao Vice-Presidente da Contag pela oportunidade de ter nos convidado para fazer parte desta comemoração, desta sessão solene do 21º Grito da Terra Brasil.

Cumprimento o Presidente desta sessão, Senador Donizeti Nogueira; o Senador que por aqui passou, Hélio José; o Deputado Federal Zé Carlos e cumprimento, depois de agradecer, o companheiro, Presidente da Contag, Alberto Broch; cumprimento o Vice-Presidente da Contag e o Secretário de Relações Internacionais, Willian Matias; cumprimento a Secretária-Geral da Contag, que acabou de nos brindar com um belíssimo discurso, a Srª Dorenice Flor; cumprimento o Secretário de Políticas Públicas e Sociais da Contag, o Sr. José Wilson de Souza Gonçalves; e cumprimento o Sr. Igor dos Santos, do MST, que também esteve conosco até agora há pouco.

Estou muito feliz de estar aqui nesta oportunidade. Falávamos agora há pouco, antes de iniciar a sessão, que são poucos os momentos em que esta Casa permite ou concede sessões solenes para comemorar e para brindar momentos importantes como este, principalmente dos trabalhadores rurais, dos camponeses e das camponesas do Brasil.

É muito importante dar o devido reconhecimento às pessoas que têm esse tipo de origem, Senador Donizeti, que têm esse tipo de compromisso e que propõem sessões como esta, para comemorar, mas também para trazer reflexões importantes em torno da política pública para o campo brasileiro.

A Contag, com o seu histórico de lutas, assim como os movimentos sociais do Brasil, tem protagonizado, nos últimos anos, muitas iniciativas para a criação de políticas públicas no Brasil; políticas públicas estas – é bom contextualizar – que só podem ser concretizadas porque temos na Presidência da República pessoas comprometidas com os trabalhadores e com as trabalhadoras.

É necessário, sim, fazermos mobilizações, fazermos o Grito da Terra, o Abril Vermelho, o 8 de Março, a Jornada da Soberania Alimentar, que nós, do MPA, encampamos todos os anos, em 16 de outubro; é necessário haver momentos como esses para afirmar a necessidade de se avançar ainda mais nas políticas públicas no campo.

Políticas públicas essas que, até há pouco tempo, inexistiam para os pequenos agricultores do Brasil. Inexistiam porque não havia o compromisso devido com essa parcela da sociedade, que é responsável, nada mais, nada menos – segundo dados oficiais do próprio IBGE –, por 70% do alimento que vai para a mesa do povo brasileiro. Como bem falou o Senador Hélio José, que me antecedeu, somos responsáveis por 40% do Produto Interno Bruto (PIB). Mas, muito mais importante do que ter essa importância no PIB, é a importância na alimentação do povo brasileiro, que é muito mais do que 70%. Se o IBGE está apontando que é 70%, e sabemos que essas pesquisas nunca captam os dados na sua totalidade, então sabemos que somos responsáveis, quem sabe, por quase 90% da produção dos alimentos que vão para a mesa do povo brasileiro. O agronegócio pode produzir bastante, mas é para a balança comercial e para as vacas europeias e asiáticas. Porém, a comida que vai para a mesa do povo, é a agricultura familiar e camponesa que produz.

Então, não podemos deixar de trazer esses elementos para, inclusive, dialogar com o lema que o 21º Grito da Terra traz, que é por garantia dos direitos, mas também por soberania alimentar.

Temos que avançar, Senador Donizeti, nessa perspectiva de ter soberania alimentar em nosso País, mas soberania alimentar sem veneno. A soberania alimentar só é possível quando o nosso País e este Congresso Nacional entenderem a necessidade estratégica que é o alimento, assim como foi na década de 50 – quando digo 50, é principalmente depois de Getúlio Vargas, da década de 30 à de 50 –, em que se criaram grandes empresas públicas no nosso País.

Quando se tirou como estratégia, por exemplo, a energia, criou-se a Petrobras e criou-se a Eletrobras. Quando se teve como estratégia a comunicação, criou-se a Telebrás; infelizmente, criou-se a Conab, mas não se tem ainda o alimento como algo estratégico em nosso País, infelizmente. Nós até brincamos no MPA que é necessário que a nossa Presidenta e o Congresso Nacional entendam que é necessário se criar a “Conabras”, quem sabe, e colocar o alimento no centro do Governo, porque, nem tanto ao mar, nem tanto a terra, como costumamos dizer, temos que compreender que, quando um pouco da inflação vai para o mais pobre, o que pesa é o alimento.

Nos momentos de crise e de desastres naturais, como os que vivemos, em alguns momentos, nós percebemos a importância que é termos uma política de abastecimento no País.

(Soa a campanha.)

O SR. ANDERSON AMARO – infelizmente nos falta ainda avançar nesse aspecto. E, quando olhamos para alguns desses desastres, não se tem o alimento necessário para transportar. É preciso comprá-lo às pressas, para atender a algumas catástrofes em nosso País. Portanto, é necessário avançarmos nesse sentido.

Para concluir, Sr. Presidente e demais membros da Mesa, queríamos fazer um agradecimento especial, mais uma vez, e dizer o seguinte: é necessário, acima de tudo, termos um momento em que o Grito da Terra Brasil, junto com tantas outras mobilizações que os movimentos sociais do Brasil têm feito, da Via Campesina, e o MST também faz parte – hoje, a Via Campesina tem 16 movimentos sociais no Brasil –, quem sabe, num horizonte não muito longe, nós consigamos unificar as nossas pautas, Alberto e Willian, para que possamos fazer uma grande mobilização nacional, pelos direitos, pelas necessidades sociais do campo brasileiro! *(Palmas.)*

(Soa a campanha.)

O SR. ANDERSON AMARO – Ai, sim, vamos fazer ecoar o grito necessário do campesinato brasileiro, da pequena agricultura, para estremecer este País. Então, conseguiremos fincar essa bandeira da unidade e da necessidade de ter o campo reconhecido como aquela parcela da sociedade que contribui não só para o PIB

brasileiro, mas, sobretudo, para alimentar a população do Brasil e com uma coisa que é muito importante, para qual não damos muito valor: uma alimentação saudável.

Eu nem queria dizer isto, mas me sinto tentado a dizer, Donizeti. Alguns Senadores disseram isso, o senhor inclusive, e ficamos muito felizes por sucedê-los. Mas algumas pessoas não prezam, muitas vezes, esse tipo de ação e esse tipo de produção camponesa, com base na agroecologia. Produzem com base no veneno, com base numa tecnologia ultrapassada, que muitos países da Europa, da Ásia e da África estão abandonando, pois estão se voltando para a produção agroecológica, para a produção orgânica. Cuba viveu o extremo do agronegócio e agora está vivendo o inverso, já vive mais de vinte anos na transição.

(Soa a campanha.)

O SR. ANDERSON AMARO – E nós não compreendemos ainda que temos que avançar nesse sentido.

Então, é nesse sentido que agradecemos mais uma vez e esperamos que haja mais Senadores comprometidos como o senhor, para que possa haver os avanços necessários. E mais uma vez quero conclamar a Contag para que possamos, unidos, fazer as mudanças necessárias no campo brasileiro.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Nós já estamos nos encaminhando para o final. Vamos agora quebrar o protocolo para dar a palavra ao companheiro Willian, Vice-Presidente da Contag, para se pronunciar nesta sessão tão importante, pois ele foi um dos grandes contribuintes para que ela ocorresse.

Aproveito para agradecer a minha equipe, que tem colaborado muito. Como eu não vou dizer o nome de todos, vou dizer dos dois que coordenaram o processo: o companheiro Osni, que está aqui, e o companheiro Fred, que cuidou de toda a relação com a Mesa do Senado, com a Secretaria. Agradeço a contribuição e, em nome deles, a toda a equipe do meu gabinete. *(Palmas.)*

Vamos ouvir agora o companheiro Willian, Vice-Presidente da Contag e Secretário de Relações Internacionais da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura do Brasil.

O SR. WILLIAN CLEMENTINO DA SILVA MATIAS – Boa tarde a todos e a todas aqui presentes.

Quero saudar toda a Mesa composta no Senado Federal hoje, em nome dos meus companheiros guerreiros, trabalhadores e trabalhadoras rurais acampados aqui do Distrito Federal que nos honram neste momento.

É dessa luta, companheiros, que eu venho, e vamos continuar até que todos tenham um pedaço de chão.

Quero saudar o meu companheiro Donizeti, do Partido dos Trabalhadores, companheiro de luta do Estado do Tocantins; o companheiro Alberto, Presidente da Contag; a companheira Dorenice e Pedro Tierra.

Carrego comigo, em todos os espaços de luta sindical, Pedro, aquela foto do Josimo com o seu poema “Quem é esse menino negro...”, que para mim é o maior orgulho. Na minha sala na Contag tem um quadro, porque acho que, sem a luz do Josimo, sem a orientação do Josimo, para mim, um tocaninense, não seria tão claro viver e fazer a luta dos agricultores e das agricultoras familiares do nosso País.

Quero saudar o Zé Carlos, um Deputado que nos orgulha muito. E ele lembrava aqui de Ângela, nossa diretora da Federação do Maranhão. A Simone também, Secretária de Juventude, que foi uma aguerrida na sua campanha e que honra os trabalhadores e as trabalhadoras rurais.

Quero dizer ao Rafael da nossa gratidão pela existência do MDA para fazer políticas públicas, de fato, para a agricultura familiar. Ao Anderson, esse companheiro imbatível, e ao Igor, do MST, que sempre estamos juntos. Estamos em siglas diferentes de movimentos sociais, mas caminhamos para o mesmo horizonte.

Queria fazer uma saudação especial a todos os trabalhadores e trabalhadoras do campo brasileiro, aos funcionários e assessores da Contag que aqui estão. Mas queria, Donizeti, pedir licença para saudar os tocaninenses que nos escutam pela Rádio Senado e pela TV Senado neste momento. Em especial aos wanderlandenses, que não param de me encaminhar mensagens pelo WhatsApp, já “cliparam” a nossa foto, a nossa imagem aqui no Senado, para efetivamente reconhecer a luta dos camponeses e das camponesas deste País.

Esta sessão solene, Donizeti, só acontece por conta do seu compromisso, da sua trajetória de luta e vivência no Partido dos Trabalhadores. Quero dizer aqui, sem medo de errar, que a Contag, em seus 52 anos de vida, 21 anos de Grito da Terra, só hoje pôde ter o digno reconhecimento da sua luta pelo desenvolvimento rural sustentável e solidário. *(Palmas.)*

Para mim, usar esta tribuna neste momento é um orgulho que precisa passar de trabalhador em trabalhador rural deste País porque hoje nós estamos aqui como homenageados, mas na luta pelas mudanças estruturais deste País está a reforma política.

Reforma política que precisa conduzir a este Senado, a esta tribuna, falas para além da homenagem. Mas assim como Donizeti um dia chegou a este Senado, trabalhadores e agricultores de todos os setores podem chegar e falar com autonomia e com poder de decisão e de voto nesta Casa. Porque aí, sim, nós teremos, de fato, um Senado forte, um Parlamento forte neste País, cada vez mais um lugar representado pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras.

Está no horizonte da Contag, efetivamente, avançar na reforma agrária, avançar, sobretudo, no fortalecimento da agricultura familiar, com homens, mulheres e crianças no campo. Digo isso porque, se não houver, Zé Carlos, educação de qualidade no campo, nossas crianças vão embora e, conseqüentemente, será um campo esvaziado de jovens, e as nossas mães e esposas vão junto, porque cabe ainda, infelizmente, uma forte tarefa às mulheres: cuidar da família. Precisamos pensar sobre isso, porque delegar às mulheres o cuidar da família somente também é uma violência contra elas. Esse papel também é dos homens no campo e na cidade.

Quero dizer que estar sendo homenageados nesta Casa nos reforça o compromisso e a responsabilidade de continuar lutando pelo fortalecimento das políticas que já conquistamos: o Programa Nacional de Crédito Fundiário é um deles; o Pronaf é outra política estruturante muito forte; dentre outras políticas. Nós precisamos continuar, efetivamente, nessa luta.

Alegro-me muito com a participação da diretoria da Contag neste ato, porque é um ato de reconhecimento também da nossa bravura em momentos difíceis por que passamos. Coordenar esta entidade, com o tamanho que é o Grito da Terra Brasil, colocar, Donizeti, mais de 80 mil pessoas nas ruas, nos dias 20 e 21 deste mês, não é qualquer coisa. É muita coisa. São muitos sonhos que o Estado brasileiro e o Parlamento brasileiro precisam considerar para não ceifar os sonhos, porque, uma vez ceifados os sonhos, ceifam as vidas. E nós não podemos permitir que isso, de fato, se concretize. Precisamos dizer não à violência no campo, precisamos avançar para que o campo seja um espaço bom de se viver.

Donizeti, encerrando, quero me dirigir muito a você, neste momento, e dizer que há vários espaços no campo, mas cabe a nós, a Contag, fazer a defesa da reforma agrária, da agricultura familiar, do campesinato brasileiro. E dizer que fazemos diferença na história do Brasil. Quando nossos amigos e parentes vão nos visitar em nossos assentamentos, o que nos enche de orgulho, Donizeti, como você mesmo conhece, em todo o Tocantins, eles já sabem que vão tomar um leite puro, comer uma galinha caipira, comer aquele leitão produzido pela agricultura familiar. E todos esses nossos amigos, companheiros e parentes que vão lá, Zé Carlos e Rafael, vão com o intuito de desfrutar um final de semana conosco e, sobretudo, de levar para casa aquilo que produzimos: um molho de feijão, um molho de quiabo, de jiló, um frango caipira, uma garrafa pet de leite. E do outro setor, que se diz tão produtivo, de alimentos no Brasil, não vejo ninguém sair com um feixe de vara de eucalipto, não vejo ninguém sair de lá com um feixe de soja ou de outra monocultura. (*Palmas.*)

Portanto, temos que visualizar e reconhecer o papel da agricultura familiar. É com a nossa simplicidade que nós mostramos e provamos ao Estado brasileiro a nossa grandeza.

Seriam muitas coisas, aqui, para falar, mas encerro dizendo que vou continuar um sem-terra, até que todos os sem-terra neste Brasil tenham terra, porque quando Deus criou o mundo, não deu terra a ninguém. Ele disse que só mereceria a terra quem por ela suasse e trabalhasse. E esses que por ela suam e trabalham somos nós os agricultores familiares, trabalhadores rurais sem-terra, camponeses deste Brasil.

Vamos à luta.

Viva o 21º Grito da Terra Brasil!

Viva a Contag e todos os trabalhadores rurais! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Quero agradecer as palavras do Willian e mandar um abraço para a companheira Maria Helena, que é quem formou esse menino para a luta, lá em Wanderlândia. Maria Helena foi candidata a prefeita aos 20 anos de idade, e quando terminou a eleição, o povo a expulsou da cidade, mas, depois, ela voltou. Já foi vereadora, Presidente da Câmara, Secretária de Educação e, agora, é Diretora de Meio Ambiente e Turismo de Wanderlândia, uma resistente, uma lutadora.

Bom, em nome dos resistentes e lutadores, eu queria pedir que ficássemos de pé para encerrar a nossa sessão.

Nós já falamos muito “presente” aqui hoje, mas eu vou pedir “presente” para duas pessoas. Uma, porque este é o mês da consciência negra, é o mês de maio, não é isso?

Então, em nome dessa consciência negra, que tem de habitar o coração e as mentes de cada um, meu companheiro David, lá do Maranhão, que fica aqui em Brasília, militante do Partido dos Trabalhadores e dos Movimentos Sociais, agradeço a sua presença. Estou sabendo que você está assessorando o Deputado.

Você está bem assessorado, ouviu, Deputado? É um grande guerreiro o David. Não é porque é meu amigo.

Eu vou falar o nome daquele que representa a negritude no Brasil, que a expressa, para repetirmos “presente”.

Zumbi dos Palmares. (*Pausa.*)

Vou falar o nome do companheiro, que já foi citado aqui, mas que havíamos deixado para o final, que foi Presidente da Contag, deputado estadual por Pernambuco, um grande lutador pela reforma agrária, dirigente da Contag, o companheiro Manoel de Serra. (*Pausa.*)

Termino agradecendo a atenção para o seguinte: há um poema de Eduardo Costa, *No caminho, com Maiakóvski*. Não sei o poema de cor, vou falar mais ou menos como sei: na primeira noite, eles se aproximam

e roubam uma flor de nosso jardim; na segunda noite, já sem tomar nenhum cuidado, eles se aproximam, invadem o nosso jardim, matam o nosso cão e não dizemos nada; na terceira noite, o mais frágil deles invade a nossa casa, rouba-nos a luz e, conhecendo nosso medo, arranca nossa voz e já não podemos dizer mais nada.

A minha reflexão é que penso que o momento que o País vive é o momento em que devemos nos cuidar cuidando do Brasil, porque a flor do jardim pode ter sido roubada. E se não unirmos a esquerda no Brasil, os movimentos sociais de todas as matrizes de esquerda, todas as organizações sindicais e populares em defesa da democracia, em defesa do País, eles podem, sim, matar o nosso cachorro e invadir a nossa casa. Existe uma campanha odiosa, de ódio contra a esquerda. Não é um ódio qualquer, é um ódio de classe, é um ódio que se expressa.

Recordo-me, companheiro Hamilton, de quando estávamos construindo o Partido dos Trabalhadores, lá no começo. O povo nos xingava, mas xingava porque tinha medo, em razão da Guerra Fria. Hoje, não xingam mais porque têm medo, os que nos xingam hoje é porque têm ódio.

Têm ódio porque não querem reconhecer que o filho do vaqueiro está estudando na mesma universidade que o filho do fazendeiro. (*Palmas.*)

Têm ódio porque não querem reconhecer que o filho do vaqueiro, o filho do operário estudam em Harvard, na Alemanha, nas maiores faculdades do mundo, junto com os filhos dos grandes empresários, junto com os filhos dos fazendeiros.

Têm ódio porque veem os trabalhadores e as trabalhadoras ocuparem os aeroportos, os *shoppings*.

Têm ódio porque veem que o povo brasileiro está se emancipando e tomando conta do seu País.

Aqueles que tinham os olhos no mar, que Getúlio arrancou e trouxe para o interior do País, com a Marcha para o Oeste – e gosto de citar que o último evento da Marcha para o Oeste foi a construção de Palmas... Teve Juscelino Kubitschek a coragem de tirar a capital do Rio de Janeiro e trazer para o Planalto Central. Imaginem, se esta Capital não tivesse vindo para o Planalto Central, o que seria o nosso País.

Têm ódio porque o povo brasileiro – vou repetir – caminha para a emancipação, e aí é preciso ter ódio do PT, é preciso ter ódio da esquerda.

Dizem que o invejoso é aquele que quer ser o que você é. Como ele não consegue, tem de destruí-lo. Parece que aqueles que são inimigos do povo, que se expressam pelos grandes meios de comunicação, queriam fazer algo como nós, como os trabalhadores e as trabalhadoras, coordenados por um metalúrgico corajoso, teimoso, como o Presidente Lula está fazendo para o País. Mas não conseguiram, porque não tiveram a percepção de que País se precisava construir.

Então, termino, agradecendo a Deus.

Mais uma vez, quero agradecer ao Senador Renan Calheiros por ter permitido mais uma sessão solene neste mês.

Quero agradecer ao Grito da Terra, aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, à Contag por me darem a oportunidade de estar aqui hoje, presidindo esta sessão.

Muito obrigado.

Viva o Brasil! Viva o Grito da Terra Brasil! E viva o povo brasileiro! (*Palmas.*)

Cumprida a finalidade, está encerrada a sessão solene em homenagem ao Grito da Terra Brasil.

Até a próxima, se Deus quiser. (*Palmas.*)

Temos mais um vídeo institucional para assistir. É coisa de três minutos.

Está encerrada a sessão, mas vamos assistir ao vídeo. É rapidinho.

Muito obrigado.

(*Levanta-se a sessão às 16 horas e 47 minutos.*)

RETIFICAÇÃO

ATA DA 59ª SESSÃO, DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 30 DE ABRIL DE 2015

(Publicada no **Diário do Senado Federal** nº 60, de 1º de maio de 2015)

À página 13, para correção do teor do Requerimento nº 426, de 2015, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que solicita oitiva de comissão sobre o Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2014, onde se lê:

..., seja remetido à CDR por suscitar questionamento a ela atinente.

Leia-se:

..., seja remetido à CI por suscitar questionamento a ela atinente.

ATA DA 129ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DA SECRETARIA INTEGRADA DE SAÚDE

Às nove horas e quarenta minutos do dia primeiro de abril do ano de dois mil e quinze, no Gabinete da Primeira Vice-Presidência do Senado Federal, reuniu-se o Conselho de Supervisão da Secretaria Integrada de Saúde. Presentes a Diretora-Geral Ilana Trombka, Vice-Presidente do Conselho de Supervisão; os senhores conselheiros Rodrigo Martins Brum, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGP; Olivan Duarte de Almeida, Diretor da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade - SAFIN; Gustavo Korst Fagundes, Diretor da Secretaria Integrada de Saúde - SIS; Juliano Sávio Barbosa Eirado, representante dos servidores ativos; Paulo Cesar Siqueira Birbeire e Paulo Fontenele e Silva, ambos representantes dos servidores inativos. Na qualidade de Secretário, o senhor Diretor-Adjunto da SIS, Kairala José Kairala Filho. Presentes também o senhor Humberto Lucena Pereira da Fonseca, Diretor-Geral Adjunto de Contratações; e a senhora Carla Peixoto Valladares, do Gabinete Administrativo da SIS - GBSIS. A Diretora-Geral Ilana Trombka, em nome da administração do Senado Federal, deixou registrados os agradecimentos e elogios à atuação dos Conselheiros representantes dos ativos e dos inativos, que finalizam seu mandato no presente mês, e, em seguida, assumiu a presidência e deu início aos trabalhos, solicitando inversão da pauta. Item III) Inclusão de servidores cedidos ao Senado Federal pelo Governo do Distrito Federal como beneficiários da SIS. O Conselho ponderou que se trata de um caso omissivo, uma vez que todos os servidores efetivos de outros órgãos atualmente cedidos ao Senado ocupam cargos em comissão e por isso têm direito à adesão ao SIS, mas os servidores do Governo do Distrito Federal (GDF) que terão exercício no Senado nos termos do Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2013, embora em tudo semelhantes a qualquer servidor cedido, não ocuparão cargo em comissão, situação sem precedentes na administração do Senado e que não foi considerada quando da edição do regulamento em vigor. O Conselho deliberou, por unanimidade, pela possibilidade de adesão dos servidores do GDF em exercício no Senado Federal em virtude do Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2013. Ficou definido que os servidores que optarem pelo plano permanecerão inscritos no SIS apenas enquanto exercerem suas atividades no Senado Federal, devendo ser desligados em caso de retorno ao GDF, aposentadoria, demissão ou qualquer outra hipótese que implique fim do exercício no Senado, e efetuarão o pagamento da contribuição mensal e da participação nas despesas de saúde por meio de boleto bancário, estando sujeitos às mesmas regras e limites aplicados aos servidores cedidos de outros órgãos ocupantes de cargo em comissão no Senado, no que concerne à contribuição, carência, participação, inscrição de dependentes, exclusão, e demais normas pertinentes. Item I) Edição de norma regulamentadora dos limites e percentuais de participação nas despesas de saúde. O Conselho definiu que, após a conclusão do cálculo atuarial, a SIS apresentará proposta de instrução normativa, visando à revisão e atualização do cálculo dos limites e percentuais de participação nas despesas de saúde. Item II) Documento nº 00100.012244/2015-00 - Primeiro aditivo ao acordo de serviço de check-up operacional celebrado entre Senado Federal e Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein. Fica estabelecido que a Direção da SIS enviará representantes ao Hospital Israelita Albert Einstein para negociação do reajuste de valores do serviço de check-up oferecido ao Senado Federal. Item IV) Processo nº 00200. 005088/2015-94 - Prestação de contas do Fundo de Reserva da SIS, exercício 2014. Deferida vista ao Conselheiro Olivan. Item V) Indicação de dois casos para avaliação da indicação de cirurgia de coluna no Hospital Israelita Albert Einstein. Em cumprimento ao art. 1º da Resolução nº 35, de 2012, que indica como finalidade do SIS a promoção e a manutenção da saúde de seus beneficiários, e considerando a perspectiva de redução de custos com tratamentos e materiais cirúrgicos de indicação questionável, o Conselho autorizou o encaminhamento ao Hospital Israelita Albert Einstein de dois beneficiários, pleiteantes de cirurgia de coluna, com vistas à resolução de controvérsia entre o profissional assistente e o Serviço de Perícia Médica acerca da indicação cirúrgica do procedimento, dada a inviabilidade da resolução da controvérsia no mercado especializado do Distrito Federal. Por tratar-se de indicação excepcional da SIS, fica autorizado o ressarcimento dos honorários com a avaliação em valor superior às tabelas adotadas pela SIS, limitado a R\$ 800 (oitocentos reais) para cada caso. Os demais custos serão cobertos nos termos do credenciamento que aquela instituição já tem com o Senado. O Senado deverá, ainda, mediante autorização da Diretoria-Geral, custear uma diária e a passagem aérea para o paciente e, se necessário, um acompanhante, nos termos da regulamentação. Item VI) Custeio de segunda opinião em análise de indicação clínica e OPME em cirurgias odontológicas. O Conselho decidiu que, nos casos de cirurgias odontológicas em que houver clara divergência entre o profissional assistente e a perícia odontológica da SIS, deverão ser consultados especialistas da Secretaria de Estado de Saúde, nos termos estabelecidos no Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2013. Em casos excepcionais, considerando a perspectiva de redução de custos com órteses, próteses e materiais especiais, desde que indicados pela própria SIS, e esgotando-se a possibilidade de consultas a especialistas da rede credenciada e do GDF, poderá ser feito o ressarcimento de consultas com outros profissionais em valor superior

às tabelas adotadas pela SIS, limitado a R\$ 400 (quatrocentos reais) para cada caso, para fins de resolução do conflito. Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião do Conselho de Supervisão da Secretaria Integrada de Saúde, às doze horas e dez minutos do dia primeiro de abril do ano de dois mil e quinze, e, para constar, eu, Kairala José Kairala Filho, na condição de Secretário da presente reunião do Conselho de Supervisão da SIS, lavrei a Ata, que, após lida e aprovada, é assinada pela Senhora Vice-presidente e demais conselheiros presentes à reunião. Gabinete da Primeira Vice-presidência do Senado Federal, em 01 de abril de 2015.

Ilana Trombka, Vice-Presidente, no exercício da Presidência - **Gustavo Korst Fagundes - Juliano Sávio Barbosa Eirado - Olivan Duarte de Almeida - Paulo Cesar Siqueira Birbeire - Paulo Fontenele e Silva - Rodrigo Martins Brum**, Conselheiros.

Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 13				
Requerimento	Parlamentar	Fundamentação Legal	Período	Finalidade
RQM nº 181/2015	Paulo Paim	RISF Art. 13	30/04/2015	Atividade Parlamentar.
RQM nº 183/2015	Eunício Oliveira	RISF Art. 43, II	07/05/15	Licença Particular.
RQM nº 185/2015	Tasso Jereissati	RISF Art. 43, II	De 19/05/15 a 21/05/15	Licença Particular.
RQM nº 186/2015	Cristovam Buarque	RISF Art. 13	De 05/05/15 a 07/05/15	Atividade parlamentar. Participar da 63ª Reunião do Conselho da Universidade das Nações (UNU), a se realizar na sede da UNESCO em Paris, França, e do II Diálogo Estratégico do Instituto Pedro Pires para a Liderança, com o tema "Inovação na Gestão do Desenvolvimento", em Praia, Cabo Verde.
RQM nº 188/2015	Hélio José	RISF Art. 13	07/05/15	Atividade parlamentar. Participar, na qualidade de Coordenador da Bancada do Distrito Federal no Congresso Nacional, de reunião na sede da Confederação Brasileira de Futebol (CBF)
RQM nº 189/2015	Humberto Costa	RISF Art. 13	07/05/15	Atividade parlamentar.
RQM nº 190/2015	Romero Jucá	RISF Art. 13	07/05/15	Atividade parlamentar.
RQM nº 191/2015	Gleisi Hoffmann	RISF Art. 13	07/05/15	Atividade parlamentar.
RQM nº 192/2015	Aclir Gurgacz	RISF Art. 13	07/05/15	Atividade parlamentar. Atender a Comissão Temporária Externa, criada pelo Requerimento Nº 419, de 2015, destinada a proceder diligência nas obras de restauração da BR-364, visando tratar a qualidade dos serviços executados sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.
RQM nº 193/2015	Douglas Cintra	RISF Art. 13	07/05/15	Atividade parlamentar.
RQM nº 195/2015	Roberto Requilão	RISF Art. 13	29/04/15 e 30/04/15	Atividade parlamentar. Atender a Comissão Temporária Externa, criada pelo Requerimento Nº 403, de 2015, que trata de viagem ao Paraná, para acompanhar conflitos entre a Mesa da Assembleia Legislativa do Paraná e os dirigentes sindicais e estudantes.
RQM nº 196/2015	Ivo Cassol	RISF Art. 13	07/05/15	Atividade parlamentar. Participar, na qualidade de membro da Comissão de Infraestrutura e Temporária Externa, criada pelo Requerimento nº 19/2015, para proceder a diligência nas obras de restauração da BR-364, em especial, acerca da qualidade dos serviços executados sob a responsabilidade do DNIT.
RQM nº 197/2015	Magno Malta	RISF Art. 43, I	06/05/15 e 07/05/15	Licença saúde.
Requerimentos de Missão sem Ônus. Total: 4				
Requerimento	Parlamentar	Dispositivo	Período	Evento
RQM nº 182/2015	José Agripino	art. 40, § 1º	De 12/05/15 a 14/05/15	Representar o Senado Federal durante a entrega do Prêmio Personalidade do Ano, em homenagem ao Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, em Nova York, Estados Unidos.
RQM nº 184/2015	Tasso Jereissati	art. 40, § 1º	De 12/05/15 a 14/05/15	Representar o Senado Federal durante a entrega do Prêmio Personalidade do Ano, em homenagem ao Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, em Nova York, Estados Unidos.
RQM nº 187/2015	Aécio Neves	art. 40, § 1º	De 10/05/15 a 17/05/15	Representar o Senado Federal durante a entrega do Prêmio Personalidade do Ano, em homenagem ao Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, em Nova York, Estados Unidos.
RQM nº 194/2015	José Serra	art. 40, § 1º	De 11/05/15 a 15/05/15	Representar o Senado Federal durante a entrega do Prêmio Personalidade do Ano, em homenagem ao Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, em Nova York, Estados Unidos.

Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 9

Requerimento	Parlamentar	Fundamentação Legal	Período	Finalidade
RQM nº 215/2015	Zeze Perrella	RISF Art. 13	De 19/05/2015 a 21/05/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 216/2015	João Capiberibe	RISF Art. 13	09/04/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 217/2015	Sandra Braga	Requerimento de retirada	22/05/2015	Requerimento de retirada.
RQM nº 218/2015	Vanessa Grazziotin	RISF Art. 13	21/05/2015	Atividade parlamentar. Participar, na qualidade de Procuradora Especial da Mulher do Senado Federal, da 1ª Conferência Nacional da Mulher Advogada, promovida pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, na cidade de Maceió - AL.
RQM nº 219/2015	Sérgio Petecão	RISF Art. 13	21/05/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 220/2015	Gladson Cameli	RISF Art. 13	02/06/2015 e 03/06/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 221/2015	Ivo Cassol	RISF Art. 13	21/05/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 222/2015	Raimundo Lira	RISF Art. 13	21/05/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 223/2015	José Maranhão	RISF Art. 43, I	13/05/2015 e 14/05/2015	Licença saúde.

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 4, de 2015

Altera o Regulamento Administrativo, aprovado pela Resolução do Senado Federal nº 40, de 2014, para racionalizar a gestão de contratos de terceirização, tecnologia da informação, infraestrutura e comunicação, promover melhorias na estrutura administrativa e dar outras providências.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas competências legais e regulamentares, Considerando as disposições do Regulamento Administrativo, aprovado pela Resolução do Senado Federal nº 40, de 2014, que consolidou a estrutura organizacional do Senado Federal,

RESOLVE:

Art. 1º Este Ato altera o Regulamento Administrativo, aprovado pela Resolução do Senado Federal nº 40, de 2014, para racionalizar a gestão de contratos de terceirização, tecnologia da informação, infraestrutura e comunicação, promover melhorias na estrutura administrativa e dar outras providências, na forma do Anexo deste Ato.

Art. 2º A Diretoria-Geral fará publicar versão consolidada do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

Sala de Reuniões, 30 de abril de 2015. Senador Renan Calheiros - Presidente, Senador Jorge Viana - 1º Vice-Presidente, Senador Vicentinho Alves - 1º Secretário, Senador Elmano Férrer - 3º Suplente de Secretário.

ANEXO AO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 4, DE 2015

A Parte II do Regulamento Administrativo, aprovado pela Resolução do Senado Federal nº 40, de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 255-A. A Diretoria-Geral Adjunta de Contratações tem as seguintes órgãos diretamente subordinadas:

I – Gabinete Administrativo;

II – Assessoria Técnica;

III – Serviço de Instrução Processual;

IV – Núcleo de Gestão de Contratos de Terceirização;

a) Serviço de Apoio Administrativo;

V – Núcleo de Gestão de Contratos de Infraestrutura e Comunicação.

Parágrafo único.....

IV – ao Núcleo de Gestão de Contratos de Terceirização compete gerir, com o auxílio do fiscal e do tomador do serviço, os contratos de prestação de serviços terceirizados em que o item mão de obra seja o principal componente do custo, bem como aquelas designadas pelo Diretor-Geral Adjunto de Contratações; resolver sobre a padronização de atos de gestão de contratos; orientar e esclarecer os fiscais de contratos sobre a execução dos serviços e as obrigações contratuais; participar, sempre que possível, dos atos preparatórios e conclusivos que resultarão nas contratações sob sua responsabilidade; elaborar, com o auxílio do fiscal e do tomador do serviço, projeto básico ou termo de referência para nova contratação; alimentar e manter atualizado o sistema informatizado de gerenciamento e o Portal da Transparência; fiscalizar os pagamentos de salários e benefícios e os recolhimentos de encargos sociais e trabalhistas pela contratada; verificar a regularidade fiscal da contratada antes de autorizar o pagamento de faturas; executar outras ações de gestão necessárias ao acompanhamento, à fiscalização e ao controle das atividades desempenhadas pela contratada, a fim de garantir o fiel cumprimento das obrigações pactuadas e a observância do princípio da eficiência; e auxiliar tecnicamente, se necessário, o Núcleo de Gestão de Contratos de Infraestrutura e Comunicação. Tem a seguinte unidade subordinada:

a) Serviço de Apoio Administrativo, ao qual compete providenciar sobre o expediente, agenda de reuniões e expedição de notificações e intimações; tramitação de processos; receber, controlar e distribuir o material e o expediente; executar trabalhos técnicos; organizar e consolidar dados estatísticos; preparar minutas de correspondências oficiais a serem expedidas; e executar outras tarefas correlatas.

V – ao Núcleo de Gestão de Contratos de Infraestrutura e Comunicação compete gerir, ressalvada a competência do Núcleo de Gestão de Contratos de Terceirização, com o auxílio do fiscal e do tomador do serviço, os contratos de

prestação de serviços e aquisições das Secretarias de Infraestrutura e Comunicação Social; bem como aquelas designadas pelo Diretor-Geral Adjunto de Contratações; resolver sobre a padronização de atos de gestão de contratos; orientar e esclarecer os fiscais de contratos sobre a execução dos serviços e as obrigações contratuais; participar, sempre que possível, dos atos preparatórios e conclusivos que resultarão nas contratações sob sua responsabilidade; elaborar, com o auxílio do fiscal e do tomador do serviço, projetos básicos ou termos de referência para contratações; alimentar e manter atualizado sistema informatizado de gerenciamento e o Portal da Transparência; verificar a regularidade fiscal das contratadas antes de autorizar pagamentos de faturas, notas fiscais e correlatas; executar outras ações de gestão necessárias ao acompanhamento, à fiscalização e ao controle das atividades desempenhadas pelas contratadas, a fim de garantir o fiel cumprimento das obrigações pactuadas, observadas a legislação e regulamentos do Senado Federal; e auxiliar tecnicamente, se necessário, o Núcleo de Gestão de Contratos de Terceirização.”(NR)

“Art.262.....

§ 1º.....

IV - Revogado

§ 2º.....

IV - Revogado

.....”(NR)

“Art. 264.....

§ 1º.....

V - Núcleo de Gestão e Apoio às Contratações de Tecnologia da Informação.

§ 2º.....

V - Núcleo de Gestão e Apoio às Contratações de Tecnologia da Informação, ao qual compete gerir, ressalvada a competência do Núcleo de Gestão de Contratos de Terceirização, com o auxílio do fiscal e do tomador do serviço, os contratos de Tecnologia da Informação, bem como aquelas designadas pelo Diretor-Geral Adjunto de Contratações; realizar pesquisas de preço para subsidiar contratações, renovações e reajustes, e participar dos atos preparatórios e conclusivos que resultarão nas contratações sob sua responsabilidade com as seguintes unidades subordinadas:

a) Serviço de Gestão de Contratos de TI, ao qual compete gerir, ressalvada a competência do Núcleo de Gestão de Contratos de Terceirização, com o auxílio do fiscal e do tomador do serviço, as contratos de Tecnologia da Informação, bem como aquelas designadas pelo Diretor-Geral Adjunto de Contratações; resolver sobre a padronização de atos de gestão de contratos de TI; orientar e esclarecer as fiscais de contratos de TI sobre a execução dos serviços e as obrigações contratuais; alimentar e manter atualizado o sistema informatizado de gerenciamento e o Portal da Transparência; verificar a regularidade fiscal da contratada antes de autorizar o pagamento de faturas; executar outras ações de gestão necessárias ao acompanhamento, à fiscalização e ao controle das atividades desempenhadas pela contratada, a fim de garantir o fiel cumprimento das obrigações pactuadas e a observância do princípio da eficiência;

b) Serviço de Apoio às Contratações de TI, ao qual compete proceder à pesquisa das preços de mercado dos objetos e serviços solicitados, mediante método e procedimento legal e regulamentar; instruir os processos com vistas à autorização dos procedimentos licitatórios pela autoridade competente; e executar outras tarefas correlatas; participar dos atos preparatórios e conclusivos que resultarão nas contratações sob sua responsabilidade; com o auxílio do fiscal e do tomador do serviço, elaborar projeto básico ou termo de referência de TI; zelar pela adoção das boas práticas nas contratações de soluções de tecnologia da informação.

....."(NR)

"Art. 270.....

§ 3º.....

III – ao Núcleo de Processos Administrativos compete acompanhar, instruir e opinar sobre minutas de atos; emitir pareceres, prestar informações e realizar os atos necessários ao bom andamento na condução dos processos administrativos que afetam o Senado Federal, ressalvadas as competências do Núcleo previsto no inciso IV;

§ 4º Caberá a cada Coordenador de Núcleo a distribuição, o controle do prazo de execução e a revisão dos trabalhos de sua competência, apontando a eventual necessidade de uniformização; e submeter o trabalho à aprovação do Advogado-Geral ou do Advogado-Geral Adjunto, segundo regulamentação interna do órgão.

....."(NR)

"Art. 272. A Secretaria de Comunicação Social compete formular, coordenar e supervisionar a execução de programas concernentes à política de comunicação social do Senado Federal; coordenar, orientar, e avaliar a divulgação das atividades do Senado e dos senadores, em sua atribuição constitucional, assegurando transparência e interação com a sociedade, por meio da transmissão dos eventos legislativos e de cobertura jornalística apartidária, imparcial e não opinativa, por meio de seus veículos de comunicação impressos, eletrônicos, digitais e interativos e permanente atualização técnica; definir política e coordenar a criação e gestão dos perfis institucionais do Senado em mídias sociais; apoiar e promover as iniciativas de relacionamento institucional do Senado Federal e dos senadores, em suas atribuições constitucionais, com os demais poderes, com as organizações da sociedade e com cidadãos; executar as atividades da assessoria de imprensa institucional; coordenar e gerir a operação e manutenção dos recursos de áudio, a instalação e suporte aos aparelhos eletrônicos de captação e o fornecimento de cópias em áudio e vídeo; executar a política de rede da TV Senado e da Rádio Senado definida pela Comissão Diretora e gerir e fiscalizar os respectivos serviços de transmissão e retransmissão; gerir o acervo audiovisual multimídia do Senado e assessorar, nos assuntos de sua competência, a Presidência, a Comissão Diretora, as Comissões Permanentes e Temporárias e os senadores.

§ 1º São órgãos da Secretaria de Comunicação Social:

I – Gabinete Administrativo;

II – Diretoria Adjunta;

III – Diretoria de Jornalismo;

IV – Ombudsman;

V – Assessoria Técnica;

VI – Escritório Satorial de Gestão;

VII – Serviço de Apoio Administrativo;

VIII – Serviço de Apoio Técnico;

IX – Núcleo de Tecnologia da Informação;

X – Núcleo de Mídias Sociais:

a) Serviço de Gestão de Perfis e Conteúdo;

XI – Coordenação de Eletrônica:

a) Serviço de Apoio Administrativo;

b) Serviço de Operação de Áudio;

c) Serviço de Manutenção Eletrônica;

d) Serviço de Almacenamento de Material Eletrônico;

e) Serviço de Atendimento Eletrônico.

XII – Coordenação de Transmissão de TV e Rádio:

a) Serviço de Transmissão de TV;

b) Serviço de Transmissão de Rádio;

c) Serviço de Manutenção da Rede de TV e Rádio.

XIII – Coordenação de Documentação Multimídia:

a) Serviço de Apoio Administrativo;

b) Serviço de Difusão de Conteúdo;

c) Serviço de Infraestrutura e Manutenção Multimídia;

d) Serviço de Desenvolvimento e Integração de Sistemas Digitais;

e) Serviço de Suporte Técnico e Digitalização.

XIV – Coordenação de Publicidade e Marketing;

XV – Secretaria Agência e Jornal do Senado;

XVI – Secretaria Rádio Senado;

XVII – Secretaria TV Senado;

XVIII – Secretaria de Relações Públicas.

§ 2º As unidades diretamente subordinadas à Secretaria de Comunicação Social têm as seguintes competências:

III – a Diretoria de Jornalismo compete assessorar o Diretor da Secretaria de Comunicação Social no acompanhamento e coordenação das atividades de cobertura jornalística dos veículos de comunicação do Senado, a partir da visão integrada e multimídia, com o objetivo de dar unidade aos critérios editoriais a serem adotados nas diversas etapas de produção das notícias, bem como contribuir para a otimização dos recursos humanos e materiais mobilizados nessas atividades; e executar outras tarefas correlatas;

IX – ao Núcleo de Tecnologia da Informação compete projetar, executar e manter sistemas de Tecnologia da Informação, bem como projetar e estabelecer a arquitetura da informação no âmbito da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal; estabelecer e disseminar o projeto visual e webdesign de sites e produtos web no âmbito da Secretaria de Comunicação Social, bem como apoiar a Secretaria de Tecnologia da Informação PRODASEN nessas atividades; disponibilizar conteúdos da Secretaria de Comunicação Social via internet para navegadores web, leitores eletrônicos e dispositivos móveis; dar suporte técnico específico à integração das atividades dos veículos da Secretaria de Comunicação Social; alimentar bancos de dados da Secretaria de Tecnologia da Informação PRODASEN e de redes informatizadas com material produzido pela Secretaria de Comunicação Social, para uso em websites e sistemas de informação do Senado Federal, contribuindo, desta forma, para a ampliação dos canais de comunicação.

X – Ao Núcleo de Mídias Sociais compete planejar, gerenciar e orientar, no âmbito da Secretaria de Comunicação, a divulgação das atividades do Senado nas diversas redes sociais; coordenar a elaboração de regulamentação de atuação nas mídias sociais e mantê-la unificada e atualizada; formular, coordenar e supervisionar a política de atuação do Senado Federal nas Mídias Sociais; supervisionar a criação e o funcionamento dos perfis de mídias sociais do Senado; produzir relatórios com métricas para avaliar os resultados dessas perfis; garantir que a administração das páginas em redes sociais institucionais do Senado Federal atenda às melhores práticas de comunicação, principalmente quanto ao formato, linguagem e conteúdo inerente a cada um dos canais de comunicação; assessorar tecnicamente o Comitê Gestor do Site do Senado Federal nas decisões sobre criação e manutenção de perfis do Senado nas redes sociais; e executar outras tarefas correlatas, com a seguinte unidade subordinada:

a) Serviço de Gestão de Perfis e Conteúdo, ao qual compete monitorar, gerenciar e ampliar a divulgação dos conteúdos produzidos pela Secretaria de Comunicação em redes sociais; adequar e reestruturar esses conteúdos para que alcancem maior relevância em sistemas de pesquisa e busca; e monitorar, por meio de relatórios de acesso e visualizações, o acesso aos produtos por usuários da internet.

XI – à Coordenação de Eletrônica compete coordenar, controlar e gerir os serviços relativos à operação e manutenção das instalações de áudio do Senado Federal; desenvolver soluções técnicas, estudos, projetos básicos e projetos de instalações de áudio e equipamentos eletrônicos; atualizar plantas e diagramas das instalações de áudio; fornecer a instalação e o suporte técnico operacional para equipamentos eletrônicos; e executar outras tarefas correlatas, com as seguintes unidades subordinadas:

a) Serviço de Apoio Administrativo, ao qual compete ordenar o expediente; controlar a tramitação de processos administrativos internos; assessorar o titular no desempenho de suas atividades; executar as tarefas de suporte administrativo para a fiscalização dos contratos; consolidar relatório demonstrativo das atividades da Coordenação; prestar informações sobre atividades em andamento; receber e encaminhar as solicitações de instalações e manutenção dos equipamentos eletrônicos do Senado; fornecer serviço de edição e cópia de conteúdo digital de áudio e vídeo captados ou produzidos pelos veículos de comunicação do Senado; e executar outras atividades correlatas;

b) Serviço de Operação de Áudio, ao qual compete gerenciar e operar as atividades de captação, sonorização, gravação e registro do áudio no âmbito do Plenário, das Comissões Parlamentares, de eventos internos e externos ao Senado Federal; realizar a mixagem e o corte do áudio; prover suporte à utilização de recursos audiovisuais e multimídia; manter o registro do mapeamento da captação de áudio; e executar tarefas correlatas;

c) Serviço de Manutenção Eletrônica, ao qual compete planejar, orientar e executar reparos nos equipamentos técnicos eletrônicos; fazer a gestão dos contratos pertinentes e do pessoal relacionados ao setor; elaborar relatórios pertinentes ao setor; executar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletrônicos instalados no Plenário e nas Comissões Parlamentares; acompanhar e fiscalizar as instalações de equipamentos feitos por terceiros nos espaços do Senado Federal; e executar tarefas correlatas;

d) Serviço de Almacarifado de Material Eletrônico, ao qual compete, sob a supervisão e orientação técnica do Serviço de Administração de Almacarifados, gerenciar os estoques dos produtos, materiais e insumos eletrônicos; manter os produtos adequadamente armazenados, zelando para que as condições ambientais fiquem dentro dos padrões estabelecidos; instruir os processos de aquisição, inclusive quanto ao calendário de compras; e executar outras tarefas correlatas;

e) Serviço de Atendimento Eletrônico, ao qual compete instalar equipamentos eletrônicos de sonorização e de multimídia nos eventos institucionais e parlamentares; executar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletrônicos dispostos no Senado Federal; nas residências oficiais, no Auditório Patrônio Portella e na Central de Relógio do Plenário e das Comissões

Parlamentares; e executar outras tarefas correlatas;

XII – A Coordenação de Transmissão de TV e Rádio compete instalar e garantir a Rede de TV e Rádio Senado, conforme política estabelecida pela Secretaria de Comunicação Social; elaborar estudos de cobertura, viabilidade técnica do canal e projetos técnicos de instalação das estações da rede; representar o Senado Federal junto ao Ministério das Comunicações e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); providenciar o licenciamento das estações e atualizar seus dados cadastrais; manter a responsabilidade técnica das estações transmissoras e retransmissoras da Rádio e TV Senado; fazer anotações de responsabilidade técnica junto aos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia (CREA); e executar outras tarefas correlatas, com as seguintes unidades subordinadas:

a) Serviço de Transmissão de TV, ao qual compete elaborar projetos básicos para compras de transmissoras de TV e demais equipamentos; especificar equipamentos para uso nas retransmissoras de TV; vistoriar os locais onde serão instaladas as novas transmissoras; definir as obras de infraestrutura necessárias; acompanhar a instalação; testes de acatulação e cobertura; garantir as sistemas de transmissão por satélite (uplinks) da TV Senado; e executar outras tarefas correlatas;

b) Serviço de Transmissão de Rádio, ao qual compete elaborar projetos básicos para compras de transmissoras de FM e demais equipamentos; especificar equipamentos para uso nas estações de Rádio; vistoriar os locais onde serão instaladas as novas transmissoras; definir as obras de infraestrutura necessárias; acompanhar a instalação; testes de acatulação e cobertura; garantir os sistemas de transmissão por satélite (uplinks) da Rádio Senado; e executar outras tarefas correlatas;

c) Serviço de Manutenção da Rede de TV e Rádio, ao qual compete acompanhar o funcionamento das estações pelo sistema de telasupervisão; elaborar relatórios diários com informações da estação e ocorrências; providenciar manutenção sempre que houver uma ocorrência; receber as reclamações de telespectadores, informando-as de eventuais problemas; fiscalizar os contratos de aquisição e manutenção dos transmissoras e dos uplinks; e executar outras tarefas correlatas;

XIII – A Coordenação de Documentação Multimídia compete garantir o acervo audiovisual multimídia do Senado; coordenar, implantar e manter os processos de desenvolvimento de sistemas de tecnologias da informação aplicadas ao acervo; preservar, dar acesso e divulgar a documentação arquivada, com as seguintes unidades subordinadas:

a) Serviço de Apoio Administrativo, ao qual compete coordenar as atividades de organização e suporte às atividades da Coordenação; garantir os processos administrativos internos; garantir a Coordenação na área de recursos humanos; executar as tarefas de suporte administrativo; consolidar relatório demonstrativo das atividades da Coordenação; controlar a prestação de informações sobre atividades em andamento, para outras áreas do Senado Federal; assessorar o titular no desempenho de suas atividades; e executar outras atividades correlatas;

b) Serviço de Difusão de Conteúdo, ao qual compete subsidiar, planejar, desenvolver e manter os sistemas de informação destinados a divulgar o acervo

audiovisual digital na intranet e na internet; viabilizar amplo acesso à informação e racionalizar a utilização de recursos, permitindo a geração de cópias de conteúdo pelas próprios usuários; e executar outras atividades correlatas;

c) Serviço de Infraestrutura e Manutenção Multimídia, ao qual compete planejar, orientar, executar, dar manutenção e coordenar a execução das atividades relacionadas a especificações técnicas, termo de referência, projeto básico e aquisição de novos equipamentos para manter e expandir a rede de dados da Coordenação e respectivos equipamentos periféricos a esta rede, bem como sua integração com a rede de dados do Senado; manter em funcionamento a infraestrutura de rede e demais elementos de interconexão; e executar outras tarefas correlatas;

d) Serviço de Desenvolvimento e Integração de Sistemas Digitais, ao qual compete realizar o desenvolvimento e gestão das softwares e banco de dados da plataforma de rede digital da Coordenação, bem como sua integração com as softwares e bases de dados do Senado; manter os softwares desenvolvidos internamente em permanente evolução; especificar e acompanhar o desenvolvimento de softwares para atender as novas necessidades de gestão digital de conteúdo da Coordenação; e executar outras tarefas correlatas;

e) Serviço de Suporte Técnico e Digitalização, ao qual compete realizar o suporte da infraestrutura de hardware e software de todas as plataformas digitais interligadas à rede de dados da Coordenação e a operação de digitalização de áudio e vídeo dos eventos de Plenário, Comissões e do acervo audiovisual do Senado Federal; e executar outras tarefas correlatas." (NR)

"Art. 274. À Secretaria Agência e Jornal do Senado compete administrar, publicar, apurar, redigir e promover a divulgação em tempo real de textos, áudios e vídeos jornalísticos sobre as atividades legislativas da Casa no Portal de Notícias; editar o diário Jornal do Senado e outros impressos como revistas, encartes, cartilhas e outras de caráter permanente ou eventual; organizar, arquivar e manter acervo de fotografias jornalísticas da Casa; promover e administrar a distribuição das publicações impressas.

§ 1º São órgãos da Secretaria Agência e Jornal do Senado:

I – Diretoria-Adjunta;

II – Serviço de Apoio Administrativo;

III – Serviço de Arte;

IV – Coordenação de Cobertura:

a) Serviço de Audiovisual;

b) Serviço de Fotografia;

c) Serviço de Reportagem;

V – Coordenação de Edição:

a) Serviço de Impressos;

b) Serviço de Multimídia;

c) Serviço de Revisão e Controle de Qualidade;

d) *Serviço Jornal do Senado;*

e) *Serviço Portal de Notícias;*

§ 2º Os órgãos da Secretaria Agência e Jornal do Senado têm as seguintes atribuições:

I – A Diretoria-Adjunta compete auxiliar o Diretor da Secretaria no desempenho de suas atribuições de coordenação, supervisão e controle, podendo receber competências ou atribuições específicas; elaborar estudos técnicos; substituir o diretor em seus afastamentos, faltas e impedimentos;

II – Ao Serviço de Apoio Administrativo compete coordenar as atividades relativas à gestão de recursos humanos e materiais; providenciar e acompanhar a tramitação de processos administrativos de interesse da Secretaria; administrar e fiscalizar o cumprimento dos contratos e convênios assinados que sejam pertinentes à área; auxiliar na elaboração e acompanhar a execução do orçamento do Departamento; elaborar relatórios periódicos de desempenho; promover e administrar a distribuição das publicações impressas dentro da Casa e a órgãos das Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como a entidades públicas e privadas, quando for necessário.

III – Ao Serviço de Arte compete executar a programação visual e diagramar os produtos impressos e virtuais da Secretaria; programar e executar infográficas, ilustrações, quadros informativos, tabelas, gráficos e outros produtos solicitados pelas demais áreas e destinados a compor as edições dos produtos impressos, virtuais e audiovisuais da Secretaria;

IV – A Coordenação de Cobertura compete organizar e distribuir a pauta que servirá de orientação para o trabalho de apuração da reportagem; garantir a equipe de repórteres e repórteres fotográficos responsável pelo acompanhamento das atividades legislativas do Senado; organizar e orientar as equipes no andamento do processo de apuração; avaliar o resultado final produzido e liberar o material para publicação pela Coordenação de Edição.

a) Ao Serviço de Audiovisual compete produzir e editar material informativo em plataformas distintas das de texto, em linguagem apropriada para meios digitais; interagir com as diferentes áreas da Secretaria de Comunicação para obter as conteúdos em vídeo e áudio, bem como selecionar e editar esse material para publicação no Portal de Notícias.

b) Ao Serviço de Fotografia compete organizar e realizar a cobertura fotográfica das atividades do Senado; tratar as imagens para uso nas publicações da Secretaria; orientar o trabalho dos editores de fotografia e do pessoal de tratamento de imagens; administrar o banco de imagens jornalísticas; zelar pelo equipamento fotográfico; organizar e manter o acervo fotográfico jornalístico; pesquisar imagens externas destinadas às publicações da Secretaria; atender a solicitações de gabinetes e publicações externas interessadas em imagens do acervo.

c) Ao Serviço de Reportagem compete realizar a cobertura jornalística das atividades parlamentares do Senado; acompanhar a execução das pautas; checar a elaboração das notícias e o envio das matérias jornalísticas à edição.

V – A Coordenação de Edição compete organizar, hierarquizar, editar e revisar os textos produzidos pela Coordenação de Cobertura; publicar o material produzido pela reportagem no Portal de Notícias e no Jornal do Senado;

gerenciar a equipe de editores e revisores da Secretaria; coordenar as edições do material jornalístico produzido pela Secretaria.

*a) Ao Serviço de Imprensa compete planejar e executar as edições da revista **Em Discussão!** e de revistas, cartilhas, livros ou qualquer outro material impresso de caráter eventual ou permanente que venha a ser criado; coordenar a direção de arte destinadas a compor a edição dos produtos impressos eventuais.*

b) Ao Serviço de Multimídia compete planejar, montar, redigir, finalizar e veicular publicações em formatos diversos tais como vídeos, áudios, fotografias, ilustrações, infográficos, revistas, livros, entre outros; articular e planejar o lançamento de publicações especiais.

c) Ao Serviço de Revisão e Controle de Qualidade compete coordenar a equipe de revisão da Coordenação de Edição, interagir com as outras áreas da SECOM que demandam atividades de revisão; zelar pela qualidade do trabalho e pela adequação às normas do Manual de Comunicação da Secom; proceder à análise periódica do trabalho, propondo alterações e aperfeiçoamentos das rotinas quando necessário.

d) Ao Serviço Jornal do Senado compete organizar, hierarquizar, editar e publicar as reportagens produzidas pela reportagem no Jornal do Senado impresso; solicitar e coordenar a produção de artes gráficas (diagramação, infográficos, quadros informativos, ilustrações) destinadas a compor a edição do Jornal do Senado.

e) Ao Serviço Portal de Notícias compete organizar, hierarquizar, editar e publicar as reportagens produzidas pela reportagem no Portal de Notícias da Secretaria e no espaço dedicado à Comunicação no Portal do Senado Federal; solicitar e coordenar a produção de artes gráficas (diagramação, infográficos, quadros informativos, ilustrações) destinadas a compor a edição do Portal de Notícias.”(NR)

Art. 275. (Revogado)

“Art. 276. À Secretaria Rádio Senado compete administrar e promover a cobertura jornalística das atividades do Senado Federal; propor, elaborar e executar a programação veiculada pela Rede Senado de Rádio.

§ 1º São órgãos da Secretaria Rádio Senado:

I – Diretoria-Adjunta;

.....”(NR)

“Art. 277. À Secretaria TV Senado compete administrar e promover a realização das transmissões de teledivulgação ao vivo e produzir gravações em vídeo das atividades do Plenário, das Comissões permanentes e temporárias, além da cobertura diária do Gabinete do Presidente e do Primeiro-Secretário; realizar a

cobertura jornalística diária das atividades legislativas desenvolvidas no âmbito do Plenário e das Comissões e produzir programas televisivos cujo conteúdo esteja prioritariamente vinculado à atividade legislativa e institucional, tendo por objeto contribuir para a formação cultural da cidadania, para exibição pelo canal reservado da TV Senado, criado pela Resolução n.º 24, de 10 de junho de 1995, por sua rede de retransmissoras, pelo sistema interno e para distribuição às emissoras de televisão e pela rede mundial de computadores.

§ 1º São órgãos da Secretaria TV Senado:

I – Diretoria-Adjunta;

..... "(NR)

"Art. 446.....

§ 1º O Comitê Gestor do Site é vinculado à Diretoria-Geral, e será presidido pelo titular da Diretoria-Geral Adjunta de Gestão.

..... "(NR)

QUADRO DE PESSOAL DO SENADO FEDERAL

3. DISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS

3.6 DIRETORIA-GERAL

FUNÇÃO	SETOR	FC	Nº
DIRETOR-GERAL	DIRETORIA-GERAL	FC-5	1
CHEFE DE GABINETE	GABINETE DA DIRETORIA-GERAL	FC-3	1
SUBCHEFE DE GABINETE	GABINETE DA DIRETORIA-GERAL	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO	FC-2	1
COORDENADOR	ASSESSORIA TÉCNICA	FC-3	1
ASSESSOR TÉCNICO	ASSESSORIA TÉCNICA	FC-3	13
CHEFE DE SERVIÇO	ESCRITÓRIO SETORIAL DE GESTÃO	FC-2	1
ASSISTENTE TÉCNICO	DIRETORIA-GERAL	FC-1	12
COORDENADOR	ESCRITÓRIO CORPORATIVO DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA	FC-3	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO	FC-2	1
GESTOR ASSISTENTE	ESCRITÓRIO CORPORATIVO DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA	FC-2	6
ASSESSOR CHEFE	ASSESSORIA DE QUALIDADE DE ATENDIMENTO E LOGÍSTICA	FC-4	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE GESTÃO DE PASSAGENS AÉREAS, PASSAPORTES E VISTOS	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO	FC-2	1
ASSISTENTE TÉCNICO	ASSESSORIA DE QUALIDADE DE ATENDIMENTO E LOGÍSTICA	FC-1	1
DIRETOR-GERAL ADJUNTO DE CONTRATAÇÕES	DIRETORIA-GERAL ADJUNTA DE CONTRATAÇÕES	FC-4	1

CHEFE DE GABINETE ADMINISTRATIVO	GABINETE DA DIRETORIA-GERAL ADJUNTA DE CONTRATAÇÕES	FC-2	1
ASSESSOR TÉCNICO	DIRETORIA-GERAL ADJUNTA DE CONTRATAÇÕES	FC-3	2
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL	FC-2	1
GESTOR	NUCLEO DE GESTÃO DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	FC-3	1
MEMBRO	NUCLEO DE GESTÃO DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	FC-2	4
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO	FC-2	1
GESTOR	NUCLEO DE GESTÃO DE CONTRATOS DE INFRAESTRUTURA E COMUNICAÇÃO	FC-3	1
MEMBRO	NUCLEO DE GESTÃO DE CONTRATOS DE INFRAESTRUTURA E COMUNICAÇÃO	FC-2	2
DIRETOR-GERAL ADJUNTO DE GESTÃO	DIRETORIA-GERAL ADJUNTA DE GESTÃO	FC-4	1
CHEFE DE GABINETE ADMINISTRATIVO	GABINETE DA DIRETORIA-GERAL ADJUNTA DE GESTÃO	FC-2	1
ASSESSOR TÉCNICO	DIRETORIA-GERAL ADJUNTA DE GESTÃO	FC-3	2
GESTOR	NUCLEO DE COORDENAÇÃO DE AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS	FC-3	1

3.6.6 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

FUNÇÃO	SETOR	FC	Nº
DIRETOR DE SECRETARIA	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	FC-4	1
DIRETOR ADJUNTO	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	FC-3	1
ASSESSOR TÉCNICO	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	FC-3	1
ASSISTENTE TÉCNICO	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	FC-1	1
CHEFE DE GABINETE ADMINISTRATIVO	GABINETE ADMINISTRATIVO	FC-2	1

CHEFE DE SERVIÇO	ESCRITÓRIO SETORIAL DE GESTÃO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE MARCENARIA	FC-2	1
COORDENADOR	COORDENAÇÃO DE ENGENHARIA E OBRAS	FC-3	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE ORÇAMENTOS	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO	FC-2	1
COORDENADOR	COORDENAÇÃO DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO	FC-3	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE GERAÇÃO DE ENERGIA	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO ELETROMECAÂNICA	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CIVIL	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES	FC-2	1
COORDENADOR	COORDENAÇÃO DE ARQUITETURA	FC-3	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE PROJETOS DE ARQUITETURA	FC-2	1
COORDENADOR	COORDENAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES	FC-3	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE COMUTAÇÃO TELEFÔNICA	FC-2	1

CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE SUPORTE A CENTRAIS DE ATENDIMENTO E RELACIONAMENTO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE REDE TELEFÔNICA	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO DE TELECOMUNICAÇÕES	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES MÓVEIS	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE TARIFICAÇÃO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO CENTRAL DE ATENDIMENTO E CONTROLE DE DADOS TÉCNICOS	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE ALMOXARIFADO DE MATERIAL DE TELECOMUNICAÇÕES	FC-2	1

3.6.2 SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – PRODASEN

FUNÇÃO	SETOR	FC	Nº
DIRETOR DE SECRETARIA	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - PRODASEN	FC-4	1
DIRETOR ADJUNTO	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - PRODASEN	FC-3	1
ASSISTENTE TÉCNICO	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - PRODASEN	FC-1	5
CHEFE DE GABINETE ADMINISTRATIVO	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - PRODASEN	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	ESCRITÓRIO SETORIAL DE GESTÃO	FC-2	1
GESTOR	NUCLEO DE GESTÃO E APOIO AS CONTRATAÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	FC-3	1

CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE GESTÃO DE CONTRATOS DE TI	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE APOIO ÀS CONTRATAÇÕES DE TI	FC-2	1
GESTOR	NUCLEO DE QUALIDADE E PADRONIZAÇÃO DE PROCESSOS E PRODUTOS DE SOFTWARE	FC-3	1
GESTOR ASSISTENTE	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - PRODASEN	FC-2	5
COORDENADOR	COORDENAÇÃO DE INFORMÁTICA LEGISLATIVA E PARLAMENTAR	FC-3	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA O CONGRESSO NACIONAL	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA O PROCESSO LEGISLATIVO ELETRÔNICO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE VOTAÇÃO ELETRÔNICA	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA AS COMISSÕES	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA O PLENÁRIO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA O ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA INFORMAÇÃO LEGISLATIVA E JURÍDICA	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA GABINETES PARLAMENTARES	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA A ATIVIDADE PARLAMENTAR E CONSULTORIAS	FC-2	1
COORDENADOR	COORDENAÇÃO DE SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	FC-3	1

	CORPORATIVA		
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE SOLUÇÕES DE INTELIGÊNCIA CORPORATIVA	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO E DESIGN	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA PORTAIS	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE SOLUÇÕES CORPORATIVAS	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREAS DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREAS TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREAS DE ASSESSORAMENTO SUPERIOR	FC-2	1
COORDENADOR	COORDENAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	FC-3	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE SUPORTE A BANCO DE DADOS	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE SUPORTE A EQUIPAMENTOS SERVIDORES DE REDE	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE SUPORTE A INFRAESTRUTURA DE REDE	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE SUPORTE A INFRAESTRUTURA DE ESTAÇÕES DE TRABALHO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE SUPORTE A INFRAESTRUTURA DE APLICAÇÕES	FC-2	1

CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE PRODUÇÃO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE APOIO A INFRAESTRUTURA DE DATACENTER	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE GERÊNCIA DE MUDANÇAS	FC-2	1
COORDENADOR	COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO	FC-3	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE ATENDIMENTO ÀS ÁREAS ESPECIAIS	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE ATENDIMENTO ADMINISTRATIVO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE ATENDIMENTO LEGISLATIVO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE ATENDIMENTO PARLAMENTAR	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE ATENDIMENTO REMOTO E PRESENCIAL	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE CONTROLE DE QUALIDADE E MONITORAÇÃO DA PLATAFORMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE RELACIONAMENTO COM MANTENEDORES	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	FC-2	1

3.7.3 ADVOCACIA DO SENADO FEDERAL

FUNÇÃO	SETOR	FC	Nº
ADVOGADO-GERAL	ADVOCACIA DO SENADO FEDERAL	FC-4	1
ADVOGADO-GERAL ADJUNTO	ADVOCACIA DO SENADO FEDERAL	FC-3	1

CHEFE DE GABINETE ADMINISTRATIVO	ADVOCACIA DO SENADO FEDERAL	FC-2	1
ASSESSOR JURÍDICO	ADVOCACIA DO SENADO FEDERAL	FC-3	6
CHEFE DE SERVIÇO	ESCRITÓRIO SETORIAL DE GESTÃO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE PESQUISA	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE REVISÃO	FC-2	1
COORDENADOR DE NÚCLEO	NUCLEO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	FC-3	1
COORDENADOR DE NÚCLEO	NUCLEO DE PROCESSOS JUDICIAIS	FC-3	1
COORDENADOR DE NÚCLEO	NUCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	FC-3	1
COORDENADOR DE NÚCLEO	NUCLEO DE ASSESSORAMENTO E ESTUDOS TÉCNICOS	FC-3	1

3.7.5 SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

FUNÇÃO	SETOR	FC	Nº
DIRETOR- ADJUNTO	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	FC-3	1
CHEFE DE GABINETE ADMINISTRATIVO	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	FC-2	1
DIRETOR DE JORNALISMO	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	FC-3	1
OMBUDSMAN	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	FC-3	1
ASSESSOR TÉCNICO	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	FC-3	2

ASSISTENTE TÉCNICO	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	FC-1	5
GESTOR	NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	FC-3	1
GESTOR	NUCLEO DE MIDIAS SOCIAIS	FC-3	1
CHEFE DE SERVIÇO	ESCRITORIO SETORIAL DE GESTAO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE APOIO TECNICO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE GESTAO DE PERFIS E CONTEÚDO	FC-2	1
COORDENADOR	COORDENAÇÃO DE ELETRONICA	FC-3	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE OPERAÇÃO DE AUDIO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO ELETRÔNICA	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE ALMOXARIFADO DE MATERIAL ELETRÔNICO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE ATENDIMENTO ELETRÔNICO	FC-2	1
COORDENADOR	COORDENAÇÃO DE TRANSMISSAO DE TV E RÁDIO	FC-3	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE TRANSMISSÃO DE TV	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE TRANSMISSÃO DE RÁDIO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DA REDE DE TV E RÁDIO	FC-2	1
COORDENADOR	COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO MULTIMÍDIA	FC-3	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE DIFUSÃO DE CONTEÚDO	FC-2	1

CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA E MANUTENÇÃO MULTIMÍDIA	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS DIGITAIS	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO E DIGITALIZAÇÃO	FC-2	1
COORDENADOR	COORDENAÇÃO DE PUBLICIDADE E MARKETING	FC-3	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE MARKETING	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE PRODUÇÃO, MÍDIA E ATENDIMENTO PUBLICITÁRIO	FC-2	1
ASSISTENTE TÉCNICO	COORDENAÇÃO DE PUBLICIDADE E MARKETING	FC-1	1

SECRETARIA AGENCIA E JORNAL DO SENADO

FUNÇÃO	SETOR	FC	Nº
DIRETOR DE SECRETARIA	SECRETARIA AGENCIA E JORNAL DO SENADO	FC-4	1
DIRETOR-ADJUNTO	SECRETARIA AGENCIA E JORNAL DO SENADO	FC-3	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE ARTE	FC-2	1
COORDENADOR	COORDENAÇÃO DE COBERTURA	FC-3	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE AUDIOVISUAL	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE REPORTAGEM	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE FOTOGRAFIA	FC-2	1
COORDENADOR	COORDENAÇÃO DE EDIÇÃO	FC-3	1

CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO PORTAL DE NOTÍCIAS	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO JORNAL DO SENADO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE REVISÃO E CONTROLE DE QUALIDADE	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE MULTIMÍDIA	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE IMPRESSOS	FC-2	1
SECRETARIA RÁDIO SENADO			
FUNÇÃO	SETOR	FC	Nº
DIRETOR DE SECRETARIA	SECRETARIA RÁDIO SENADO	FC-4	1
DIRETOR-ADJUNTO	SECRETARIA RADIO SENADO	FC-3	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE RADIO AGENCIA	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO E DIVULGAÇÃO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO TÉCNICO DA RADIO	FC-2	1
COORDENADOR	COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO	FC-3	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE REPORTAGEM	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE PRODUÇÃO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE EDIÇÃO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO REGIONAL	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE LOCUÇÃO	FC-2	1
SECRETARIA TV SENADO			
FUNÇÃO	SETOR	FC	Nº
DIRETOR DE SECRETARIA	SECRETARIA TV SENADO	FC-4	1
DIRETOR-ADJUNTO	SECRETARIA TV SENADO	FC-3	1
COORDENADOR	COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA	FC3	1

CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE OPERAÇÃO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE ACERVO	FC-2	1
COORDENADOR	COORDENAÇÃO DE CONTEUDO	FC-3	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE DOCUMENTARIOS	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE PROGRAMAS JORNALÍSTICOS	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE REPORTAGEM	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE PROJETOS ESPECIAIS	FC-2	1
COORDENADOR	COORDENAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO	FC-3	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE VIVO E ÍNTEGRAS	FC-2	1
ASSISTENTE DE DIREÇÃO E VIVO	SERVIÇO DE VIVO E ÍNTEGRAS	FC-1	2
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE INTERNET	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE MULTIPROGRAMAÇÃO	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE INTERPROGRAMAS	FC-2	1
COORDENADOR	COORDENAÇÃO TÉCNICA	FC-3	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO TÉCNICO DE TV	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE ALMOXARIFADO	FC-2	1
SECRETARIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS			
FUNÇÃO	SETOR	FC	Nº
DIRETOR DE SECRETARIA	SECRETARIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS	FC-4	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO	FC-2	1
COORDENADOR	COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE EVENTOS	FC-3	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE EVENTOS LEGISLATIVOS E PROTOCOLARES	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE EVENTOS ADMINISTRATIVOS	FC-2	1

COORDENADOR	COORDENAÇÃO DE VISITAÇÃO INSTITUCIONAL E DE RELACIONAMENTO COM A COMUNIDADE	FC-3	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE VISITA INSTITUCIONAL	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE DIFUSÃO DA ATIVIDADE LEGISLATIVA E INSTITUCIONAL	FC-2	1
CHEFE DE SERVIÇO	SERVIÇO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL	FC-2	1
COORDENADOR	COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO INTERNA	FC-3	1

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 5, de 2015

Revisa e altera os objetivos estratégicos do plano estratégico institucional e as diretrizes para a administração do Senado Federal estabelecidos, respectivamente, nos Atos da Comissão Diretora nº 9, de 2013 e nº 1, de 2014.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições previstas no inciso I do art. 98 do Regimento Interno e no art. 233 do Regulamento Administrativo, aprovado pela Resolução do Senado Federal nº 40, de 2014,

Considerando o Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2013, que define parâmetros para o processo de planejamento estratégico, bem como o plano estratégico institucional para o período entre 2013 e 2023;

Considerando o Ato da Comissão Diretora nº 1, de 2014, que define diretrizes para a administração do Senado Federal, biênio 2014-2015;

Considerando os valores institucionais definidos na Carta de Compromissos do Senado Federal, divulgada em abril de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º As diretrizes estratégicas do Senado Federal, missão, visão e os objetivos estratégicos do Senado Federal instituídos no Anexo I do Ato da Comissão Diretora, nº 9, de 2013, são revisados e substituídos pelas diretrizes e objetivos estratégicos apresentados no Anexo deste ato.

Art. 2º Os valores do Senado Federal criados no Anexo I do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2013, são revisados e substituídos pelos valores definidos na Carta de Compromissos do Senado Federal, divulgada em abril de 2015 e apresentada no Anexo deste ato.

Art. 3º As diretrizes e objetivos estratégicos apresentados no Anexo deste ato devem ser utilizados como referência para o direcionamento estratégico do Senado Federal até o ano de 2023, podendo ser revisados e alterados, a qualquer momento, por novo Ato da Comissão Diretora.

Art. 4º Instituir um comitê para implementar e gerir o plano estratégico do Senado Federal formado pelo Chefe de Gabinete da Presidência e os titulares da Secretaria-Geral da Mesa e Diretoria-Geral, que o presidirá.

Art. 5º O plano estratégico do Senado Federal, constituído pela missão, visão, valores e objetivos, orientará a elaboração dos planos táticos e operacionais das unidades integrantes da estrutura do órgão.

Art. 6º Revogam-se os Atos da Comissão Diretora nº 9, de 2013 e nº 1, de 2014.

Art. 7º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

Sala de Reuniões, 30 de abril de 2015. Senador Renan Calheiros - Presidente, Senador Jorge Viana - 1º Vice-Presidente, Senador Vicentinho Alves - 1º Secretário, Senador Elmano Férrer - 3º Suplente de Secretário.

ANEXO AO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 5, DE 2015**Valores do Senado Federal**

- Compromisso com o Parlamento:

Devemos estar sempre comprometidos com a valorização do Poder Legislativo como fundamento da democracia, proporcionando aos parlamentares um ambiente adequado, caracterizado por qualidade, eficiência, presteza, harmonia, segurança e conforto, para que exerçam as funções que lhes cabem como representantes do povo. Temos também o dever de atender todas as pessoas e entidades que procuram o Senado com eficiência, urbanidade e presteza, tratando a todos com dignidade e respeito.

- Compromisso com a excelência na prestação de serviços públicos:

Os responsáveis pela administração, em todos os níveis, devem ser justos, éticos e estar atualizados em relação às melhores tecnologias de gestão pública, de pessoas e processos. Devem ser exigidos padrões rigorosos de qualidade no desempenho do trabalho, baseados em metas e indicadores adequados. O mérito e o esforço devem ser reconhecidos e recompensados. Condutas inadequadas devem ser identificadas, investigadas e combatidas. A todos devem ser proporcionadas formação adequada e capacitação continuada para o bom exercício de suas funções.

- Compromisso com a qualidade de vida dos colaboradores:

Todos devem ser tratados com dignidade e considerados em sua individualidade. Devem ter um espaço para trabalhar que seja saudável, agradável, seguro, limpo, acessível, livre de poluição e adap-

tado às suas necessidades e limitações. O ambiente de trabalho deve ser de harmonia e cooperação, livre de preconceitos e agressões. Todos devem ter remuneração adequada à importância da função que exercem e à excelência exigida no seu desempenho. O cuidado com a saúde deve ser prioridade e deve haver estímulo a atividades físicas e hábitos de vida saudáveis.

- Compromisso com a igualdade:

Ninguém será discriminado nem terá seus direitos, responsabilidades ou oportunidades limitados em função de gênero, raça, etnia, orientação sexual, credo, origem ou condição social. Deve haver prevenção e proteção contra assédio sexual ou moral, e os casos identificados deverão ser apurados e punidos.

- Compromisso com a livre disseminação de ideias:

Todos devem sentir-se livres e estimulados a apresentar suas opiniões e ideias, a seus pares, superiores ou subordinados, e vê-las discutidas e consideradas no processo de tomada de decisão, de forma a criar um ambiente de permanente efervescência intelectual que contribua para que novas práticas venham a aprimorar a qualidade dos serviços que prestamos à sociedade.

- Compromisso com a transparência:

As informações prestadas pelo Senado Federal aos órgãos de controle, meios de comunicação, Senadores, servidores, colaboradores ou aos membros da sociedade em geral, devem ter por características correção, precisão, clareza e celeridade. O planejamento estratégico e os propósitos da administração devem ser de amplo conhecimento, de forma a serem considerados em todos os níveis de gestão e governança.

- Compromisso com responsabilidade na utilização de recursos públicos:

Devemos constantemente buscar soluções inteligentes, que impliquem o menor custo possível para a consecução dos objetivos de qualidade e eficiência que perseguimos. O compartilhamento de experiências e a cooperação com outros entes e órgãos públicos, especialmente do Poder Legislativo, devem ser valorizados.

- Compromisso com a sustentabilidade:

Devemos utilizar os recursos naturais com responsabilidade e parcimônia, considerando sempre o impacto ambiental das decisões e ações que tomamos. Devemos promover, praticar e estimular o uso racional de água, energia, papel e outros recursos, bem como a redução da produção de resíduos e a reciclagem de materiais, além de buscar opções que impliquem maior eficiência ambiental na utilização de produtos ou serviços necessários ao exercício de nossa função.

- Compromisso com a acessibilidade:

Todo o complexo arquitetônico e toda a comunicação devem ser planejados de forma que servidores e cidadãos com limitações possam ter acesso, com dignidade e autonomia, aos espaços, serviços e informações produzidos pelo Senado Federal.

- Compromisso com a memória do Senado:

Devemos promover a proteção e a organização dos documentos e bens do Senado, de forma a preservar sua memória e permitir, de acordo com a lei, acesso amplo e fácil ao acervo, que é parte importante da história e da cultura da nossa instituição e do nosso País.

- Compromisso com a comunidade:

Devemos apoiar e participar de ações de educação, mobilidade, esporte, cultura, conscientização, solidariedade e civismo, que contribuam para a qualidade de vida nas cidades em que atuamos e em nosso País. Devemos utilizar os serviços públicos postos a nossa disposição de forma a conservar os espaços e preservar o patrimônio sobre o qual exercemos qualquer tipo de influência.

Missão do Senado Federal

- Exercer a representação das Unidades da Federação e as funções legislativa e fiscalizadora, fortalecendo o modelo democrático federativo, incentivando a participação da sociedade e a integração dos Estados, e promovendo, com justiça social, a qualidade de vida do povo brasileiro.

Visão do Senado Federal

- Ser referência de instituição legislativa reconhecida por sua excelência no exercício de suas funções constitucionais, com a participação da sociedade, caracterizando-se como alicerce da democracia, da federação e do desenvolvimento sustentável, e reconhecida por sua excelência no exercício da governança e gestão pública.

Objetivos estratégicos do Senado Federal

1) Aumentar a eficiência e a racionalidade no uso dos recursos públicos:

Iniciativas que, direta ou indiretamente, tenham como consequência o aumento da eficiência e da racionalidade devem ser valorizadas. O alcance da eficiência será monitorado e avaliado com o auxílio de indicadores de gestão.

2) Melhorar de maneira contínua os processos de trabalho:

Os processos de trabalho devem estar definidos, mapeados e normatizados, bem como monitorados e avaliados de maneira periódica e contínua. Deve ocorrer o fortalecimento e capacitação da gestão para que seja mais eficiente, econômica e sustentável.

3) Valorizar as pessoas:

A valorização das pessoas deve ser um dos pilares da eficiência do Senado Federal. Essa valorização deve ocorrer por meio do desenvolvimento de competências necessárias para que exerçam suas funções, da melhoria do ambiente de trabalho e especialmente do tratamento equânime e da ética e do respeito nas relações.

4) Fortalecer a transparência e a comunicação:

Deve-se valorizar iniciativas que tornem o processo de comunicação mais célere, com mais qualidade, mais adequado às necessidades dos receptores e mais moderno. Todas as ações devem ser comunicadas com transparência para a sociedade.

5) Readequar a estrutura física:

Os espaços e a produção de informações do Senado Federal devem proporcionar eficiência e segurança aos usuários internos e externos, inclusive no que tange a acessibilidade e sustentabilidade.

6) Preservar a memória do Senado:

Promover a proteção e organização dos documentos e bens materiais e imateriais do Senado, de forma a preservar sua memória e permitir, de acordo com a lei, acesso amplo e fácil ao acervo, que é parte importante da história e da cultura da nossa instituição e do nosso País.

7) Priorizar as atividades fim do Senado:

Aperfeiçoar continuamente o processo legislativo e as ações de fiscalização, por meio de recursos tecnológicos, processuais e da avaliação do impacto legislativo, visando fortalecer a representatividade do Parlamento.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
 Bloco-PT - Walter Pinheiro*
 Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
 Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
 Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
 Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
 Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
 Bloco-PMDB - Jader Barbalho*
 Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
 Bloco-PT - Humberto Costa*
 Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
 S/Partido - Marta Suplicy*
 Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
 Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
 Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSDB - Lúcia Vânia*
 Bloco-DEM - Wilder Moraes* (S)
 Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
 Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
 Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
 Bloco-PT - Paulo Paim*
 Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
 Bloco-PT - José Pimentel*
 Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
 Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
 Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
 Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
 Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
 Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
 Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
 Bloco-DEM - José Agripino*
 Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
 Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
 Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
 Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
 Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
 Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
 Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
 Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
 Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
 Bloco-PMDB - Roberto Requião*
 Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
 Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
 Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
 Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
 Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
 Bloco-PSD - Hélio José* (S)
 Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
 Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
 Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
 Bloco-PR - Vicentinho Alves*
 Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
 Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*
 Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
 Bloco-PMDB - Romero Jucá*
 Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 24

PT-13 / PDT-6 / PP-5

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ana Amélia.	PP / RS
Angela Portela.	PT / RR
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cristovam Buarque.	PDT / DF
Delcídio do Amaral.	PT / MS
Donizeti Nogueira.	PT / TO
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gladson Cameli.	PP / AC
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Ivo Cassol.	PP / RO
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Reguffe.	PDT / DF
Telmário Mota.	PDT / RR
Walter Pinheiro.	PT / BA
Zeze Perrella.	PDT / MG

Bloco da Maioria - 21

PMDB-17 / PSD-4

Dário Berger.	PMDB / SC
Edison Lobão.	PMDB / MA
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Garibaldi Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PSD / DF
Jader Barbalho.	PMDB / PA
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PMDB / PB
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Ricardo Ferraço.	PMDB / ES
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Rose de Freitas.	PMDB / ES
Sandra Braga.	PMDB / AM
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 17

PSDB-12 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PSDB / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO

Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Lúcia Vânia.	PSDB / GO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Morais.	DEM / GO

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTB / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9

PSB-6 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PPS / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Randolfe Rodrigues.	PSOL / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

S/Partido - 1

Marta Suplicy.	SP
---------------------	----

Bloco de Apoio ao Governo.	24
Bloco da Maioria.	21
Bloco Parlamentar da Oposição.	17
Bloco Parlamentar União e Força.	9
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	9
S/Partido.	1
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-PSOL-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (Bloco-PMDB-PA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)	Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSDB-GO)	Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)	Marta Suplicy* (S/Partido-SP)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Morais* (Bloco-DEM-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (22,28)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,37) Benedito de Lira (16,18,44) Walter Pinheiro (31,36,43) Telmário Mota (4,38,42) Regina Sousa (41) </p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa (22,28)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,36,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34)</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,37)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,38,42)</p> <p>Líder do PP - 5 Benedito de Lira (16,18,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 17</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB (20)</p> <p>Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Wilder Moraes (46) Antonio Anastasia (47) </p> <p>Líder do PSDB - 12 Cássio Cunha Lima (17)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p>Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (11,25)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (15,19,29) Vanessa Grazziotin (21,26) Randolfe Rodrigues (24,27) </p> <p>Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45)</p> <p>Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,29)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7) </p> <p>Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10)</p> <p>Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Delcídio do Amaral - PT (48)</p>

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
7. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).

11. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
18. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).
25. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
26. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
29. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
34. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
46. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO EXTERNA PARA VERIFICAR IN LOCO A SITUAÇÃO NA VENEZUELA

Finalidade: Verificar, in loco, nos termos do Requerimento nº 77, de 2015, a situação na Venezuela, estabelecer diálogo com membros do parlamento local, e com interlocutores representativos das oposições e da sociedade civil, bem como, se possível, com as autoridades daquele país.

MEMBROS

VAGO (1)

VAGO (2)

VAGO (3)

Notas:

*. Em 25.03.2015, foram designados os Senadores Ricardo Ferraço, Randolfe Rodrigues e Sérgio Petecão para compor a Comissão (Portaria do Presidente nº 12, de 2015).

1. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Ricardo Ferraço ter deixado de integrar a Comissão (Of. 134/2015-GSRFER).

2. Em 06.04.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Mem. 33/2015-GSRROD).

3. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Sérgio Petecão ter deixado de integrar a Comissão (Of. 9/2015-GSSPET).

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR OS CONFLITOS EM CURITIBA/PR

Finalidade: Acompanhar e, se possível, mediar, em Curitiba/PR, os conflitos que vem ocorrendo entre a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Paraná e os dirigentes sindicais e estudantes do Estado.

Requerimento nº 403, de 2015

Número de membros: 5

MEMBROS
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)

**4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA**

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

**5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER
DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364**

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Raimundo Lira (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

** . Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

*** . Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

8) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** . Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DO CARF

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Requerimento nº 407, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾

Leitura: 28/04/2015

Designação: 13/05/2015

Instalação: 19/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	2.
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	2.
Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 13.05.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Ofs. nºs 51 e 55/2015-BLSDEM).

** . Em 13.05.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 34/2015-BLUFOR).

***. Em 13.05.2015, os Senadores Simone Tebet e Otto Alencar foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a Comissão (Of. 133/2015-GLPMDB)

****. Em 13.05.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Of. 107/2015-GLPSDB)

*****. Em 14.05.2015, os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz foram designados membros titulares e o Senador Ivo Cassol, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. nº 70/2015-BLDBAG).

1. Em 19.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Donizeti Nogueira e Vanessa Grazziotin, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relatora deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICARF).

2. Em 20.05.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 162/2015-GLPMDB)

2)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

**. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcello Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vaga em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 61 33033492/3501

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

3)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 19/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(10,2)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁸⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

** Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).

9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).

10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).

4)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

Leitura: 05/03/2015

Designação: 29/04/2015

Instalação: 06/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ⁽²⁾	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

*****. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lope

Telefone(s): 33033508/3514

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senador Donizeti Nogueira (PT) ⁽¹⁰⁾
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Gladson Cameli (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	4. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB)	6. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ⁽¹³⁾
VAGO ⁽¹²⁾	8. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ^(8,14)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

**** Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

***** Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

***** Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 3303-4605 / 3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: cae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 311-3516/4605

Fax: 3303-4344

E-mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605/3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senador Paulo Paim (PT) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(10,6)
Senador Edison Lobão (PMDB) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO ^(5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romário (PSB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) ^(3,2)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

** . Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

*** . Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

**** . Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***** . Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

***** . Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

***** . Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).
4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

Fax: 3303 3652

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁹⁾
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Edison Lobão (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(11,15)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁷⁾	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(16,10)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Aécio Neves (PSDB) ^(16,10)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) ^(1,12,17)	4. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	5. Senador Wilder Moraes (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Blairo Maggi (PR)
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

- ****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataides Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).
- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
- *****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
 2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
 5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
 6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
 7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataides de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).
 8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
 9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
 10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
 11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
 12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
 13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
 14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
 15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
 16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
 17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador Zeze Perrella (PDT) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Ivo Cassol (PP)	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Gladson Cameli (PP) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Dalirio Beber (PSDB) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Rándolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Rándolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: ce@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁷⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽³⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDDB).

10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Jorge Viana (PT)	1.
Senador Reguffe (PDT)	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2.
Senador Ivo Cassol (PP)	3.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2.
VAGO ⁽¹⁾	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT) ^(1,5)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Ivo Cassol (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).

3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).

4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).

5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).

** Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 06/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Roberto Rocha (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1.

Notas:

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT) ⁽⁸⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT)	5. Senador Humberto Costa (PT)
	6.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Dário Berger (PMDB)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
VAGO ⁽⁷⁾	3. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽⁹⁾
	4.
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDDB).

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

** . Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Edison Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB)
VAGO ⁽¹⁰⁾	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB) ^(5,8,2)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Ângela Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁵⁾	6. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4.
	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

** . Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Designação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Sérgio Petecão (PSD)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(12,11)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Senadora Lúcia Vânia (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB) ⁽⁶⁾	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

** . Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).
8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zeze Perrella (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁴⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Morais (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Gladson Cameli (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Hélio José (PSD) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Cameli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Gladson Cameli (PP)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO (8,6,3)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
VAGO (4)	3. Senador Edison Lobão (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽⁷⁾	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB).

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
PT	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
PSDB	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PTB	
VAGO	1. VAGO
PP	
VAGO	1.
PDT	
VAGO	1.
PSB	
VAGO	1. VAGO
DEM	
VAGO	1. VAGO
PR	
VAGO	1. VAGO
PSD	
VAGO	1. VAGO
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

3) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 12/03/2015

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS	
PTB	
Senador	Fernando Collor (AL)
PSC	
Senador	Eduardo Amorim (SE)
PMDB	
Senador	Romero Jucá (RR)
(1)	

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES
(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Eunício Oliveira (CE)
PT
Senador Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Acir Gurgacz (RO)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senador Ciro Nogueira (PI)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 19/03/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 17/03/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO
(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 20/12/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
PP
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
SD
VAGO

Atualização: 31/01/2015

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

1ª Designação: 16/11/1995

2ª Designação: 30/06/1999

3ª Designação: 27/06/2001

4ª Designação: 25/09/2003

5ª Designação: 26/04/2011

6ª Designação: 21/02/2013

7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015

Notas:

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

13) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
SD
VAGO
PROS

Atualização: 31/01/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

Relator do PLDO: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)

Relator do PLOA: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Relator do PPPA: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. VAGO
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Gleisi Hoffmann - PT/PR
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Davi Alcolumbre - DEM/AP
Wilder Moraes - DEM/GO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PMDB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Sandes Júnior - PP/GO
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilto Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Airton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Valtenir Pereira - PROS/MT
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Weliton Prado - PT/MG
Jaime Martins - PSD/MG	9. VAGO ⁽¹⁾
Walter Ihoshi - PSD/SP	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB, PPS, PV	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecchi - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. William Woo - PV/SP
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Moraes - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): (61) 3216-6892

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA ⁽⁹⁾	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana - PT/AC ⁽²⁾	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO ⁽²⁾	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF ⁽²⁾	3. Ivo Cassol - PP/RO ⁽²⁾
Gladson Cameli - PP/AC ⁽²⁾	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE ⁽⁵⁾	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Marcus Vicente - PP/ES	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC ⁽⁶⁾
Sergio Souza - PMDB/PR	4. VAGO
Jony Marcos - PRB/SE ⁽⁸⁾	5. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristino - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM ⁽³⁾
Jaime Martins - PSD/MG ⁽³⁾	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT ⁽¹⁾	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE ⁽⁷⁾

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria,
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 61 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Comissão Mista Representativa do Congresso
Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contra-inteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)
Líder da Maioria Deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) ⁽²⁾
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ⁽¹⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) ⁽³⁾

SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) ⁽⁴⁾
Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (S/Partido/SP) ⁽⁵⁾

Notas:

- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
- Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 2 Senadores e 4 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário: Clarissa Kiwa Scarton Hayashi

Telefone(s): 61 3303-3503

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - S/Partido/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - PSDB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta - PR/ES	1. VAGO
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Jéssica Sales - PMDB/AC	4. Rosângela Gomes - PRB/RJ
Jozi Rocha - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG ⁽⁷⁾
Tia Eron - PRB/BA ⁽¹¹⁾	8. VAGO
Ezequiel Teixeira - SD/RJ ⁽²⁾	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO ⁽³⁾	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR ⁽⁷⁾	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI ⁽⁸⁾	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO ⁽¹²⁾	2. VAGO ⁽¹²⁾
Erika Kokay - PT/DF ⁽⁴⁾	3. VAGO
Luizianne Lins - PT/CE ⁽⁴⁾	4. VAGO
Moema Gramacho - PT/BA ⁽⁴⁾	5. VAGO
Rogério Rosso - PSD/DF ⁽⁵⁾	6. VAGO
Alice Portugal - PCdoB/BA ⁽⁶⁾	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Arnaldo Jordy - PPS/PA
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO ⁽¹³⁾	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO ⁽¹⁰⁾	6. VAGO
PDT	
Flávia Moraes - GO ⁽⁹⁾	1. VAGO
PSOL ⁽¹⁾	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - CMCLF

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SENADO FEDERAL

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)

2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Elizeu Dionizio - SD/MS
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB ⁽¹⁰⁾
Mandetta - DEM/MS ⁽⁵⁾	11. VAGO
PT, PSD, PR, PDT, PROS, PCdoB	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. VAGO ⁽³⁾
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Fernando Marroni - PT/RS	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PSD/PB ⁽⁶⁾	6. Jaime Martins - PSD/MG ⁽⁶⁾
Luiz Cláudio - PR/RO	7. Ságuas Moraes - PT/MT
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS ⁽⁹⁾
PSDB, PSB, PPS, PV	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Tereza Cristina - PSB/MS ⁽¹⁾
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO ⁽¹⁾
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS ⁽¹⁾	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI ⁽¹⁾	6. VAGO

TITULARES	SUPLENTES
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir gacz - PDT/RO ⁽²⁾
Fátima Bezerra - PT/RN	2. ela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ ⁽²⁾	3. Gladson Cameli - /AC
Bloco da Maioria	
VAGO ⁽⁸⁾	1. aldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário ger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. AGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. AGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP ⁽⁷⁾	2. AGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da ta - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. duardo Amorim - PSC/SE

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
- Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional
(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobbo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 07/08/2014

Edição de hoje: 326 páginas
(O.S. 12354/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

